

2019

volume 22 | número 1 | jan-abr



NOVOS
CADERNOS
NAEA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Diretor Geral: Durbens Martins Nascimento • Diretor Adjunto: Silvio José de Lima Figueiredo

NOVOS CADERNOS NAEA

Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA

Periodicidade quadrimestral, volume 22, número 1, janeiro-abril de 2019

Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI:10.5801/S21797536

EDITOR CIENTÍFICO

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior - NAEA/UFPA

COMISSÃO EDITORIAL • NAEA

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior • Geografia | Francisco de Assis Costa • Economia |

Luís Eduardo Aragón Vaca • Geografia | Oriana Trindade • Economia |

Raimundo Heraldo Maués • Antropologia | Silvio Figueiredo • Sociologia

CONSELHO EDITORIAL

Alfredo Wagner de Almeida • Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Brasil

Andréa Zhouri • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ana Maria Araújo • Universidad de la República, Montevideo, Uruguai

Célio Bermann • Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

César Barreira • Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil

Christian Azais • Université d'Amiens, Amiens, França

Clóvis Cavalcanti • Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Brasil

German Palacio • Universidad Nacional de Colômbia, Leticia, Colômbia

Edna Maria Ramos de Castro • Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

Eduardo José Viola • Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Emilio Moran • Indiana University, Indiana, Estados Unidos

Geraldo Magela Costa • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Henri Acselrad • Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Heloisa Costa • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ignacy Sachs • École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris, França

Jose Ricardo Ramalho • Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

José Vicente T. dos Santos • Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Marcel Bursztyn • Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Marcelo Sampaio Carneiro • Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil

Maria Manoel Batista • Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

Marilene da Silva Freitas • Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil

Martin Coy • Universität Innsbruck, Innsbruck, Áustria

Paola Bolados • Universidade de Valparaíso, Valparaíso, Chile

Pedro Jacobi • Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Pierre Salama • Université Paris XIII, Paris, França

Pierre Teisserenc • Université Paris XIII, Paris, França

EQUIPE TÉCNICA

Assistentes editoriais: Rafaela Santos Carneiro, Cleyson Nunes Chagas e Helbert Michel Pampolha de Oliveira

Revisão textual: Albano Rita Gomes

Editoração eletrônica: Ione Sena

Capa: Andrea Pinheiro

Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos



A Revista Novos Cadernos NAEA é um periódico quadrimestral, de caráter interdisciplinar, dedicado à publicação de trabalhos científicos e acadêmicos sobre temas relevantes às áreas do desenvolvimento, sociedade, economia e meio ambiente, com o objetivo de fomentar o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento e suas competências, de pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do exterior.

A revista publica textos originais e inéditos em português, espanhol, inglês e francês. Adota a avaliação anônima por pares (*peer review*) para trabalhos submetidos às seções: artigos originais e de revisão, resenhas, notas de pesquisa, conferências e, eventualmente, dossiês temáticos, volumes especiais e/ou suplementos.

INDEXADORES

Latindex – Crossref – Portal de Periódicos da CAPES – Google Scholar – Research Bib – e-Revistas/Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas – Directory of Open Access Journals (DOAJ) – DRJI – Directory of Research Journal Indexing

IDENTIFICADORES

Universal Impact Factor – Journal For Free – Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet – Livre Diretório Luso-Brasileiro IBICT – Sumarios.org – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal – Microsoft Academic Search – Library of Congress/HLAS Online – Elektronische Zeitschriftenbibliothek (EZB) – Georgetown University Library – SEER IBICT – Cibera: Iberoamérica/España/Portugal – Library Catalog – University of Texas at Austin – WordCat – Diadorim – Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras

CONTATOS

Núcleo de Altos de Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará
Rua Augusto Corrêa, nº 1, Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, Bairro do Guamá
CEP: 66.075-900, Belém, Pará, Brasil
Tel.: (+55 91) 3201 8515
E-mail: revistanovoscadernosnaea@gmail.com

SUBMISSÃO DE ARTIGOS

<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn>
Homepage do NAEA: www2.ufpa.br/naea

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Novos Cadernos NAEA, v. 22, n. 1 – janeiro-abril, 2019 – Belém. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2019.

Quadrimestral

ISSN Print 1516-6481

ISSN Eletrônico 2179-7536

DOI: 10.5801/S21797536

O vol. 1, nº 1 desta Revista foi publicado em junho de 1998. 1. Desenvolvimento – Periódicos. 2. Meio Ambiente – Periódicos. 3. Amazônia – Periódicos.

CDD 338.9811

© Copyright/Direitos de cópia para este número: NAEA/UFPA
Título e textos amparados pela Lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973.



Ministério
da Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



SUMÁRIO

Editorial

Artigos

- 09 Les valeurs universelles exceptionnelles des aires forestières patrimoniales des petites antilles: les cas emblématiques des îles de la Dominique et de la Martinique
Os valores universais excepcionais dos patrimônios florestais das Pequenas Antilhas: os casos emblemáticos das ilhas Dominica e Martinica
Jean-Raphael Gros-Desormeaux, Lise Tupiassu, Gabriel Mauvois, Céline Coisy
-
- 33 Aquífero Guarani: diagnóstico tridimensional do direito às águas subterrâneas
Guarani Aquifer: three-dimensional diagnosis of the right to groundwater
Edieter L. Cecconello
-
- 51 Manejo florestal comunitário na Amazônia: comparação entre um modelo introduzido e a extração ilegal de madeira
Community forest management in the Amazon: comparison of an introduced model and illegal timber extraction
Philippe Waldbhoff, Edson Vidal
-
- 69 Indicadores de qualidade de vida dos agricultores familiares da comunidade Vale do Sol II, em Tangará da Serra, Mato Grosso
Indicators of life quality of the family farmers from Vale do Sol II community, in Tangará da Serra, Mato Grosso
Andréia Rezende da C. Nascimento, Jussara Giaretta, Poliana Roma Greve Nodari, Cleci Grzebieluckas, Santino Seabra Junior
-
- 89 As lanchas “ajato” no Solimões: modernização pretérita e integração territorial
The “ajato” boats on the Solimões river: preterite modernization and territorial integration
Kristian Oliveira de Queiroz
-
- 111 Treinamento nas micro e pequenas empresas e rotatividade de pessoal
Micro and small enterprises training and employees turnover
Djair Picchiai, Rodrigo Fernandes
-
- 137 Fábricas selvagens: transformações do trabalho no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus
The wild factories: transformations of work in the Industrial Pole of the Manaus Free Trade Zone
Cleiton Ferreira Maciel Brito, Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel
-
- 159 Representação social da violência na periferia de Belém: a reconstrução de um olhar
Social representation of violence in Belém’s inner city: the reconstruction of a view
Edimar Marcelo Coelho Costa, Luis Fernando Cardoso e Cardoso
-

- 183 Batuque daqui, batuques de lá: olhares lançados sobre culturas africanas na diáspora
Batuque from here, batuques from there: looks about African cultures in the diaspora
Rodrigo de Souza Wanzeler, João Aires de Freitas Leal
-
- 201 As invenções da guerra: reflexões sobre um jogo carnavalesco
The inventions of war: reflections on a carnival play
Luíza Dias Flores
-
- 223 O olhar da assistência social na construção da política indigenista no Brasil
The look at social assistance in the construction of indigenous policy in Brazil
Natália Raquel Niedermayer, Marli Roesler
-
- 247 Discussing political crisis as a social phenomenon: a short critical look
Discutindo a crise política como um fenômeno social: um breve olhar crítico
Carlos Potiara Castro
-

Resenha

- 259 SILVA, Simone Affonso da. **O planejamento regional brasileiro pós-Constituição Federal de 1988: instituições, políticas e atores.** São Paulo: Annablume, 2017. 436 p. (Coleção Geografia e Adjacências)
Gabriel Carvalho da Silva Leite
-

EDITORIAL

Inaugurando as publicações de 2019, a Revista Novos Cadernos NAEA lança seu primeiro número do volume 22. Integram o presente número autores com formações acadêmicas de diferentes áreas do conhecimento cujos artigos lançam olhares com enfoque interdisciplinar em relação a temas e problemáticas de estudo que resultam de investigações de grande interesse para o debate atual.

O primeiro grupo de trabalhos se volta para as questões ambientais, a conservação e a exploração de recursos naturais em diferentes escalas geográficas. O artigo inicial, “Les valeurs universelles exceptionnelles des aires forestières patrimoniales des petites antilles: les cas emblématiques des îles de la Dominique et de la Martinique”, de autoria de Jean-Raphael Gros-Desormeaux, Lise Tupiassu, Gabriel Mauvois e Céline Coisy, aborda a conservação e a diversidade biológica nas Pequenas Antilhas, e mais especificamente nas áreas florestais da Dominica e da Martinica, de forma a justificar o interesse de incluí-las, individual ou conjuntamente, na lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Com referência empírica de estudo situada igualmente em escala internacional, o artigo “Aquífero Guarani: diagnóstico tridimensional do direito às águas subterrâneas”, de Edieter Ceconello, trata de um importante corpo hídrico transfronteiriço (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai). O autor considera em sua leitura três categorias jurídicas – a norma, o fato e o valor –, tidos como elementos analíticos importantes e que permitem pensar a sustentabilidade ambiental diante de um recurso hídrico de importância internacional. Em escala nacional, o terceiro artigo, intitulado “Manejo florestal comunitário na Amazônia: comparação entre um modelo introduzido e a extração ilegal de madeira”, de Philippe Waldhoff e Edson Vidal, discute a extração de madeira como parte dos meios de vida de comunidades tradicionais do espaço amazônico, considerando os desafios trazidos pela exigência da licença ambiental e, ao mesmo tempo, problematizando a questão da exploração convencional e aquela marcada pela clandestinidade.

O segundo grupo de trabalhos leva em conta, como elementos de análise, atividades de pequena e de grande escala em diferentes setores da economia agrária e urbana. O artigo “Indicadores de qualidade de vida dos agricultores familiares da comunidade Vale do Sol II, em Tangará da Serra, Mato Grosso”, por exemplo, de Andréia Nascimento, Jussara Giaretta, Poliana Nodari e Cleci Grzebieluckas, volta-se para a discussão de indicadores de qualidade de vida e sua relação com a saúde, a produção de alimentos e a conservação ambiental em uma realidade particular do Estado de Mato Grosso. O trabalho “As lanchas ‘ajato’ no Solimões: modernização pretérita e integração territorial”, de Kristian Queiroz, por sua vez, discute a modernização do transporte fluvial no rio Solimões, no Estado do Amazonas, mostrando a modernização dos fixos e dos fluxos no espaço por meio da rapidez dos serviços de transporte na Amazônia ocidental. Em “Treinamento nas micro e pequenas empresas e rotatividade de pessoal”, Djair Picchiai e Rodrigo Fernandes põem em relevo a percepção de proprietários e de funcionários de Micro e Pequenas Empresas, relacionando-a à aplicação de treinamentos e à rotatividade de pessoal. Ainda nesse grupo de artigos, tem-se o trabalho “Fábricas selvagens: transformações do trabalho no polo industrial da Zona Franca de Manaus”, escrito por Cleiton Brito e Jeanne Maciel, no qual são abordadas transformações ocorridas no espaço produtivo da capital amazonense, traçando-se um

perfil do trabalho ao longo do tempo, assim como mostrando continuidades, mudanças e padrões organizacionais no processo de produção; levanta, ainda, questões teóricas e sinaliza para uma agenda de pesquisas sobre essa temática.

O terceiro grupo de artigos dá centralidade à abordagem cultural e social de fenômenos, de políticas e de manifestações culturais em diferentes realidades geográficas. Nessa perspectiva, tem-se o artigo “Representação social da violência na periferia de Belém: a reconstrução de um olhar”, de autoria de Edimar Costa e Luís Fernando Cardoso, que discute a violência em um bairro periférico de Belém e, a partir dele, aponta a reconfiguração dos padrões de comportamento da população em razão de novas situações de insegurança e de medo que assolam a vida urbana. Sob uma ótica de abordagem que prioriza a dimensão cultural, “Batuque daqui, batuques de lá: olhares lançados sobre culturas africanas na diáspora”, de Rodrigo Wanzeler e João Leal, propõe reflexões e diálogos entre a Antropologia e a Literatura acerca da manifestação do batuque africano, considerando para isso a literatura brasileira e a portuguesa acerca da referida manifestação cultural. Sob a mesma perspectiva cultural, tem-se o artigo “As invenções da guerra: reflexões sobre um jogo carnavalesco”, de Luiza Flores, que problematiza, a partir da etnografia e de acompanhamento de processos criativos, a presença de elementos considerados afro e indígenas em “tribos carnavalescas” tradicionais na cidade de Porto Alegre (RS). Compondo ainda esse grupo de trabalhos, o artigo “O olhar da assistência social na construção da política indigenista no Brasil”, de Natália Niedermayer e Marli Roesler, apresenta elementos sobre a construção da política indigenista no Brasil a partir do Município de Guaíra, no Estado do Paraná, estabelecendo a relação dessa política com a prática e a importância profissional do assistente social.

O último artigo do presente número intitula-se “Discussing political crisis as a social phenomenon: a short critical look”, de Carlos Potiara Castro, que interpreta as situações de crise política contemporâneas, mostrando-as como momentos de fluidez do equilíbrio político, que se refaz em novas bases, sustentadas na aquisição de uma nova legitimidade e que pressupõe o desempenho e as jogadas dos agentes em operação situados em espaços e tempos específicos.

Integra, por fim, o presente número da Revista a resenha do livro de Simone Affonso da Silva, intitulado “O planejamento regional brasileiro pós-Constituição Federal de 1988: instituições, políticas e atores”, publicado pela Editora Annablume, no ano de 2017, e que aborda a experiência histórica, no passado e no presente, do planejamento regional no País. Elaborada por Gabriel Leite, trata-se, segundo o autor da resenha, de leitura obrigatória para todos os que se interessam pelo tema, em razão da pertinência e da atualidade com que é tratado no livro. A isso soma-se o esforço de sistematização empreendido pela autora, que, com rigor teórico e metodológico, apresenta ao público uma importante obra de referência, não somente no campo do Planejamento Regional, como também no domínio da Administração e das Políticas Públicas.

Com esse primeiro número do volume 22, dá-se continuidade, neste ano de 2019, à divulgação de contribuições de grande interesse originadas em diferentes instituições de ensino e de pesquisa da Amazônia, do Brasil e também de outros países, cujas preocupações de estudo se voltam para o tema do desenvolvimento, da sociedade, da economia, da cultura e do meio ambiente; isto sempre em uma perspectiva interdisciplinar de abordagem, que reafirma a linha editorial da Revista.

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Editor dos Novos Cadernos NAEA



Les valeurs universelles exceptionnelles des aires forestières patrimoniales des petites antilles: les cas emblématiques des îles de la dominique et de la martinique

Os valores universais excepcionais dos patrimônios florestais das pequenas antilhas: os casos emblemáticos das ilhas dominica e martinica

Jean-Raphael Gros-Desormeaux – Doutor em geografia, pela Université des Antilles, pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Institut Ecologie et Environnement (InEE), Laboratoire caribéen de sciences sociales (UMR 8053 LC2S), Université des Antilles. E-mail: jmgrosdesormeaux@yahoo.fr

Lise Tupiassu – Doutora em Direito Público pela Université Toulouse 1 - Capitole (U. TOULOUSE 1), professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brésil. E-mail: ltupiassu@gmail.com

Gabriel Mauvois – Engenheira em ciências ambientais, Parc Naturel Régional de la Martinique (PNRM), Mission Unesco. E-mail: g.mauvois-hardorock@pnr-martinique.com

Céline Coisy – Engenheira em ciências ambientais, Direction de l'Environnement, de l'Aménagement et du Logement de la Martinique, Mission Unesco. E-mail: celine.coisy@developpement-durable.gouv.fr

Résumé

Martinique et Dominique partagent des habitats naturels très représentatifs pour la conservation *in situ* de la diversité biologique dans les Petites Antilles, ce qui justifie le projet d'une inscription commune au Patrimoine mondial de l'UNESCO (Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture). Cet article se fonde sur l'analyse des caractéristiques des aires forestières constitutives des Biens de la Dominique et de la Martinique, en vue d'affirmer ou d'infirmar l'existence de critères justifiant l'individualisation de la candidature martiniquaise ou *a contrario* une candidature en série avec la Dominique. À partir d'une exploration géospatiale et empirique, avec l'analyse de données de terrain, cette étude conclut que, d'un point de vue scientifique, les deux dispositifs de candidature sont justifiables. Dès lors, le choix devrait se porter sur le dispositif institutionnel qui maximiserait les chances d'inscription de l'emprise géographique des réserves biologiques intégrales de la Martinique sur la liste du Patrimoine Mondial de l'UNESCO, par sa singularité.

Mots-clefs

Patrimoine mondial naturel. Habitats naturels. Continuum forestiers. Diversité biologique. Valeurs universelles exceptionnelles.

Resumo

Martinica e Dominique compartilham habitats naturais muito representativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica nas Pequenas Antilhas, o que justifica o desejo de incluí-los no Patrimônio Mundial da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Este artigo tem por objetivo a análise das características das áreas florestais da Dominica e Martinica, a fim de afirmar ou negar a existência de critérios que justifiquem a individualização da candidatura Martinica ou, inversamente, a necessidade de uma candidatura conjunta com Dominica para a lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. A partir de uma exploração geoespacial e empírica, com a análise de dados de campo, este estudo conclui que, do ponto de vista científico, as duas estratégias de candidatura são justificáveis. Diante disso, a escolha deve ser feita através da estratégia institucional que maximizará as chances de listar a extensão geográfica das reservas biológicas integrais da Martinica na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, diante de sua singularidade.

Palavras-chave

Patrimônio Mundial Natural. Habitats Naturais. Floresta Continua. Diversidade Biológica. Valores Universais Excepcionais.

INTRODUCTION

En décembre 2013, le Comité Français du Patrimoine Mondial (CFPM) a mandaté une expertise en vue de l'élaboration d'un rapport relatif aux atouts et aux faiblesses de la candidature de la Martinique au Patrimoine mondial de l'UNESCO (Organisation des Nations Unies pour l'Education, la Science et la Culture). En avril 2014, un avis favorable a été formulé pour l'inscription du projet sur la liste indicative de la France. Le site retenu comprend un ensemble de massifs volcaniques et forestiers réparti sur le territoire du nord de l'île de la Martinique. Le Bien proposé témoigne d'un volcanisme sur plusieurs millions d'années qui a produit l'arc antillais. Cette histoire géologique a conditionné la présence du vivant dans une série d'émergences, d'effondrements, d'érosions, entraînant des recompositions, des essaimages et la constitution d'habitats endémiques. Ce processus général se retrouve parfaitement résumé à la Dominique et à la Martinique, du fait de leur position centrale dans l'archipel (Figure 1). Le Bien inscrit de "Morne Trois Pitons National Park" (MTPNP) et le Bien proposé des "Réserves biologiques intégrales de la Martinique" (RBIM) témoignent de la dynamique biologique des Petites Antilles.

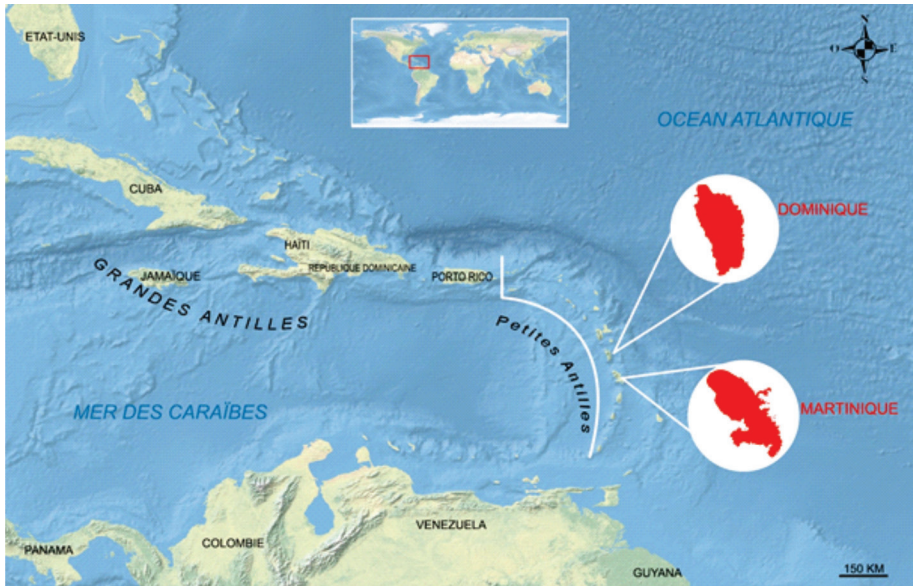
Les Biens de la Martinique et de la Dominique partagent des habitats naturels les plus représentatifs et les plus importants pour la conservation *in situ* de la diversité biologique. En effet, les attributs du "critère X" qui ont été retenus pour la candidature de la Martinique sont aussi pertinents pour la Dominique. Ces deux îles sont situées dans les grandes régions prioritaires pour la conservation de la biodiversité, présentant une diversité botanique et des niveaux d'endémisme floristiques et faunistiques significatifs à l'échelle des Petites Antilles. Néanmoins, le rapport d'audition du 27 avril 2017 devant le CFPM (BOUTRIN *et al.*, 2017) singularise la candidature martiniquaise par la présence de continuums écologiques dans un excellent état de conservation, concentrant une enveloppe spatiale suffisamment grande et fonctionnelle pour abriter l'ensemble des forêts typiques des îles montagneuses des Petites Antilles¹. Quelles sont les caractéristiques des aires forestières constitutives des Biens de la Dominique et de la Martinique? Existe-t-il des critères justifiant l'individualisation de la candidature martiniquaise

¹ Cet article a bénéficié du soutien des "Investissements d'avenir" de l'Agence nationale de la recherche (Ceba, ANR-10-LABX-25-01), du programme CAPES-COFECUB, ainsi que du Parc Naturel Régional de la Martinique. Nous remercions le Dr Jean-Pierre Fiard, le Dr Jean-François Bernard, M Jonathan Priam et Mme Emilie Lagahé pour avoir contribué au recueil, à l'analyse et à la cartographie des informations.

ou *a contrario* une candidature en série avec la Dominique? L'objectif de cet article est d'interroger le processus décisionnel relatif à la patrimonialisation de la nature en se basant sur un retour d'expérience. En France, la mise en patrimoine de la nature mobilise des connaissances et des savoirs multiformes, qui structurent les choix collectifs au sein de territoires de la biodiversité (FRANCHOMME *et al.* 2013, LEPART *et al.* 2006), à partir de représentations construites autour des concepts de changement et de conservation.

Les éléments de réponses seront mis en lumière en se conformant aux indications méthodologiques de l'UICN (Union Internationale pour la Conservation de la Nature) et de l'UNEP (Programme des Nations unies pour l'environnement) (2014). La démarche d'analyse comparative de la représentativité des Biens de la Dominique et de la Martinique à l'échelle des Petites Antilles se structure donc en trois interrogations: les Biens comparés, contiennent-ils les habitats représentatifs des étages forestiers des îles volcaniques des Petites Antilles? Les Biens comparés, sont-ils importants pour la conservation *in situ* de la diversité biologique mondiale? Les Biens comparés, sont-ils des lieux où survivent des espèces menacées ayant une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de la science ou de la conservation?

Figure 1 – Localisation de la Dominique et de la Martinique dans les Petites Antilles



Source: Priam, 2019.

1 CONTEXTE: LES VALEURS UNIVERSELLES EXCEPTIONNELLES DE MTPNP ET DES RBIM

La Déclaration de Valeurs Universelles Exceptionnelles (DVUE) de MTPNP repose notamment sur le constat d’au moins cinq types de forêts dans un excellent état de conservation². Tout comme le Bien des RBIM, il abrite une flore riche et partiellement endémique qui constitue les habitats d’une faune patrimoniale irremplaçable à l’échelle mondiale. La DVUE de l’île de la Dominique qualifie le MTPNP de “centre d’endémisme d’importance mondiale où la biodiversité est fortement menacée”¹. Précisons que l’UICN classe ce Bien dans la catégorie *Good with some concerns*³. En effet, la qualité de conservation du MTPNP est soulignée dans le texte de la DVUE: “le Parc national de Morne Trois Pitons abrite l’une des très rares zones forestières intactes subsistant dans les îles des Caraïbes”; “offrent un habitat intact et protégé à une grande variété de flore et de faune”; “l’état de conservation du bien est globalement bon”; “l’état de conservation des forêts est dans l’ensemble excellent”¹. La DVUE de la proposition du Bien des RBIM repose sur les mêmes valeurs pour le “Critère X” du Patrimoine Mondial: “les habitats naturels les plus représentatifs et les plus importants pour la conservation *in situ* de la diversité biologique” (BOUTRIN *et al.*, 2017). L’aire proposée est présentée comme hébergeant “le continuum forestier le plus diversifié et le mieux conservé des Petites Antilles [caractérisé] par la qualité des successions forestières qui rassemblent tous les types forestiers propres à la Martinique et aux Petites Antilles” (BOUTRIN *et al.*, 2017, p. 13). En janvier 2019, ces forêts ont fait l’objet d’un label “forêt d’exception”. Les deux Biens sont dits représentatifs de tous les types d’habitats forestiers des Petites Antilles, avec une richesse biologique patrimoniale jugée irremplaçable par la communauté scientifique internationale.

En outre, certaines spécificités ressortent de l’analyse des DVUE. Le Bien de l’île de la Dominique précise l’importance de la ressource en eau douce du fait de la présence de nombreux ruisseaux et rivières. Le Bien proposé pour l’île de la Martinique met en évidence l’existence de continuums comprenant tous les habitats des étages forestiers des îles volcaniques des Petites Antilles. Ce dernier comprend des forêts sèches (mésophiles et xéro-mésophiles) à des stades évolutifs âgés de plus d’une centaine d’années. Enfin, chaque Bien constitue des niches écologiques singulières pour des espèces endémiques floristiques et faunistiques.

² <https://whc.unesco.org/fr/list/814/>

³ <https://www.worldheritageoutlook.iucn.org/fr/explore-sites/wdpaid/145583>

2 MATÉRIELS ET MÉTHODES

2.1 DES HABITATS REPRÉSENTATIFS DES ÉTAGES FORESTIERS DES ÎLES VOLCANIQUES DES PETITES ANTILLES

La liste “Global 200” proposée par Olson et Dinerstein (2002) identifie les régions du monde qui jouent un rôle majeur dans la conservation au niveau international. Ces régions présentent un haut niveau de biodiversité: richesses spécifiques, taux d'endémisme ou des phénomènes d'évolution écologique particuliers. Elles sont également représentatives des différents types d'habitats existants dans le monde. Elles présentent un fort degré d'irremplaçabilité au niveau des espèces et des habitats. Cette liste permet de cibler les efforts régionaux en matière de conservation. En 2002, les Petites Antilles apparaissaient dans la liste des “Global 200” comme aire à l'étude pour accéder au statut de “Global 200”, compte tenu des caractéristiques de leur biodiversité et des conditions critiques de conservation. Cette proposition a été confortée par les travaux de Le Saout *et al.* (2013) et du Critical Ecosystem Partnership Fund (WEGE *et al.*, 2010).

Plus encore, les superficies des îles des Grandes Antilles et de leurs Biens inscrits à la liste du Patrimoine Mondial de l'UNESCO n'autorisent pas des comparaisons à cette échelle (Table 1). Les superficies des îles comme la Jamaïque et Cuba représentent respectivement 10 et 100 fois celles de la Dominique et de la Martinique.

Table 1 – Caractéristiques géographiques des îles des Grandes Antilles

Unités géographiques	Superficies (km ²)	Aires comparables	Surfaces des aires (Ha)
Martinique	1078	Bien proposé	+14000
Cuba	114524	Alejandro de Humboldt Desembarco del Granma	69341 26180
Jamaïque	10830	Cockpit Country Blue and John Crow Mountains	130000 26252
Hispaniola	76290	n/a	n/a
Porto Rico	8959	El Yunque	11300

Source: Boutrin *et al.*, 2017.

Dans les Petites Antilles, seules les îles de Saint Kitts, Nevis, Montserrat, La Guadeloupe (Basse-Terre), La Dominique et Saint Vincent ont des altitudes

qui permettent le développement d'une forêt d'altitude de montagne au-delà de 1 000 m. Les seules îles des Petites Antilles présentant des altitudes potentiellement favorables au développement d'une forêt d'altitude de montagne sont la Dominique, la Guadeloupe (Basse-Terre), la Martinique, Montserrat, Saint Kitts et Saint Vincent (Table 2).

Table 2 – Caractéristiques géographiques des îles des Petites Antilles

Unités géographiques	Superficies (km ²)	Altitude maximale (mètres)
Anguilla	102	65
Saint Martin	93	424
Saint Barthélemy	25	286
Saba	13	887
Saint Eustache	21	602
Saint Kitts et Nevis	269	1156 et 985
Antigua-et-Barbuda	161	402
Montserrat	104	1050
Guadeloupe(Grande-Terre et Basse-Terre)	1413	1467
Marie-Galante	158	204
Saintes et Désirade	12,8 + 22	309 et 275
Dominique	778	1447
Martinique	1078	1397
Sainte Lucie	616	786
Barbade	431	336
Saint Vincent et Les Grenadines	389 (344 pour St Vincent)	1220
Grenade	350	840
Trinidad et Tobago	4827 + 303 (5130)	940 et 572
Bonaire	288	241
Curaçao	444	375
Aruba	193	188
Dépendances fédérales Venezuela	342,2	46

Source: Boutrin *et al.*, 2017.

Les îles comme Saint Eustache et Saba sont respectivement 7 et 60 fois plus petites que les autres îles de l'arc des Petites Antilles: elles ne présentent donc pas d'intérêts dans le cadre de l'analyse comparative (ROJER, 1997). De plus, les travaux de Sánchez et Monterrey (2010) démontrent que les îles de Saint Kitts &

Nevis ne peuvent pas être prises en compte dans l'analyse comparative du fait de la valeur négligeable de leur richesse floristique. Ainsi, au regard des précédentes informations, les aires géographiques comparables en fonction de leur surface, de leurs altitudes, de la qualité de leurs aires naturelles et de leurs types forestiers, sont Saint Vincent, Sainte-Lucie, Dominique, Guadeloupe (Basse-Terre) et Montserrat. Elles sont représentatives des habitats forestiers des îles volcaniques des Petites Antilles, présentant des surfaces forestières comparables associées à des altitudes permettant le développement d'une biodiversité de montagne.

La détermination des habitats forestiers représentatifs des îles volcaniques des Petites Antilles s'appuie sur la classification internationale de l'UNESCO (1973), adaptée par Jean-Pierre Fiard (1994) et Philippe Joseph (1997). La discrimination des habitats forestiers dans les Petites Antilles est directement liée aux étages végétaux. Schématiquement, les étages inférieurs, moyens et supérieurs se situeraient entre 0 et 250 mètres, 250 à 500 mètres, 500 à 1300 mètres et plus (JOSEPH, 2011). Les conditions bioclimatiques de chaque étage sont conditionnées par la pluviométrie moyenne annuelle. Les bioclimats secs, moyennement humides, humides et très humides correspondent respectivement aux valeurs pluviométriques annuelles suivantes: 1,5 m/an; entre 1,5 et 2,5 m/an; entre 2,5 et 4 m/an; et 4 m/an (JOSEPH, 2016). Les variabilités altitudinales et pluviométriques amènent à distinguer deux principales catégories d'habitats forestiers: les forêts "sempervirente saisonnière tropicale d'horizon inférieur et de faciès xérique" et "sempervirente saisonnière tropicale type", respectivement qualifiées de "forêt xérophile" et de "forêt mésophile"; les forêts "ombrophile sub-montagnarde tropicale" et "ombrophile montagnarde tropicale", respectivement dénommées "forêt hygrophile" et "forêt hygrophile de montagne" (JOSEPH, 2016; JOSEPH, 2011; JOSEPH, 1997; FIARD, 1994; UNESCO, 1973).

2.2 DES AIRES DE CONSERVATION IN SITU DE LA DIVERSITÉ BIOLOGIQUE MONDIALE ET DE SURVIE D'ESPÈCES MENACÉES

Shi *et al.* (2005) démontrent que les îles de la Caraïbe font partie d'un des six points les plus chauds des hotspots – les "hottest" hotspots – avec un taux élevé de perte d'habitats (BROOKS *et al.*, 2002). Les 35 points chauds de la biodiversité mondiale sont des aires géographiques comprenant un haut taux d'endémisme et ayant perdu plus de 70 % de leur végétation primaire et donc des sites de priorités

maximales de protection. Ainsi, les îles de la Dominique, de Guadeloupe, de la Martinique, de Sainte-Lucie et de Saint-Vincent et des Grenadines regroupent 33 KBA. Les Key Biodiversity Areas sont des lieux définis par l'UICN comme étant des sites d'importance internationale pour la conservation de la biodiversité mondiale.

Dès lors, interroger l'importance de la Dominique et de la Martinique pour la conservation *in situ* de la diversité biologique reviendrait, entre autres, à explorer leurs endémismes. L'endémisme d'une espèce est lié à une distribution géographique limitée et une différenciation taxonomique plus ou moins marquée par rapport aux espèces affines ou ancestrales à très large distribution. La valeur patrimoniale, le fonctionnement écologique, la vitalité démographique et la résilience d'une espèce endémique déterminée sont forcément liés, entre autres facteurs, à la superficie occupée par ses populations et à l'abondance de ces dernières. On ne peut pas classer dans une même catégorie patrimoniale, démographique et fonctionnelle une espèce endémique répartie sur 100 km² et une autre sur 100 000 km². Les écarts de grandeur entre les îles peuvent être tels qu'ils sont susceptibles de déterminer des fonctionnements écosystémiques, démographiques, anthropiques et économiques très différents. Ces spécificités intra-insulaires permettent de proposer une grille d'analyse comparative qui intègre la taille, la hiérarchie et la forme des îles océaniques à l'échelle du globe, dans le processus de délimitation des distributions spatiales taxinomique et de catégorisation des niveaux d'endémisme. À partir des catégories proposées par Depraetere (1991), l'étude de l'endémisme des îles de la Caraïbe peut-être approchée selon les cinq catégories suivantes: l'endémisme restreint à une échelle micro-insulaire, pour des espèces à répartition comprise entre 10 km² et 100 km² (Saba et Saint-Eustache par exemple); l'endémisme restreint à une échelle méso-insulaire, pour des espèces à répartition comprise entre 100 km² et 1 000 km² (Anguilla, Dominique, Sainte-Lucie et Saint-Vincent notamment) ; l'endémisme restreint à une échelle méga-insulaire, pour des espèces dont l'aire de répartition s'étendrait de 1 000 km² à 10 000 km² (Martinique, Guadeloupe et Porto-Rico); et l'endémisme restreint à une échelle giga-insulaire, pour des espèces à répartition comprise entre 10 000 km² et 100 000 km² (Hispaniola et Jamaïque notamment). Au-delà de 100 000 km² jusqu'à 1 000 000 km², on parlera d'un endémisme dont l'échelle sera qualifiée de continentale (Cuba uniquement). Ainsi, les catégories admises et communes d'endémisme restreint et d'endémisme régional

classiquement utilisées se combinent aisément avec les catégories de superficie insulaire admises par la géographie (DEPRAETERE, 1990). Ainsi approchées, les expressions de l'endémisme aux plus petites échelles géographiques sont d'une exceptionnalité supérieure.

Les Petites Antilles font partie des "Endemic Bird Area" (EBA)⁴ et des "Important Bird Areas" (IBA)⁵: ce sont des aires géographiques reconnues comme étant de la plus grande importance pour la conservation des oiseaux du monde. L'archipel affiche par ailleurs le chiffre le plus élevé pour le nombre d'espèces menacées (n=9) ou en danger critique d'extinction (n=4) pour la zone comprenant l'Amérique centrale et l'Amérique du Nord: 34 espèces ont une aire de répartition qualifiée de restreinte, dont neuf menacées et quatre en danger critique d'extinction. La Dominique et la Martinique comptent respectivement quatre et dix IBA, dont trois correspondent aux emprises spatiales des Biens: Morne Trois Pitons National Park; Forêts du Nord et de la Montagne Pelée; et Pitons du Carbet.

2.3 DONNÉES ET INFORMATIONS COLLECTÉES

La comparaison entre les habitats des étages forestiers des îles volcaniques des Petites Antilles s'est appuyée sur les informations disponibles auprès du *Critical Ecosystem Partnership Fund* (WEGE *et al.*, 2010), associées aux données géographiques de la *World Database on Protected Areas*⁶ (WDPA) et du système caribéen d'informations environnementales Caribsat⁷. Ces sources renseignent sur la présence de continuums forestiers de la mer au plus haut sommet, sur la représentativité des étages forestiers des îles volcaniques des Petites Antilles, ainsi que sur la fragmentation de leur couverture forestière. L'estimation d'un taux de fragmentation résulte du dénombrement de toutes les stations dont le type d'occupation des sols n'est pas strictement forestier. Les stations totalement ou partiellement non renseignées à cause de la présence d'ombres ou de nuages ont été écartées du calcul. Les aires protégées de la WDPA ont fait l'objet d'un échantillonnage aléatoire de 50 stations d'une surface de 0,5 ha chacune. Rappelons que l'Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture, la FAO, définit une forêt comme étant une "terre portant un couvert

⁴ <http://datazone.birdlife.org/eba>.

⁵ <http://datazone.birdlife.org/species/search>.

⁶ <https://www.protectedplanet.net/>

⁷ <https://caribsat.teledetection.fr/>

arboré (ou un niveau équivalent de matériel sur pied) supérieur à 10 % et une superficie de plus de 0,5 hectare (ha)” (BELLEFONTAINE *et al.*, 2003, n.p.).

L'évaluation de l'importance relative pour la conservation *in situ* de la diversité biologique s'est appuyée sur les informations recueillies dans les rapports du Critical Ecosystem Partnership Fund (WEGE *et al.*, 2010), de Conservation internationale (BROOKS *et al.*, 2002), ainsi que de l'ensemble des productions institutionnelles (rapports, bases de données et publications) de Birdlife International, de la Liste rouge de l'UICN et de la Direction de l'Environnement, de l'Aménagement et du Logement (DEAL) de la Martinique. Les analyses relatives aux richesses floristiques ont bénéficié d'une expertise supplémentaire de messieurs Jean-Pierre Fiard et de Jean-François Bernard, tous deux botanistes au Conservatoire Botanique de Martinique et membres du Conseil Scientifique Régional du Patrimoine Naturel de la Martinique (CSRPN). Les références qui ont été utilisées par ces derniers pour établir les listes d'espèces comprennent les travaux d'Howard (1989), de Fournet (2002), de Fournet et Sastre (2002), de Feldmann (2011), de Courtinard (2015), de Nicholson (1991), de Graveson (2009), de Rollet (2010), d'Acevedo-Rodriguez (2008), de Young (2008), de Beard (1949), de Swenson et Umaña (2014), de Santiago-Valentin et Olmstead (2004), de Van Laere (2016), de Caujapé-Castells (2010) et de Poney et Labat (1996).

Enfin, l'identification d'espèces menacées à valeur universelle exceptionnelle du point de vue de la science ou de la conservation s'est essentiellement appuyée sur la base de données de *Bird Life International Data Zone*⁸. Elle renseigne sur les IBA et les EBA mondiaux.

3 RÉSULTATS

3.1 HABITATS REPRÉSENTATIFS DES ÉTAGES FORESTIERS DES ÎLES VOLCANIQUES DES PETITES ANTILLES

Les aires protégées des îles volcaniques des Petites Antilles offrent une diversité d'habitats forestiers dont le nombre varie en fonction de la nomenclature adoptée et plus encore de la prise en compte de faciès écologiques (Table 3).

⁸ <http://datazone.birdlife.org/home>

Table 3 – Représentativité des habitats forestiers dans les aires protégées des Petites Antilles

Îles	Aires forestières	Présence d'un continuum forestier de la mer au plus haut sommet	Présence de tous les habitats
Dominique	Morne Trois Pitons National Park	Non	Non
	Central Reserve	Non	
	Morne Diablotin National Park	Non	
	Northern Reserve	Non	
Guadeloupe	Parc National de la Guadeloupe	Non	Non
Martinique	Forêts du Nord de la Montagne Pelée	Oui	Oui
	Pitons du Carbet	Oui	
Montserrat	Centre Hills	Non	Non
	Northern Forested Ghauts	Non	
	South Soufriere Hills	Non	
	Silver Hills reserve dry forest	Non	
Sainte Lucie	Government Forest reserve	Non	Non
	Point Sables	Non	
	Mandele Dry	Non	
	North-east coast	Non	
	Pitons Management area	Non	
Saint Vincent	La Soufrière National Park	Oui	Oui
	Colonarie Forest Reserve	Non	
	Cumberland Forest Reserve	Non	
	Dalaway Forest Rserve	Non	
	Kingstown Forest Rserve	Non	
	Mount Pleasant Forest Reserve	Non	
	Richmond Forest Reserve	Non	

Source: Boutrin *et al.*, 2017.

En s'appuyant sur la classification internationale de l'UNESCO (1973), adaptée par Jean-Pierre Fiard (1994) et Philippe Joseph (1997), il apparaît que tous les habitats forestiers représentatifs des étages bioclimatiques secs, moyennement humides, humides et très humides sont présents dans les aires protégées à la Martinique et à Saint-Vincent. En effet, ces deux îles sont les seules à faire la démonstration de continuums de végétation forestière de la mer au plus haut sommet au sein des aires protégées des Volcans et Forêts de la Montagne Pelée, des Pitons du Carbet et de Soufrière National Park (Table 3).

L'étude de la fragmentation forestière entre les aires protégées des îles volcaniques des Petites Antilles fait le constat que sur un échantillon aléatoire de

50 stations d'une superficie de 0,5 ha à l'échelle de chaque aire, les réserves de Center Hills (0%), des Forêts du Nord de la Martinique (9%), du Parc National de la Guadeloupe (11%), de Cumberland Forest Reserve (15%) et Dalaway Forest Reserve (23%) sont celles dont le nombre de stations forestières fragmentées est le plus faible (Table 4).

Table 4 – Fragmentation des habitats forestiers dans les aires protégées des Petites

Îles	Aires forestières	Surfaces	Taux de fragmentation pour 0,5 ha (n=50)
Dominique	Morne Trois Pitons National Park	6 857 ha	70 %
	Central Reserve	454 ha	n/a
	Morne Diablotin National Park	3 614 ha	32 %
	Northern reserve	5 930 ha	n/a
Guadeloupe	Parc National de la Guadeloupe	22 178 ha	11 %
Martinique	Forêts du Nord de la Montagne Pelée	767 ha	9 %
	Pitons du Carbet	3 842 ha	55 %
Montserrat	Centre Hills	1 320 ha	0 %
	Northern Forested Ghauts	170 ha	n/a
	South Soufriere Hills	540 ha	n/a
	Silver Hills reserve dry forest	1 070 ha	n/a
Sainte Lucie	Government Forest reserve	7 974 ha	n/a
	Point Sables	3155 ha	n/a
	Mandele Dry	826 ha	n/a
	North-east coast	774 ha	n/a
	Pitons Management area	2 909 ha	69 %
Saint Vincent	La Soufrière National Park	4 991 ha	67 %
	Colonarie Forest Reserve	1 590 ha	100 %
	Cumberland Forest Reserve	1 020 ha	15 %
	Dalaway Forest Reserve	574 ha	23 %
	Kingstown Forest Reserve	834 ha	64 %
	Mount Pleasant Forest Reserve	1 184 ha	100 %
	Richmond Forest Reserve	3 022 ha	29 %

Source: Boutrin *et al.*, 2017.

Inversement, des aires protégées comme Mount Pleasant Forest Reserve (100%), Colonarie Forest Reserve (100%), Morne Trois Pitons National Park (70%), Pitons Management area (69%) et La Soufrière National Park (67%) affichent les taux de fragmentation les plus élevés (Table 4).

La comparaison des types forestiers entre Morne Trois Pitons National Park (MTPNP) et les Réserves biologiques intégrales de la Martinique (RBIM) met en évidence l'absence des forêts dites "xérophile" et "mésophile" (Table 5). Il est à noter que les limites administratives de MTPNP se situent à partir d'une altitude supérieure à 400 mètres.

Table 5 – Grille comparative des types forestiers de MTPNP et RBIM

Altitudes	Dominique	Altitudes	Martinique
0-200 mètres	Absence de la forêt sempervirente saisonnière tropicale type et d'horizon inférieur	0-200 mètres	Fourrés à épineux et cactus sur rochers Forêt sèche tropicale semi-décidue et décidue Forêt mésophile à sempervirente
200-400 mètres	Absence de la forêt ombrophile tropicale submontagnarde d'horizon inférieur	200-400 mètres	Forêt ombrophile tropicale submontagnarde d'horizon inférieur
400-600 mètres	Forêt ombrophile tropicale submontagnarde type	400-600 mètres	Forêt ombrophile tropicale submontagnarde type
600-800 mètres	Forêt ombrophile tropicale submontagnarde de transition supérieure	600-800 mètres	Forêt ombrophile tropicale submontagnarde de transition supérieure
800-1000 mètres	Forêt ombrophile tropicale de montagne	800-1000 mètres	Forêt ombrophile tropicale de montagne
1000-1200 mètres	Fourrées ligneux hauts à Clusiasées, Mélastomacées, Myrtacées	1000-1200 mètres	Fourrées ligneux hauts à Clusiasées, Mélastomacées, Myrtacées
1200-1400 mètres	Fourrées ligneux bas, formations herbacées, dominées par les broméliacées et fougères, mousses et lichens	1200-1400 mètres	Fourrées ligneux bas, formations herbacées, dominées par les broméliacées et fougères, mousses et lichens

Source: Boutrin *et al.*, 2017.

3.2 IMPORTANCE RELATIVE POUR LA CONSERVATION IN SITU DE LA DIVERSITÉ BIOLOGIQUE

L'analyse comparative des richesses spécifiques et de l'endémisme des spermatophytes entre les îles volcaniques des Petites Antilles classe la Martinique au premier rang (Table 6).

Table 6 – Richesses spécifiques et endémismes des spermatophytes des îles volcaniques des Petites Antilles

	Dominique	Guadeloupe	Martinique	Montserrat	Sainte-Lucie	Saint-Vincent
Spermatophytes autochtones	978	1194	1238	823	955	965
Ptéridophytes autochtones	230	306	259	115	150	163
Spermatophytes endémiques d'une île	8	20	39	3	9	15
Spermatophytes endémiques des Petites Antilles	134	165	177	60	99	n/a
Spermatophytes endémiques des Antilles	111	157	172	n/a	90	n/a

Source: Boutrin *et al.*, 2017.

Le recensement des spermatophytes entre les îles de la Dominique et de la Martinique affiche une différence de 260 espèces autochtones. L'endémisme strict est près de cinq fois supérieur à la Martinique; et le nombre d'espèces de spermatophytes endémiques aux échelles des Petites Antilles et des Antilles y est largement supérieur (Table 6).

Quel que soit le groupe considéré, le nombre d'espèces recensées est supérieur dans les habitats des Volcans et Forêts du Nord de la Martinique, exception faite des plantes vasculaires dont le nombre d'espèces recensées est plus élevé à la Dominique (Table 7).

Table 7 – Richesses et endémismes floristiques et faunistiques des RBIM (1) et de MTPNP (2)

Groupe	Nombre espèces dans le hotspot	Nombre espèces endémiques du hotspot	Endémisme dans le hotspot (%)		Nombre espèces globalement menacées dans le hotspot	Espèces menacées dans le hotspot (%)	Nombre espèces recensées		Espèces du hotspot (%)	Espèces du hotspot endémiques des Petites Antilles		Nombre espèces menacées	
			(1)	(2)			(1)	(2)		(1)	(2)	(1)	(2)
FLORE	Biens												
	Plantes vasculaires	11887	8243	69,34	452	3,8	3000	5000	25,24	5,25	n/a	n/a	n/a
	Spermatophytes	10948	7868	71,87	438	4	2500	n/a	22,84	4,93	n/a	n/a	n/a
	Ptérédiphytes	939	375	39,94	14	1,49	242	194	25,77	12	n/a	n/a	n/a
	Bryophytes	620	n/a	n/a	n/a	n/a	276	n/a	44,52	n/a	n/a	n/a	n/a
FAUNE	Mammifères	69	51	74	27	39	17	12	24,64	3,92	n/a	1	2
	Oiseaux	564	148	26	51	9	58	≈ 50	10,28	n/a	n/a	18	18
	Reptiles	520	494	95	37	7	14	12	2,69	n/a	n/a	5	3
	Amphibiens	189	189	100	145	77	6	2	3,17	n/a	n/a	3	3
	Poissons d'eau douce	167	65	39	5	3	21	6	12,57	n/a	n/a	0	n/a

3.3 AIRES OÙ SURVIVENT DES ESPÈCES MENACÉES A VALEUR UNIVERSELLE EXCEPTIONNELLE DU POINT DE VUE DE LA SCIENCE OU DE LA CONSERVATION

Les IBA de MTPNP et RBIM sont toutes deux des aires où survivent 22 espèces d'oiseaux considérées comme étant des enjeux de conservation au niveau mondial (Table 8).

Table 8 – Enjeux de conservation dans les IBA de MTPNP et des RBIM

Espèces	Liste rouge UICN	Critère IBA	Morne Trois Pitons National Park	Forêts du Nord et de la Montagne Pelée	Pitons du Carbet
<i>Geotrygon mystacea</i>	LC	A2	Non répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Chaetura martinica</i>	LC	A2	Répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Eulampis holosericeus</i>	LC	A2	Répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Eulampis jugularis</i>	LC	A2	Répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Cyanophaea bicolor</i>	LC	A2	Répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Orthorhynchus cristatus</i>	LC	A2	Répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Elaenia martinica</i>	LC	A2	Non répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Myiarchus oberi</i>	LC	A2	Répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Contopus latirostris</i>	LC	A2	Répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Allenia fusca</i>	LC	A2	Répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Margarops fuscatus</i>	LC	A2	Répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Cinlocerthia ruficauda</i>	LC	A2	Répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Cinlocerthia gutturalis</i>	LC	A2	Non répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Myadestes genibarbis</i>	LC	A2	Répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Euphonia musica</i>	NR	A2	Répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Icterus bonana</i>	VU	A1, A2	Non répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Loxiquilla noctis</i>	NR	A2	Répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Saltator albicollis</i>	LC	A2	Répertorié	Répertorié	Répertorié
<i>Amazona arausiaca</i>	VU	A1, A2	Répertorié	Non répertorié	Non répertorié
<i>Amazona imperialis</i>	EN	A1, A2	Répertorié	Non répertorié	Non répertorié
<i>Turdus lberminieri</i>	VU	A1, A2	Répertorié	Non répertorié	Non répertorié
<i>Setophaga plumbea</i>	LC	A2	Répertorié	Non répertorié	Non répertorié

Source: Boutrin *et al.*, 2017.

Si dix-huit de ces espèces sont communes aux trois IBA, quatre d'entre elles sont uniquement répertoriées comme étant des enjeux singuliers pour les IBA de chacune des îles: il s'agit de l'Amazone de Bouquet (*Amazona arausiaca*), de l'Amazone impériale (*Amazona imperialis*), de la Grive à pieds jaunes (*Turdus lherminieri*) et de la Paruline caféïette (*Setophaga plumbea*) pour l'IBA de la Dominique ; et de la Colombe à croissants (*Geotrygon mystacea*), de l'Élénie siffleuse (*Elaenia martinica*), de Trembleur gris (*Cinclocerthia gutturalis*) et l'Oriole (*Icterus bonana*) pour les IBA de la Martinique (Table 8). Notons que sur les quatre espèces qui vivent uniquement au sein de l'IBA de la Dominique, deux sont classées "vulnérables" et une "en danger".

4 DISCUSSION

4.1 LES BIENS COMPARES, CONTIENNENT-ILS LES HABITATS REPRESENTATIFS DES ÉTAGES FORESTIERS DES ÎLES VOLCANIQUES DES PETITES ANTILLES ?

Les RBIM offrent une meilleure représentativité des étages bioclimatiques secs, moyennement humides et très humides des Petites Antilles grâce aux continuums de la mer aux plus hauts sommets qui permettent la conservation d'habitats forestiers xérophiles et mésophiles qui ne se retrouvent pas au MTPNP à la Dominique. Plus encore, la faible fragmentation relative des continuités écologiques de la Martinique suppose des habitats d'une intégrité supérieure au Bien de la Dominique. Néanmoins, l'île de Saint-Vincent offre elle aussi un continuum dans le secteur de Soufrière National Park. Plus encore, les cartes d'occupation et d'utilisation des sols dans les îles volcaniques des Petites Antilles (CHEULA *et al.*, 2012) laissent supposer l'existence de continuums dans d'autres îles.

Au regard de la précédente analyse, si l'universalité du Bien proposé au "critère X" de la liste du Patrimoine Mondial de l'UNESCO est justifiée par le fait que les RBIM offrent des continuums d'habitats forestiers représentatifs des étages bioclimatiques secs, moyennement humides, humides et très humides, la justification de l'exceptionnalité peut s'appuyer sur le constat d'une couverture forestière homogène d'une intégrité unique à l'échelle des Petites Antilles.

4.2 LES BIENS COMPARES, SONT-ILS IMPORTANTS POUR LA CONSERVATION IN SITU DE LA DIVERSITÉ BIOLOGIQUE MONDIALE?

La Martinique est l'île volcanique des Petites Antilles la plus représentative de la richesse spécifique et de l'endémisme en spermatophytes aux échelles des Petites Antilles et des Antilles. Plus encore, son endémisme strict est près de cinq fois plus important que celui de la Dominique. Une analyse plus circonscrite à l'échelle des RBIM et de MTPNP élargit le constat de richesses spécifiques plus élevées à d'autres groupes, comme les ptéridophytes, les mammifères, les amphibiens et les poissons d'eau douce.

Bien que ce constat ait tendance à conforter la valeur de représentativité attribuée aux RBIM, il est en outre nécessaire de relativiser ces conclusions du fait des biais d'interprétation liés aux différences de pressions d'observation qui se traduisent par un important manque de données pour le MTPNP. Notons néanmoins que tous les groupes faunistiques recensés présentent des valeurs supérieures pour les RBIM. Cette plus grande diversité spécifique semble être en congruence avec la diversité écosystémique précédemment démontrée.

4.3 LES BIENS COMPARES, SONT-ILS DES LIEUX OÙ SURVIVENT DES ESPÈCES MENACÉES AYANT UNE VALEUR UNIVERSELLE EXCEPTIONNELLE DU POINT DE VUE DE LA SCIENCE OU DE LA CONSERVATION ?

Les RBIM et le MTPNP ont toutes deux des enjeux équivalents pour la survie d'espèces d'oiseaux menacées ayant une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de la science ou de la conservation: on y dénombre 18 espèces communes et quatre espèces qui sont uniquement présentes sur l'un des deux ensembles. Ces enjeux semblent néanmoins plus importants au MTPNM qui compte deux espèces d'oiseaux "vulnérables" et une "en danger", contre uniquement une espèce classée "vulnérable" pour les RBIM.

Au regard du caractère plutôt qualitatif de la question de la survie d'espèces menacées, les Biens comparés sont complémentaires. Le classement plus élevé des enjeux pour MTPNP peut être interprété en termes de pressions et de menaces plus importantes (BIRDLIFE INTERNATIONAL, 2018a). Précisons

enfin qu'à l'instar de l'IBA de Morne Trois Pitons National Park, l'IBA des Forêts du Nord et de la Montagne Pelée à la Martinique hébergerait "les plus grosses populations d'oiseaux forestiers à répartition restreinte de la Martinique" grâce à "la qualité et l'étendue de ses habitats" (BIRDLIFE INTERNATIONAL, 2018b). Enfin, cette IBA est qualifiée "de conservatoire génétique de premier ordre" pour la flore et de "formation végétale unique au monde pour plus du quart des espèces arborescentes" (BIRDLIFE INTERNATIONAL, 2018c).

CONCLUSION

Le rapport d'audition du 27 avril 2017 devant le Comité Français du Patrimoine Mondial (CFPM) a reconnu officiellement le caractère universel et exceptionnel des continuums écologiques des Réserves biologiques intégrales de la Martinique (RBIM). Sa Déclaration de Valeur Universelle Exceptionnelle (DVUE) est un plaidoyer qui s'organise autour de l'enveloppe géographique d'une zone qualifiée de suffisamment grande et fonctionnelle pour abriter l'ensemble des forêts typiques des îles montagneuses des Petites Antilles. Or, bien qu'elle ne fasse pas référence à la présence de continuums, la DVUE du Morne Trois Pitons National Park à la Dominique mobilise implicitement les mêmes arguments en faisant référence à sa diversité écosystémique et à l'excellent état de conservation de ses forêts.

L'étude des caractéristiques des aires forestières constitutives des Biens de la Dominique et de la Martinique souligne une diversité d'écosystèmes forestiers plus importante pour l'emprise spatiale des RBIM avec la présence d'habitats forestiers xérophiles et mésophiles. De plus, la fragmentation forestière est plus significative à MTPNP. Cette diversité écosystémique donne lieu à une diversité spécifique naturellement plus élevée dans l'emprise des RBIM.

Néanmoins, les valeurs des RBIM prises individuellement sont potentiellement observables dans d'autres îles des Petites Antilles. C'est notamment le cas de l'île de Saint-Vincent qui elle aussi offre un continuum forestier. Plus encore, certaines des espèces menacées ayant une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de la science ou de la conservation sont uniquement présentes à la Dominique, à la Martinique ou dans une autre île des Petites Antilles.

Le choix d'une candidature en série se pose si les valeurs du Bien proposé pour la Martinique sont chacune comparées aux mêmes valeurs dans différentes autres îles des Petites Antilles. En effet, à cette échelle d'analyse, il existe des complémentarités apparentes entre les valeurs pour les aires forestières de la Martinique et de la Dominique, ainsi que celles des autres forêts de l'arc. En outre, en considérant l'enveloppe forestière des RBIM comme un tout qui ne se réduirait pas à la somme des parties, la candidature de la Martinique se singularise de celle de la Dominique et de toutes les éventuelles candidatures à venir d'autres îles de l'archipel par sa couverture forestière continue la plus homogène et la plus étendue des Petites Antilles. D'un point de vue scientifique, les deux dispositifs de candidature sont justifiables. Le choix relève beaucoup plus des jeux d'acteurs et des stratégies environnementales des organisations locales, régionales, nationales et internationales, que d'un véritable argumentaire scientifique en faveur d'une candidature individuelle ou en série. Dès lors, le choix devrait se porter sur le dispositif institutionnel qui maximisera les chances d'inscription de l'emprise géographique des RBIM sur la liste du Patrimoine Mondial de l'UNESCO.

RÉFÉRENCES

ACEVEDO-RODRÍGUEZ, P.; M. T. STRONG. Floristic richness and affinities in the West Indies. **The Botanical Review**, v. 74, n. 1, p. 5-36, 2008. Doi:10.1007/s12229-008-9000-1.

BEARD, J. S. **The natural vegetation of the Windward & Leeward Islands**. Oxford: Clarendon Press, 1949

BELLEFONTAINE R. *et al.* **Arbres hors forêt**: extension et précision du concept. Québec: XIIe World Forestry Congress, 2003.

BIRDLIFE INTERNATIONAL. **Important Bird Areas factsheet**: Morne Trois Pitons National Park. 2018a. Downloaded from <http://www.birdlife.org> on 06/12/2018.

BIRDLIFE INTERNATIONAL. **Important Bird Areas factsheet**: Forêts du Nord et de la Montagne Pelée. 2018b. Downloaded from <http://www.birdlife.org> on 06/12/2018.

BIRDLIFE INTERNATIONAL. **Important Bird Areas factsheet**: Pitons du Carbet. 2018c. Downloaded from <http://www.birdlife.org> on 06/12/2018.

BOUTRIN, L. *et al.* **Volcans et forêts du Nord de la Martinique**: Audition devant le Comité National des Biens Français du Patrimoine Mondial du 27 avril 2017, Fort-de-France: Parc naturel régional de la Martinique, 2017.

BROOKS, T. M. *et al.* Habitat loss and extinction in the hotspots of biodiversity. **Conservation biology**, Washington, v. 16, n. 4, p. 909-923, 2002. Doi: 10.1046/j.1523-1739.2002.00530.x.

CAUJAPÉ-CASTELLS, J. *et al.* Conservation of oceanic island flora: present and future global challenges. **Perspectives in Plant Ecology, Evolution and Systematics**, v. 12, n. 2, p. 107-129, 2010. Doi: 10.1016/j.ppees.2009.10.001.

CHEULA, A. *et al.* **Cartographie d'occupation des sols des îles des Petites Antilles**. Fort-de-France: Programme Interreg Caraïbe IV Caribsat project, 2012.

COURTINARD, P. **Orchidées de la Martinique**, Fort-de-France: PCP Éditions, 2015

DEPRAETERE, C. Le phénomène insulaire à l'échelle du globe: tailles, hiérarchies et formes des îles océanes. **L'Espace géographique**, Paris, v. 19/20, n. 2, p. 126-134, 1990.

FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Situation des forêts du monde 2001**, FAO: Rome, 2001.

FELDMANN, P. **Orchidées sauvages des Antilles**. Gosier: PLB Editions, 2011.

FIARD, J. P. **Les forêts du nord de la montagne Pelée et des édifices volcaniques du piton Mont-Conil et du Morne-Sibérie**. Université des Antilles et de la Guyane: Diplôme universitaire de phyto-écologie tropicale et aménagement insulaire, 1994.

FOURNET, J. **Flore illustrée des phanérogames de Guadeloupe et de Martinique**. La Trinité: Gondwana Editions, 2002.

FOURNET, J.; SASTRE, C. Progrès récents dans la connaissance de la flore de Guadeloupe et de Martinique. **Acta botanica gallica**, v. 149, n. 4, p. 481-500, 2002. Doi: 10.1080/12538078.2002.10515977.

FRANCHOMME, M. *et al.* La biodiversité "aménage-t-elle" les territoires? Vers une écologisation des territoires. **Développement durable et territoires. Économie, géographie, politique, droit, sociologie**, Lille, v. 4, n. 1, p. 2-6, avril, 2013.

GRAVESON, R. **The classification of the vegetation of Saint Lucia**. Helsinki: Technical Report No. 3 to the National Forest Demarcation and Bio-Physical Resource Inventory Project, 2009.

HOWARD, R.A. **Flora of Lesser Antilles, Leeward and Windward Islands**. Massachusetts: Harvard University, 1989.

JOSEPH, P. **Dynamique, écophysiologie végétale en bioclimat sec à la Martinique**. Université des Antilles et de la Guyane: Thèse de doctorat, 1997.

JOSEPH, P. La végétation des Petites Antilles: principaux traits floristiques et effets plausibles du changement climatique. **Vertigo-la revue électronique en sciences de l'environnement**, Montreal, v. 11, n. 1, 2011. Doi: 10.4000/vertigo.10886.

JOSEPH, P. The Spatio-Temporal Interfaces within the Lesser Antilles Vegetation (The Example of the Island of Martinique). **OALib. J**, v. 3, n. 3, p. 1-17, 2016. Doi: 10.4236/oalib.1102463.

LEPART, J.; MARTY, P. Des réserves de nature aux territoires de la biodiversité L'exemple de la France. **Annales de géographie**, v. 5, p. 485-507, 2006.

LE SAOUT, S. *et al.* Protected areas and effective biodiversity conservation. **Science**, Washington, v. 342, n. 6160, p. 803-805, 2013. Doi: 10.1126/science.1239268.

NICOLSON, D. H. *et al.* Flora of Dominica, part 2: Dicotyledoneae. **Smithsonian contributions to botany**, Washington, v. 77, 1991.

OLSON, D. M.; DINERSTEIN E. The Global 200: priority ecoregions for global conservation. **Annals of the Missouri Botanical garden**, St. Louis, v. 89, n. 2, p. 199-224, 2002. Doi: 10.2307/3298564.

PONEY, O.; LABAT, J. N. État actuel de l'inventaire des flores tropicales. **Le Courrier de benvironnement de bINRA**, Paris, v. 27, n. 27, p. 79-91, 1996. <hal-01205966>.

ROJER, A. **Biological inventory of Sint Eustatius**. Curaçao: Carmabi Foundation, 1997

ROLLET, B. *et al.* **Arbres des Petites Antilles**. Paris: Editions Office National des Forêts, 2010.

SÁNCHEZ, A. T. L.; MONTERREY, N. H. A new Botanic Garden for St. Kitts-Nevis. **Revista del Jardín Botánico Nacional**, Havana, v. 30, n. 31, p. 29-31, 2009.

SANTIAGO-VALENTIN, E.; OLMSTEAD R. G. Historical biogeography of Caribbean plants: introduction to current knowledge and possibilities from a phylogenetic perspective. **Taxon**, Oldenburg, v. 53, n. 2, p. 299-319, 2004.

SHI, H. A. *et al.* Integrating habitat status, human population pressure, and protection status into biodiversity conservation priority setting. **Conservation biology**, v. 19, n. 4, p. 1273-1285, 2005 Doi: 10.1111/j.1523-1739.2005.00225.x.

SWENSON, N. G.; UMAÑA, M. N. Phylofloristics: an example from the Lesser Antilles. **Journal of Plant Ecology**, v. 7, n. 2, p. 166-175, 2014. Doi: 10.1093/jpe/rtt074.

UNESCO. **International classification and mapping of vegetation**. Switzerland: UNESCO, 1973.

VAN LAERE, G. *et al.* The forest ecosystems observatory in Guadeloupe (FWI). **Caribbean Naturalist Special issue**, Steuben, v. 1, n. 1, p. 108-115, 2016.

WEGE, D. C. *et al.* **Ecosystem profile: the Caribbean islands biodiversity hotspot**. Washington: Critical Ecosystem Partnership Fund, 2010.

YOUNG, R. P. **A biodiversity assessment of the Centre Hills, Montserrat**. UK: Durrell Wildlife Conservation trust and Kew Botanical Gardens, 2008.

Texto submetido à Revista em 12.12.2018
Aceito para publicação em 20.03.2019



Aquífero Guarani: diagnóstico tridimensional do direito às águas subterrâneas

Guarani Aquifer: Three-dimensional Diagnosis of the Right to Groundwater

Edieter L. Cecconello – Doutor em Direito Público, pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA). Professor de Direito Minerário e Recursos Hídricos da Faculdade de Direito na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: el.cecconello@gmail.com

Resumo

Esse estudo reorganizou o debate sobre o Aquífero Guarani, usando a metodologia tridimensional do jurista Miguel Reale, compreendendo as categorias fato, norma e valor. Reforçando esse método, foram acrescentadas contribuições pontuais da teoria da tragédia dos comuns, da teoria da sociedade de risco e da teoria da sociedade anárquica de Estados, que auxiliaram na descrição dos aspectos valorativos, fatuais e sociais do tema. Como resultado, esse estudo reforçou a importância do olhar interdisciplinar sobre o Aquífero Guarani, enfatizando o princípio da sustentabilidade ambiental.

Abstract

This study reorganized the debate on the Guarani Aquifer, using the three-dimensional methodology of the jurist Miguel Reale with the categories of fact, norm and value. Reinforcing this method, there were added specific contributions of the theory of tragedy of the commons, of the theory of the society of risk and of the theory of the anarchic society of states that helped in the description of the evaluative, factual and social aspects of the subject. As a result, this study methodologically reinforced the importance of the interdisciplinary view on the Guarani Aquifer, emphasizing the principle of environmental sustainability.

Palavras-chave

Aquífero Guarani. Tridimensionalidade. Sustentabilidade. Direito internacional.

Keywords

Aquifer Guarani. Three-dimensionality. Sustainability. International right.

INTRODUÇÃO

O objetivo geral desse estudo é produzir um diagnóstico jurídico sobre o aquífero Guarani, localizado na América do Sul, aplicando o método tridimensional do jurista brasileiro Miguel Reale (1960, 2002) pelo qual se projetam, dialeticamente, as categorias fato, norma e valor. O objetivo específico desse estudo é sistematizar a legislação mínima ao direito às águas subterrâneas do aquífero Guarani ao lado dos valores culturais e fatos contemporâneos inter-relacionados, procurando descobrir o fio condutor ou princípio jurídico preponderante que anima o debate desse tema no conjunto dialético da tridimensionalidade.

O Sistema Aquífero Guarani faz parte da Bacia Geológica Sedimentar do Paraná e é um importante corpo hídrico subterrâneo e transfronteiriço entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, sendo considerado entre uma das maiores reservas de água doce subterrânea do planeta. No Brasil são 735.917,75 km², distribuídos entre oito estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país. Os dados fornecidos pelo Ministério do Meio Ambiente, do Governo Federal Brasileiro (OEA, 2009, p.16), informam que o Sistema Aquífero Guarani possui um volume acumulado de 37.000 km³ e área estimada de 1.087.000 km² como um todo.

Notícia veiculada pelo site Ecoa, organização não governamental do estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, afirma, por sua vez, que:

O Aquífero Guarani constitui-se em uma importante reserva estratégica para o abastecimento da população, para o desenvolvimento das atividades econômicas e do lazer. Sua recarga natural anual (principalmente pelas chuvas) é de 160 Km³/ano, sendo que desta, 40 Km³/ano constitui o potencial explotável sem riscos para o sistema aquífero. As águas em geral são de boa qualidade para o abastecimento público e outros usos, sendo que em sua porção confinada, os poços têm cerca de 1.500 m de profundidade e podem produzir vazões superiores a 700 m³/h (ECOIA, 2018, p. 01).

1 MÉTODO DE REORGANIZAÇÃO DAS IDEIAS

Segundo o jurista Miguel Reale (2002, p. 556), “todo ser humano possui um centro axiológico de gravidade que garante o equilíbrio de nosso ser pessoal”. Consequentemente, toda a tomada de posição é inseparável de qualquer experiência axiológica, manifestando-se tanto no plano individual e coletivo

como ato decisório, resultante de um ato de preferência entre valores (REALE, 2002, p. 557). Portanto, se o valor e o fato se mantêm distintos, exigindo-se reciprocamente em condicionalidade recíproca, “podemos dizer que há entre eles umnexo ou laço de polaridade e de implicação” (MONTARROYOS, 2012, p. 01). Porém, cada esforço humano de realização de valores é sempre uma tentativa, nunca uma conclusão, dentro de um processo que Reale menciona como processo dialético de complementaridade (REALE, 2002, p. 571).

Assim, a atualização dos valores depende sempre das circunstâncias e dos critérios contingentes de conveniência e de oportunidade, dos quais decorre a preferência por esta ou aquela norma dentre as múltiplas vias compatíveis com as mesmas exigências axiológicas. Na realidade, fato e valor, fato e fim, estão um em relação com o outro em dependência ou implicação recíproca. Nesse contexto, Reale (2002) menciona a regra vigente deve ser “sempre uma baliza ao comportamento do juiz, que, no entanto, não pode deixar de valorar o conteúdo das regras. Ele, juiz, enquanto homem, já participa dela e pertence às circunstâncias de sua ‘temporalidade’” (REALE, 2002, p. 583).

Em suma, a palavra Direito pode ser apreendida por abstração, em tríplice sentido, segundo três perspectivas dominantes, a saber: 1) o Direito como valor do justo, estudado pela Filosofia do Direito na parte denominada de Deontologia Jurídica, ou no plano empírico e pragmático da Política do Direito; 2) o Direito como norma ordenadora da conduta, objeto da Ciência Jurídica ou Jurisprudência e da Filosofia do Direito no plano epistemológico; e 3) o Direito como fato social e histórico, objeto da História, da Sociologia e da Etnologia (MONTARROYOS, 2012; REALE, 2002, p. 509).

2 CULTURA DO DESPÉRDÍCIO DE ÁGUA

Segundo o especialista Guerra (2009, p. 16), “a água é um bem vital para a existência da vida de todas as espécies e, em especial, para o ser humano”, pois “sua utilização vai além do consumo orgânico, haja vista que é utilizada em diversas atividades incluindo: uso doméstico, indústria, agricultura etc.” (GUERRA, 2009, p. 16). Nessa direção o mesmo autor observou que “ao se desperdiçar a água, as pessoas negam seu valor e demonstram claramente uma visão míope diante dos acontecimentos presentes e futuros da humanidade [...]” (GUERRA, 2009, p. 16).

Reforçando a preocupação com a sustentabilidade, Resende (2013a, p. 136) afirmou que “no consumo alienado o consumidor não se preocupa com a qualidade e a procedência dos produtos, mas apenas com a quantidade consumida”; diferentemente, “no consumo crítico a pessoa procura qualidade, evita excessos, e considera o direito de escolha fundamental” (RESENDE, 2013a, p. 136). Na classificatória do mesmo autor considerou-se que “no consumo consciente o consumidor, antes de comprar, indaga de onde vem o produto, quem o produziu e em que condições” e, ainda, “se foram respeitados o meio ambiente e os direitos dos trabalhadores; e a partir das respostas [obtidas] norteia a sua decisão de consumo” (RESENDE, 2013a, p. 136).

Segundo Resende (2013b, p. 301), atualmente,

os indivíduos passam a consumir com os olhos e as emoções voltados apenas para eles mesmos, em um ato extremamente individualista e egoísta, sem se preocupar com as consequências socioambientais de suas decisões de consumo. Vive-se uma cultura de consumismo.

Ainda de acordo com o mesmo autor, “[...] nossas atividades econômicas, estilos de vida e hábitos de consumo estão destruindo a biodiversidade e o planeta a um ponto quase irreversível, razão pela qual se deve reduzir ao máximo o impacto das atividades humanas na natureza” (RESENDE, 2013b, p. 301). Nesse aspecto, Resende (2013a, p. 126) recuperou a contribuição de Marx que “desenvolveu uma crítica da exploração capitalista do solo, ao ressaltar que a agricultura capitalista de larga escala perturbava a relação metabólica entre o Homem e a terra”.

De acordo com o que informou a “Revista Página 22”, publicada pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (ÁGUA..., 2014), 40% da água para consumo é desperdiçada no Brasil. Preocupados com essa realidade, Bacci e Pataca (2008, s. p.) afirmaram que “o tema água deve estar presente no contexto educacional [...] com enfoque na ética e na formação do cidadão consciente do lugar que ele ocupa no mundo”. Na opinião dos mesmos autores citados “a educação para a água não pode estar centrada apenas nos usos que fazemos dela, mas na visão de que a água é um bem que pertence a um sistema maior, integrado, que é um ciclo dinâmico sujeito às interferências humanas”. Nesse sentido, o consumo ideal de água dentro do princípio da sustentabilidade deve contemplar os seguintes princípios, segundo a Declaração de Dublin, anunciada pela Conferência Internacional sobre Água e Desenvolvimento, em 1992:

1-A água é um recurso finito e vulnerável, essencial para a manutenção da vida, do desenvolvimento e do meio ambiente; partindo-se do princípio que a água sustenta a vida, a gestão dos recursos hídricos requer uma abordagem holística, integrando o desenvolvimento econômico e social com a proteção dos ecossistemas naturais. A sua gestão efetiva integra o uso do solo com os usos da água no âmbito da bacia de drenagem ou do aquífero subterrâneo;

2-A gestão e o desenvolvimento dos recursos hídricos devem ser baseados no enfoque participativo, envolvendo usuários, projetistas e governos de todos os níveis; a abordagem participativa implica o fomento à conscientização da importância da água em todos os sectores público e privado e sugere que as decisões sejam tomadas na base, com ampla participação e consulta pública e o envolvimento dos usuários no planeamento e implementação dos Projetos;

3-As mulheres têm um papel fundamental na administração, gestão e proteção dos recursos hídricos; implícito no papel das mulheres está o processo, o que raramente se verifica nos arranjos institucionais da gestão dos recursos hídricos;

4-A água tem valor econômico para todos os seus usos e deve ser reconhecida como um bem econômico; este último princípio embute o conceito fundamental do reconhecimento do direito de todos à água potável e ao saneamento, a preços compatíveis (DECLARAÇÃO ..., 1992, p. 01-02)

Especialistas diversos afirmam que a expressão “sustentabilidade” é sinônimo de coerência entre o uso e a preservação consciente de um determinado bem da natureza. Ou seja, ao mesmo tempo em que a Natureza é explorada, ela é mantida para as futuras gerações. Segundo Efung e Resende, o direito ao desenvolvimento:

deve estar intimamente jungida à concretização da dignidade da pessoa e à defesa do meio ambiente, de forma que o desenvolvimento deve ser perseguido sem provocar danos ao meio ambiente ou pelo menos com o mínimo de impactos negativos na natureza, promovendo, assim, o desenvolvimento sustentável (EFING; RESENDE, 2016, p. 719).

Consequentemente, consideraram os mesmos autores que não se pode falar em desenvolvimento que não seja sustentável.

2.1 EXTERNALIDADES NEGATIVAS

Os efeitos deletérios da cultura do desperdício da água reforçam a utilidade da teoria conhecida como “tragédia dos comuns” (HARDIN, 1968). Existiria inicialmente abundância de água para os indivíduos que buscam

satisfazer suas necessidades e bem-estar privado. Entretanto, havendo o risco de alguém monopolizar as reservas naturais de modo egoísta, nasce um ambiente competitivo que gera o estado de natureza hobbesiano com a “guerra de todos contra todos”. Nesse contexto, segundo o filósofo Hobbes (2003), falta um poder aglutinador que impeça o ser humano de agir de modo arbitrário.

Portanto, devido à ambição desenfreada dos indivíduos e à ausência de poder público que deveria produzir informações estratégicas em benefício da ordem ecológica configura-se o estado de natureza, que é uma situação eficiente na produção de bens privados, refletindo o máximo de liberdade dos agentes racionais.

Surgem, conseqüentemente, externalidades negativas como poluição, violência, desordem, epidemias, escassez de recursos naturais e injustiça, que afetam a todos indistintamente, pobres e ricos, caracterizando o mal comum ou tragédia social que prejudica não só a qualidade de vida da comunidade, mas sobretudo a existência biológica de cada um.

Conforme ressaltou o neocontratualista Hardin (1968), na tragédia dos comuns “o homem racional descobre que o custo de descartar seus resíduos sem qualquer tratamento no meio ambiente é menor do que o custo de tratar esses resíduos antes de descartá-los” (SAMPAIO; LAMARE; KLOSS, 2016, p. 187). Nessa perspectiva, ainda conforme estes autores “todos os indivíduos racionais chegarão à idêntica conclusão e descartarão resíduos contaminados no meio ambiente, que, com o tempo, ficará totalmente poluído” (SAMPAIO; LAMARE; KLOSS, 2016, p. 187).

Agravando-se a crise ecológica, nesse modelo teórico pode surgir um ponto de saturação ou de mutação, com a emergência positiva de um contrato social que firmará regras, autoridades e instituições destinadas a produzir os limites da convivência humana tendo em vista fundamentalmente o bem comum.

Na teoria contratualista clássica de Hobbes, a solução contra a desordem ecológica é um Estado forte, o Leviatã. Semelhantemente, para os neocontratualistas contemporâneos que defendem princípios democráticos e humanistas, pode-se achar uma solução moderna para a tragédia dos bens comuns com a definição de instrumentos regulatórios de comando e de controle coletivo (SAMPAIO; LAMARE; KLOSS, 2016). Segundo os mesmos autores citados:

O estabelecimento de critérios e parâmetros para o descarte de resíduos e a previsão de penalidades, em caso de descumprimento, poderiam tornar o descarte, sem o devido tratamento, mais custoso, criando incentivos para que o homem racional sempre descarte o resíduo tratado. Desse modo, [...] a ideia que fundamenta a tragédia dos comuns auxilia na elaboração de políticas públicas na seara ambiental e, por conseguinte, contribui para uma gestão mais eficiente desse bem (SAMPAIO; LAMARE; KLOSS, 2016, p. 187-88).

3 FATOS CONTEMPORÂNEOS: INSUSTENTABILIDADE

Notícia publicada pelo “Jornal do Barão”, Publicação Bimestral do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Barão de Mauá, de 2005, Brasil, destacou que o subsolo do município de Ribeirão Preto é abastecido pela água do Aquífero Guarani, a maior reserva subterrânea de água doce da América do Sul. Registrou a mesma notícia que existe uma população superior a 500 mil habitantes em Ribeirão Preto, sendo uma das poucas cidades do Estado de São Paulo abastecida integralmente pelo Aquífero Guarani (USO..., 2005).

Segundo dados do Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (DAERP), apresentados pelo mesmo Jornal, esse município tem 99 poços artesianos em funcionamento, que são responsáveis por 13.400m³ de água por hora. Apesar disso, alertou a notícia do jornal que “já começa a faltar água nas residências de alguns bairros. Somente na terceira semana do mês de abril de 2005, os moradores de cinco bairros da cidade tiveram problemas com a água de suas torneiras” (USO, 2005, p. 01). Além disso, informações do DAEF (Departamento de Água e Energia Elétrica), reproduzidas pelo mesmo Jornal, mostram que um dos problemas mais constantes é o desperdício da água. “Enquanto a média de consumo diária do homem é de 200 litros, em Ribeirão Preto esse número [era] de 348 litros por pessoa [em 2005]” (USO, 2005, p. 01)

Reportagem do site Ecodebate (ESTUDO..., 2011) informou que o Aquífero Guarani, que abastece o município de Ribeirão Preto, cidade do nordeste paulista, Brasil, localizada a 313 quilômetros da capital de São Paulo, estava ameaçado por herbicidas. Essa conclusão veio de um estudo realizado a partir de um monitoramento do Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto (DAERP) em parceria com um grupo de pesquisadores, que encontrou duas amostras de água de um poço artesiano na zona leste da cidade com traços de *diurom* e *baxazínona*, componentes de defensivo utilizado na cultura da cana-de-açúcar. Segundo a mesma reportagem:

outro problema que pode colocar em risco o abastecimento de água de Ribeirão Preto em médio prazo é a extração exagerada de água do manancial subterrâneo. Se o mesmo ritmo de extração for mantido, o uso da água do Aquífero Guarani pode se tornar inviável nos próximos 50 anos em Ribeirão Preto (ESTUDO..., 2011, p. 01).

Os dados técnicos apresentados pela reportagem indicaram que “a velocidade do fluxo de água absorvida pela reserva é mais lenta do que se supunha. Pelas contas dos especialistas, a cidade extrai 4% mais do que poderia do manancial” (ESTUDO..., 2011, p. 01).

De acordo com o analista Souza (2009), entre as principais fontes de riscos de contaminação das águas subterrâneas estão os postos de combustíveis e de derivados de petróleo; os cemitérios; a mineração; e os lixões a céu aberto, contendo celulose, metais pesados e restos de materiais hospitalares.

O especialista Carvalho (2008) lembrou, por sua vez, que as águas subterrâneas são progressivamente contaminadas pelos curtumes; frigoríficos; usinas de açúcar; agrotóxicos; e pelos poços construídos sem tecnologia adequada. Além disso, tem grande impacto a descarga de dejetos sem tratamento de esgoto domiciliar em rios e represas que abastecem cidades e irrigam plantações.

Os problemas atuais relativos à escassez de água e o receio planetário de que novas fontes sejam contaminadas aumentam as preocupações e incertezas inerentes à “Sociedade de Risco” (GUERRA, 2009).

A especialista Reolon, nesse sentido, observou que:

a sociedade atual vive o período pós-industrial, sendo caracterizada por Ulrich Beck como uma sociedade de risco, em que estão presentes duas espécies de riscos ecológicos, quais sejam: a) risco abstrato, que é invisível e imprevisível pelo conhecimento humano, com a probabilidade de existir por [meio] das verossimilhanças e evidências, mesmo não detendo o ser humano a capacidade perfeita de compreender esse fenômeno; b) risco concreto ou potencial, que é visível e previsível pelo conhecimento humano. A mesma autora afirmou que vive-se em uma sociedade de risco, uma sociedade que prioriza a evolução tecnológica e desconhece (ou até mesmo ignora) os reais perigos que isso pode ocasionar (REOLON, 2014, p. 01).

Para enfrentar esse contexto, enfatizou a importância do

princípio da precaução, que constitui uma alternativa viável para defesa do meio ambiente, sendo um instrumento que tem condições de proporcionar limites às ambições tecnológicas e científicas do ser humano, impondo medidas adequadas com o objetivo de afastar os perigos (REOLON, 2014, p. 01).

Explicou a mesma autora que:

com base nesse princípio da precaução, sempre que houver perigo da ocorrência de dano grave, a ausência de certeza científica absoluta não deverá ser utilizada como razão para adiamento da adoção de medidas eficazes a fim de impedir a degradação ambiental (REOLON, 2014, p. 01).

4 NORMAS E ACORDOS

O artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU) prevê que: “toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar a si e à sua família a saúde e o bem-estar...” (ONU, 1948, p. 13).-

A Carta Europeia da Água, proclamada pelo Conselho da Europa, em 1968, enfatizou por sua vez que não há vida sem água. Nessa direção, fez as seguintes ressalvas:

que a água é um bem precioso, indispensável a todas as atividades humanas; que os recursos de águas doces não são inesgotáveis; que é indispensável preservá-los, administrá-los e, se possível, aumentá-los; que alterar a qualidade da água é prejudicar a vida do Homem e dos outros seres vivos que dependem dela; que a qualidade da água deve ser mantida a níveis adaptados à utilização e deve, designadamente, satisfazer as exigências da saúde pública; que a manutenção de uma cobertura vegetal adequada, de preferência florestal é essencial para a conservação dos recursos de água; que os recursos aquíferos devem ser inventariados; que a boa gestão da água deve ser objeto de um plano promulgado pelas autoridades competentes; que a salvaguarda da água implica um esforço crescente de investigação, formação de especialistas e de informação pública; que água é um patrimônio comum, cujo valor deve ser reconhecido por todos; que cada um tem o dever de economizá-la e de utilizá-la com cuidado; que a gestão dos recursos de água deve inscrever-se no quadro da bacia natural, de preferência a ser inserida no das fronteiras administrativas e políticas; e que as águas não têm fronteiras, etc. (CARTA..., 1968, p. 01).

A Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, n. 63/124, de 2009, sobre o Direito dos Aquíferos Transfronteiriços (ONU, 2009), estabeleceu várias obrigações entre os países signatários, dentre elas:

- a) o dever de adotar medidas para proteger e preservar os ecossistemas dentro de um aquífero transfronteiriço ou dele dependente;
- b) o dever de identificar e de proteger áreas de recarga e descarga do aquífero;

c) o dever de prevenção, redução, controle da poluição e de adoção de uma abordagem de precaução;

d) e o dever de estabelecer e implementar planos de gerenciamento do aquífero e mecanismos de gerenciamento conjunto entre os envolvidos.

Em 2010, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas aprovou a Resolução n. 64/292, que trata do direito humano à água e ao saneamento (ONU, 2010). Essa Resolução vincula-se aos principais tratados de direitos humanos, e atribuiu à água a classificação de bem insubstituível, alertando, oportunamente, que pode ser um recurso natural finito se não houver gestão sustentável.

Pela Constituição Federal de 1988, do Brasil, artigo 225 (BRASIL, 2019), todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e à coletividade, por conseguinte, o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Segundo Freitas (2011, p. 22-25), no Brasil, “a água [...] passou a ser um bem de domínio público [...]; entretanto, é dotado de valor econômico, segundo a Lei federal nº 9.433/1997; o que na prática significa que o usuário deverá pagar pelo consumo”.

Por sua vez, Carvalho Filho (2016, p. 995) observou que o Código Civil brasileiro, artigo 1.228, parágrafo 1º, estabelece que:

o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

Observou o especialista Godoy que os direitos às águas subterrâneas são difusos:

pois visam à proteção de interesses que não se inserem perfeitamente no padrão individualista, e representam, ao contrário, uma projeção de anseios sociais pela tutela de bens que não são nem meramente individuais nem sequer coletivos, mas sim pertinentes a cada ser humano e a todos ao mesmo tempo (GODOY, 2005, p. 01).

Considerando-se o fato de que existe uma boa legislação protetiva das águas no Brasil, matéria jornalística publicada pela agência BBC, Brasil, de 2018 destacou que “não existe qualquer possibilidade de privatização dos mananciais subterrâneos ou dos recursos hídricos brasileiros se for seguida a legislação vigente” (GOVERNO..., 2018, p. 01), conforme explicou o professor

e pesquisador Rodrigo Lilla Manzione, da Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Segundo o entrevistado, “a Constituição Federal e a Lei 9.433/97 (Lei das águas) [informam que] as águas são de domínio público, o que não permite qualquer direito de propriedade sobre elas” (GOVERNO..., 2018, p. 01).

Do ponto de vista jurídico, lembrou o professor Manzione que as águas subterrâneas estão sob o domínio dos Estados que as abrigam. Ou seja, cada Estado da federação pode ter uma legislação específica, e o Governo Federal não pode interferir. Consequentemente, “para mudar essa situação e tornar os aquíferos passíveis de privatização seriam necessárias mudanças na Constituição por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC)” (GOVERNO..., 2018, p. 01). Concluindo, o pesquisador Manzione afirmou que “o sistema brasileiro é avançado e maduro o suficiente de forma a não permitir eventuais retrocessos na gestão dos recursos hídricos” (GOVERNO..., 2018, p. 01).

No levantamento feito pelos analistas Coelho e Silva (2008) identificou-se que as Províncias de Corrientes, Entre Ríos e Misiones, onde está localizado o aquífero Guarani na Argentina, possuem legislações sobre águas subterrâneas.

No Brasil, segundo os mesmos autores, todas as águas passaram para o domínio público com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nessa direção, “as correntes de água que banhem mais de um Estado, e que se estendam a território estrangeiro ou, sirvam de limites com outros países, são consideradas bens da União, conforme dispõe o artigo 20, inciso III, da Constituição Federal” (COELHO; SILVA, 2008, p. 10)

De acordo ainda com Coelho e Silva (2008, p. 12) “no Paraguai, a Lei n. 1.561/2000, também conhecida como a Lei-Mãe Ambiental, instituiu o Sistema Nacional do Ambiente (SISNAM), o Conselho Nacional do Ambiente e a Secretaria do Ambiente”.

Já no Uruguai, em 31 de outubro de 2004, foi realizado um plebiscito, no qual mais de 64% dos eleitores apoiaram a Reforma Constitucional que definiu a água como um bem público. O texto constitucional uruguaio estabelece que “a água é um recurso natural essencial para a vida”; e constituem “direitos humanos fundamentais” o acesso à água e a todos os serviços de saneamento (COELHO; SILVA, 2008, p. 13).

4.1 PONTO DE MUTAÇÃO

Antes de 2010 havia, politicamente, entre Brasil, Paraguai Argentina e Uruguai, um *Sistema Aquífero de Estados*, conforme sugere a classificatória proposta por Hedley Bull (2002).

O sistema internacional ou sistema de Estados, segundo a classificatória desse autor, configura-se quando dois ou mais Estados têm suficiente contato entre si, e sofrem impacto recíproco de suas decisões.

Entretanto, nesse cenário, as relações internacionais são aleatórias envolvendo temas diversos que envolvem conflitos que serão resolvidos por meio da guerra ou da diplomacia. Nesses termos, constata-se que o conceito de sistema internacional não difere da abordagem hobbesiana.

Diferentemente, a sociedade internacional ou sociedade de Estados existe quando um grupo de Soberanos, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade, ficando ligados por um conjunto comum de regras e instituições.

Nesse cenário, as relações internacionais são praticadas não só visando à resolução de conflitos, mas fundamentalmente à cooperação de interesses mútuos. Na sociedade de Estados, o respeito a determinados valores comuns é fator preponderante (BULL, 2002).

Nessa mesma perspectiva teórica, até o ano de 2010 os quatro países beneficiados pelo Sistema Aquífero Guarani apresentavam um conjunto de normas não harmônicas relativas à gestão dos recursos hídricos subterrâneos. Admitiam os analistas nesse período que apesar da existência de diferentes sistemas jurídicos com uma complexa distribuição de poderes e competências, havia aspectos importantes que deviam ser considerados para a consecução de políticas compartilhadas de gestão da água. Um ponto em comum entre os países do Sistema Aquífero Guarani naquele momento é que eles já consideravam em seus ordenamentos jurídicos a água como um bem público (ESTRADA, 2005).

A grande mudança geopolítica ocorreu mesmo a partir de 2010 quando foi instituída a *Sociedade Aquífera de Estados* fixando uma nova ordem ecológica e política na região fronteiriça.

Animados pelo espírito de cooperação e de integração e com o propósito de ampliar o alcance de suas ações concertadas para a conservação e aproveitamento sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços do Sistema

Aquífero Guarani os quatro países da região acordaram que o Sistema Guarani é um recurso de comum propriedade dos países locais e que cada um deles poderá usar da melhor maneira o estoque natural de águas de acordo com suas disposições constitucionais e legais e em conformidade com as normas de direito internacional aplicáveis.

Declara o mesmo documento internacional que em cada país a utilização dos recursos hídricos deverá priorizar o aproveitamento de forma racional e sustentável e respeitar a obrigação de não causar prejuízo sensível às demais partes, nem ao meio ambiente.

Também, quando se causar prejuízo sensível à outra parte e ao meio ambiente, a outra parte responsável pelo prejuízo deverá adotar todas as medidas para reduzi-lo ou eliminá-lo. Além disso, cada parte deverá informar às outras partes todas as atividades em seu território que possam ter efeitos ou impactos no sistema para além de suas fronteiras. A informação seguirá acompanhada de dados técnicos disponíveis, incluídos os resultados de uma avaliação dos efeitos ambientais para que as partes que receberem a informação possam avaliar os possíveis efeitos de tais atividades e obras.

Em caso de suspeita de riscos, de uma atividade ou obra, ocasionados por uma das partes, com eventual prejuízo, poderá solicitar-se dados técnicos disponíveis, incluídos os resultados de uma avaliação dos efeitos negativos. Oportunamente, futuros conflitos devem ser resolvidos através da arbitragem internacional.

Também as partes se comprometeram a estabelecer programas de cooperação com o propósito de ampliar o conhecimento técnico e científico sobre o Sistema Aquífero Guarani; promover o intercâmbio de informações sobre as práticas de gestão, bem como desenvolver projetos comuns.

Todas essas considerações normativas aprovadas pelo Senado brasileiro em 2017 reforçam a teoria classificatória do analista Hedley Bull (2002, p. 85-86), uma vez que:

Na sociedade internacional os principais responsáveis pela função de ajudar a tornar as regras efetivas são seus próprios membros - os Estados soberanos. Isto ocorre em virtude da inexistência de um governo supremo, que no estado moderno pode exercer essa função, ou de um grau de solidariedade entre os Estados como o que caracteriza, nas sociedades primitivas sem estado, a execução dessa atividade pelos grupos politicamente competentes. Neste sentido, na sociedade dos Estados, as instituições mais importantes são os próprios Estados. São

eles que exercem a função de formular as regras, ou legislar, manifestando a sua concordância. As normas de aplicação geral, como as regras de coexistência, nascem do costume e da prática estabelecida, sendo em alguns casos confirmadas por convenções multilaterais.

CONCLUSÃO

O inventário das ideias desse estudo deixou claro que o fio condutor ou princípio preponderante que anima o debate da tridimensionalidade do direito às águas subterrâneas do aquífero Guarani é a *sustentabilidade*.

Os estudos contemporâneos que utilizam esse princípio transcendental enfatizam a ideia de que o ambiente compõe um sistema complexo e articulado, motivo pelo qual é preciso considerar a interface da água como recurso ambiental e econômico, garantindo-se estrategicamente a sua interconexão com outros saberes e legislações internacionais.

Nessa perspectiva teórica e política, as legislações já existentes em estados, províncias e governos estaduais precisam ser eficazes no sentido de promover garantias ecológicas sem perder de vista os princípios subsidiários da prevenção, da precaução, da informação, da notificação ambiental, e da cooperação internacional, entre outros, que conjuntamente atuam em favor do equilíbrio ideal entre a utilização econômica e a preservação do bem ecológico visando as presentes e as futuras gerações.

Em nome da sustentabilidade é preciso a intervenção mais incisiva do Estado brasileiro em seu território hídrico, fomentando pesquisas sistemáticas que tragam melhores conhecimentos sobre os potenciais dos aquíferos; ao mesmo tempo, o Estado deve executar medidas urgentes visando frear o risco de contaminação das reservas subterrâneas, uma vez que cada aquífero é único na Natureza e possui características próprias.

Além disso, o Estado brasileiro deve propor políticas públicas de Estado e não de governo, voltadas ao desenvolvimento e à proteção ambiental de suas reservas, especialmente distribuindo incentivos fiscais em favor do reflorestamento, e criando novas áreas de proteção hidro ambiental; sendo necessário, concomitantemente, ainda, planejar o uso do solo em zonas de afloramento e de recarga do Aquífero Guarani; priorizar o uso equitativo das águas subterrâneas e superficiais, evitando o desperdício e a contaminação; e investir constantemente no papel transformador da educação ambiental.

REFERÊNCIAS

ÁGUA e cultura. **Revista Página 22**. Fundação Getúlio Vargas: Centro de Estudos em Sustentabilidade, São Paulo: 2014. Disponível em: <http://pagina22.com.br/2014/05/08/agua-e-cultura>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BACCI, D. de la C.; PATACA, E. Educação para a água. **Estudos avançados** [online], São Paulo, vol. 22, nº 63, p. 211-226, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a14.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 46a ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BULL, H. **A sociedade anárquica**: um estudo sobre a ordem na política mundial. Brasília: UnB, 2002.

CARTA Europeia da Água do Conselho da Europa, 6 de maio de 1968, 1968. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$Carta-europeia-da-agua](https://www.infopedia.pt/$Carta-europeia-da-agua). Acesso em: 30 jul. 2018.

CARVALHO, J. R. **Tratado regulamentando a exploração do Aquífero Guarani pelos países do MERCOSUL**. Campinas: FACAMP, 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/29059750/Aquifero-Guarani>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CARVALHO FILHO, J. dos S. **Manual de Direito Administrativo**. 30ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

COELHO, A. M.; SILVA, S. **Aspectos internacionais do Aquífero Guarani**. 2008 Disponível em: www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus. Acesso em: 30 jul. 2018.

DECLARAÇÃO de Dublin sobre água e desenvolvimento (1992). 1992. Disponível em: <http://www.agda.pt/declaracao-de-dublin.html>. Acesso em: 30 jul. 2018.

ECOIA (Ecologia e Ação). **Institucional**. Brasil, 2018. Disponível em: <http://ecoia.org.br/ecoia-institucional/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

EFING, A. C.; RESENDE, A. C. L. de. Educação para o consumo consciente: um dever do estado. **RJLB**, ano 2, nº 1, 2016. Disponível em: http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2016/1/2016_01_0713_0746.pdf. Acesso em: 30 jul. 2018.

ESTRADA, M. M. P. As águas subterrâneas do direito internacional ambiental: o Aquífero Guarani. **Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS**, João Pessoa, v. 3, n. 6, 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/issue/view/2512/showToc>. Acesso em: 30 jul. 2018.

ESTUDO mostra que o Aquífero Guarani está contaminado por agrotóxicos. **Revista eletrônica EcoDebate**, Mangaratiba, 19 maio 2011. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

FREITAS, W. P. de. (org). **Água: aspectos jurídicos e ambientais**. Curitiba: Juruá, 3ª ed. 2011.

GODOY, G. G. de. A fundamentalidade do direito à água e sua titularidade difusa. UFPR, **Revista de Direito**, Curitiba, v. 43, n. 0, 2005, p. 01. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/7008/4985>. Acesso em: 30 jul. 2018.

GOVERNO poderia privatizar Aquífero Guarani como sugerem mensagens nas redes? BBC NEWS BRASIL Por Evanildo da Silveira, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43164069>. Acesso em: 30 jul. 2018.

GUERRA, S. Crise ambiental na sociedade de risco. **Lex Humana**, Petrópolis, n. 2, 2009. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/33889/1/LH1-2_artigo8.pdf. Acesso em: 30 jul. 2018.

HARDIN, G. A. tragédia dos comuns. **Science**, v. 162, nº. 3859, p. 1243-1248, dez. 1968. Disponível em: http://www.garrethardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html. Acesso em 30 jul. 2018.

HOBBS, T. **Leviatã**. Tradução de João P. Monteiro e Maria Beatriz N. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MONTARROYOS, H. E. Teoria pluridimensional do Direito: variantes e aplicabilidade. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 17, n. 3216, p. 01, abr. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/21567>. Acesso em: 30 jul. 2018.

OEA (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS). **Aquífero Guarani: Programa Estratégico de Ação**. Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Montevideu: OEA, 2009. 424 p. CD-ROM.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, 1948, Nova York, p. 13. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/home/artigo/direito>. Acesso em 29 jul. 2018.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Site da instituição, leis e documentos diversos disponíveis.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/>. Acesso em: 03 jul. 2018.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Assembleia Geral. Resolução 63/124 de 2009 sobre O Direito dos Aquíferos Transfronteiriços.** 2009. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/sixth/66/TransAquifer.html>. Acesso em: 01 abr. 2016.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Assembleia Geral. Resolução 64/292 de 2010 sobre O Direito Humano à Água e Saneamento.** 2010. Disponível em: www.liberato.com.br/sites/default/files/luis_roberto_moraes_parte_4.pdf. Acesso em: 01 abr. 2016.

REALE, M. **Teoria do Direito e do Estado.** São Paulo: Martins, 1960.

REALE, M. **Filosofia do Direito.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

REOLON, C. C. C. Sociedade de risco e meio ambiente: o princípio da precaução e a inversão do ônus da prova. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF, out. 2014. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.50281&seo=1>. Acesso em: 30 jul. 2018.

RESENDE, A. C. L. de. A educação para o consumo consciente no ensino infantil. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, v. 40, n. 131, set. 2013a. Disponível em: <http://www.ajuris.org.br/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/view/278>. Acesso em: 30 jul. 2018.

RESENDE, A. C. L. de. A proteção do meio ambiente no sistema interamericano de direitos humanos a partir do direito à educação. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 10, n. 2, 2013b. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/71831/protecao_meio_ambiente_resende.pdf. Acesso em: 30 jul. 2018.

SAMPAIO, R. S. da R.; LAMARE, J. M. de; KLOSS, V. D. O. Regulação ambiental e a tragédia dos anti-bens comuns: análise de eficiência e efetividade aplicável ao regime de competência em matéria de licenciamento ambiental. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, Caxias do Sul, v. 6, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: www.uces.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/issue/view/192/. Acesso em: 30 jul. 2018.

SOUZA, L. C. de. **Águas subterrâneas e a legislação brasileira**. Curitiba: Juruá. 2009.

USO incorreto da água causa superexploração do Aquífero Guarani. **Jornal do Barão**, (online), 2005. Disponível em: <https://baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/jornal/2005/junho/empresas.htm>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Texto submetido à Revista em 08.11.2018

Aceito para publicação em 20.03.2019



Manejo florestal comunitário na Amazônia: comparação entre um modelo introduzido e a extração ilegal de madeira

Community forest management in the Amazon: comparison of an introduced model and illegal timber extraction

Philippe Waldhoff - Doutor em Recursos Florestais pela Universidade de São Paulo (USP). Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). E-mail: philippe.tim@gmail.com

Edson Vidal - Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental, pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). E-mail: edson.vidal@usp.br

Resumo

A extração de pequenas quantidades de madeira faz parte dos meios de vida de diversas comunidades tradicionais na Amazônia. A exigência da licença ambiental trouxe enormes desafios para seus protagonistas, colocando muitos em uma situação de clandestinidade. Foi comparada a situação entre extratores que adotaram as regras formais do plano de manejo florestal e os que permaneceram extraindo de forma convencional. Foram realizadas entrevistas e análise documental. Os dados foram analisados utilizando-se a base conceitual dos meios de vida sustentáveis, estatística descritiva e testes de análise de variâncias. A extração de madeira com plano de manejo florestal apresentou melhores resultados em relação ao capital natural e piores em relação ao capital financeiro e físico. Concluiu-se que a adoção das regras do manejo florestal sustentável contribuiu para a conservação da floresta e das espécies manejadas, mas levaram à irregularidade da renda e a dependência financeira de agentes externos.

Keywords

Extração de Madeira. Amazônia. Meios de Vida. Licenciamento Ambiental.

Abstract

Small-scale logging forms part of the livelihoods of many traditional communities in the Amazon. However, the requirements of environmental licensing have caused enormous challenges for loggers, putting many in a situation of clandestine extraction. The situation between loggers who have adopted the formal rules of forest management plans and those who have continued to extract conventionally was compared. Interviews and document analysis were conducted, and the data were analyzed using the conceptual basis of sustainable livelihoods, descriptive statistics and analysis of variance. Timber extraction with a forest management plan showed better results with regard to natural capital and worse results for financial and physical capital. We conclude that adoption of sustainable forest management rules contributed to conservation of the forest and of managed species but led to income irregularity and financial dependence on external agents.

Palavras-chave

Timber Extraction. Amazonia. Livelihoods. Environmental Licensing.

INTRODUÇÃO

Foi com o Decreto nº 1.282 de 1994, que se definiu pela primeira vez, em termos legais, o que seria o manejo florestal sustentável e quais seriam os seus princípios e diretrizes para a Amazônia brasileira. A partir de então, houve diversas regulamentações sobre o manejo florestal sustentável (BRASIL, 2007), sendo que, em 1998, foram criadas normas específicas para o Manejo Florestal Comunitário (MFC) (CARVALHEIRO *et al.*, 2008). Para Sunderlin (2006), quando o MFC é estabelecido por meio de normas elaboradas e apresentadas por agentes externos às comunidades, pode ser qualificado como um “modelo introduzido” de MFC. O modelo introduzido é, via de regra, caracterizado por uma abordagem fortemente influenciada pelo manejo florestal sustentável concebido para as empresas florestais (POKORNY; JOHSON, 2008), enfatizando aspectos regulatórios e legais (JONG *et al.*, 2010).

A normatização do manejo florestal, somada a uma forte pressão para diminuir as taxas de desmatamento na Amazônia, fez com que diferentes atores sociais viessem a buscar a regularização da atividade de extração de madeira (STONE-JOVICICH *et al.*, 2007; WALDHOFF; VIDAL, 2015). A não obediência às normas ambientais, seja pela falta de condições ou de interesse em extrair e comercializar madeira de forma legal, dá origem aos extratores clandestinos e a madeira ilegal.

Com o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva florestal e inserir os extratores de caráter familiar/comunitário no escopo da legalidade, iniciou-se em 2003, no estado do Amazonas, um programa para apoiar o desenvolvimento de Planos de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala (PMFSPE) (KIBLER; SILVA, 2008). Esses mesmos autores identificaram uma série de fatores que dificultavam o bom funcionamento desse programa, como a grande distância entre os projetos e os órgãos ambientais. Para Hajjar *et al.* (2011), as exigências estabelecidas para a elaboração e aprovação dos planos de manejo têm se mostrado muito complexas e fora do contexto das comunidades rurais.

A falta dos direitos de uso e propriedade das terras são fatores que podem, logo no início, inviabilizar as iniciativas de MFC (HAJJAR *et al.*, 2011). Alguns projetos, quando já estabelecidos, contribuíram efetivamente para a melhoria das condições de vida e diminuição da pobreza (CHEN *et al.*, 2013; RADACHOWSKY *et al.*, 2012), proferindo benefícios econômicos, socioculturais

e ambientais (HAJJAR *et al.* 2011). Por outro lado, muitos estudos têm apontado para as limitações ou mesmo a inviabilidade financeira do MFC (KOURY, 2007; CARVALHO; OLIVEIRA, 2010; MEDINA; POKORNY, 2011; HUMPHRIES *et al.*, 2012).

Foram aplicados muitos recursos por meio de diferentes programas e projetos na busca de promover e viabilizar o modelo introduzido de MFC, destacando-se o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) (AMARAL NETO *et al.*, 2011). Apesar dos esforços multilaterais, milhares de comunitários e pequenos produtores familiares continuaram a extrair madeira de forma clandestina. Quais os motivos que levam a permanecer na clandestinidade? Poucos estudos têm se debruçado sobre o ponto de vista dos pequenos produtores. Será que o modelo introduzido de MFC é uma opção viável, considerando os meios de vida desses atores sociais? O objetivo desta pesquisa foi o de comparar os resultados alcançados pelo modelo introduzido de MFC em relação à extração clandestina, sobre os meios de vida de seus protagonistas, buscando ampliar a compreensão sobre os motivos que mantêm os extratores à margem da legalização.

1 MATERIAL E MÉTODOS

1.1 ÁREA DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida no município de Boa Vista do Ramos (BVR), a 270 km de Manaus, na região denominada de Médio Amazonas, à margem direita do rio Amazonas. A escolha deste município deveu-se ao apoio ofertado pela unidade local do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), responsável pela assistência técnica florestal, que possibilitou o acesso aos PMFSPE e o estabelecimento de contato com extratores clandestinos.

O município apresenta um histórico de extração de madeira superior a 50 anos. Em 1999, um levantamento do setor produtivo identificou mais de 250 pessoas vinculadas ao processo de extração de madeira (KOURY, 2007). Alguns destes extratores formaram a Associação Comunitária Agrícola e de Extração de Produtos da Floresta que protagonizou o primeiro projeto de “modelo introduzido” de MFC no município (WALDHOFF, 2014; MEDINA; POKORNY, 2011).

Em 2006, teve início na região, dentro do escopo das políticas públicas estaduais, o Projeto Floresta Viva, com o objetivo de fortalecer o Programa Estadual de Manejo Florestal em Pequena Escala, com ações direcionadas à organização social, ao desenvolvimento de capacidade técnica e à estruturação da cadeia de comercialização da madeira manejada (KIBLER; SILVA, 2008). Em 2009, o estado do Amazonas passou, por meio do IDAM, a oferecer assistência técnica florestal aos pequenos produtores de BVR. O IDAM também oferece apoio no trâmite do licenciamento ambiental junto ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas e na comercialização da madeira manejada.

1.2 LEVANTAMENTO DE DADOS

Esta pesquisa baseou-se em um Experimento Natural (BERNARD, 2006), onde foi comparado o efeito do Programa Estadual de MFC do Estado do Amazonas sobre dois grupos de extratores de madeira: os que adotaram o PMFSPE e os que não adotaram (doravante denominados como “extratores clandestinos”). A comparação foi realizada com base no marco analítico dos “meios de vida sustentáveis” (*sustainable livelihoods framework*), que compreendem os recursos (capital humano, social, natural, físico e financeiro), as atividades e o acesso a estes (mediados pelas relações institucionais e sociais) que juntos determinam os ganhos individuais ou familiares (DFID, 1999).

Os dados foram coletados nos anos de 2013 e 2014 por meio de entrevistas, conforme sugerido em Gil (2008). Foram realizadas entrevistas não estruturadas com o diretor florestal do IDAM, o técnico florestal da unidade local do IDAM no município de BVR e o presidente da Associação de Manejadores Florestais do Curuçá.

Foi realizada uma amostragem com base em dois grupos de indivíduos: os extratores com PMFSPE (considerado aqui como o modelo introduzido de MFC) e os extratores clandestinos. Os indivíduos entrevistados foram escolhidos por julgamento de forma a se obter amostras comparáveis (BARBETTA, 2012), utilizando-se como critério, extratores que já tinham realizado a comercialização de madeira. Uma das amostras foi extraída a partir dos 55 detentores de PMFSPE localizados no município de BVR (base de dados do IDAM). Desses, 17 já haviam comercializado madeira manejada (considerada neste trabalho, como a madeira oriunda de projeto de manejo florestal licenciado) e 14 (n=14)

foram entrevistados. A outra amostra foi selecionada a partir da Associação dos Profissionais da Motosserra que congrega aproximadamente 84 extratores clandestinos de madeira, dos quais 19 (n=19) foram entrevistados.

Cada um dos extratores de madeira inseridos na amostragem foi entrevistado sobre diferentes aspectos relacionados aos capitais (humano, social, físico, financeiro e natural) dos meios de vida, por meio de um roteiro semiestruturado. As respostas foram categorizadas em escala ordinal de cinco pontos: muito negativo; negativo; neutro; positivo; muito positivo (KUSTERS *et al.*, 2005).

1.3 ANÁLISE DE DADOS

As entrevistas não estruturadas foram analisadas de forma qualitativa visando a uma maior clareza do processo político e de produção, contribuindo para a discussão do trabalho. As entrevistas estruturadas foram analisadas por meio de estatística descritiva e comparação de média referente a cada capital.

Cada categoria da escala ordinal encontrada nas respostas dos extratores foi transformada em valores numéricos: muito negativo = 0; negativo = 0,25; neutro = 0,5; positivo = 0,75 e muito positivo = 1. A partir das perguntas referentes a cada capital, foi determinado, com base na média aritmética simples, um único valor do capital para cada entrevistado (Valor Médio Individual do Capital (VIC) – eq. (1)).

$$VIC = \sum_{i=1}^n i / n \quad (1)$$

Onde o Vic = valor médio individual da capital; i = valor do indicador; n = número de indicadores.

A partir da média aritmética simples de cada entrevistado (VIC) foi determinado o Valor Médio Total do Capital (VTC) (eq. (2)) com base em todas as entrevistas para cada uma das situações estudadas: extratores com PMFSPE e extratores clandestinos

$$Vtc = \sum_{i=1}^n Vic / n \quad (2)$$

Vid = 1

Onde V_{tc} = Valor médio total do capital; V_{ic} = valor médio individual do capital; n = número de entrevistas.

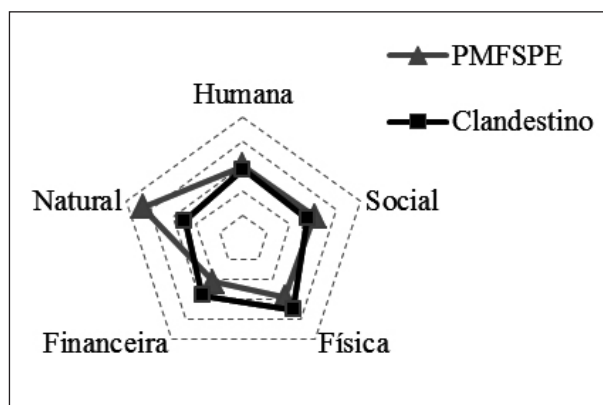
As médias referentes a cada capital (V_{TC}) de cada situação foram comparados utilizando-se diferentes métodos de ANOVA – TTEST; Wilcoxon Two-Sample Test; Kruskal-Wallis – de acordo com os resultados dos testes de normalidade (Shapiro Wilk) e de homocedasticidade.

2 RESULTADOS

A extração de madeira realizada por meio de PMFSPE apresentou resultados diferentes no capital natural, físico e financeiro, em relação à extração clandestina. Nos capitais humano e social não foram identificadas diferenças significativas (Figura 1).

O capital natural mostrou-se significativamente melhor para os extratores com PMFSPE (Qui-quadrado = 21.4171; G.L = 1; $Pr > Qui\text{-}quadrado < 0,0001$). O capital financeiro e o físico apresentaram melhores resultados para os extratores clandestinos (G.L = 30; valor de $t = 2,27$; valor de $p = 0,0307$; Qui-quadrado = 6.7926; G.L = 1; $Pr > Qui\text{-}quadrado = 0,0092$). O capital humano e o social não apresentaram diferenças significativas (G.L = 31; valor de $t = -0,70$; valor de $p = 0,4488$; G.L = 31; valor de $t = -1,62$; valor de $p = 0,1157$).

Figura 1 – Pentagrama comparando os resultados da extração de madeira sobre os meios de vida entre os extratores com PMFSPE e os extratores clandestinos



Os capitais podem ser representados por seus indicadores específicos permitindo uma melhor análise e interpretação dos resultados (Tabela 1).

3 DISCUSSÃO

Os resultados do trabalho mostraram que o modelo introduzido de MFC, da forma em que vem sendo aplicado, não tem sido efetivo para melhorar os meios de vida dos extratores. A discussão que se segue é focada nos capitais e seus respectivos indicadores.

3.1 CAPITAL HUMANO

Os extratores com PMFSPE se destacaram principalmente em relação ao desenvolvimento de novos conhecimentos, em especial, na adoção de práticas relacionadas ao Manejo Florestal de Impacto Reduzido (DYKSTRA, 2002) como: o uso de equipamentos individuais de segurança; o uso de trilhas de fuga; técnicas de mapeamento e inventário florestal; teste de verificação das árvores ocadas; derruba direcionada da árvore. As práticas adotadas além de serem importantes para a segurança dos trabalhadores contribuem com a manutenção da floresta manejada (MACPHERSON *et al.*, 2010). O desenvolvimento das habilidades relacionadas ao manuseio da floresta faz parte de um contexto mais fácil de ser assimilado pelos extratores. No entanto, em relação ao processo de produção, o estabelecimento de PMFSPE exige conhecimentos relacionados ao processo de licenciamento ambiental e comercialização de madeira legalizada, fora do contexto usual dos extratores.

Tabela 1 – Comparação entre os valores médios encontrados para cada capital e os respectivos indicadores

Capital (Cap.)	Indicador (Ind.)	PMFSPE		Clandestino	
		Ind.	Cap.	Ind.	Cap.
Natural *	Conservação dos recursos manejados	0,75	0,86	0,33	0,50
	Controle de acesso aos recursos manejados	0,93		0,67	
	Conservação da floresta	0,89		0,51	
Humano	Segurança no trabalho	0,68	0,6	0,42	0,57
	Alimentação no trabalho	0,57		0,51	
	Educação formal	0,50		0,49	
	Uso de conhecimentos tradicionais	0,61		0,72	
	Acesso a novos conhecimentos	0,73		0,68	
	Conhecimento do processo de produção	0,50		0,59	

Social	Oportunidade para jovens	0,55	0,61	0,57	0,55
	Relações internas da comunidade	0,59		0,53	
	Participação na organização	0,68		0,41	
	Empoderamento feminino	0,55		0,70	
	Relações externas	0,66		0,56	
Físico*	Infra local (comunitária)	0,50	0,58	0,57	0,70
	Eletrodomésticos e infra da casa	0,63		0,76	
	Equipamentos e infra do trabalho	0,58		0,76	
Financeiro*	Agregação de valor e qualidade	0,83	0,43	0,39	0,55
	Regularidade da renda	0,25		0,64	
	Divisão da renda	0,60		0,67	
	Independência financeira	0,16		0,50	

* Capitais que apresentaram diferenças estatísticas entre as médias

O valor do capital apresentado na tabela representa a média simples dos indicadores

Os extratores clandestinos se destacaram em relação ao uso dos conhecimentos tradicionais, que são a base para o desenvolvimento do trabalho. Devido ao histórico de desenvolvimento do modelo introduzido de MFC na região, os extratores clandestinos também tiveram um bom acesso aos novos conhecimentos. Foi identificado que 36% desses realizam práticas de manejo florestal sustentável.

3.2 CAPITAL SOCIAL

O desenvolvimento de projetos do modelo introduzido de MFC na região, desde o final dos anos 1990, levou a uma organização formal para a atividade. Foi identificado que a maioria dos extratores com PMFPE são membros da Associação de Manejadores Florestais do Curuçá e 60% dos extratores clandestinos fazem parte da Associação dos Profissionais da Motosserra. No entanto, os extratores com PMFSPE são mais atuantes junto à sua associação e tiveram suas relações com instituições externas, em especial o IDAM, fortalecidas, e ampliadas para novos grupos de compradores de madeira legalizada.

A extração de madeira, via de regra, não interferiu nas relações internas das comunidades e se apresentou como uma oportunidade limitada para os jovens. As mulheres quando no contexto dos PMFSPE estiveram limitadas a serem

legalmente as proponentes dos projetos, mas não tiveram envolvimento efetivo com o trabalho. Na extração clandestina, as mulheres estiveram mais presentes e foram remuneradas pelo trabalho.

3.3 CAPITAL FÍSICO

De uma forma geral não foram identificados investimentos relacionados à infraestrutura comunitária, caracterizando uma cadeia produtiva com poucos investimentos privados ou públicos. O capital físico refletiu a capacidade de compra ou de investimentos que os extratores têm sido que a renda proveniente da extração de madeira é aplicada em bens domésticos e na manutenção e compra de materiais de trabalho. Em ambos os casos, os extratores clandestinos apresentaram uma maior capacidade de compra ou investimento.

3.4 CAPITAL NATURAL

O capital natural foi o que apresentou a maior diferença, a favor do PMFSPE, entre as duas situações estudadas. Em parte, o fato está relacionado às características conservacionistas prescritas na legislação ambiental e que devem ser adotadas nas áreas dos PMFSPE (AMAZONAS, 2011).

Conservação das espécies manejadas

No caso do PMFSPE, a obrigatoriedade de manutenção de árvores, que em outros casos seriam exploradas, para o segundo ciclo de produção ou como porta sementes, contribui, na percepção dos extratores, diretamente com a conservação das espécies manejadas.

A extração clandestina pode ocorrer em duas situações. Na primeira, a floresta é mantida, sendo feita apenas a extração seletiva das espécies comerciais. A segunda ocorre em áreas onde a floresta foi derrubada para o estabelecimento de roça ou pasto, fazendo-se o aproveitamento das espécies de interesse. Em ambos os casos, não foram constatadas regras formais ou informais que visem conservar os recursos manejados.

Os relatos feitos por extratores apontam para a sobre exploração das algumas espécies comerciais indicando uma tendência da “tragédia dos comuns” (HARDIN, 1968). Como exemplos foram citados a *Cedrela fissilis* (cedro) e o

Aniba rosaeodora (pau-rosa), duas espécies intensamente extraídas anteriormente e que quase não são mais encontradas nas florestas da região. No entanto, deve-se atentar ao fato de que a floresta, como um todo, mostrou-se capaz de atender à demanda de produção dos comunitários com base em novas espécies comerciais.

Controle de acesso aos recursos manejados

A formalização do PMFSPE requer o mapeamento da propriedade, a demarcação da área onde será realizada a extração de madeira, a abertura de trilhas e a identificação das árvores que serão exploradas. Esses procedimentos permitem um controle bastante eficiente da área e do acesso aos recursos. No caso da extração clandestina, quando ocorre em áreas privadas onde a floresta é convertida em outros usos, o proprietário pode determinar os extratores que irão fazer o aproveitamento das árvores comerciáveis, mas não há preocupação com o controle sobre os recursos florestais como um todo. Já, quando a extração clandestina ocorre em áreas das comunidades, podem existir regras que excluam outras pessoas que não são membros da comunidade, como é o caso das propriedades comunais apontado por Feeny *et al.* (2001).

Conservação da floresta

As áreas com os PMFSPE foram devidamente cadastradas no órgão ambiental competente (IPAAM) e ficaram proibidas de serem convertidas em outros usos (BRASIL, 2012). Os extratores mostraram claro entendimento sobre esta situação, sabendo que essas áreas não podem ser utilizadas para roçados ou pastagens, aumentando as possibilidades de manutenção da floresta.

Nas áreas onde ocorre a extração clandestina, não existem garantias formais ou informais de que essas áreas permanecerão como florestas. Muitas vezes, inclusive, a madeira é extraída em áreas que já foram derrubadas para outros usos. Apesar desta situação crítica, foi identificado que alguns extratores percebem a importância da manutenção da floresta como uma fonte de recursos.

3.5 CAPITAL FINANCEIRO

Agregação de valor e qualidade

Esse indicador apresentou um valor superior para os extratores com PMFSPE, pois a madeira de origem manejada, pelo fato de vir acompanhada dos

documentos de origem ambiental e fiscal, apresentou um maior valor de venda. Também, os extratores com PMFSPE, fizeram uso de serraria portátil para o desdobro da madeira, o que resultou em um produto de melhor qualidade. Os extratores clandestinos vendem por preços menores, pois não têm os documentos de origem da madeira e fazem o desdobro com motosserra, que resulta em uma qualidade pior e gera mais desperdícios.

Em BVR, 95% dos extratores clandestinos vendem a madeira na forma de produtos processados para uso direto principalmente para a construção civil (moradias). Já os extratores com PMFSPE, vendem a madeira processada, porém com dimensões maiores, principalmente para movelarias locais e regionais. Contrapondo estimativa de que menos de 10% dos pequenos produtores na Amazônia, comercializam produtos florestais processados (VOS *et al.*, sem data, *apud* JONG *et al.*, 2010). Os resultados mostraram um importante potencial dos produtos semiacabados e acabados para os mercados locais e regionais, muitas vezes desconsiderada no contexto dos MFC.

Divisão da renda

Nas duas situações estudadas, a divisão a renda auferida com a venda da madeira ficou de posse do detentor do PMFSPE ou do responsável pela extração clandestina. Os demais trabalhadores envolvidos foram pagos mediante diárias. Não foram identificadas melhorias ou alocação de recursos, com a renda proveniente da venda da madeira, nas comunidades ou em instâncias coletivas.

Regularidade da renda

A falta de regularidade ou, em outros termos, a irregularidade da renda, pode ser apontada como um dos principais problemas relacionados aos extratores com PMFSPE. Em BVR, os PMFSPE começaram a ser elaborados em 2005/2006. Até a época da pesquisa haviam sido elaborados 55 planos de manejo (banco de dados do IDAM-BVR). Desses, aproximadamente 30% chegaram à comercialização e apenas 7% fizeram mais de uma venda. Portanto, mesmo quando os extratores com PMFSPE alcançaram renda com a venda da madeira manejada, pouquíssimos projetos conseguiram fechar o ciclo de produção e venda mais de uma vez, principalmente devido aos aspectos burocráticos e legais, que serão discutidos nas considerações complementares.

No caso dos extratores clandestinos, apesar do risco por terem praticado uma atividade ilegal, a extração de madeira resultou em uma renda regular inserida no planejamento pessoal/familiar passível de entradas mensais.

Independência financeira

Os extratores com PMFSPE apresentaram uma alta dependência financeira para realizar da atividade, pois não possuíam condições de arcar com os custos associados ao apoio técnico, administrativo e burocrático recebido para elaboração e tramitação dos PMFSPE. De acordo com Pokorny e Johnson (2008), as limitações impostas por estes fatores acabam inviabilizando os projetos.

Os extratores clandestinos apresentaram uma alta autonomia refletindo em uma boa pontuação na independência financeira. O fato está relacionado aos poucos recursos necessários para o trabalho, condizentes com as circunstâncias do extrator, que depende mais de sua própria força de trabalho e, nesse caso, de alguns poucos gastos relacionados ao uso e manutenção das motosserras.

Considerações complementares sobre os obstáculos financeiros

De uma forma geral, os projetos do modelo introduzido de MFC na região amazônica se mostraram pouco atrativos em relação às perspectivas de retorno financeiro (POKORNY; JOHNSON, 2008; CARVALHO; OLIVEIRA, 2010; JONG *et al.*, 2010; MEDINA; POKORNY, 2011; HUMPHRIES *et al.*, 2012). Alguns dos fatores apontados foram: altos investimentos iniciais; baixa produtividade; alto custo de produção, baixo preço de venda; distância de mercados; desafios logísticos e de gestão, entre outros. Uma análise dos resultados do presente trabalho permite trazer novos elementos para a discussão.

Tempo de espera para transformar um recurso natural em ativo financeiro

Para os extratores clandestinos, a madeira é uma forma rápida de transformar um recurso natural em ativo financeiro, se mostrando adequada aos seus meios de vida. Infelizmente, para os extratores legalizados (com PMFSPE), a transformação de um recurso natural para ativo financeiro, não é garantida e quando ocorre é demorada.

O processo de regularização ambiental é caracterizado por um período inicial, entre 2 e 3 anos, em que o interessado tem diversos gastos para elaborar o

plano de manejo e demais procedimentos administrativos, e tramitá-lo junto aos órgãos competentes (WALDHOFF; VIDAL, 2015). Durante esse período existe uma grande incerteza, pois não se sabe quando e se será obtida a licença ambiental. Somente após obter a licença poderão ser realizadas as operações de exploração e transporte da madeira, e estabelecidos os acordos comerciais. Em BVR dentre os 55 PMFSPE identificados no período desta pesquisa, apenas 17 chegaram à comercialização da madeira. Essa demora na tramitação documental eleva muito o tempo de aprovação do plano e, em muitos casos, acaba por desestimular o pequeno manejador, fomentando a ilegalidade (VIANNA *et al.*, 2013).

Comercialização da madeira

A comercialização da madeira oriunda dos PMFSPE é um processo que requer o acesso à Rede Mundial de Computadores, dentro de um sistema gerenciado pelo IBAMA, denominado de Sistema DOF (Documento de Origem Florestal) (BRASIL, 2007). O DOF consiste em um sistema de crédito de madeira baseado no volume por espécie, devidamente autorizada na licença ambiental. O processo de venda e compra é realizado virtualmente, sendo que o transporte da madeira só é liberado quando o vendedor (neste caso extrator com PMFSPE) inserir diversas informações no sistema, inclusive o número do Documento/Nota Fiscal, e solicitar a emissão do DOF. A partir de então fica estabelecido um prazo para a realização da tramitação física da madeira. O volume comercializado passará a ficar creditado para o comprador. Em BVR, somente 7% dos extratores com PMFSPE e 18% dos extratores clandestinos, entrevistados, utilizam computador e têm acesso à internet. Portanto, para os grupos estudados, a venda da madeira manejada depende de terceiros para ser realizada.

Um segundo fator limitante para a comercialização de madeira manejada está relacionado à identificação de compradores. Os compradores de madeira manejada, sendo movelarias ou qualquer tipo de entreposto ou indústria, precisam estar cadastrados no Sistema DOF, ter licença ambiental e as certidões negativas de débitos fiscais atualizadas; caso contrário, as comercializações não podem ser realizadas. Esta exigência restringe as opções de compradores, pois poucos estabelecimentos se encontram plenamente aptos a comprarem madeira manejada.

Somado aos aspectos transacionais, a venda da madeira ainda tem um desafio imposto por questões ambientais. As chuvas durante o período de inverno prejudicam a derruba das árvores e o transporte inicial da madeira. Por outro

lado, no período da seca os rios ficam com o nível da água baixo e as áreas com PMFSPE podem se tornar inacessíveis. Portanto, após obtida a licença ambiental, os extratores com PMFSPE, tiveram de realizar todo o processo de extração e transporte da madeira, encontrar compradores viáveis e operacionalizar o sistema DOF, tudo isso, em um espaço de tempo em que as condições climáticas e ambientais, permitissem o desenvolvimento destas ações. Ficou evidente que os processos de regulação da atividade de base florestal são inadequados para a realidade da produção e manejo comunitários, como apontado anteriormente por Benatti *et al.* (2003).

Em contraponto, os extratores clandestinos operam dentro de um sistema completamente inserido na informalidade, sem os documentos fiscais e as licenças ambientais, pautado nas necessidades e capacidades pessoais do extrator. Um simples processo de compra e venda realizado diretamente com um atravessador ou o consumidor final, sem burocracia e sem custos, mas com um ônus ambiental e fiscal. A ilegalidade da atividade madeireira global na Amazônia causou uma evasão fiscal estimada em 477 milhões de reais em 2009 (ADEODATO *et al.*, 2013).

CONCLUSÕES

A proposta de desenvolvimento de PMFSPE mostrou o despertar do interesse dos extratores de madeira, sendo identificados 55 PMFSPE no município de BVR, em 2014. O modelo introduzido de MFC melhorou o capital natural e piorou o capital financeiro e físico, quando comparado à extração ilegal de madeira. As melhoras se referem ao controle de acesso aos recursos florestais, à conservação dos recursos manejados e à conservação da floresta. No entanto, a irregularidade da renda e a dependência de agentes externos para efetuarem a comercialização da madeira foram identificados como principais gargalos para viabilizar os PMFSPE. Os procedimentos estabelecidos pelo sistema DOF se mostraram inadequados à realidade de acesso e manuseio dos meios digitais experimentados pelos detentores de PMFSPE. Aproximadamente 1/3 dos extratores com PMFSPE chegaram ao objetivo final de comercializar a madeira manejada. Enquanto que para os extratores clandestinos a comercialização de madeira realizada é um processo simples de venda e compra, plenamente viável e condizente à realidade dos extratores, apesar do ônus ambiental e fiscal.

Estratégias de fortalecimento do capital humano e do social como: a capacitação de recursos humanos, a valorização de conhecimentos tradicionais e o fortalecimento social dos grupos envolvidos, são ações preponderantes a serem realizadas pelos diversos atores envolvidos no processo e que podem levar a uma maior autonomia e empoderamento dos grupos diretamente envolvidos.

Visando equilibrar a balança entre os ganhos ambientais e as perdas financeiras dos projetos de PMFSPE, podem ser utilizadas estratégias como: fortalecimento do programa de governo de compra de móveis escolares (Preme), feitos por movelarias e com madeira manejada, visando promover as cadeias produtivas locais; e ampliar a abrangência do Programa Bolsa Floresta, um esquema de REDD+, já veiculado pelo Governo do Estado do Amazonas, para incluir detentores de PMFSPE.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, S.; VILLELA, M.; BETIOL, L.S.; MONZONI, M. **Madeira de ponta a ponta: o caminho desde a floresta até o consumo**. São Paulo: FGV; RAE, 2013. 128 p.

AMARAL NETO, M.; CRUZ, H.; CARNEIRO, M.; MIRANDA, K. A construção de políticas públicas para o manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia brasileira. In: CRUZ, H.; SABLAYROLLES, P.; KANASHIRO, M.; AMARAL, M.; SIST, P. (org). **Relação empresa/comunidade no contexto do manejo florestal comunitário e familiar: uma contribuição do projeto Floresta em Pé**. Belém: IBAMA; DBFLO, 2011. p. 242-255.

AMAZONAS. Conselho Estadual do Meio Ambiente. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Resolução nº 07 de 21 de junho 2011**. Estabelece normas e procedimentos para plano de manejo florestal sustentável de pequena escala. Manaus: SEMA, CEMAAN, 2011.

BARBETTA, P.A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 8. ed. Florianópolis: UFSC, 2012. 318 p.

BENATTI, J. H.; McGRATH, D. G.; OLIVEIRA, A. C. M. de. Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 137-154, 2003.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. 4. ed. New York: Altamira Press, 2006. 821 p.

BRASIL. **Normas florestais federais para a Amazônia**. Brasília: IBAMA; Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas, 2007. 414 p.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2012.

CARVALHEIRO, K.; SABOGAL, C.; AMARAL, P. **Análise da legislação para o manejo florestal por produtores de pequena escala na Amazônia brasileira**. Belém: CIFOR: Projeto ForLive: AMAZON: UFRA, 2008. 100 p.

CARVALHO, R. S.; OLIVEIRA, A. D. Economic feasibility of timber management in extractive settlement projects of southwestern Amazonia. **Cerne**, Lavras, v. 16, n. 4, p. 505-516, 2010.

CHEN, H.; ZHU, T.; KROTT, M.; CALVO, J. F.; GANESH, S. P.; MAKOTO, I. Measurement and evaluation of livelihoods assets in sustainable forest commons governance. **Land Use Policy**, Guildford, v. 30, p. 908-914, 2013.

DFID. DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Sustainable livelihoods guidance sheets** (Sheet, 2). London: DFID, 1999. 22 p.

DYKSTRA, D. P. Reduced impact logging: concepts and issues. *In*: ENTERS, T., DURST, P. B.; APPLGATE, G. B.; KHO, P.C.S.; MAN, G. (ed.). **Applying reduced impact logging to advance sustainable forest management**. Bangkok, Thailand: FAO, 2002. p. 23-39.

FEENY, D.; BERKES, F.; McCAY; ACHESON, J. M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. *In*: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: USP, NUPAUB, 2001. p.17-42.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 18 maio 2014.

HAJJAR, R.; McGRATH, D. G.; KOZAK, R. A.; INNES, J. L. Framing community forestry challenges with a broader lens: case studies from Brazilian Amazon. **Journal of Environmental Management**, London, v. 92, n. 9, p. 2159-2169, 2011.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, Washington, v. 162, p. 1243-1248, 1968.

HUMPHRIES, S.; HOLMES, T.P.; KAINER, K.; KOURY, C.G.G.; CRUZ, E.; ROCHA, R.M. Are community-based forest enterprises in the tropics financially viable? Case studies from the Brazilian Amazon. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 77, n. 4 p. 62-73, 2012.

JONG, W de; CORNEJO, C.; PACHECO, P.; POKORNY, B.; STOIAN, D.; SABOGAL, C.; LOUMAN, B. Opportunities and challenges for community forestry: lessons from Tropical America. *In*: MERY, G.; KATILA, P.; GALLOWAY, G.; ALFARO, R.I.; KANNINEN, M.; LOBOVIKOV, M.; VARJO, J. (ed.), **Forest and society: responding global drivers of change**. Vienna: IUFRO 2010. chap. 16, p. 299-314. (World Series, 25).

KIBLER, J.F.; SILVA, L.N. Articulação nacional e internacional no Projeto Floresta Viva. **T&C Amazônia**, Manaus, v. 15, p. 35-43, 2008.

KOURY, C. G. G. **Manejo florestal comunitário no baixo Amazonas: custos e entraves da produção madeireira**. 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Florestas Tropicais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências de Florestas Tropicais, Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas, Manaus, 2007.

KUSTERS, K.; BELCHER, B.; RUÍZ-PÉREZ, M.; ACHDIAWAN, R. **A method to assess the outcomes of forest product trade on livelihoods and environment**. Bogor: CIFOR, 2005. 26 p. (Working Paper, n. 32).

MACPHERSON, A. J.; SCHULZE, M. D.; CARTER, D. R.; VIDAL, E. A model for comparing reduced impact logging with conventional logging for an Eastern Amazonian Foresy. **Forest Ecology and Manajement**. Amsterdam, v. 260, n. 11, p. 2002-2011, 2010.

MEDINA, G.; POKORNY, B. Avaliação financeira do manejo florestal comunitário. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 14, n. 2, p. 25-36, 2011.

POKORNY, B.; JOHNSON, J. Community forestry in the Amazon: the unsolved challenge of forests and the poor. **Natural Resources Perspectives**, London, n. 112, 4 p., 2008.

RADACHOWSKY, J.; RAMOS, V. H.; McNAB, R.; BAUR, E. H.; KAZAKOV, N. Forest concessions in the Maya Biosphere Reserve, Guatemala: a decade later. **Forest Ecology and Management**, Amsterdam, v. 268, p. 18-28, 2012.

STONE-JOVICICH, S.; AMARAL, P.; CRONKLETON, P.; FONSECA, H.; PIRES, A. **Acompanhamento para manejo florestal comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amazonas, Brasil**. Bogor: CIFOR. 2007. 35 p.

SUNDERLIN, W.D. Poverty alleviation through community forestry in Cambodia, Laos, and Vietnam: an assessment of the potential. **Forest Policy and Economics**, Amsterdam, v. 8, p. 386-396, 2006.

VIANNA, A. L. M.; KOURY, C. G.; ARRUDA, A.; FERREIRA, D.; BARROS, H.; NOGUEIRA, O. **Diagnóstico florestal do estado do Amazonas**. Manaus: IDESAM, 2013. 76p.

WALDHOFF, P. **Resultados da avaliação do manejo florestal comunitário sobre os meios de vida de seus protagonistas: destaque para conservação ambiental em detrimento a produção e autonomia**. 2015. 150f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

WALDHOFF, P.; VIDAL, E. Community loggers attempting to legalize traditional timber harvesting in the Brazilian Amazon: an endless path. **Forest Policy and Economics**, Amsterdam, v. 50, p. 311-318, 2015.

Texto submetido à Revista em 16.03.2018

Aceito para publicação em 28.01.2019



Indicadores de qualidade de vida dos agricultores familiares da comunidade Vale do Sol II, em Tangará da Serra, Mato Grosso

Indicators of life quality of the family farmers from Vale do Sol II community, in Tangará da Serra, Mato Grosso

Andréia Rezende da C. Nascimento – Mestre em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola, pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Professora no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). E-mail: andreia.nascimento@jna.ifmt.edu.br

Jussara Giaretta – Mestre em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Professora na Universidade de Cuiabá (Unic). E-mail: jussaragiaretta@yahoo.com.br

Poliana Roma Greve Nodari – Mestre em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Professora na mesma instituição de ensino. E-mail: polianaroma@unemat.br

Cleci Grzebieluckas – Doutora em Engenharia da Produção, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: cleci@unemat.br

Santino Seabra Junior – Doutor em Agronomia (Horticultura), pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: santinoseabra@hotmail.com

Resumo

O estudo identificou indicadores de qualidade de vida e sua relação entre saúde, produção de alimentos e conservação ambiental na comunidade Vale do Sol II, em Tangará da Serra/MT. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e que teve como instrumento de coleta a aplicação de formulário semiestruturado, contendo perguntas de cunho ambiental, socioeconômico, produção de alimentos e qualidade de vida. A amostra foi composta por 40 agricultores (as) familiares. Identificou-se que todos os agricultores usam agroquímicos, porém 57,5% utilizam Equipamentos de Proteção Individual. A principal renda das famílias é oriunda da venda de mandioca, frango e abacaxi, entretanto, pretendem diversificar com novas espécies de frutas e hortaliças. Os pesquisados definiram qualidade vida como saúde, educação, condições habitacionais, alimentação diversificada e saneamento básico, contudo, declararam que faltam ações de melhorias, tais como recursos econômicos, assistência técnica, transporte coletivo para a cidade, cursos de aperfeiçoamento na comunidade, integração social e lazer.

Keywords

Comunidade rural. Agricultura familiar. Produção de alimentos. Qualidade de vida.

Abstract

The study identified indicators of quality of life and the relationship between health, food production and environmental conservation in Sun Valley II community in Tangará da Serra MT. It is a descriptive research with qualitative and quantitative approach and was to form semi-structured data collection instrument containing environment related questions, socioeconomic, food production and quality of life. The sample consisted of 40 farmers (the) interviewed family. It was identified that all farmers use pesticides but 57.5% use individual protection equipment. The main family income comes from the sale of manioc, chicken and pineapple, however, intend to diversify into new species of fruits and vegetables. Respondents defined quality of life as health, education, housing conditions, diversified supply and sanitation, however, declared missing improvement actions, such as financial resources, technical assistance, public transportation to the city, master classes in the community, social integration and recreation.

Palavras-chave

Rural community. Family farming. Food production. Life quality.

INTRODUÇÃO

A qualidade de vida vem sendo discutida e estudada nas mais diversas áreas das ciências. No entanto, definir qualidade de vida não é tarefa fácil e o único consenso é que se trata de um conceito em construção (BARROZO *et al.*, 2010). Esta é entendida como as condições de vida humana existentes num determinado contexto ambiental e temporal, refere-se a um estado duradouro de condições humanas, fruto do trabalho. O efeito transformador do trabalho requer determinadas condições mentais, morais, habilidades psicomotoras e vitais (TREVISAN, 2000).

A qualidade de vida aparece recorrentemente vinculada a indicadores objetivos que se referem à situação econômica e ao acesso a serviços de saúde, transporte, educação, lazer, condições habitacionais. No entanto, deve ser avaliada dentro de cada cultura específica, além de considerar sua subjetividade para locais e grupos determinados (AZEVEDO, 2008). Esse conceito é corroborado com o Relatório Final da Oitava Conferência Nacional de Saúde, o qual esclarece que saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso a posse da terra e acesso a serviço de saúde (BRASIL, 1986).

As condições de qualidade de vida descritas anteriormente podem ser analisadas no contexto rural, que apesar do intenso processo de industrialização, promovido pelas políticas públicas e da acelerada migração do homem do campo para a cidade, acompanhou o processo e a produção agrícola. Contudo, as atividades rurais continuam exercendo papel importante nos cenários socioeconômico e ambiental (SIQUEIRA, 2011), aumentando a diversidade de alimentos, incrementando a produção agropecuária, elevando a renda, melhorando a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, bem como contribuindo com a geração de emprego e redução do êxodo rural (SOUZA-ESQUERDO *et al.*, 2013).

Apesar da sua importância, a população rural vem diminuindo ao longo dos anos, pois estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), mostraram que em 1980, 67,7% da população nacional era urbana, enquanto 32,3% morava no campo. Em Mato Grosso, no mesmo período, a população urbana era de 57,5% contra 42,5% rural e Tangará da Serra apresentava uma população urbana e rural de 40,7% e 59,3%, respectivamente. Em 2010, esses percentuais mudaram significativamente, sendo que em nível

nacional havia uma população urbana e rural de 84,3% e 15,7%, respectivamente. Já em Mato Grosso, 81,8% urbana e 18,2% rural e o mesmo cenário pode ser visto em Tangará da Serra, onde 91% urbana contra 9% para população rural.

Diante do exposto, verifica-se que a população rural em 30 anos diminuiu 51,40% na escala nacional, 57,18% no estado de Mato Grosso e alarmantemente 93,55% em Tangará da Serra. Sendo assim, surgem às indagações a respeito dos fatores que estão impulsionando o êxodo rural. Será que a produção agrícola na pequena propriedade se tornou inviável? Quais as políticas públicas que proporcionam melhorias para o homem do campo? Essas políticas são de fácil acesso a todos os agricultores?

Dessa forma, torna-se imprescindível desenvolver estudos que mostrem os gargalos no tocante à qualidade de vida na agricultura familiar e apontem indicadores que mostrem as necessidades destas famílias, visando à permanência das famílias no campo, direcionando a criação e o aperfeiçoamento de políticas públicas para a agricultura familiar. Sendo assim, o objetivo do estudo foi identificar indicadores de qualidade de vida e sua relação entre saúde, produção de alimentos, conservação ambiental na agricultura familiar da comunidade Vale do Sol II, em Tangará da Serra/MT.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 QUALIDADE DE VIDA

O termo qualidade de vida foi empregado pela primeira vez em 1920, por Pigou (1920), sobre economia e bem-estar. Pigou (1920) discutiu o suporte governamental para pessoas de classes sociais menos favorecidas e o impacto sobre suas vidas e o orçamento do Estado. Porém, após a Segunda Guerra Mundial (1945), foi intensificado, associando o sucesso e melhoria do padrão de vida, principalmente relacionado com a obtenção de bens materiais. O termo qualidade de vida voltou a ser discutido em 1964 por Lyndon Johnson, presidente dos Estados Unidos, que afirmava que os objetivos não podem ser medidos através dos balanços dos bancos, mas, através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas (ROBLE, 2012).

A partir da visão de Lyndon Johnson, a noção de qualidade de vida tornou-se mais complexa e compartilhada por cientistas sociais, filósofos e políticos. A

noção sai da esfera econômica e se expande para outras áreas do conhecimento, ligada a elementos subjetivos como a saúde e o bem-estar. Desta forma, os esforços que buscavam medir ou quantificar qualidade de vida aproximaram as ciências humanas e biológicas (AZEVEDO, 2008). Nos países da América Latina a má distribuição de renda, o analfabetismo, e o baixo grau de escolaridade, bem como as condições precárias de habitação e a degradação ambiental são fatores que interferem significativamente nas condições de vida e saúde da população (BUSS, 2000).

O estudo de Castro e Fracoli (2013) identificou que a avaliação precoce de problemas de saúde torna-se importante instrumento de prevenção e cuidado, uma vez que a avaliação em saúde pode modificar uma situação, pois diagnostica uma realidade a fim de nela intervir. Dessa forma, a avaliação da Qualidade de Vida pode ajudar a dimensionar e analisar as ações de Promoção da Saúde em curso e que poderiam ser implantadas nas comunidades e nos programas de saúde. No entanto, para que ocorra a avaliação precoce citada por Castro e Fracoli (2013), é necessário que haja políticas públicas, gestão social integrada, intersetorialidade e estratégias pontuais dos municípios para o desenvolvimento de ações que gerem bem-estar e qualidade de vida (BUSS, 2000).

1.2 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é definida como a forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho, isto é, são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (BRASIL, 2014). A propriedade não deve ter área maior que 4 (quatro) módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas da propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar originária do próprio estabelecimento rural (BRASIL, 2006).

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) define agricultura familiar como a forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho, isto é, são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (BRASIL, 2014). Para ser caracterizada como agricultura familiar, alguns preceitos devem ser

observados, a saber: possuir propriedade rural até 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas da propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar originária do próprio estabelecimento rural (BRASIL, 2006).

Nos Estados Unidos define-se agricultura familiar como aquela em que o agricultor familiar pode ser dono de pequenas ou grandes áreas, e ter propriedades que garantam pouca renda ou retorno milionário (HEBERLÊ, 2014).

Na concepção de Guanziroli (1996), a agricultura familiar possui três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente exercida pelos membros da família com plenas condições de trabalho; e c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

No Brasil a agricultura familiar ganhou notoriedade a partir da década de 1990 com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em resposta aos anseios da associação dos trabalhadores rurais (GOUVEIA, 2010). Outros fatores também foram preponderantes: o reestabelecimento da força política, o forte movimento sindical dos trabalhadores rurais durante a década de 1990 e a criação da Lei da Agricultura Familiar (SANGALLI; SCHLINDWEIN, 2013).

No Censo Agropecuário 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Dos 80,25 milhões de hectares da agricultura familiar, 45% eram destinados a pastagens, 28% às matas, florestas ou sistemas agroflorestais, e, por fim, as lavouras, que ocupavam 27%. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares (IBGE, 2006).

Apesar do pouco espaço territorial, a agricultura familiar no Brasil é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do País, sendo importante fornecedora de alimentos para o mercado interno (IBGE, 2006), responde por cerca de 40% da produção agrícola (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2013). O bom desempenho da produção agrícola familiar pode estar atrelado à oferta do crédito rural, pois, de acordo com dados extraídos do MDA (2014), evidencia-se que o crédito da agricultura familiar em

2003/2004 era em torno de 2,3 bilhões, saltando para 21 bilhões em 2013/2014. O objetivo da ampliação do crédito rural foi aumentar a produção de alimentos, garantir mais renda no campo e melhorar a estabilidade de preço ao consumidor (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2014).

O estado do Mato Grosso possui 86.167 estabelecimentos da agricultura familiar com área de 4.884.212 hectares. Em relação às terras familiares, 65.293 estabelecimentos são próprios, 871 arrendatários, 254 parceiros, 3.710 ocupantes e 959 estabelecimentos de produtores sem área. Dos alimentos cultivados pela agricultura familiar destaca-se a mandioca, o arroz, o feijão, o milho em grão, a soja e o trigo; e, na pecuária, a criação de bovinos, aves e suínos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015).

A Secretaria de Agricultura familiar e Regulação Fundiária do Estado de Mato Grosso, por meio do Contrato de Gestão, documento que foi assinado em janeiro de 2015 pelo Governador do Estado e o Secretário da Agricultura, traçaram algumas metas, quais sejam: desenvolvimento sustentável, pesquisa, regularização fundiária, gestão e fortalecimento da Central de Abastecimento do Estado (Ceasa) (SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA, 2015). O objetivo com essas medidas é o trato exclusivo à agricultura familiar (SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA, 2015), setor que carece de atenção em todas as esferas: federal, estadual e local.

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

O termo política pública decorre da ciência política, que nasce nos Estados Unidos como disciplina acadêmica, porém não existe uma única definição sobre o que realmente é política pública. De acordo com Souza (2006), política pública pode ser definida como:

Um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas (MEAD, 1995); segundo Lynn (1980), é um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos; Peters (1986), é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos; Dye (1984) a política pública é o que o governo escolhe fazer ou não fazer. A definição de política pública mais conhecida é a de Laswell, que implica responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006 p. 24).

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e analisá-la, e quando necessário propor mudanças que beneficiam a coletividade. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real que refletem na economia e na sociedade (SOUZA, 2006).

Sendo assim foi criado em 1996, a primeira política pública diferenciada voltada aos agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que representa o reconhecimento, pelo Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares que até então eram marginalizados em termos de acesso aos benefícios da política agrícola (DENARDI, 2001). O PRONAF tem como eixos básicos: o financiamento da produção agrícola por intermédio da concessão de financiamento da produção; o financiamento de infraestrutura e serviços municipais; a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (SILVA, 2000).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário, desenvolveu em 2003 o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que oferece recursos financeiros aos trabalhadores rurais, sem terra ou com pouca terra, para comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. Os recursos são destinados à infraestrutura necessária para a produção, assistência técnica e extensão rural; o agricultor pode construir a casa, preparar o solo, comprar implementos; terá acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015).

Podem participar do PNCF trabalhadores e trabalhadoras rurais, filhos de agricultores familiares ou estudantes de escolas agrotécnicas. Os beneficiários devem ter renda familiar anual de até R\$ 15 mil e patrimônio de até R\$ 30 mil. Devem ainda comprovar mais de cinco anos de experiência rural nos últimos 15 anos. Para aderir ao PNCF o agricultor não pode ser funcionário público, nem ter sido assentado ou ter participado de algum programa que tenha recursos do Fundo de Terras da Reforma Agrária. O agricultor que adquiriu o imóvel rural maior que 4 módulos fiscais nos últimos três anos, ou tenha direito de ação e herança em imóvel rural, também não pode ser atendido pelo PNCF (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015).

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa é descritiva com abordagem quali quantitativa. As pesquisas descritivas expõem características de determinada população ou fenômeno, podendo também estabelecer correlações entre as variáveis, definindo sua natureza, servindo como base para explicar os fenômenos que descreve (VERGARA, 2007). Objetivam também levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população envolvendo o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, questionário e observação sistemática, assumindo forma de levantamento (GIL, 2007).

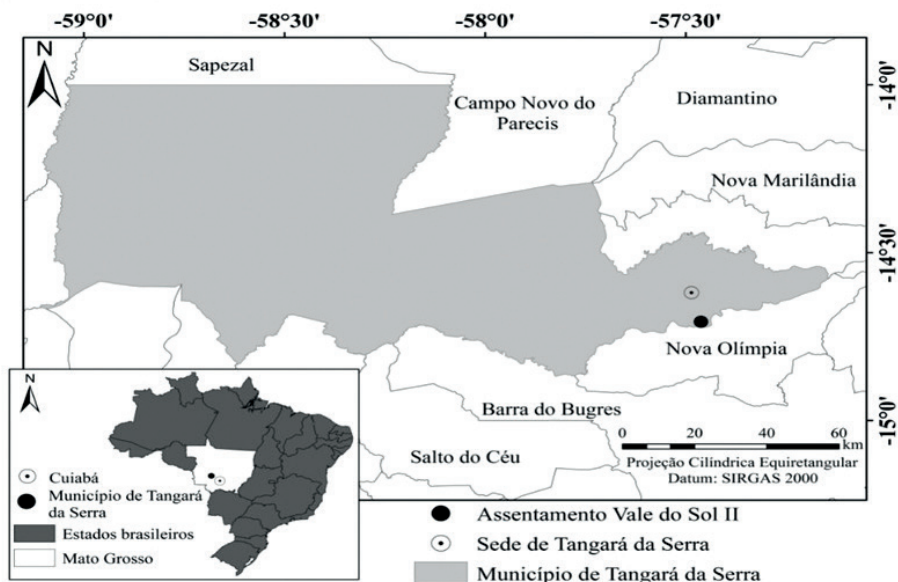
As pesquisas qualitativas no campo das ciências sociais respondem a questões muito particulares e se preocupam com o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida. Trata-se também da realidade que não pode ser quantificada. Com isso, trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes, que corresponde a um espaço profundo dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos e operacionalizados em variáveis por meio de métodos e dados estatísticos, sendo uma de suas principais características o fato de trabalhar com dados descritivos (MINAYO, 2004; MATHEUS; FUSTINONI, 2006).

A pesquisa quantitativa é apropriada para medir tanto opiniões, atitudes e preferências como comportamentos. Se o interesse for saber quantas pessoas usam um produto ou serviço, ou têm interesse em um novo conceito de produto, a pesquisa quantitativa é o indicado. Ela também é usada para medir um mercado, estimar o potencial ou volume de um negócio e para medir o tamanho e a importância de segmentos de mercado (MARCONI; LAKATOS, 2007).

2.2 ÁREA DE ESTUDO E AMOSTRA

O estudo foi realizado no município de Tangará da Serra (Figura 1), localizado na região médio norte do estado de Mato Grosso, em área ecotonal ou de transição ecológica entre o bioma cerrado e a floresta amazônica, a 240 km da capital Cuiabá. Sua extensão territorial é de 11.323,681 km², população estimada em 2014 de 92.298 habitantes (IBGE, 2010). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,729, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010).

Figura 1 – Localização da área de estudo



Elaboração: os autores, 2018.

A amostra foi não probabilística com base na conveniência do pesquisador (MALHOTRA, 2012), composta por 40 famílias de um total de 191 lotes na Comunidade Vale do Sol II, localizada a 19 km da cidade de Tangará da Serra/MT. A comunidade foi criada em 2007, por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), sendo que cada lote possui 4 hectares.

Os instrumentos de coleta de dados foram formulários contendo perguntas abertas, que indagaram sobre qualidade de vida, relativa à educação, saúde, habitação, aspectos sanitários, lazer e bens duráveis. Por se tratar de questões abertas, surgiu mais de uma opção para cada resposta, assim, as respostas foram analisadas e condensadas conforme apresentavam e posteriormente, registradas em tabelas. O formulário foi embasado no estudo de Sousa, Khan e Passos (2002).

Os agricultores foram informados sobre a pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias. Esse documento assegurou aos entrevistados a possibilidade de não participar do estudo, a possibilidade de desistência em responder o formulário a qualquer momento ou pular questões que não considerassem convenientes responder. Garantiu também o anonimato daqueles que concordassem em participar da pesquisa.

As coletas de dados foram realizadas no período de março a abril de 2015. Os critérios de inclusão foram: ter disponibilidade de responder às perguntas, ter idade igual ou superior a 18 anos, residir na comunidade e ter aderido ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Quanto aos critérios de exclusão, foram: idade inferior a 18 anos e não ter aderido ao TCLE.

As respostas foram tabuladas e analisadas através do programa Microsoft Office Excel, utilizando recursos de imagens e tabelas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE, FAIXA ETÁRIA E ORIGEM DOS ENTREVISTADOS

Os moradores da Comunidade Vale do Sol II são produtores rurais característicos da agricultura familiar que produzem alimentos para a subsistência e comercializam o excedente. O trabalho realizado pelos agricultores familiares é basicamente manual, ou seja, braçal. Poucos possuem trator próprio, roçadeira de trator e roçadeira elétrica. A maioria usufrui de tecnologias básicas que exigem maior esforço físico como: enxada, foice, enxadão, bomba costal, arado de animal e outros. No entanto foi citado pelos moradores que a comunidade dispõe de um trator que presta serviço a quem reivindicar, sendo necessário arcar com as horas do tratorista.

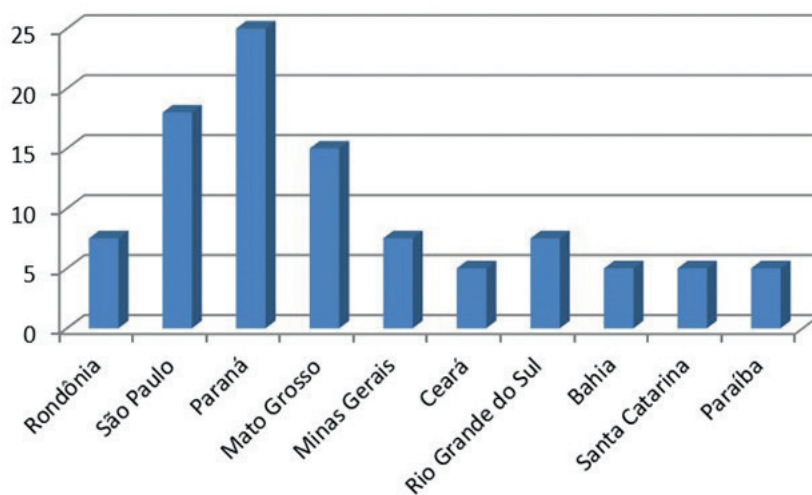
Quando questionados sobre o tempo de residência no estado de Mato Grosso, a média de anos entre os moradores foi de 29,67, oscilando entre 7 a 50 anos. Quanto ao tempo na Comunidade Vale do Sol II, a média em anos foi de 4,46, exceto um morador que afirmou residir a mais de 15 anos, desde quando as terras pertenciam à fazenda.

Verificou-se que a faixa etária dos moradores da comunidade Vale do Sol II está entre 20 a 69 anos, sendo que a maioria (35%) possui entre 50 a 59 de idade, 25% entre 40 a 49 anos e 20% entre 60 a 69 anos de idade. Observa-se, portanto, que o acesso à terra só foi possível quando 80% da população estudada estava acima de 40 anos, quando a força de trabalho começa a diminuir. Baseando-se na pesquisa, pode-se dizer que os filhos dos produtores, quando estes tiveram acesso à terra, já não moravam mais com seus pais, constituindo seus próprios núcleos familiares. Dados semelhantes sobre a faixa etária foram encontrados no

estudo realizado por Oliveira *et. al.* (2013) em assentados da região Cáceres/ MT, onde 78,3% dos entrevistados tinham idade entre 41 a 60 anos.

Os agricultores que residem no Vale do Sol II são migrantes de várias regiões do Brasil, distribuídos entre dez estados brasileiros (Figura 2), destacando-se os estados do Paraná com 25%, São Paulo 17,5% e Mato Grosso com 15%, e os demais com menor representatividade. Estes dados revelam que na comunidade ocorre grande mistura de raças e culturas.

Figura 2 – Estado de origem dos agricultores familiares residentes na comunidade Vale do Sol II, em Tangará da Serra/MT



Fonte: Dados da pesquisa.

3.2 ASPECTOS HABITACIONAIS, DE SAÚDE, HIGIENE E MEIO AMBIENTE

Os lotes foram adquiridos em 2007, por meio do PNCF, via Banco do Brasil. O projeto contemplava uma casa de alvenaria de 42 metros quadrados, conforme exemplo na Figura 3. Desse modo, 95% das casas são de alvenaria e somente 5% de madeira. Algumas dessas casas foram ampliadas de acordo com a necessidade e condições financeiras de cada proprietário. Todas contam com rede de energia elétrica, fator este que pode contribuir com melhores condições de vida.

Figura 3 – Moradia na Comunidade Vale do Sol II



Crédito: Kelly Alves, 2015.

O abastecimento de água para consumo humano provém de poço particular comum ou semiartesiano (mais profundo e necessita de bombeamento para a retirada da água). 70% dos entrevistados utilizam água natural, 30% são abastecidos com água do poço coletivo originada na comunidade. Desse total, 60% afirmaram utilizar o filtro de barro como forma de tratamento, sendo que os demais não usufruem de nenhum tipo de tratamento para a água. Em relação aos aspectos sanitários, todas as propriedades possuem fossa subterrânea, embora alguns demonstrem interesse em construir fossas sépticas para evitar contaminação do lençol freático, porém não dispoem de condições financeiras para a sua construção.

Quanto ao lixo doméstico, identificou-se que 65% dos moradores queimam, 15% enterram, 12,5% depositam no lixão da cidade e 7,5% jogam a céu aberto. Muitas vezes a falta de informação ou conhecimento técnico sobre as problemáticas do lixo, bem como a ausência de locais ideais para a coleta e destinação ambientalmente adequada, leva os agricultores à escolha de práticas

mais simples como depositar o lixo a céu aberto, queimar ou enterrar, como observado por Sousa, Khan e Passos (2002). Tais práticas demonstram que existe pouca ou nenhuma informação em relação ao cuidado com o meio ambiente principalmente no que se refere à saúde da população e à preservação ambiental. A fumaça provocada com a queima do lixo é um meio propício para que os agentes químicos cheguem às vias respiratórias causando problemas de saúde (REGO; COELHO; BARROS, 2014).

Quando indagados como é realizada a limpeza (retirada de plantas daninhas) na propriedade, 82,5% dos entrevistados responderam que não queimam nada, 15% que no início colocaram fogo para limpar a propriedade, mas que atualmente não utilizam mais dessa prática, 2,5% queimam as folhas do quintal.

No que se refere à queimada, percebeu-se uma sensibilização por parte dos entrevistados, pois a maioria afirmou que é perigosa esta prática, devido ao fogo alastrar-se além da área delimitada, principalmente no período da seca. Afora isso, a fumaça contribui para o aumento da poluição atmosférica e, conseqüentemente, para os problemas respiratórios da população. Evitar as queimadas é preservar os recursos naturais, como proteger a biota do solo, a fauna, flora, os recursos hídricos e a saúde das pessoas na comunidade.

Todos os entrevistados declararam fazer uso de agrotóxicos, porém quando questionados sobre a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para o manuseio e o uso dos agrotóxicos, 57,5% responderam usar máscara, luvas, avental e botas; 30% usam somente máscaras, pois é isso que possuem, e 12,5% usam o equipamento completo. Percebeu-se que há falta de conscientização de alguns entrevistados referente à importância da utilização dos EPI, alguns não fazem uso em razão de problemas financeiros para aquisição e outros pelo desconforto que os EPIs proporcionam. Este fato foi também identificado no estudo de Santos, Santos e Dantas (2012), que, além do baixo poder aquisitivo para aquisição dos EPIs, existe ainda a falta de orientação técnica.

Quando questionados se tiveram algum tipo de intoxicação relacionado ao uso dos agrotóxicos, 95% dos entrevistados responderam que não, e 5% já foram intoxicados. Rozemberg e Peres (2003) enfatizam que o progresso tecnológico e o incremento dos saberes das ciências humanas e sociais não são suficientes para que se perceba, no meio rural, parcerias entre os agricultores e os técnicos, quando se refere a traçar estratégias que envolvam a produção agropecuária, saúde, educação e segurança no trabalho.

3.3 ASPECTOS RELACIONADOS À PRODUÇÃO

Foi questionado sobre quais alimentos eram produzidos antigamente que proporcionavam a principal renda para a família, uma vez que todo o entrevistado tem origem rural. Observou-se que houve uma mudança nas culturas, alguns dos alimentos produzidos antigamente, como soja, milho e arroz, hodiernamente fazem parte das produções em grande escala. Dados do IBGE (2014) apresentam o arroz, o milho e a soja como os três principais produtos cultivados. Juntos, representam 91,4% da estimativa da produção e respondem por 85,3% da área a ser colhida. Atualmente se cultiva mandioca, banana, maracujá e abacaxi; e se criam frangos, sendo estes os mais representativos. Tais produtos, mesmo em pequenas áreas, podem gerar bons retornos e possibilitam a comercialização na própria unidade produtiva.

Quando questionados sobre as dificuldades enfrentadas para a produção de alimentos, não foi possível delimitar quais eram os problemas específicos, pois alguns entrevistados responderam mais de uma dificuldade, tais como: 100% afirmaram falta de recursos financeiros, 87,5% falta de água, 75% falta de assistência técnica e 37,5% dificuldade de escoar a produção.

Em relação à atividade que gostariam de desenvolver na propriedade, 60% afirmaram ter interesse em produzir frutas e hortaliças, e o restante distribuídos em outras atividades (Tabela 1).

Tabela 1 – Atividades que os agricultores da Comunidade Vale do Sol II gostariam de desenvolver na propriedade que ainda não conseguiram

Resposta	Quantidade
Frutíferas	32,5%
Hortaliças	27,5%
Melhorar a estrutura para criação de frangos	25%
Farinheira	10%
Estufa para produção de mudas	5%
Total	100%

Sobre a origem da principal renda, 25% dos agricultores responderam que decorre da produção de mandioca, 22,5% venda de frango, 15% venda de abacaxi, 12,5% produção de banana, 10% aposentadoria e o restante de atividades diversas, como: venda de polpa de maracujá, hortaliça, feira do produtor, tratorista e aluguel de imóvel.

Identificou-se que culturas como a mandioca, o abacaxi e a banana poderiam ser manuseadas de forma a agregar valor, pois a mandioca que é vendida no local de origem, se industrializada poderia transformar-se em farinha, polvilho ou outros, bem como o abacaxi e a banana em doces ou polpas de frutas. No entanto, para que isto ocorra, mudanças significativas são necessárias, por exemplo: organização social dos interessados, interesse político e aperfeiçoamento na cadeia produtiva.

3.4 ASPECTOS RELACIONADO À EDUCAÇÃO E SAÚDE

Foi verificado *in loco* que não há estrutura física de escola na comunidade, no entanto os alunos se deslocam até as unidades escolares do município, pois a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra disponibiliza ônibus escolar para transportar as crianças e adolescentes da comunidade até as escolas. Diariamente o ônibus leva as crianças no período matutino até a escola do distrito de Progresso e no período vespertino para escolas na cidade de Tangará da Serra.

Segundo as mães, a grande dificuldade para as crianças é acordar cedo todos os dias para pegar o ônibus. Uma mãe relatou que seu filho tem 4 anos e ainda não vai para escola, pois o transporte só carrega a partir de 5 anos. Porém, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em seu artigo 54, inciso IV, expressa que é dever do Estado assegurar a criança de 0 a 06 anos de idade atendimento a creche e pré-escola. Nesse aspecto o poder público municipal alega que oferta o estudo, porém não é dever do mesmo o transporte para crianças abaixo de 5 anos. Em relação ao ensino de jovens e adultos e/ou cursos de aperfeiçoamento, os entrevistados relataram que são poucos os cursos ofertados.

Na contramão desta realidade, Souza-Esquerdo *et al.* (2013) descrevem que a localização da escola dentro do assentamento ou comunidade rural é fundamental, pois é um espaço de socialização e integração das novas gerações, bem como a integração social das famílias.

Quanto ao acesso à saúde, a comunidade não possui Unidade de Estratégia de Saúde da Família. No entanto, em dezembro de 2014, iniciaram-se atendimentos às sextas-feiras, por uma médica e uma enfermeira vindas de Tangará da Serra. Estes atendimentos ocorrem na sede da comunidade e são realizadas consultas, prescrição de exames laboratoriais, de imagens e medicamentos, encaminhamentos aos serviços de referência e contra referência

aos serviços especializados, de apoio diagnóstico e terapêutico, ambulatorial e hospitalar. Porém, não há insumos básicos como: materiais para curativos, soros, gaze, equipamentos, medicamentos, vacinas, soluções, dentre outros.

Os indicadores de qualidade de vida estão relacionados a saúde, à boa alimentação e ao viver bem, uma vez que a saúde possibilita o emaranhar-se no tecido socioeconômico da população, sendo ela fator imprescindível na geração de renda, trabalho, lazer, educação etc.; condicionantes essenciais para que se desfrute de bem-estar.

Quando questionados sobre o que é qualidade de vida, surgiu mais de uma opção para cada resposta, pois se tratou de pergunta aberta. A resposta saúde e educação prevaleceram, com 75% das menções, seguida por assistência técnica, vida no campo e alimentação diversificada, com 40%, 37,5% e 32,5%, respectivamente.

A assistência técnica que contribua com o sistema produtivo teve grande predominância entre os entrevistados da Comunidade Vale do Sol II, pois acreditam que tendo acesso a assistência técnica poderiam melhorar a produção em quantidade, qualidade e diversidade, e, dessa forma, obter melhores resultados econômicos, impactando na melhoria da qualidade de vida.

Houve também a indicação de necessidades específicas e concretas, tais como: conforto na moradia, linha de transporte para acesso à cidade e estradas adequadas; reivindicações todas mencionadas pelos entrevistados. Dessa forma, percebe-se que o poder público, através de programas e medidas governamentais, poderia interferir na melhoria da qualidade de vida da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os moradores da comunidade Vale do Sol II, a qualidade de vida está relacionada a indicadores como: moradia, alimentação adequada, saúde, educação e relações sociais. Verificou-se que há uma produção maior de mandioca, banana, maracujá, abacaxi e a criação de frango; produtos esses que são a base da economia das famílias e contribuem com a alimentação e a qualidade de vida. Mostraram-se interessados principalmente em diversificar a produção de alimentos, investindo na produção de outras espécies de frutíferas e hortaliças, contribuindo para o aumento da renda e melhores condições de vida. Diversificar a produção de alimentos é contribuir com a conservação ambiental.

No entanto, os entrevistados relataram problemas que dificultam a vida no campo, como falta de recursos econômicos e assistência técnica qualificada, água para aumentar e diversificar a produção e dificuldade de acesso ao centro da cidade para escoar a produção, bem como a inexistência de transporte coletivo para a cidade. Tais problemas, se solucionados, poderiam auxiliar para manter o homem no campo, garantindo-lhes renda, contribuindo com qualidade de vida da população, bem como abastecer o comércio local com produtos de maior qualidade.

Considera-se, assim, que a sustentabilidade da agricultura familiar está diretamente relacionada aos processos de transformação dos meios de produção, da mudança nos sistemas produtivos, do manejo do sistema agrário, das políticas públicas, da participação dos atores envolvidos, desde o agricultor até o consumidor e das entidades organizacionais e representativas dos agricultores, comprometidas com o crescimento e o desenvolvimento da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, E. Qualidade de vida na perspectiva da agricultura familiar orgânica. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAAS*, 4., Brasília, 2008. **Anais** [...]. Brasília, 2008. p. 1-19.
- BARROZO, L. C. R. *et al.* Projeto de assentamento e qualidade de vida dos produtores rurais: o caso do assentamento Santa Barbara II no Ceará. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*, SOBER, 48., Campo Grande, 2010. **Anais** [...]. Campo Grande, 2010. p. 1-21.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde**. Relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 1986.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Agricultura Familiar**, 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/centrais-de-conteudo/imagens/mds/agricultura-familiar>. Acesso em: 20 mai. 2015.
- BRASIL. **Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 24 maio 2015.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Mangueiras, v. 5, n. 1, p.163-177, 2000.

CASTRO, D. F. V.; FRACOLLI, L. A. Qualidade de vida e promoção da saúde: em foco as gestantes. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 37, n. 2, p.159-165, 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura familiar, 2013**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2015.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v.2, n. 3, p. 56-62, jul./set. 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOUVEIA, C. N. N. A. **Avaliação do impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na qualidade de vida de jovens agricultores familiares paraibanos**. 2010. 208f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

GUANZIROLI, E. C. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: FAO/INCRA,1996.

HEBERLÊ, A. L. O. **Agricultura familiar no contexto mundial**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1871776/artigo-a-agricultura-familiar-brasileira-no-contexto-mundial>. Acesso em: 08 maio 2015.

IBGE. **Censo agropecuário 2006 agricultura familiar**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2015.

IBGE. **Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA)**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2015.

IBGE. **Produção Agrícola 2014**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricol. Acesso em: 29 jan. 2016.

MALHOTRA, N. K. **Introdução a pesquisa de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATHEUS, M. C. C.; FUSTINONI, S. M. **Pesquisa qualitativa em enfermagem**. São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2006.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano safra da agricultura familiar 2014/2015**. Brasília: MDA, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2015.

OLIVEIRA, R. K. P. *et al.* Agricultura familiar em assentamentos rurais no município de Cáceres/MT: uma leitura socioeconômica. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA*, 8., Porto Alegre, 2013. **Resumos [...]**. Porto Alegre, 2013.

PIGOU, A.C. **The Economics of Welfare**. Macmillan, London, 1920.

REGO, F. A. H.; COÊLHO, J. R.; BARROS, V. L. L. Análise dos efeitos negativos causados pela queima do lixo doméstico em áreas urbanas de Caxias (MA). **Revista Humana Et Al**, Paço do Lumiar, v. 1, n. 1, p. 50-60, jul. 2014.

ROBLE, G. L. E. **Qualidade de vida no trabalho: um estudo em empresas que publicam balanço GRI**. 2012. 118f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROZEMBERG, B.; PERES, F. **Reflexões sobre a educação relacionada aos agrotóxicos em comunidades rurais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

SANGALLI, A. R.; SCHLINDWEIN, M. M. A contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural de Mato Grosso do Sul - Brasil. **Revista de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 18, n. 3, p. 82-99, set./dez. 2013.

SANTOS, M. E. O.; SANTOS, H. C.; DANTAS, H. J. O uso indiscriminado de agrotóxico na agricultura familiar no assentamento Aroeira no município de Santa Terezinha-PB. *In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO*, 7., Palmas, 2012. **Anais [...]**. Palmas, 2012. p. 1-8.

SILVA, E. R. A. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998**.

Brasília: MDA, 2000. Disponível em: <http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 12 maio 2015.

SIQUEIRA, D. F. **Qualidade de vida de trabalhadores rurais de comunidades assistidas pelo Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA) no município de Santo Antão-PE**. 2011. 135f. Dissertação (Mestrado em Saúde Humana e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Humana e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2011.

SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA. **Secretário da Agricultura em MT terá olhos voltados para pequeno produtor**. Rio de Janeiro: SNA, 2015. Disponível em: <http://www.sna.agr.br>. Acesso em: 16 maio 2015.

SOUSA, M. C.; KHAN, A. S.; PASSOS, A. T. B. **Qualidade de vida da agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Norte**. 2002.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. *et al.* Segurança alimentar e nutricional e qualidade de vida em assentamentos rurais. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2013.

TREVISSAN, S. P. Ciência, meio ambiente e qualidade de vida: uma proposta de pesquisa para uma universidade comprometida com sua comunidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 5, n. 1, p. 170-186, 2000.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

Texto submetido à Revista em 04.02.2016

Aceito para publicação em 04.12.2018



As lanchas “ajato” no Solimões: modernização pretérita e integração territorial

The “ajato” boats on the Solimões river: preterite modernization and territorial integration

Kristian Oliveira de Queiroz - Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: kssqueiroz@gmail.com

Resumo

Este artigo visa analisar o papel das lanchas “ajato” para a modernização do transporte fluvial no Solimões e para a integração territorial deste subespaço a partir de uma proposta de classificação baseada na origem dos fluxos destes barcos rápidos. Evidencia-se que as lanchas “ajato” são objetos submetidos a um processo de “modernização pretérita” em que o uso de técnicas e equipamentos antigos provenientes de divisões territoriais do trabalho pretéritas ainda é útil para a circulação fluvial na região. Mediante o levantamento bibliográfico e documental e o trabalho de campo, verificou-se que estas embarcações contribuíram para a modernização dos fixos especializados na navegação via a inserção de infraestruturas diferenciadas como o Terminal do “Ajato” de Tefé; bem como viabilizaram a modernização dos fluxos com o uso da rapidez e da organização dos serviços, promovendo integração e fluidez territorial significativas neste subespaço amazônica.

Palavras-chave

Modernização pretérita. Integração territorial. Transporte fluvial. Rio Solimões. Amazonas.

Abstract

This article aims to analyze the role of “ajato” boats for the modernization of river transport in the Solimões and for territorial integration of this subspace via a classification proposal based on the origin of the flows of these fast boats. This research shows that the “ajato” boats are objects subjected to a process of «preterite modernization», where the use of old techniques and equipment from old territorial divisions of labor is still useful for river circulation in the region. From bibliographical and documentary research and field work, it was verified that these boats contributed to the modernization of the specialized infrastructures in the navigation through the insertion of the Terminal of the “Ajato” of Tefé; as well as made possible the modernization of the flows with the use of the speed and the organization of the services, promoting significant integration and fluidity territorial in this amazonian subspace.

Keywords

Preterite Modernization. Territorial integration. River transport. Solimões River. Amazonas.

INTRODUÇÃO

O transporte fluvial no rio Solimões no estado do Amazonas possui desafios infraestruturais, institucionais e administrativos que se reproduzem em toda a região amazônica. No entanto, a busca pela intensificação dos fluxos e dos lucros nesta região levou o desenvolvimento de um segmento da circulação fluvial que oferece a aceleração e a velocidade como vantagens que os lentos e tradicionais barcos do rio Solimões não proporcionam, promovendo a diminuição da duração das viagens intermunicipais na região.

As Lanchas “ajato” também conhecidas como “expressos”, já fazem parte da paisagem do transporte fluvial no Amazonas (Figura 1). Estas embarcações velozes e potentes representam o produto de uma modernização aquaviária, configurando o que Harvey (2005, p.47) chama de “anulação do espaço pelo tempo”.

Figura 1 – As lanchas “ajato” também conhecidas como “expressos”



Fonte: Acervo do autor, 2016

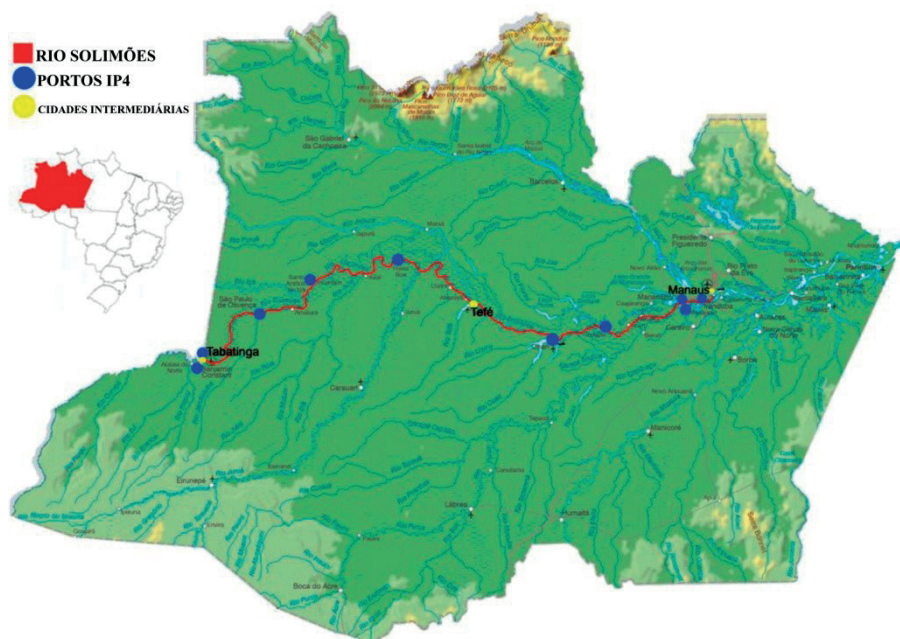
Este segmento da circulação de passageiros no rio Solimões, acaba por contemplar a combinação das necessidades do cotidiano regional e a expansão de

novas técnicas advindas da divisão territorial do trabalho provenientes de espaços luminosos. Isto promove uma dialética do território, o confronto dialogado entre o velho e novo, o local e o global, as verticalidades e as horizontalidades (SILVEIRA, 1999, p. 400).

O objetivo deste artigo é realizar uma leitura do papel dos fluxos das lanchas “ajato” na modernização do transporte fluvial assim como compreender a sua contribuição para a integração territorial deste subespaço ao meio geográfico contemporâneo (Figura 2).

A hipótese de que a atuação dessas lanchas proporcionou uma modernização seletiva no percurso hidroviário do rio Solimões amazense ocasionando impactos referentes à dinâmica e à circulação econômica e social orientou esta pesquisa. O levantamento bibliográfico e documental e o trabalho de campo realizado em toda a extensão do rio Solimões foram a base metodológica do estudo.

Figura 2 – Área de estudo - o Rio Solimões



Fonte: Elaboração própria com base de dados do IBGE/2013

Este trabalho oferece subsídios para compreender que as lanchas “ajato” são objetos submetidos a um processo de “modernização pretérita”, em que o uso de técnicas e equipamentos antigos advindos de divisões territoriais do trabalho pretéritas ainda é útil para disseminar mobilidade e rapidez.

Para uma melhor leitura de uma modernização pretérita a partir do transporte fluvial no Solimões, elaborou-se uma proposta de classificação a partir da origem dos fluxos de tais lanchas. Considera-se que as técnicas e infraestruturas a elas relacionadas, bem como os fixos especializados à navegação, modificam-se quanto mais se afastam do ponto primordial de irradiação dos fluxos. Desta forma, classificou-se como fluxos primários aqueles constituídos pelas lanchas que partem de espaços luminosos, que, no Amazonas, são advindos da sua capital Manaus, onde os elementos do meio técnico-científico-informacional, o meio geográfico contemporâneo (SANTOS, 2008), são mais densos e atuantes na dinâmica do espaço.

Os fluxos secundários partem das cidades intermediárias do rio Solimões para outros municípios no interior do estado. Admite-se que as hinterlândias de Tefé e Tabatinga corroboram para uma produtividade espacial vinculada a esses fluxos secundários significativos. Isto se justifica por Tefé ser o maior centro urbano e possuir a maior região de influência no estado do Amazonas após a capital Manaus; e por Tabatinga possuir alta frequência de fluxos em razão de estar exposta à porosidade territorial (ARRROYO, 2015) da tríplice fronteira onde os territórios do Peru, Colômbia e Brasil se encontram.

E, finalmente, os fluxos terciários, que representam aqueles irradiados das cidades intermediárias ou regionais para as centenas de comunidades ribeirinhas localizadas nos afluentes, subafluentes, furos, paranás e igarapés da Bacia do rio Solimões. Esses fluxos terciários são movidos pelos serviços oferecidos por lanchas menores via fretamentos por firmas, instituições e pessoas para fins diversos.

Ressalta-se que as lanchas de cada fluxo categorizado possuem diferenças relevantes relacionadas à estrutura, equipamentos e técnicas de operacionalização. Por conseguinte, rotas distintas e diferentes tipos de lanchas estabelecem uma rede ligando a determinados nodais de embarque e desembarque de passageiros no rio Solimões.

1 “DUELO DE OBJETOS” E MODERNIZAÇÃO PRETÉRITA NO SOLIMÕES

As embarcações de transporte fluvial de passageiros da empresa “Ajato”, pertencentes ao segmento Lancha-Motor (L/M) no Amazonas, oferecem serviços distintos que aprimoram a qualidade das viagens realizadas no Solimões quando comparados com seus concorrentes representados pelos barcos tradicionais conhecidos como Recreios, do segmento Navio-motor (N/M) e as embarcações do segmento *ferry-boat* (F/B).

Reflete-se sobre a coexistência de embarcações diferentes na mesma rota no Solimões; representantes de divisões do trabalho de diferentes temporalidades onde circulam as lanchas rápidas e com tamanhos medianos navegando juntamente com os grandes, lentos e tradicionais Navios-motores ou Recreios.

As diferenças organizacionais são significantes entre eles. Os recreios se caracterizam pelo transporte fluvial misto, no qual passageiros viajam em redes, misturados às bagagens no convés ou nos poucos camarotes disponibilizados. Nesses barcos tradicionais, os passageiros fazem filas para as refeições e para o uso dos banheiros. As cargas excedentes do porão (eletrodomésticos, móveis, alimentícios, vestuários, eletrônicos, motocicletas, material de construção, etc.) são alocadas entre aos passageiros.

Nas lanchas “ajato”, o serviço se assemelha ao do transporte aéreo, onde a tripulação leva as refeições aos assentos dos passageiros, as respectivas bagagens são separadas dos clientes e a rapidez e pontualidade nos embarques ou saídas das cidades se configuram como grande diferencial (Quadro 1).

Quadro 1 – O “Duelo dos Objetos”

LANCHA “AJATO”	NAVIO-MOTOR
1- Bagagens Separadas	1- Transporte misto
2- Poltronas	2- Redes e camarotes
3- Refeições personalizadas	3- Refeições organizadas por filas
4- Rapidez e Pontualidade	4- Lentos e suscetíveis a atrasos
5- Equipamentos modernos de navegação	5- Equipamentos tradicionais de navegação
6- Receitas: passagens com valor único e fretes por quilo.	6- Receitas: passagens com preço variável e fretes por volume.

Fonte: Elaboração própria, 2017

A diferença na duração das viagens exhibe outra característica das lanchas “ajato”, pois enquanto a duração da viagem de Manaus para Tefé é de 12 horas, um Navio-Motor leva até 36 horas para realizar o mesmo trecho. O preço das passagens também se distingue. A passagem com acomodação em rede no navio-motor é mais popular (entre 30 a 60 reais no trajeto exemplificado), os camarotes destas embarcações são mais caros (em torno de 550 reais no respectivo trajeto). O preço da passagem ou poltrona de uma lancha “ajato” é maior que a passagem de rede em um Recreio, porém é menor que o camarote deste (220 reais), em concorrência direta com o preço do transporte aéreo, se esta passagem de avião for comprada com planejamento prévio (em torno de 240 reais ou até mais barata). Aqueles viajantes com relativo poder aquisitivo, ou que estão em situações de urgência ou que não gostam das alturas dos aviões, viajam de “ajato”.

Refletindo sobre o comportamento dos clientes que não utilizam o transporte aéreo para suas viagens, pois preferem o transporte fluvial, observa-se o que Baudrillard (2012, p. 89) chama de “duelo de objetos” ou “duelo de consciências”. Neste sentido, o transporte fluvial composto de navios-motores e lanchas “ajato” mostra respectivamente o “tradicional-funcional-antigo” e o “moderno-funcional-antigo”. As lanchas se misturam ao conjunto de funcionalidades e significações construídas pelos passageiros/clientes em relação aos antigos navios-motores. Ambos efetuam as mesmas funções admitindo significados diferentes, uma modernização do antigo utilizando procedimentos pretéritos para produzir significados novos.

Admite-se que uma modernização se concretiza e se difunde no espaço por intermédio de suas funcionalidades e de seus significados provenientes da inserção de inovações técnicas e estruturas que lhe permitam evoluir e se desenvolver em função do aprimoramento de objetos, ações e do modo de produção.

Desta forma, uma “modernização pretérita” se configura quando objetos caducos e pretéritos são utilizados na ausência de condições materiais e imateriais que propiciem a operacionalidade de objetos sofisticados e modernos. Por conseguinte, ocorre o funcionamento de um sistema técnico vinculado a uma configuração territorial apta a servir estes objetos, porém um sistema técnico pretérito em uma configuração territorial limitada.

Refere-se à adaptação da construção das lanchas, utilizando materiais de qualidade secundária e adaptados à estrutura dos barcos, como por exemplo, no

acabamento interno e no sistema de ar-condicionado. Se estes barcos fossem construídos com material sofisticado e técnicas contemporâneas, sua manutenção e funcionamento seriam pouco eficientes em subespaços como o Solimões, onde a assistência técnica para objetos sofisticados é rarefeita. A especialização do lugar providencia a especialização dos fluxos, logo, a modernização dos lugares pode se realizar concomitantemente com a modernização destes fluxos. Concorda-se com Huertas (2007, p. 251) quando afirma que as consequências das inovações tecnológicas mais influentes na navegação regional amazônica são, respectivamente: o aumento da velocidade, com a gradativa troca de embarcações de madeira por embarcações de ferro ou aço, assim como a inserção e uso de motores mais potentes que propicia o aumento da capacidade de carga e a redução do custo de produção.

As lanchas são feitas por encomenda, com procedimento de construção quase artesanal. O *design* é chamado de modelo “manauara” pelo Sr. Aguiar, que é o idealizador e proprietário da empresa “Ajato Navegações Ltda-ME”, tão notória que o segmento leva seu nome em função da força do uso, ou seja, “lanchas ajato”.

Entretanto, não há uma padronização das estruturas internas, isto produz diferenças entre as lanchas que evidenciam o uso de técnicas não tão modernas nestes barcos alternativos. Por exemplo, a Lancha Crystal I, a maior lancha “ajato” no Amazonas que realiza a rota no Solimões, possui um sistema de ar condicionado moderno, embutido e discreto. No entanto, outras lanchas que também operam no rio Solimões, baseadas na cidade de Tefé, por exemplo, possuem esse sistema de ar condicionado com aparelhos antigos e adaptados à estrutura interna da lancha, muitas vezes, viajam gotejando água nos passageiros. Porém, são embarcações aptas a funcionarem em lugares onde existe o acesso à manutenção destes equipamentos mais simples, o que não ocorreria se fossem embutidos e sofisticados como da Crystal I, que também opera em todo rio Solimões, mas voltam a Manaus para reparos e manutenção. Aspectos de uma modernização com uso de equipamentos pretéritos, e que se intensifica quanto mais longe dos centros que sediam objetos e técnicas contemporâneas.

Inserem-se neste contexto de uma modernização pretérita a baixa estruturação dos fixos especializados, produto da relativa presença e eficiência das políticas do Estado no rio Solimões, ocasionando problemas como a inexistência de portos organizados, a baixa fiscalização e pouco policiamento.

Ressalta-se que, dentre os fixos especializados à navegação que promovem um papel crucial ao suporte logístico no Solimões, destacam-se os “Pontões”, como são chamados os postos de combustíveis flutuantes que também oferecem serviços de mercearia ou mercados fluviais, e que são muito presentes nos municípios de Tefé, Coari e Tabatinga. No entanto, em muitas cidades que não possuem Pontões há flutuantes e barcos de madeira de propriedade de comerciantes que realizam a venda de combustíveis às embarcações em geral que buscam abastecimento. Representam a limitação das infraestruturas que configuram os fixos especializados no Solimões, pois lanchas “ajato”, que consomem em média 200 litros de combustível por hora e prezam pela rapidez, também pedem velocidade no abastecimento. Todavia, flutuantes antigos e precários de madeira, que efetuam o serviço com equipamentos e técnicas ultrapassadas, ainda operam nas cidades do Alto Solimões. Isto exhibe as estruturas de uma circulação que, apesar de contar com barcos modernos como as lanchas “ajato”, ainda devem sua operacionalidade aos equipamentos antigos, mas úteis para a fluidez dos serviços da navegação regional nestes espaços opacos.

2 OS FLUXOS DAS LANCHAS “AJATO” NO AMAZONAS

Para uma melhor leitura de uma modernização pretérita a partir das lanchas “ajato” no rio Solimões, propõe-se uma categorização a partir da origem das viagens das lanchas. Por conseguinte, referencia-se Silveira (1999, p. 416) quando discute que:

Reconheceríamos dois subtipos de geografia luminosa. De um lado, a luminosidade primária, na qual, embora as configurações territoriais apareçam como empecilhos à nova modernidade, são acolhidas as instâncias de controle no comando do território [...]. E, de outro lado, mencionamos a luminosidade secundária, de segundo grau, dependente. É o exemplo dos pontos da verticalidade que encarnam uma luminosidade submetida a difração. Dadas as possibilidades técnicas e organizacionais do período, as regiões tornam-se teleorganizadas, comandadas desde pontos longínquos. Redes hegemônicas e domésticas, por vezes convergentes, por vezes opostas, produzem uma nova territorialidade. Uma circulação veloz e um controle remoto são, talvez, as características fundamentais de um espaço movediço e inconstante da ordem global. (SILVEIRA, 1999, p. 416/417).

Baseado na reflexão da geografia luminosa de Silveira (1999), classificam-se os fluxos das lanchas “ajato” para discussão de uma modernização seletiva e

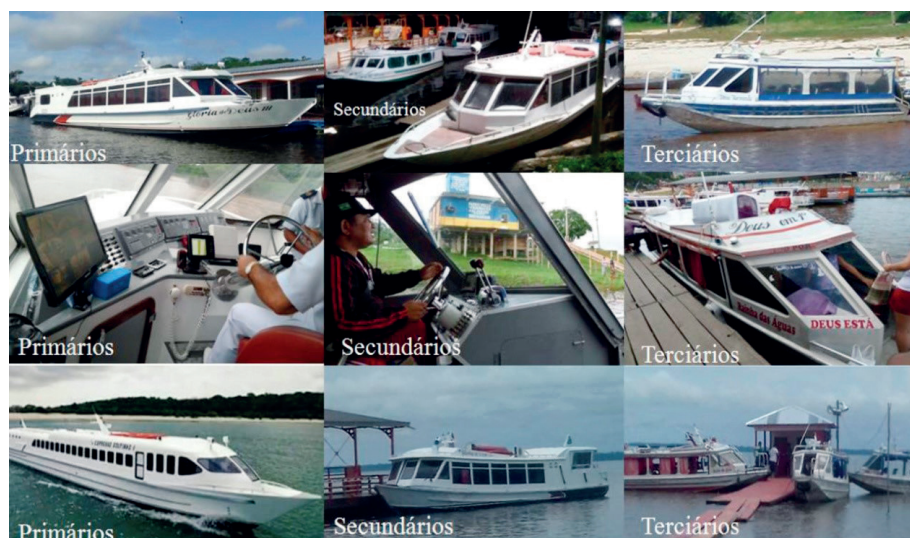
pretérita que pode ser lida na medida em que as técnicas e infraestruturas são modificadas quanto mais se afastam do ponto primordial de irradiação dos fluxos.

Sendo assim, os fluxos primários, são definidos pelas lanchas que partem de espaços luminosos. No caso do Amazonas, referem-se àqueles situados em sua capital Manaus, onde os elementos do meio técnico-científico-informacional são mais densos e atuantes na dinâmica do espaço.

Os fluxos secundários partem das cidades intermediárias do rio Solimões para outros municípios no interior do estado. Considera-se que as hinterlândias de Tefé e Tabatinga possuem fluxos secundários significativos que corroboram para uma produtividade espacial vinculada a estes lugares distantes de espaços luminosos. Isto se justifica por Tefé ser o maior centro urbano e possuir a maior região de influência no estado do Amazonas depois da capital Manaus; e por Tabatinga contar com alta frequência de fluxos ao seu entorno com a tríplice fronteira onde os territórios do Peru, Colômbia e Brasil se encontram.

E finalmente, os fluxos terciários, que representam aqueles irradiados pelas cidades intermediárias ou regionais para as centenas de comunidades ribeirinhas localizadas nos rios, furos, paranás e igarapés da Bacia do rio Solimões. Estes fluxos terciários são movidos pelos serviços oferecidos por lanchas menores via fretamentos por firmas, instituições e pessoas para fins diversos (Figura 3).

Figura 3 – As lanchas dos Fluxos Primários à esquerda; dos Fluxos Secundários no meio; e dos Fluxos Terciários à direita



Fonte: Acervo do autor, 2017

Quanto mais distantes dos fluxos primários, ou seja, da rota principal no Solimões entre Manaus-Tabatinga, as funcionalidades dos fluxos secundários e terciários se apresentam maiores. As lanchas “ajato” tornam-se objetos geográficos representantes da rapidez e da aceleração com a diminuição do espaço em função da aceleração do tempo (Quadro 2).

Quadro 2 – Os equipamentos das lanchas de acordo com o tipo dos fluxos

LANCHAS	EQUIPAMENTOS					
	GPS	Ecoba-tímetro	Ar condi-cionado	Rádio (co-municações)	TV (Filmes)	Motores
Fluxos Primários	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Alta Potência (Acima de 500HP; possuem de 1 a 3 motores)
Fluxos Secundários	Não	Sim	Sim	Não	Não	Alta/Média Potência (possuem 1 motor com até 400 HP)
Fluxos Terciários	Não	Não	Não	Não	Não	Baixa /Média Potência (possuem 1 motor com até 175 HP)

Fonte: Elaboração própria, 2017

As diferenças entre as lanchas atuantes em cada fluxo são relevantes, oferecendo técnicas e equipamentos modernos que vão se ofuscando e se alterando na medida em que se afastam de centros luminosos.

2.1 OS FLUXOS PRIMÁRIOS DAS LANCHAS “AJATO”

As embarcações pertinentes aos fluxos primários são as maiores e mais bem equipadas da frota das lanchas “ajato”. Representam uma modernidade que possui as técnicas e estruturas contemporâneas como aliadas para vencer a resistência do espaço letárgico e opaco do Solimões. Contam com terminais próprios em Manaus e Tefé (Figura 4).

Figura 4 – Os Terminais das Lanchas “Ajato”, de Manaus à esquerda e de Tefé à direita



Fonte: Acervo do Autor, 2016

De Manaus, as lanchas “ajato” realizam as viagens mais custosas subindo o rio até Tabatinga, atendendo a 18 municípios que possuem demanda neste percurso. A capital amazonense, detentora de uma circulação fluvial incomparável na região e de uma notável divisão territorial do trabalho em que atuam elementos do meio geográfico contemporâneo, apresenta infraestruturas e densidade técnica para este comando primário que sedia as empresas/armadores e a origem dos fluxos primordiais para a realização da gestão desta rede de transportes no rio Solimões.

A lancha Crystal I é a maior embarcação representante dos fluxos primários. Com capacidade para 130 passageiros, atende rigidamente aos regulamentos e normas da navegação e de segurança naval. Percorre os 1.573 km navegáveis entre Manaus e Tabatinga em 36 horas. Leva enfermeiros, comandantes habilitados e tripulação uniformizada aos serviços rotineiros em todos os turnos, pois a viagem é contínua. Sua tripulação atende aos passageiros constituídos por profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos principalmente.

Existem 7 lanchas “ajato” com rota compreendendo o rio Solimões. A Crystal I, Glória de Deus III, Madame Crys e Cidade de Manaquiri realizam a rota Manaus-Tabatinga. As lanchas Puma, Ajato 2000 e Belíssima atendem até a rota Manaus-Tefé. A lancha Ajato Belíssima prossegue de Tefé até Carauari no

rio Juruá. Estas lanchas “ajato” operacionalizam os fluxos primários, pois zarparam de Manaus, com fluxo de 10 viagens semanais. Transportam entre 65 (Lancha Puma) e 130 passageiros (Lancha Crystal I), com passagens que variam de acordo com a distância para o destino, entre 170 a 570 reais.

Apesar do rio Solimões ser considerado uma hidrovia, não possui balizamento e nem sinalização. As lanchas devem operar respeitando o regime de cheia do rio, onde redemoinhos ou “rebojos” devem ser evitados, assim como os bancos de areia e praias submersas mais comuns no período da seca dos rios, e, igualmente, materiais suspensos na água, que podem quebrar as hélices, precisando ser desviados mesmo nas viagens noturnas. Em algumas cidades sua rápida escala é realizada na madrugada com atracadouros de difícil acesso, como em Fonte Boa e Jutai, o que dificulta, mas não diminui, o fluxo de passageiros.

Nas cidades do Solimões, as passagens das lanchas são vendidas em guichês da própria empresa “Ajato”, como em Tefé e Coari, ou são disponibilizadas por representantes de vendas que ganham 5% do valor das passagens. As cidades do interior do Amazonas são pouco providas com “canais eletrônicos financeiros” (CONTEL, 2006), tais como ponto de recebimento de cartão de crédito e débito, caixas eletrônicos e redes de *internet banking* que facilitam a dispersão dos serviços bancários pelo território. Ou seja, só há vendas de passagens com dinheiro; compras virtuais e eletrônicas não são viabilizadas. Isto exhibe uma configuração territorial que não permite o uso de técnicas contemporâneas de vendas de passagens no Solimões. Apesar de ocorrer uma modernização dos objetos de transporte, não há o acompanhamento suficiente de estruturas técnicas que deveriam supri-los.

Na última cidade da rota no Solimões, Tabatinga, na fronteira com a Colômbia e o Peru, as lanchas “ajato” ancoram no chamado PORTOBRÁS ou “Porto do Voyager” pertencente à empresa dos Navios-motores “Voyager”. A ancoragem é complexa, pois o espaço para os barcos é pequeno nesta Instalação Rudimentar (ANTAQ, 2013), que opera quando da inatividade do Terminal Hidroviário de Tabatinga, uma Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte ou IP4, presentes em 10 dos 18 municípios do rio Solimões. Estes portos do Solimões estão sob a gestão da Administração Hidroviária da Amazônia Ocidental (AHIMOC), que providencia as demandas acolhidas pelo Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes (DNIT). Nos municípios que possuem os portos IP4 há licitações para que empresas terceirizem a administração, os serviços de vigilância e a manutenção da operacionalidade. Ressalta-se que a

empresa “ADC Ventureli”, de Manaus, foi a última administradora deste terminal.

Não há em Tabatinga a mesma facilidade de atracação para as lanchas “ajato” como ocorre em Tefé, que possui um terminal para esse tipo de embarcação. Apesar de Tabatinga possuir um terminal hidroviário com infraestrutura superior ao de Tefé, cidade que é o maior centro urbano do Solimões (QUEIROZ, 2015), está suscetível às interrupções das atividades e inoperância de seu Terminal Hidroviário devido às licitações obstruídas por atrasos burocráticos e administrativos.

2.2 OS FLUXOS SECUNDÁRIOS DAS LANCHAS AJATO

Existem outras lanchas com estruturas diferenciadas no Solimões realizando os mesmos trechos entre as cidades do interior do estado, partindo principalmente de Tefé com preços e estruturas menores.

Essas lanchas “ajato”, que atendem aos fluxos secundários, não são tão modernas e nem possuem o mesmo padrão de serviços dos oferecidos pelas lanchas dos fluxos primários, porém efetuam um papel relevante para a circulação de passageiros ofertando velocidade e rapidez em relação aos outros segmentos do transporte fluvial regional com os quais concorrem. David e Nogueira (2010) afirmam que o aumento da procura desse segmento da navegação fluvial amazônica tem sido uma constante, havendo, assim, uma mudança no padrão de navegação da Amazônia, pois alguns deslocamentos, que em embarcações tradicionais eram realizados em dias, são percorridas em horas pelas lanchas dos fluxos secundários.

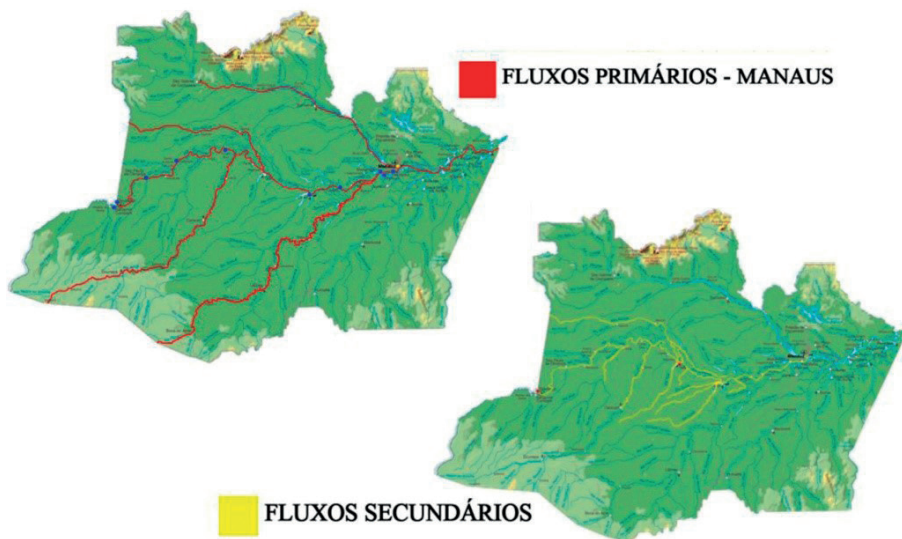
Nesta perspectiva, reflete-se sobre as palavras de Monié (2011, p.160) quando:

[...] para garantir a continuidade dos fluxos e articular de forma eficiente todas as escalas geográficas os integradores logísticos procuram eliminar as hierarquizações espaciais desenvolvendo estratégias que heterogeneizam o mesmo espaço na medida em que a explosão de fluxos pequenos requer mecanismos de centralização destes fluxos para criar ordem e economia de escalas (MONIÉ, 2011, p.160).

Sob esta percepção, observou-se que as cidades de Tefé e Tabatinga efetuam um papel de entrepostos fluviais referenciais que tendem a centralizar os fluxos de pequenas e grandes distâncias, assim como de alta frequência, criando uma consequente ordem e economia das escalas. A fluidez territorial é viabilizada

via a especificidade técnica e normativa do território (ARROYO, 2015, p.44). Nesse subespaço essa fluidez é maior no rio Solimões, tendo naquelas duas cidades importantes nós de rede (Figura 5).

Figura 5 – O espaço de atuação dos fluxos primários das lanchas “ajato”, acima, e dos fluxos secundários, abaixo.



Fonte: Elaboração própria (2017) com base de dados do IBGE (2013)

Como agentes de integração territorial, pois levam repercussões econômicas de um lugar ao outro via as pessoas que transportam, essas lanchas usufruem das estruturas locais e, ao mesmo tempo, exigem sua funcionalidade. Isto ocorre pelas conexões direcionadas de pequenas cidades locais para cidades intermediárias ou regionais (Tefé e Tabatinga), e destas para a metrópole manauara, possibilitando uma reflexão sobre a hierarquia desses fluxos a partir de sua origem, ou seja, a origem das viagens das lanchas propicia identificar os pontos onde há uma modernização seletiva. No caso, Tefé, Tabatinga e a grande Manaus se configuram como centros de alta fluidez. Desta forma, estes centros propiciam benefícios para a circulação e para a dinâmica de sua hinterlândia ao irradiar “fluxos virtuosos para a integração” (QUEIROZ, 2015).

Em Tefé, o maior centro urbano do Solimões, os fluxos secundários partem do Terminal do “Ajato” local, único no Solimões e fora de Manaus. Estes fluxos secundários são constituídos por rotas importantes para a integração

e comunicação regional, pois acessam logradouros como casas flutuantes e comunidades que estão à beira dos rios Solimões, Uarini, Tefé, Japurá e Juruá. Levam pequenas encomendas, cartas e recados para os que não possuem Correios para se comunicar, parando em lugares que outras embarcações do transporte regional teriam dificuldade, no entanto, sem atrasar a viagem.

As lanchas que operam nos fluxos secundários tefeenses são: “Glória de Deus II”, que parte de Tefé para os municípios de Alvarães no rio Solimões, assim como para os municípios de Japurá e Maraã, situados no rio Japurá; a “Lancha Oliveira II”, que parte de Tefé para a cidade de Alvarães e a cidade de Juruá no rio Juruá; e com destino ao município de Uarini zarpam de Tefé as Lanchas “Lima de Abreu VI”, “Lima de Abreu III”, “Expresso Hélio Mota”, “Lancha Tayson” e “Expresso Iara” que também atendem Alvarães.

Estas lanchas com rota para Uarini efetuam uma frequência de 21 viagens semanais e possuem capacidade de 27 passageiros; as lanchas que se dirigem para Japurá, Maraã e Juruá têm capacidade de 65 pessoas, frequência de 2 viagens semanais e com passagens no valor de 180 reais. Todas essas respectivas lanchas atendem à cidade de Alvarães. Ressalta-se que Tefé, Uarini e Alvarães constituem a Microrregião de Tefé.

Na região do Solimões os objetos técnicos que compõem os fixos especializados do transporte fluvial são limitados. Por conseguinte, a empresa “Ajato” instalou o Terminal do “Ajato” de Tefé, que é a capital regional do Solimões, cidade com posição estratégica no meio da extensão do grande rio, no centro do Amazonas e na foz dos rios Japurá e Tefé (QUEIROZ, 2015). Este terminal possui um papel e uma expressividade diferenciada, pois não serve apenas aos objetivos das lanchas “ajato”, mas também de outras embarcações que utilizam suas estruturas para atracar. Assim, um objeto técnico como esse Terminal do “Ajato” em Tefé aprimora os fluxos e os fixos regionais frente a escassez de portos e terminais públicos e privados de embarque e desembarque de passageiros e cargas. Ressalta-se que Tefé não possui um porto IP4, apenas flutuantes de madeira e uma balsa-porto que efetuam o papel de um entreposto fluvial para toda a circulação regional.

Por conseguinte, o Terminal do “Ajato” em Tefé representa uma modernização dos fixos especializados ao transporte fluvial via a operação das lanchas “ajato”, pois disponibiliza estruturas e equipamentos que os demais terminais locais não possuem, tais como: i) estruturas de aço; ii) gerador de

energia; iii) escada para embarque e desembarque de idosos e crianças; iv) guichê de vendas de passagens; v) acesso facilitado no período de seca (praia) e de cheia dos rios; vi) técnicas e organização diferenciadas (lanche, cadeiras, carregadores, taxistas etc.). No entanto, este Terminal do “Ajato” não deixa de ser configurado como uma Instalação Rudimentar pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

2.3 OS FLUXOS TERCIÁRIOS DAS LANCHAS AJATO

Os fluxos terciários compõem a categoria dos fluxos das lanchas “ajato” constituídos por lanchas que efetuam fluxos fundamentais para a integração territorial do subespaço em consideração. Estes fluxos terciários se originam principalmente em Tefé e Tabatinga, mas também em outras cidades do rio Solimões, porém com menor frequência e organização, e se dirigem para as comunidades e localidades ribeirinhas dispersas nos afluentes, paranás, furos e igarapés do “rio mar”.

Apesar dessas lanchas dos fluxos terciários estarem sob os condicionantes de uma solidariedade e um cotidiano tradicional, ou seja, das horizontalidades, executam modelos de operacionalização de espaços luminosos. Contudo, oferecem serviços de navegação que funcionam a partir de novas organizações sociais e de um contrato peculiar. São de porte menor e de maior desobediência à racionalidade hegemônica. É nesse momento que a modernização pretérita se realiza de maneira mais intensa, pois se figura como uma modernização adaptada a funcionar com o escasso, com o barato, com o disponível e com o limitado.

Essas respectivas lanchas não possuem equipamentos modernos, apenas o *design* “manauara” que se assemelha ao das lanchas que compõem os fluxos primários. Entretanto, são lanchas que buscam melhorar o serviço das pequenas embarcações tradicionais, as catraias, mais lentas e sem cobertura contra o sol e chuva. Os motores das lanchas do fluxo terciário são até 20 vezes mais potentes do que uma catraia tradicional, promovendo rapidez e o acesso à aceleração para a clientela cabocla a um custo semelhante ao das catraias. Realiza-se uma modernização com objetos pretéritos, pois, mesmo que existam objetos funcionalmente mais ágeis a partir dessas lanchas, são tecnologias antigas para o mundo contemporâneo.

Os fluxos terciários de Tefé são relevantes quando analisadas as atividades da Associação dos Catraieiros de Tefé, composta por 24 associados que utilizam três flutuantes como atracadouros. A maior frequência de fluxos terciários no município é para a Vila de Nogueira, no rio Tefé, acesso para o município de Alvarães, no rio Solimões. A frequência desse fluxo equivale a 185 viagens semanais efetuadas pelas lanchas.

Muitas catraias tradicionais e voadeiras continuam operando com destino para as 107 comunidades ribeirinhas localizadas no rio Tefé. Porém, a fragilidade das pequenas embarcações tradicionais provoca acidentes e mortes, o que motivou os usuários deste tipo de transportes (estudantes, professores, comerciantes e agricultores, principalmente) a utilizarem cada vez mais as lanchas dos fluxos terciários do transporte fluvial.

Em Tabatinga, os fluxos terciários partem do chamado Porto das Catraias onde se localizam os flutuantes que sediam as atividades da Associação dos Taxistas Fluviais de Tabatinga, no Flutuante Princesa do Alto Solimões; e da Associação dos Canoeiros Cargueiros de Tabatinga (ACANTURTAB) no Flutuante “Tres Fronteras”, onde atuam profissionais peruanos de Santa Rosa, comunidade peruana localizada do lado oposto a Tabatinga. Essas associações são dois entes que operacionalizam os fluxos intermunicipais entre Tabatinga e Santa Rosa (Peru), assim como Tabatinga e as cidades de São Paulo de Olivença, Benjamin Constant e Santo Antônio do Iça. Cada uma dessas cidades possui sua associação que irradia viagens pertinentes aos fluxos terciários.

Entre Tabatinga e Santa Rosa, o fluxo diário ultrapassa 100 viagens com os 20 associados da ACANTURTAB. Taxistas fluviais da Associação dos Taxistas Fluviais de Santa Rosa afirmam que, somando as três associações de profissionais associados na tríplex fronteira, ou seja, as duas respectivas associações brasileiras e a peruana, ultrapassam 100 sócios. De acordo com o taxista fluvial José Valeran, os armadores colombianos possuem a licença para entrar no Brasil, porém os taxistas brasileiros afirmam que não são bem-vindos nos setores fluviais colombianos por não terem acesso a essa licença, efetuando, quando necessário, viagens clandestinas pertinentes aos fluxos terciários.

O fluxo entre Tabatinga e São Paulo de Olivença compõe-se em torno de 7 viagens diárias (4 horas de duração), entre Tabatinga e Benjamin Constant somam 11 viagens diárias (25 minutos de duração). As viagens de Tabatinga para a cidade de Santo Antônio do Iça possuem poucos fluxos semanais, pois

a Associação dos Taxistas da própria cidade de Santo Antônio do Iça efetua algumas viagens. Estas viagens não possuem horários definidos, os armadores disponibilizam e operacionalizam seus serviços de transporte fluvial via a contratação ou fretamentos das viagens sem planejamento prévio e, por isso, não possuem rotas e horários pré-estabelecidos.

As pequenas lanchas dos fluxos terciários de Tabatinga realizam rotas intermunicipais na região do Alto Solimões, rotas que são realizadas por lanchas maiores, dos fluxos secundários no Médio Solimões. Isto permite uma “intercambialidade de objetos” que se realiza pela complexidade entre os níveis e estruturas das lanchas e os fluxos e serviços a serem atendidos por estas. Ou seja, as lanchas dos fluxos terciários em Tabatinga, com estruturas e técnicas menores e pretéritas, realizam as viagens intermunicipais que em Tefé são efetuadas pelas lanchas dos fluxos secundários (Figura 6). Porém, em Tefé essas viagens intermunicipais possuem rotas definidas e são operacionalizadas por lanchas com estruturas maiores supridas com técnicas e equipamentos mais modernos, entretanto inferiores às lanchas “ajato” dos fluxos primários advindas de Manaus.

Figura 6 – Principais lanchas dos fluxos terciários de Tabatinga, Santa Rosa (Peru), à esquerda; e Tefé e Coari, à direita.



Fonte: Acervo do autor, 2017

Evidencia-se que isso ocorre em razão de que quanto mais distante de Manaus, centro dispersor dos fluxos primários, menor a possibilidade de viabilização de uma plena operacionalização de equipamentos modernos e técnicas contemporâneas. Isso porque Manaus conta com maior densidade de técnicas relacionadas à modernidade, e, concomitantemente, à gestão institucional, à assistência técnica, à manutenção das lanchas; assim como é a cidade onde os elementos que compõem o meio técnico-científico-informacional são mais presentes

Somam-se a essa incapacidade de territórios distantes, como Tabatinga, em gerir objetos modernos longe do centro difusor de fluxos (Manaus), as condições socioeconômicas da população, detentora de um baixo poder aquisitivo; tanto dos passageiros quanto da iniciativa privada local, ou seja, a demanda, as iniciativas e os investimentos são limitados.

Logo, essas lanchas se inserem em um processo de modernização pretérita, cujos objetos e equipamentos velhos ainda são úteis para disseminar mobilidade e rapidez, atraindo passageiros e fluindo a circulação que corrobora para uma integração territorial desses espaços letárgicos.

Ressalta-se que, apesar de prover uma circulação fluvial significativa, o município de Coari no Médio Solimões, não possui lanchas que operam rotas pré-estabelecidas para os municípios vizinhos e por isso não gera fluxos secundários para outras cidades, não produzindo desta forma benefícios para a integração territorial. Nesta cidade, os fluxos terciários se baseiam no transporte de funcionários por empresas/armadores terceirizados da Petrobrás levando trabalhadores e funcionários para a Província Petrolífera do Urucu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, apesar de ocorrer uma modernização dos objetos do transporte fluvial representados pelas lanchas “ajato” no rio Solimões, a estrutura técnica do território ainda possui dificuldades para acompanhar esse processo. Assim, a insuficiência de terminais portuários, postos de abastecimentos e canais eletrônicos financeiros perpetua o uso de equipamentos e técnicas de divisões territoriais do trabalho pretéritas, ou seja, os fixos não acompanharam a modernização dos fluxos, promovendo uma modernização pretérita.

Verificou-se que as lanchas “ajato” efetuam rotas distintas e diferentes tipos de lanchas estabelecem uma rede ligando a determinados nodais de embarque e desembarque de passageiros dentro da circulação inerente ao transporte fluvial no rio Solimões. Os “ventos” da globalização e da racionalidade que prezam pela aceleração e pela rapidez advindas da divisão territorial do trabalho contemporânea alcançaram a dinâmica da circulação fluvial no Solimões por intermédio da organização diferenciada dos serviços e das infraestruturas que subsidiam os fluxos e os fixos às lanchas “ajato”.

A instalação e manutenção do Terminal do “Ajato” em Tefé, cidade que se configura como o centro gestor do território no Solimões, também exibem a inserção de técnicas e equipamentos modernos. Representa uma modernização dos fixos especializados ao transporte fluvial vinculado aos fluxos regionais das lanchas “ajato” que beneficia significativamente o transporte fluvial na região, pois socializam seu uso com outras embarcações em um subespaço onde estas infraestruturas são escassas; assim como contribui para intensificar a produtividade espacial deste nó de rede no Solimões.

Esta pesquisa ofereceu subsídios para compreender que a partir da classificação dos fluxos das lanchas “ajato” por intermédio de sua origem, foi possível identificar uma modernização com objetos antigos tanto dos fluxos como dos fixos especializados no transporte fluvial, uma modernização pretérita. Estas novas ações com objetos velhos tornam a circulação fluvial limitada, todavia promovem uma integração territorial importante nestes subespaços distantes dos centros econômicos e das infraestruturas modernas.

Os fluxos primários, secundários e terciários evidenciam a importância das lanchas “ajato” para o transporte fluvial no Solimões e efetuam uma modernização da frota e dos equipamentos das embarcações tradicionais. Constatou-se que corroboram para a integração territorial, pois as lanchas “ajato” dos fluxos primários são os únicos segmentos do transporte fluvial do Solimões que atendem às cidades mais importantes do grande rio, o que não é realizado pelos Navios-motores e os *ferry-boats*. Ademias, o papel dos fluxos secundários e terciários são significativos para o fortalecimento de uma produtividade espacial útil à circulação e, concomitantemente, à integração territorial desse subespaço à formação socioespacial brasileira.

REFERÊNCIAS

- ANTAQ. **Caracterização da oferta e demanda do transporte fluvial de passageiros na região na região amazônica**. Brasília: ANTAQ, 2013.
- ARROYO, M.; CRUZ, R. C. A. (Orgs). **Território e circulação: a dinâmica contraditória da globalização**. São Paulo: Annablume, 2015.
- BAUDRILLARD, J. **O sistema de objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- CONTEL, F. B. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- DAVID, R. C. A.; NOGUEIRA, R. J, B. O transporte fluvial expresso: um novo segmento na rede fluvial amazônica. XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS. Anais [...]. Porto Alegre: jul. 2010.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HUERTAS, D. M. **Da fachada atlântica ao âmago da hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do Censo 2010**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- MONIÉ, F. Dinâmicas produtivas, logística e desenvolvimento territorial. In: VIDEIRA, S. L.; COSTA, P. A.; FAJARDO, S. **Geografia econômica: (re) leituras contemporâneas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.
- QUEIROZ, K. O. **Centralidade periférica e integração relativizada – uma leitura de Tefé no Amazonas**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec/Educ, 1994.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. Coleção Milton Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SILVEIRA, M. L. **Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: FAPESP e LABOPLAN-USP, 1999.

Texto submetido à Revista em 20.09.2017

Aceito para publicação em 22.04.2019



Treinamento nas micro e pequenas empresas e rotatividade de pessoal

Micro and small enterprises training and employees turnover

Djair Picchiai - Doutor em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP). Professor pesquisador dos programas de Doutorado Acadêmico e de Mestrado Profissional em Administração da Faculdade Campo Limpo Paulista (FACCAMP). E-mail: djair.picchiai@fgv.br

Rodrigo Fernandes - Mestre em Administração pelo Centro Universitário Campo Limpo Paulista (UNIFACCAMP). Professor do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). E-mail: fernandesoc@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é compreender a percepção dos proprietários e funcionários em relação à aplicação de treinamentos nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e a intenção de rotatividade de pessoal. As MPEs têm uma grande representatividade no contexto econômico e social no Brasil, e mudanças em seu comportamento organizacional podem refletir em seus resultados. Este estudo tem característica quali-quantitativa, exploratória com estudo de casos múltiplos. Para compreender o processo estudado, foram realizadas pesquisas com 31 empresas, em que 31 proprietários e 66 funcionários no município de Osvaldo Cruz (SP) participaram da amostra. Para a coleta de dados, foram utilizados questionários e formulários. Os resultados apresentaram relação entre o treinamento e a rotatividade. Este estudo contribui também para despertar a importância na elaboração e na implementação de políticas de aprendizagem para a capacitação das pessoas nas MPEs e sua influência no comportamento organizacional.

Palavras-chave

Treinamento. Rotatividade. Micro e Pequenas Empresas. Aprendizagem.

Abstract

The objective of this article is to understand the perception of owners and employees regarding training in Micro and Small Enterprises (MSEs) and employee turnover. MSEs have a great representation in the economic and social context in Brazil and changes in their organizational behavior can reflect on their results. This study has a qualitative-quantitative, exploratory character with multiple case studies. To understand the process, we conducted surveys with 31 companies, in which 31 owners and 66 employees in the municipality of Osvaldo Cruz (SP) participated in the sample. For the data collection, the authors used questionnaires and forms. The results showed a relationship between training and turnover. This study also address the importance in the elaboration and implementation of learning policies for the training of employees in MSEs and their influence on organizational behavior.

Keywords

Training. Turnover. Micro and Small Enterprises. Learning Process.

INTRODUÇÃO

A prática de treinamento facilita a aprendizagem dos indivíduos e contribui para atingir resultados e objetivos das organizações, sendo um processo relacionado à área de gestão de pessoas (GP). Demo *et al.* (2011, p. 16) dizem que a “gestão de pessoas não deve ter papel tradicional de suporte, mas, sim, constituir competência essencial organizacional, uma vez que os recursos humanos (RH) são responsáveis pela produção de conhecimento”.

No entanto, muitas organizações não aplicam métodos de treinamento, ou não apresentam uma estrutura formalizada para o desenvolvimento dos funcionários. Tal fato pode implicar em falta de capacitação do pessoal e prejudicar a empresa na execução de suas ações estratégicas. De acordo com Malvezzi (2013, p. 06), “neste presente momento histórico, a gestão dos negócios e seu braço direito, a gestão das pessoas, são atividades necessárias e desafiadoras para os gestores, para a sociedade e para as ciências”.

Carvalho e Mourão (2014) ressaltam que as organizações têm que perceber as constantes mudanças que vêm ocorrendo, principalmente no desenvolvimento dos empregados, avaliando fatores como a inovação e concorrência. Gonçalves e Mourão (2011) avaliam que é um investimento de extrema importância, relacionado ao contexto organizacional e, tendo um forte vínculo, com as estratégias das empresas.

Os dados do IPEA (2014) mostram que as MPEs merecem atenção especial pelo fato de atuarem em setores intensivos de trabalho. A rotatividade, no cenário brasileiro atual, mostra-se muito elevada neste mercado de trabalho, incorrendo em grande instabilidade na retenção de funcionários e no acúmulo de experiências capazes de promover maior ascensão profissional.

Robbins, Judge e Sobral (2010) destacam que índices de rotatividade altos causam falta de eficiência, principalmente pela saída de pessoas experientes e treinadas, e necessidade de contratação de substitutos para essas posições. É fato que todas as empresas, inevitavelmente, possuem certo índice de rotatividade, fator difícil de ser evitado. Dentro desse cenário, em um mercado cada vez mais competitivo, compreender a aplicação de treinamento no ambiente das MPEs e seus reflexos torna-se fundamental.

Sabe-se que o processo de qualificação dos funcionários pode gerar modificações nos índices de rotatividade e, ainda, tem se tornado objeto de estudo em muitas pesquisas. Os novos modelos de gestão buscam melhorar os resultados para as organizações e compreender os fatores que geram a rotatividade.

Diante disso, este artigo tem como objetivo identificar a relação do treinamento com a rotatividade de pessoal no ambiente das MPEs.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 CONCEITOS E ESTUDOS SOBRE TREINAMENTO

Diante de um conjunto amplo de definições e conceituações sobre treinamento, torna-se necessário identificar quais possibilitam melhor orientação neste estudo. Neste caso, um quadro explicativo de definições baseadas em autores renomados fortalece essa busca de orientação a fim de atingir os objetivos propostos. No Quadro 1, há exemplos de definições que contribuirão para o estudo.

Quadro 1 – Conceitos de treinamento

Descrições	Autores
O treinamento pode incluir tudo, desde ensinar leitura básica até cursos avançados de liderança.	Robbins, Judge e Sobral (2010, p. 539)
O treinamento é uma atividade materializada por diferentes ritmos, apresentados por meio de visões distintas, implantadas de acordo com vários propósitos, e reguladas pela dinâmica de competição econômica.	Malvezzi (2013, p. 14)
Treinamento não é algo que se faça uma vez para novos empregados: é usado continuamente nas organizações bem administradas. Cada vez que você mostra a uma pessoa como ela deve fazer o trabalho, você está treinando. Preferimos definir treinamento como qualquer atividade que contribua para tornar uma pessoa apta a exercer sua função ou atividade, para aumentar a sua capacidade para exercer de forma eficiente novas funções ou atividades.	Lacombe (2005, p. 312)
O treinamento é o uso de atividades de instrução sistemática e planejada para promover a aprendizagem.	Armstrong (2006, p. 675)
Treinamento é o conjunto de métodos usados para transmitir aos funcionários novos e antigos as habilidades necessárias para o desempenho do trabalho.	Dessler (2003, p. 140)
O treinamento de pessoal é caracterizado pelo esforço dispendido pelas organizações para propiciar oportunidades de aprendizagem aos seus integrantes.	Borges-Andrade e Oliveira-Castro (1996, p. 112)
O treinamento é apenas uma das intervenções que afetam desempenho no trabalho. É, portanto, somente uma das tentativas formais de garantir a aquisição de novos conhecimentos, habilidades e maior compreensão da tarefa, não afetando, necessariamente, condições organizacionais (materiais e sociais) relacionadas ao desempenho.	Lacerda e Abbad (2003, p. 79)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Gonzalez (2006) afirma que os temas treinamento e desenvolvimento são uns dos processos de recursos humanos mais discutidos nas últimas duas décadas. Isto vem ocorrendo pelo fato de se tratar de processos que atendem aos objetivos da empresa e aperfeiçoam as competências dos colaboradores.

Vários autores demonstram preocupação em relação aos investimentos realizados tanto no processo de treinamento quanto no treinamento como investimento (ROBBINS, 2004; LACOMBE, 2005; FERREIRA; FORTUNA; TACHIZAWA, 2006; LACERDA; ABBAD, 2003; GONÇALVES; MOURÃO, 2011; SILVA, 2006; ZERBINI; ABBAD, 2010; ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010; ZERBINI; ABBAD, 2005).

Para Robbins (2004), os funcionários passam por processos de treinamento para permanecer desenvolvendo suas competências. Segundo Lacombe (2005), o processo de treinamento deve ocorrer de forma contínua, uma vez que as empresas necessitam de algumas qualificações específicas. Para Ferreira, Fortuna e Tachizawa (2006), é necessário desenvolver novas habilidades ou aperfeiçoar as atuais, para repercutir no desempenho das tarefas, sendo importante encontrar a técnica adequada para aplicação.

De acordo com Lacerda e Abbad (2003), as organizações buscam avaliar seus investimentos na área de treinamento e do retorno proporcionado para a empresa. Assim, há o questionamento em relação às ações de treinamentos e sua eficácia no ambiente organizacional. Já Gonçalves e Mourão (2011) e Silva (2006) avaliam o treinamento como algo fortemente vinculado às estratégias da empresa, podendo influenciar e ser influenciado, devendo, desta forma, estar alinhado com seu objetivo e ambiente.

Zerbini e Abbad (2010) e Robbins, Judge e Sobral (2010) relatam a existência de investimentos em treinamentos por empresas ao redor do mundo, com desenvolvimento de ações formais na busca de transferência de conhecimento para o ambiente de trabalho. Para Lacerda e Abbad (2003), um dos questionamentos apresentados nas organizações é o retorno do investimento em treinamento e a eficácia de suas ações, sendo que, entre as indagações, encontra-se a falta de confirmação dos resultados da aplicação de treinamento. Zerbini e Abbad (2005) citam a falta de processo na aplicação de treinamento, tais como levantamento de necessidade e avaliação dos resultados, que geram, muitas vezes, intervenções não apropriadas à realidade das organizações, mesmo com altos índices de aplicação de recursos financeiros.

Conforme mencionado por Brown (1999), Webster, Walker e Brown (2005) e Dawe e Nguyen (2007), as pequenas empresas também passam por experiências com o processo de treinamento em seu ambiente. De acordo com Brown (1999), identifica-se que, embora as empresas de grande porte estejam mais disponíveis a oferecer treinamento em relação às pequenas empresas, o tamanho já não é um obstáculo em relação à aplicação do treinamento, visto que com as novas tecnologias, as pequenas empresas estão investindo mais em aplicação de treinamentos.

Webster, Walker e Brown (2005) destacam a importância de proprietários e funcionários nas pequenas empresas conhecerem melhor suas necessidades de treinamentos. Dawe e Nguyen (2007), em uma pesquisa realizada na Austrália, identificaram que as pequenas empresas representam metade dos empregos no país. No entanto, apenas um terço destas empresas oferecem programas de treinamento estruturado aos seus funcionários. A pesquisa apresenta que estas empresas aprendem mais por meio do fazer, no dia a dia do trabalho.

A aplicação de treinamento formal se justifica mediante as seguintes situações: necessidade de instruções formais, demanda pelo desenvolvimento de habilidades com maior rapidez, insuficiência na iniciativa do profissional para realizar tarefas especializadas ou complexas (ARMSTRONG, 2006). Embora haja vários meios para o desenvolvimento das potencialidades humanas, tais como rotinas, experiências e educação, o treinamento se destaca por atender as necessidades de adaptação profissional e por ser a ferramenta mais comum, visto que apresenta uma enorme diversidade de aplicações, tal como transformar a potencialidade humana em habilidade (MALVEZZI, 2013).

Segundo Nonaka e Takeuchi (2008), o treinamento no trabalho utiliza-se do princípio relacionado à aprendizagem por meio do conhecimento tácito, demonstrando que a transferência de informações sem a oportunidade de experiência pode gerar dificuldades de compreensão por parte do outro indivíduo. Em uma última análise acerca da compreensão do assunto, o comportamento do líder tem forte influência no impacto do treinamento e do desenvolvimento de seus subordinados, levando à reflexão em relação ao preparo dos líderes, principalmente no que se refere ao relacionamento interpessoal (SILVA; MOURÃO, 2015).

1.2 TIPOS DE TREINAMENTO E SEUS MÉTODOS E TÉCNICAS

Robbins (2004) cita alguns métodos de treinamentos formais e informais utilizados no ambiente empresarial, afirmando que treinar relaciona-se a ministrar treinamento formal com planejamento prévio e processo estruturado. Porém, observa-se que as organizações utilizam cada vez mais treinamento no formato informal, sendo que este modelo se relaciona ao processo de colaboração entre os funcionários da organização, com a transferência de conhecimento entre eles. Neste contexto, Lacombe (2005) apresenta os tipos de treinamento quanto às suas formas de execução, podendo ocorrer a distância, formal, interno, externo e no trabalho.

Alguns empregadores têm centros internos de desenvolvimento que normalmente combinam aulas presenciais (palestras e seminários, por exemplo) e outras técnicas, como centros de avaliação, exercícios de caixa de entrada e representação de papéis para auxiliar o desenvolvimento de funcionários e gerentes (DESSLER, 2003, p. 155).

Para Saccol *et al.* (2010), o *e-learning* envolve o ensino de alunos que podem estar fisicamente e geograficamente distantes, sem a necessidade de frequentar o mesmo espaço físico para o seu processo de desenvolvimento, como sala de aula e outros locais tradicionais. Por sua vez, o programa de integração de novos colaboradores tem por objetivo a informação referente a políticas, estratégias, produtos, benefícios, normas, horários, prática, entre outros (LACOMBE, 2005).

1.3 CRENÇAS SOBRE O SISTEMA DE TREINAMENTO

Entre as análises para o desenvolvimento da pesquisa, encontra-se o estudo das crenças sobre o sistema de treinamento. Para compreender e interpretar este fenômeno, foi necessária uma avaliação das definições e a análise de pesquisas relacionadas.

Algumas crenças influenciam a atitude das pessoas em direção a um dado comportamento. Isso ocorre porque a pessoa acredita que a exibição daquele comportamento levará a certas consequências, que aquela pessoa avalia como importantes (Teoria da Expectância) (LOPES; MOURÃO, 2010, p. 205).

Lopes e Mourão (2010) destacam que no ambiente das empresas, quando novos funcionários integram a equipe de trabalho, os funcionários atuais passam

a relatar suas crenças em relação ao sistema de Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E) aplicado no ambiente da empresa.

Crenças podem ser compreendidas como elementos de representação mental, abstratos, oriundos de experiências individuais e coletivas que, uma vez alcançando o formato e o suporte físico necessário à sua objetivação, oferecem-se à crítica (LOPES; MOURÃO, 2010, p. 199).

Em pesquisa realizada com sete empresas do setor privado, as autoras detectaram que “a experiência de trabalho, o salário, a idade e o tempo de trabalho têm influência nas crenças relativas aos Sistemas de Treinamento” (LOPES; MOURÃO, 2010, p. 205).

Freitas e Borges-Andrade (2004) são os responsáveis pelo desenvolvimento da Escala de Crenças sobre o Sistema Treinamento (ECST). Os autores relatam que “segundo a literatura, crenças e atitudes, até mesmo as mais gerais, influenciam a transferência de treinamento” (FREITAS; BORGES-ANDRADE, 2004, p. 480).

1.4 ROTATIVIDADE DE PESSOAL NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Para Robbins (2005, p. 22) e Siqueira *et al.* (2014), a rotatividade “é a permanente saída e entrada de pessoal da organização, de forma voluntária ou involuntária”. Sabe-se que alto índice de rotatividade pode significar aumento nos custos dos processos de recrutamento, seleção e treinamento, causando ruptura no desenvolvimento da empresa, visto que isso pode reduzir a eficiência da organização. Por outro lado, novas pessoas estão sendo incorporadas para o desenvolvimento da organização. Zardin Patias *et al.* (2015) observam que “o custo total da rotatividade de pessoal é composto pelo somatório dos valores dos custos de desligamento, reposição e treinamento”.

Com os resultados apresentados em pesquisa, Agapito *et al.* (2015) demonstram que para reduzir a intenção dos profissionais em abandonar as organizações, deve-se desenvolver um ambiente de trabalho estimulante e agradável. Para Ferreira e Siqueira (2005), algo que preocupa os gestores de pessoas é a busca por maior competitividade, assim uma atenção especial é dada com a manutenção dos talentos e a redução da rotatividade. Silva, Cappelozza e Costa (2014) afirmam que a rotatividade pode gerar perdas estratégicas e operacionais para as organizações.

Conforme apresentado por Gonzaga e Cayres Pinto (2014), a baixa produtividade aferida no Brasil tem como uma das possíveis causas a alta

rotatividade de pessoal no trabalho, devido ao baixo investimento no capital humano. Sobral e Peci (2008) e Cardoso, Freitas Cardoso e Santos (2013) relatam que para aumentar a produtividade e reduzir a rotatividade de pessoal, é necessário entender o comportamento dos trabalhadores, como suas atitudes, percepções, aprendizagem e comportamento individual. Segundo Pequeno (2012, p. 35), “a rotatividade alta também pode indicar falhas no recrutamento e na seleção, o que deve levar o RH a rever seus próprios processos”. A diminuição da rotatividade de pessoal também é citada por Freire (2014), como um impacto nos resultados de avaliação de treinamentos e nos resultados organizacionais.

1.4.1 Relacionamento do treinamento com a intenção de rotatividade

Nos estudos apresentados por Pequeno (2012) para avaliar as necessidades de treinamento, pôde-se utilizar algumas ferramentas para esta pesquisa, como: mapeamento de competências, questionários, entrevistas; avaliação de desempenho; e indicadores, tal como o alto índice de ausência no trabalho ou a rotatividade.

Para melhor compreender o efeito do treinamento em relação ao ambiente empresarial, Freire (2014) demonstra que quanto maior o desempenho do participante no treinamento, maiores serão os impactos no ambiente organizacional e em seus resultados, como a diminuição da rotatividade de pessoal.

Os resultados apresentados por Ferreira e Almeida (2015), em pesquisa realizada para avaliar a relação entre a rotatividade de funcionários e o desempenho organizacional no setor de comércio, constataram que a empresa em questão apresentava dificuldades em manter funcionários qualificados. Da mesma forma, a pesquisa realizada por Freitas *et al.* (2015) observou existir uma relação negativa entre oportunidade de aprendizagem e intenção de rotatividade.

Entre as abordagens de retenção de funcionários, Dessler (2014) apresenta um programa de retenção abrangente em suas investigações, em que um dos fatores identificados relaciona-se ao crescimento profissional. O autor relata que funcionários com baixo incentivo de desenvolvimento profissional e sem perspectiva de carreira tendem a sair das empresas. Por outro lado, quando há incentivos no desenvolvimento de carreira e de treinamentos, estes atuam em favor da permanência na empresa.

2 MÉTODO

Esta pesquisa está delimitada ao levantamento de dados em MPEs do segmento de serviços e comércio no município de Osvaldo Cruz (SP), tendo como questão central do estudo a avaliação do relacionamento da aplicação de treinamentos com a intenção de rotatividade de pessoal. “O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 83).

A presente pesquisa tem características qualitativas e quantitativas, associadas à técnica de método misto. A pesquisa que melhor se adapta ao presente estudo relaciona-se à pesquisa exploratória, por meio de levantamento bibliográfico e de campo. Este modelo de pesquisa normalmente envolve estudos de caso, além de outras técnicas, e assim para o presente estudo, utilizou-se a estratégia de pesquisa de estudo de casos múltiplos, já que segundo Yin (2005), casos múltiplos são relacionados a levantamentos múltiplos.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.163), “a amostra é uma parcela conveniente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. Neste artigo, optou-se por aplicar a pesquisa no município de Osvaldo Cruz (SP). Sendo assim, a amostra será não probabilista de forma intencional. Atualmente o município conta com 3.056 empresas registradas, sendo a maioria MPEs.

Durante o processo de levantamento de dados, visitou-se nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2017, um número razoável de empresas, sendo que 31 aceitaram participar da pesquisa, compondo a amostra estudada. Em relação à participação dos proprietários e funcionários, a pesquisa obteve uma amostra formada por 31 proprietários/responsáveis e 66 funcionários. Das 31 empresas participantes, 16 são do segmento do comércio e 15 prestadoras de serviços. Em relação ao enquadramento, participaram 22 Micro Empresas (MEs) e nove Empresas de Pequeno Porte (EPP).

Os instrumentos utilizados no desenvolvimento da pesquisa foram questionários apresentados aos participantes no momento da coleta de dados. O questionário aplicado com os sócios-proprietários foi desenvolvido conforme pesquisas realizadas e apresentadas no referencial teórico e escalas aplicadas em estudos relacionados aos temas. Entre as escalas utilizadas estão a Escala

de Crenças sobre o Sistema Treinamento (ECST), Escala de Intenção de Rotatividade (EIR), e também um instrumento desenvolvido para pesquisa, a Escala de Relacionamento de Treinamento e Rotatividade (ERTR).

A ECST relaciona-se a uma escala aplicada por Freitas e Borges-Andrade (2004) em estudo para compreender as crenças nos sistemas de treinamento. Essa escala busca compreender três fatores: a) crenças sobre as contribuições do treinamento para o indivíduo e para a organização; b) crenças sobre o processo de levantamento de necessidades de treinamento e c) crenças sobre resultados e o processo de treinamento.

O instrumento segue uma escala do tipo *Likert* de 10 pontos, sendo 01 para “não acredito” e 10 para “acredito totalmente”. Conforme Abbad *et al.* (2009, p. 287), “valores médios entre 1 e 4 indicariam uma descrença no sistema de treinamento, entre 4,1 e 7 indicariam uma crença moderada e entre 7,1 e 10 uma percepção positiva acerca desse sistema”.

Em uma pesquisa realizada por Freitas e Borges-Andrade (2004), os coeficientes de confiabilidade alfa de Cronbach¹ apresentados foram de 0,94, 0,84 e 0,82. No presente estudo, os resultados encontrados na amostra de funcionários seguiram índices muito próximos aos apresentados pelos autores citados acima, com 0,96, 0,85 e 0,91, indicando que os questionários utilizados apresentaram boa ou excelente consistência.

Segundo Siqueira *et al.* (2014, p. 212), “a EIR é uma medida que pretende avaliar o grau em que um indivíduo elabora planos sobre sua saída da empresa em que trabalha”. A escala é formada por três frases relacionadas à intenção de rotatividade dos funcionários em relação à empresa em que trabalham, sendo avaliado se ele pensa, planeja e tem vontade de deixar de trabalhar na empresa. Com os dados coletados na pesquisa, o coeficiente de confiabilidade alfa de Cronbach apresentado foi 0,94, indicando ótima consistência.

A ETRTR é uma escala tipo *Likert* que passou por uma validação para sua aplicação, onde na primeira etapa selecionou-se um conjunto de proposições relacionadas aos temas “treinamento e rotatividade”. Conforme pesquisas apresentadas no referencial teórico, a escala é formada por cinco proposições, que foram testadas por especialistas e também foi realizada uma aplicação de um teste com 23 participantes, além de validação no *software Statistical Package for*

¹ O coeficiente **alfa de Cronbach** foi apresentado por Lee J. Cronbach, em 1951, como uma forma de estimar a confiabilidade de um questionário aplicado em uma pesquisa (CRONBACH, MEEHL, 1955).

the Social Sciences (SPSS), versão 17.0, com um índice de alfa de Cronbach de 0,83 com os funcionários e 0,73 com os proprietários.

Na primeira etapa da coleta de dados com os sócios-proprietários, o entrevistador controlou as características do porte da empresa, assim, tornou-se necessário a realização de uma investigação inicial para identificar o enquadramento da empresa, sendo realizada no ato da visita. Para maior aceitação da participação no processo, optou-se em manter sigilo do nome das empresas participantes e dos entrevistados.

Na segunda fase da coleta de dados foram aplicados questionários com os funcionários em cinco etapas, sendo identificação do entrevistado, aplicação de programas de treinamento, avaliação da percepção de rotatividade e treinamento, intenção de rotatividade e crenças no sistema de treinamento. Também, seguiram-se os métodos de aplicação apresentados na primeira etapa.

3 RESULTADOS

Na análise do perfil demográfico e atividades profissionais dos 31 sócios-proprietários e/ou gerentes respondentes, a pesquisa revelou que 81% dos participantes são representados pelos sócios-proprietários e apenas 19% por gerentes responsáveis. Os resultados apontam que 45% dos entrevistados estão a mais de dez anos à frente destas empresas e 28% entre seis e dez anos. Quanto ao gênero dos participantes da pesquisa, pode-se identificar uma diferença relevante, com 77% dos entrevistados do sexo masculino e apenas 23% do sexo feminino.

Em relação à idade dos indivíduos que exercem a função de sócios-proprietários e/ou gerentes nas MPEs pesquisadas, 75% da amostra é formada por profissionais acima de 30 anos de idade. Entre as análises realizadas, 81% da amostra é composta por profissionais com ensino superior completo ou pós-graduação completa.

A amostra constituída pelos funcionários está formada por 66 indivíduos, dos quais 53% são do gênero masculino e 47% feminino, apresentando uma diferença significativa em relação aos sócios-proprietários e/ou gerentes, conforme apresentado na seção anterior. Entre os participantes, 71% são funcionários de ME enquanto 29% estão em empresas classificadas como EPP. Predominantemente, 91% dos funcionários exercem seus cargos em funções operacionais.

Entre as 31 MPEs que participaram da pesquisa, foram identificadas 16 empresas pertencentes ao comércio (52% da amostra), e 15 do segmento de serviços (48% da amostra). Das empresas representantes do comércio, a distribuição é de (4) Comércio de Roupas, Calçados e Acessórios; (2) Farmácias; (2) Comércio de Móveis; (2) Loja de Produtos de Informática; (1) Oficina Mecânica; (1) Pet Shop; (1) Material de Construção; (1) Ótica; (1) Lanchonete e (1) Comunicação Visual. Em relação às empresas do segmento de serviços, a distribuição é de (3) Escritórios de Contabilidade; (1) Restauração Automotiva; (1) Desenvolvimento de Software; (1) Rádio; (1) Educação de Trânsito; (1) Imobiliária; (1) Desenvolvimento de Web; (1) Agência de Comunicação; (1) Corretora de Seguros; (1) Laboratório de Análise Clínica; (1) Clínica de Fisioterapia; (1) Academia e (1) Serviços de Internet.

As empresas, em sua maioria, têm um número entre dois e cinco funcionários (52%), o segundo maior índice de funcionários está entre seis e nove (22%) e empresas com apenas um funcionário, ou de dez a 19 representam o restante da amostra (26%). A maioria das MPEs pesquisadas apresentadas possui mais de dez anos de atuação no mercado (52%), já empresas que atuam entre seis a dez anos seguem em segundo lugar (29%), enquanto empresas entre três e cinco anos de atuação no mercado representam o restante da amostra (19%).

Em relação à classificação fiscal das empresas, há uma proporção maior de ME (71%) em relação às EPP (29%). As ME representam um índice muito mais elevado em comparação às EPP no âmbito nacional. Para os resultados relacionados aos tipos de empresas, foi identificado um cenário com 68% de empresas tradicionais e 32% de empresas familiares.

Em relação aos processos de treinamentos aplicados, os resultados foram avaliados quanto à frequência de aplicação dos programas de treinamentos; tipos de treinamentos aplicados aos funcionários; atividades realizadas no processo de treinamentos; orçamento para investimento em treinamento; instalações físicas necessárias para o treinamento; treinamento externo pago pela empresa; formação de instrutores (interno); práticas de recursos humanos; métodos e técnicas de treinamentos aplicados; interesse dos funcionários em participar dos programas de treinamento; consciência dos funcionários em relação aos programas de treinamento disponíveis; e frequência de absenteísmo na empresa.

Convém observar que em uma análise mais detalhada da aplicação dos tipos de treinamentos, foram encontrados os seguintes resultados: entre os

maiores índices de aplicação, a categoria com maior destaque é o treinamento no trabalho, citado por 100% das empresas da amostra; seguido do treinamento formal externo, mencionado por 21 empresas, e o treinamento de integração, citado por 14 empresas. Já o treinamento formal interno foi a categoria que apresentou o menor índice de aplicação entre as empresas.

Apesar de as empresas afirmarem que aplicam algum tipo de treinamento em seu ambiente de trabalho, conforme apresentado por Lacombe (2005), a determinação da quantidade de aplicação é algo relevante para o presente estudo. Neste contexto, a aplicação de treinamento aponta para resultados bem distintos no ambiente das MPEs da amostra. Neste caso, é evidente a preferência das empresas pelo treinamento no trabalho e sua intensidade de aplicação, onde 17 empresas afirmaram que aplicam este modelo semanalmente e 11 mensalmente. O modelo que mais se aproxima deste resultado é o treinamento formal externo, porém, seu maior índice de aplicação ocorre semestralmente. O treinamento formal interno apresenta resultados discretos em comparação aos modelos anteriores. Nesta análise, não foi avaliada a frequência de aplicação do treinamento de integração pelo fato de ser aplicado conforme a necessidade de entrada de novos funcionários.

O processo de levantamento de necessidades foi citado por 16 empresas, já o processo de planejamento e organização foi identificado 14 vezes, enquanto 16 empresas afirmaram que aplicam o treinamento para a avaliação dos resultados. Das 31 empresas pesquisadas, apenas quatro afirmaram que não aplicam nenhum processo, sendo que as perguntas apresentavam opções de assinalar todas as alternativas de respostas que se aplicam à realidade da empresa.

A falta de aplicação desses processos faz com que as empresas desenvolvam seus programas de treinamento dentro de uma informalidade, podendo gerar impactos em seus resultados. Por outro lado, não se pode deixar de observar que a maioria das empresas participantes da amostra aplicam atividades relacionadas a esses processos, algo que não é tão comum no ambiente das MPEs.

Outro fato a se destacar é a forma pela qual a gestão desses processos é realizada. Durante a aplicação da pesquisa, conforme relatado na seção Métodos, todos os questionários foram aplicados diretamente pelo pesquisador em contato com os sócios-proprietários e/ou gerentes. Não foram apresentados documentos que comprovassem a formalidade dos processos internos das empresas, o que inclui os treinamentos, realizados apenas por observações e análises, sendo que em muitos casos não há registros formalizados.

Com a análise realizada para compreender se as empresas dispõem de orçamento para investimento em treinamento, ficou claro que, dentro da amostra estudada, não é uma prática constantemente aplicada, uma vez que praticamente 68% das empresas não têm um orçamento específico para a aplicação do treinamento. Entre os relatos dos entrevistados, muitos indicaram que aplicam os investimentos conforme necessidade momentânea.

Os métodos e técnicas de treinamentos encontrados no ambiente das empresas pesquisadas estão divididos, tendo destaque para a discussão em grupo, palestras e orientação da chefia. Outros métodos e técnicas também foram encontrados na aplicação do treinamento dentro da amostra pesquisada.

Um dos métodos pouco aproveitados no ambiente das MPEs pesquisadas é o Ensino a Distância. Apenas sete empresas aplicam esta metodologia. Além disso, algo que também chamou a atenção na pesquisa refere-se ao método de rotação de cargo, aplicado por apenas duas empresas da amostra.

Também foi possível identificar que em 23 empresas da amostra, os funcionários demonstram algum tipo de interesse em participar dos programas de treinamentos oferecidos, enquanto em 16 empresas os funcionários afirmam estar conscientes dos programas de treinamento oferecidos.

Outro fator avaliado foi uma análise com os funcionários em relação à oferta de treinamento por parte das empresas, sua participação nos treinamentos ofertados e sua experiência com treinamento em outras empresas. Os resultados apresentados demonstram que os funcionários confirmam a presença de oportunidades de treinamento no ambiente das MPEs da amostra, além de afirmarem um alto índice de participação nestes processos. Quando questionados em relação à experiência em treinamento em outras empresas, apenas 10% nunca tiveram oportunidades e 23% afirmaram que raramente passaram pelo processo de treinamento.

Os resultados demonstram que os funcionários têm um alto índice de participação nos treinamentos, além de experiências em outras empresas, o que indica que o público pesquisado tem participação ativa neste processo, podendo contribuir com as análises propostas na pesquisa.

Uma vez que a análise da ECST tem extrema importância para o estudo, pois apresenta as crenças dos entrevistados sobre o sistema de treinamento aplicado nas MPEs, em análise realizada com os funcionários das empresas, constatou-se uma percepção positiva em relação ao sistema com uma média de 7,9. Além disso, em relação aos fatores separados, foi possível identificar uma percepção positiva, conforme resultados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Resultados das análises da ECST apresentados pelos funcionários

	Min	Max	M	DP
Crenças sobre as contribuições do treinamento para o indivíduo e para organização	2,1	10	8,2	1,9
Crenças sobre o processo de levantamento de necessidades de treinamento	1,5	10	7,3	2,2
Crenças sobre resultados e o processo de treinamento	2,4	10	8,1	1,8
Crenças sobre o Sistema Treinamento (Escala completa)	2,0	10	7,9	2,0

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa realizada (2016).

Legenda: Min: mínimo, Max: máximo, M: média, DP: Desvio Padrão.

Ao observar os resultados apresentados da ERTR, nota-se um grau de concordância entre os funcionários pesquisados. Nas quatro afirmativas relacionadas diretamente à rotatividade de pessoal, em que se buscou uma compreensão entre o relacionamento com o treinamento, identifica-se um grau de concordância nas respostas. A Tabela 2 apresenta os resultados em percentuais conforme coleta de dados da pesquisa.

Tabela 2 – Análise das respostas dos funcionários sobre relação de treinamento e rotatividade

AFIRMATIVAS	DT	D	DP	TD	CP	C	CT	TC
1. A contribuição do treinamento minimiza sua intenção de sair da empresa	16,7	13,6		30,3	25,8	37,9	6,0	69,7
2. As contribuições do treinamento para equipe reduzem a intenção de rotatividade dos funcionários	10,6	9,1	6,1	25,8	24,2	36,4	13,6	74,2
3. As contribuições do treinamento para empresa reduzem a intenção do superior em não substituir/demitir o funcionário	3,0	15,2	1,5	19,7	21,2	45,5	13,6	80,3
4. A falta de treinamento incentiva você buscar novas alternativas de trabalho	9,1	31,8	9,1	50,0	16,6	25,8	7,6	50,0
5. A contribuição do treinamento reduz o absenteísmo (faltas e atrasos)	19,7	16,7	10,5	46,9	19,7	25,8	7,6	53,1

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa realizada (2016).

Legenda: DT: discordo totalmente; D: discordo; DP: discordo um pouco; TD: total de discordância; CP: concordo um pouco; C: concordo; CT: concordo totalmente; TC: total de concordância.

Observa-se na primeira afirmativa que 69,7% dos entrevistados concordam com a relação entre a aplicação de treinamentos e a intenção de sair da empresa; ou seja, pode-se interpretar que a contribuição do treinamento minimiza a intenção do funcionário em sair da empresa. Quando questionados, na segunda afirmativa, se as contribuições do treinamento para equipe reduzem a intenção de rotatividade dos funcionários, o índice de concordância se eleva para 74,2%, seguido de 80,3%, quando questionado se as contribuições do treinamento para empresa reduzem a intenção do superior em não substituir/demitir o funcionário. Os funcionários das MPEs da amostra estudada valorizam o treinamento em seu ambiente de trabalho.

A Tabela 2 ainda mostra que, para 50% da amostra, a falta de treinamento incentiva os funcionários a buscarem novas oportunidades de trabalho. Outro fator abordado pela escala relaciona-se ao absenteísmo, que também é influenciado pelos treinamentos. Mais da metade dos respondentes (53,1%) concordam com as contribuições dos treinamentos para diminuir faltas e atrasos.

Ainda nesse contexto, os sócios-proprietários e/ou gerentes também participaram das respostas relacionadas à ERTR, sendo que as afirmativas 1, 3 e 4 foram adaptadas em comparação à escala aplicada aos funcionários. O objetivo, no entanto, foi o mesmo; ou seja, relacionar a visão de cada cargo exercido na empresa.

Observa-se nas respostas apresentadas que o grau de concordância em relação ao impacto do treinamento na rotatividade segue a mesma linha, porém, há alguns fatores que apresentam resultados diferentes. A Tabela 3 segue mesma metodologia aplicada na Tabela 2, proporcionando uma comparação entre as opiniões desses dois públicos pesquisados.

Tabela 3 – Análise das repostas dos proprietários sobre relação de treinamento e rotatividade

AFIRMATIVAS	FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS EM PERCENTUAIS							
	DT	D	DP	TD	CP	C	CT	TC
1. A contribuição do treinamento minimiza a intenção do funcionário de sair da empresa	9,7	16,1	9,7	35,5	29,0	25,8	9,7	64,5

2. As contribuições do treinamento para equipe reduzem a intenção de rotatividade dos funcionários	6,5	25,8	6,5	38,7	16,1	38,7	6,5	61,3
3. As contribuições do treinamento para empresa reduzem sua intenção em não substituir/demitir o funcionário		6,5		6,5	32,3	48,4	12,9	93,5
4. A falta de treinamento incentiva o funcionário a buscar novas alternativas de trabalho	9,7	12,9	6,5	29,0	32,3	22,6	16,1	71,0
5. A contribuição do treinamento reduz o absenteísmo (faltas e atrasos)	6,5	16,1	6,5	29,0	19,4	35,5	16,1	71,0

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa realizada (2016).

Legenda: DT: discordo totalmente; D: discordo; DP: discordo um pouco; TD: total de discordância; CP: concordo um pouco; C: concordo; CT: concordo totalmente; TC: total de concordância.

Quando questionados se a contribuição do treinamento minimiza a intenção do funcionário de sair da empresa, os sócios-proprietários e/ou gerentes apresentaram uma concordância de 64,5%, podendo reafirmar que há um impacto na relação das contribuições no treinamento com a rotatividade de pessoal. Seguindo esta análise, eles também concordaram com os funcionários que as contribuições do treinamento para equipe reduzem a intenção de rotatividade dos funcionários, com 61,3% de concordância.

Além disso, 93,5% dos sócios-proprietários e gerentes da amostra estudada concordam que o treinamento reduz a intenção de substituir/demitir um funcionário, o que pode levar a compreender que eles veem o treinamento como um dos fatores que geram impacto na rotatividade de pessoal, com uma ênfase ainda maior do que os funcionários.

Outro fator relevante nesta comparação é que 71% dos sócios-proprietários e/ou gerentes acreditam que a falta de treinamento incentiva o funcionário a buscar novas alternativas de trabalho, índice este também com uma maior representatividade em comparação aos funcionários. Do mesmo modo, pode-se entender também que o treinamento reduz o absenteísmo.

Neste mesmo contexto, na Tabela 4 é possível observar que há uma diferença mais expressiva entre as opiniões dos funcionários, sócios-proprietários e/ou gerentes em relação às afirmativas 2, 3, 4 e 5.

Tabela 4 – Diferenças entre as respostas de sócios/proprietários e/ou gerentes responsáveis e funcionários

	PROPRIETÁRIOS		FUNCIONÁRIOS	
	TD	TC	TD	TC
AFIRMATIVAS				
AFIRMATIVA 1	35,5	64,5	30,3	69,7
AFIRMATIVA 2	38,7	61,3	25,8	74,2
AFIRMATIVA 3	6,5	93,5	19,7	80,3
AFIRMATIVA 4	29,0	71,0	50,0	50,0
AFIRMATIVA 5	29,0	71,0	46,9	53,1

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa realizada (2016).

Legenda: TD: total de discordância e TC: total de concordância.

Ressalta-se que há uma média de aproximadamente 30% (afirmativa 5 desconsiderada) retratada na Tabela 2 e Tabela 3, em que os entrevistados apontam um grau de discordância em relação às contribuições do treinamento com a rotatividade de pessoal.

Todas as orientações de aplicação determinadas por Siqueira *et al.* (2014) para aplicação da escala EIR foram seguidas nesta pesquisa, sendo que os funcionários das MPEs responderam de forma individual e com liberdade para expressar seus sentimentos em relação a sua intenção de rotatividade, utilizando o tempo necessário para refletir sobre o assunto. Em nenhum momento os funcionários das empresas foram coagidos, e todas as instruções para interpretação da escala foram explicadas. Quando necessário, um dos autores se fez presente para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Vale destacar que os resultados apresentados por Siqueira *et al.* (2014) estão divididos da seguinte forma: alto para um escore entre 4 e 5; médio para um escore entre 3 e 3,9, e baixo para escore entre 1 e 2,9. A Tabela 5 apresenta as frequências em percentuais coletados na amostra, em que 47 participantes apresentaram um escore baixo (71% da amostra), 15 apresentaram um escore médio (23%) e apenas quatro apresentaram um escore alto (6%). O resultado geral da amostra apresentou um escore baixo, com um índice de 2,04.

Tabela 5 – Frequência em percentuais de respostas para EIR

FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS EM PERCENTUAIS %					
AFIRMATIVAS	N	R	AV	F	S
1. Penso em sair da empresa onde trabalho	40,9	25,8	25,8	4,5	3,0
2. Planejo sair da empresa onde trabalho	36,4	30,3	22,7	3,0	7,6
3. Tenho vontade de sair da empresa onde trabalho	51,5	19,7	18,2	6,1	4,5

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa realizada (2016).

Legenda: N: nunca; R: raramente; AV: às vezes; F: frequentemente; S: sempre.

Com a distribuição dos dados apresentados na pesquisa foi possível identificar informações relevantes para a análise do objeto de estudo da pesquisa. Entre os resultados encontrados, apresenta-se a análise realizada para a interpretação da relação entre a aplicação do treinamento e a intenção de rotatividade de pessoal na percepção dos proprietários e dos funcionários das MPEs pesquisadas.

Este artigo não tem o objetivo de apresentar dados conclusivos acerca do assunto em questão, mas sim observações de uma amostra constituída por 31 MPEs, nas quais 97 respondentes apresentaram suas percepções, convicções, interpretações e fatos gerados em seu ambiente de trabalho, além de informações de características profissionais. A aplicação do processo de treinamento influencia fortemente o ambiente dessas MPEs, e durante a pesquisa foi possível interpretar alguns questionamentos em relação à aplicação do processo de treinamento no ambiente das empresas.

Entre as escalas aplicadas no decorrer do trabalho, pode-se identificar que apresentaram resultados significativos. Ficou evidenciada a forma de aplicação de treinamento por parte das empresas, em que um detalhamento minucioso se tornou necessário para compreender o formato de aplicação do treinamento no ambiente destas empresas. Todas as empresas da amostra confirmaram alguma forma de aplicação de treinamento, principalmente do treinamento no trabalho, porém, percebe-se uma aplicação dos processos de maneira informal em sua maioria.

Esta verificação final só foi possível com a divisão das informações que possibilitaram uma melhor explanação dos dados conforme apresentado no

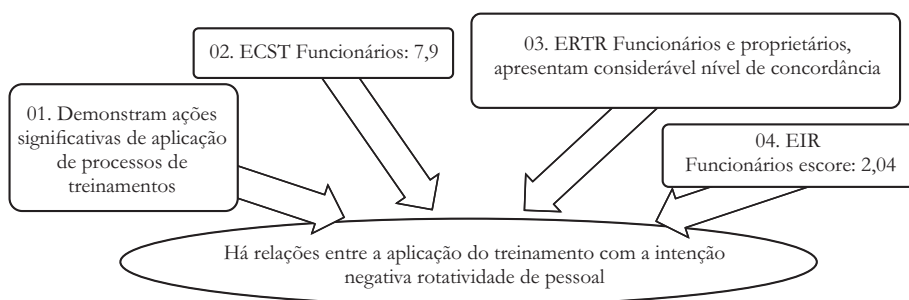
início desse capítulo, com a avaliação dos perfis demográficos e profissionais dos indivíduos da amostra, as características apresentadas pelas MPEs, uma interpretação detalhada das práticas de treinamentos aplicadas, e a interpretação dos resultados gerais das escalas ECST, ERTR e EIR.

Entre os resultados encontrados foi possível identificar a aplicação dos quatro tipos de treinamentos investigados na pesquisa e também sua frequência de aplicação. Outro fator que chama a atenção é a aplicação das ações relacionadas ao processo de treinamento: apenas quatro empresas afirmaram não as aplicar, já o restante das empresas participantes afirmaram realizar pelo menos parte do processo.

Com essas informações pode-se compreender que as MPEs da amostra têm se preocupado com esses processos, assim, os resultados demonstram sua proximidade com os processos de treinamento. Contudo, vinte e uma empresas confirmaram não ter um orçamento estipulado para aplicação do treinamento e sim uma prática de realizar os investimentos conforme apresentação de necessidades ou oportunidades. Outra informação levantada relaciona-se às instalações para treinamento, ao pagamento de treinamento externo e à formação de instrutores, sendo que apenas sete empresas afirmaram não desenvolver nenhuma dessas atividades citadas, enquanto as outras empresas afirmaram aplicar parte desses processos.

Assim, com esta análise dos processos de treinamento, fica evidente que as empresas apresentam certa intimidade com a aplicação de treinamento e seus processos. O estudo demonstrou que elas têm contato significativo e esta realidade apresentada leva a considerar que as informações coletadas são de empresas que estão constantemente em contato com treinamento. Esta constatação é algo relevante para o estudo, uma vez que para apresentar se há relação entre treinamento e rotatividade de pessoal é imprescindível esse nível de contato com o processo de treinamento. A Figura 1 apresenta os resultados encontrados no desenvolvimento da pesquisa.

Figura 1 – Estrutura metodológica de interpretação dos resultados do relacionamento entre treinamento e rotatividade de pessoal



Fonte: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa realizada, 2016.

Com as comparações realizadas, fica evidenciado o fato de que o processo de treinamento pode influenciar na rotatividade de pessoal, em que os resultados demonstraram que as MPEs pesquisadas aplicam de forma constante processos ligados a prática de treinamento. Já as escalas demonstram que os participantes consideram que esta prática minimiza os resultados de rotatividade, principalmente com informações coletadas na escala ERTR. Os cruzamentos dessas informações levaram a compreensão de que empresas que utilizam ações de treinamento apresentam índices satisfatórios na percepção de seus proprietários e funcionários quanto aos benefícios para redução da rotatividade de pessoal.

CONCLUSÕES

Este trabalho abordou temas referentes a treinamento, rotatividade de pessoal e mudanças no ambiente organizacional, no segmento das MPEs, visto que se trata de temas debatidos em diversas pesquisas, nas últimas décadas, dada sua relevância.

Nesse estudo, ressalta-se a utilização de alguns tipos de treinamento (de integração, no trabalho, formal interno ou formal externo), com uma frequência de aplicação variável entre eles, visto que práticas dos processos de treinamentos são aplicadas parcialmente, observando-se, na maioria dos casos, a falta de formalização das atividades de treinamento. Além disso, notou-se que há preferência para discussão em grupo, palestras e orientação da chefia para a aplicação dos métodos e técnicas.

Quanto às crenças apresentadas pelos indivíduos participantes, surgiram resultados positivos frente ao sistema de treinamento aplicado no ambiente das MPEs pesquisadas, da mesma forma que há um nível significativo de concordância em relação à aplicação do processo de treinamento e sua influência na rotatividade de pessoal, conforme apresentado na escala ERTR.

As principais contribuições desse estudo relacionam-se ao fato de a amostra ser formada por empresas de segmentos diferentes e apresentar características diversas. Este fator contribuiu para uma visão mais completa em relação aos resultados.

As limitações apresentadas nesta pesquisa estão relacionadas à escolha e ao tamanho da amostra (trinta e uma empresas), ao número de indivíduos participantes (97 respondentes), e o fato de a pesquisa ter sido aplicada em apenas um município. A compreensão deste relacionamento ainda necessita de um maior número de pesquisas e debates para acrescentar informações e resultados com outras amostras e instrumentos metodológicos ao tema em questão. Para futuros trabalhos, visando complementar os resultados alcançados, sugere-se empresas da região que não foram analisadas, empresas industriais, além de pesquisas em outras regiões, com empresas relacionadas à amostra do presente trabalho.

Por fim, a pesquisa contribui para compreender o ambiente organizacional e as percepções dos indivíduos que atuam nessas empresas, frente ao relacionamento da aplicação de treinamento com a rotatividade de pessoal e entende que o treinamento é algo fundamental para uma estruturação profissional das MPEs.

REFERÊNCIAS

ABBAD, D. S. *et al.* **Medidas de avaliação em treinamento, desenvolvimento e educação**: ferramentas para gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed 2009.

AGAPITO, P. R. *et al.* Bem-estar no trabalho e percepção de sucesso na carreira como antecedentes de intenção de rotatividade. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 16, p. 71-93, 2015.

ARMSTRONG, M. **A handbook of human resource management practice**. Londres: Kogan Page Publishers, 2006.

BORGES-ANDRADE, J. E.; DE OLIVEIRA-CASTRO, G. A. Treinamento e desenvolvimento: reflexões sobre suas pesquisas científicas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 31, p. 112-125, 1996.

BROWN, B. L. Training practices for small businesses. **Practice Application Brief**, p. 4, 1999.

CARDOSO, M. F.;-FREITAS CARDOSO, J. ;-SANTOS, S. R. O impacto da rotatividade e do absentéismo de pessoal sobre o custo do produto: um estudo em uma indústria gaúcha. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Senhor do Bomfim, v. 3, n. 1, p. 107, 2013.

CARVALHO, S. D.; MOURÃO, L. Análise de necessidade de treinamento em call centers. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 20, p. 740-772, 2014.

CRONBACH, Lee J.; MEEHL, Paul E. Construct validity in psychological tests. **Psychological bulletin**, v. 52, n. 4, p. 281, 1955.

DAWE, S.; NGUYEN, N. **Education and training that meets the needs of small Business**: a systematic review of research. Adelaide, Australia: NCVER, 2007.

DEMO, G. *et al.* Políticas de gestão de pessoas no novo milênio: cenário dos estudos publicados nos periódicos da área de Administração entre 2000 e 2010. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, p. 15-42, 2011.

DESSLER, G. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

DESSLER, G. **Administração de recursos humanos**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

FERREIRA, L. C. D. M.; ALMEIDA, C. B. D. A. Rotatividade de funcionários e desempenho organizacional: um estudo no comércio brasileiro. **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 12, n. 4, p. 28, 2015.

FERREIRA, M. L. C. B.; SIQUEIRA, M. M. M. Antecedentes de intenção de rotatividade: estudo de um modelo psicossocial. **Revista Organizações em Contexto**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 47-67, 2005.

FERREIRA, V. C.; FORTUNA, A. A.; TACHIZAWA, T. **Gestão com pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios.** São Paulo: FGV, 2006.

FREIRE, D. A. **Treinamento e desenvolvimento em recursos humanos: encenado e efetivando resultados.** Curitiba: InterSaberes, 2014.

FREITAS, A. D. G. *et al.* A. Intenção de rotatividade: um enfoque a partir das políticas de recursos humanos e da percepção de oportunidades de aprendizagem nas organizações. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 39., 2015, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANPAD, 2015. p. 1-17

FREITAS, I. A. D.; BORGES-ANDRADE, J. E. Efeitos de treinamento nos desempenhos individual e organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 44, p. 44-56, 2004.

GONÇALVES, A.; MOURÃO, L. A expectativa em relação ao treinamento influencia o impacto das ações de capacitação? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 483-513, 2011.

GONZAGA, G.; CAYRES PINTO, R. **Rotatividade do trabalho e incentivos da legislação trabalhista.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014. (Texto para Discussão, n. 625).

GONZALEZ, M. J. T&D e as interfaces com a gestão de pessoas. *In: BOOG, G.; BOOG, M. (ed).* **Manual de treinamento e desenvolvimento: gestão e estratégias.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. p. 256-262

IPEA. **Brasil em desenvolvimento 2014: Estado, planejamento e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2014.

LACERDA, É. R. M.; ABBAD, G. Impacto do treinamento no trabalho: investigando variáveis motivacionais e organizacionais como suas preditoras. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 7, p. 77-96, 2003.

LACOMBE, F. J. M. **Recursos humanos: princípios e tendências.** São Paulo: Saraiva, 2005.

LOPES, J. M.; MOURÃO, L. Crenças acerca do sistema de treinamento: a predição de variáveis pessoais e funcionais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, p. 197-206, 2010.

MALVEZZI, S. A gestão de pessoas no contexto da estrutura de redes: desafios para a sociedade, empresas e indivíduos. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 3, n. 3, p. 6-17, 2013.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. Teoria da criação do conhecimento organizacional. *In*: NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. p. 54-90.

PEQUENO, Á. **Administração de recursos humanos**: São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

ROBBINS, S. P. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T.; SOBRAL, F. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SACCOL, A. Z. *et al.* V. M-learning (mobile learning) in practice: a training experience with IT professionals. **JISTEM - Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 261-280, 2010.

SILVA, M. E. D. Relações entre impacto do treinamento no trabalho e estratégia empresarial: o caso da Eletronorte. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 10, p. 91-110, 2006.

SILVA, N. S. O.; MOURÃO, L. A influência dos estilos de liderança sobre os resultados de treinamento. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2015.

SILVA, R. D. S.; CAPPELLOZZA, A.; COSTA, L. V. O impacto do Suporte Organizacional e do Comprometimento Afetivo sobre a Rotatividade. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 4, n. 3, p. 314-329, 2014.

SIQUEIRA, Mirlene Maria M. **Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Artmed Editora, 2014.

SOBRAL, F.; PECI, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

WEBSTER, B.; WALKER, E.; BROWN, A. Australian small business participation in training activities. **Education + Training**, Bingley, v. 47, n. 8/9, p. 552-561, 2005.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZARDIN PATIAS, T. *et al.* Custos da rotatividade de pessoal: evidências no setor de supermercados. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 14, n. 1, p. 28, 2014-12-10 2015.

ZERBINI, T.; ABBAD, G. Impacto de treinamento no trabalho via internet. **RAE eletrônica**, São Paulo, v. 4, n. 2, art. 16, 2005.

ZERBINI, T.; ABBAD, G. Construção e validação de uma escala de transferência de treinamento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, p. 684-697, 2010.

Texto submetido à Revista em 03.05.2018
Aceito para publicação em 22.03.2019



Fábricas selvagens: transformações do trabalho no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus

The wild factories: transformations of work in the Industrial Pole of the Manaus Free Trade Zone

Cleiton Ferreira Maciel Brito - Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)/professor na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).
E-mail: cleiton.keto@hotmail.com

Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel - Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)/professora na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).
E-mail: jeannemoura@ufgd.edu.br

Resumo

O objetivo deste artigo é deslindar as principais transformações do trabalho ocorridas no espaço produtivo da Zona Franca de Manaus. Com tal propósito, é feita uma recuperação histórica e teórica das pesquisas realizadas no Polo Industrial de Manaus (PIM) no sentido de apontar, primeiro, as características do trabalho desde o início da década de 1970 até a primeira década do século XX. Segundo, busca-se indicar as respostas conceituais elaboradas pelos pesquisadores para a compreensão de mudanças e continuidades no mundo do trabalho de Manaus. Terceiro, dentro de um contexto de metamorfoses da economia mundial, dos dilemas políticos nacionais e da disputa feita pela classe trabalhadora local, o artigo delinea os padrões organizacionais oriundos de quatro décadas do PIM, e aborda o tipo de trabalho visualizado nas pesquisas mais recentes. Ademais, a chegada de novos atores produtivos no início do milênio, como os chineses, levanta questões teóricas novas, além de abrigar um mundo do trabalho fértil para a exploração sociológica. Uma agenda de pesquisas envolvendo essa temática compõe a parte final do artigo.

Palavras-chave

Trabalho. Polo Industrial de Manaus. Organização da Produção. Globalização.

Abstract

The objective of this article is to identify the main transformations of the work that took place in the productive space of the Manaus Free Trade Zone. With this purpose, it is made a historical and theoretical recovery of the researches carried out in the Industrial Pole of Manaus (PIM) in order to point out, first, the characteristics of the work from the beginning of the 1970s until the first decade of the 20th century. Second, we seek to indicate the conceptual responses elaborated by the researchers for the understanding of changes and continuities in the world of work in Manaus. Third, within a context of metamorphoses of the world economy, national political dilemmas and the dispute of the local working class, the article outlines the organizational patterns of the four decades of the PIM and addresses the type of work seen in recent research. In addition, the arrival of new productive actors at the beginning of the millennium, like the Chinese, raises new theoretical questions, besides sheltering a world of the fertile work for the sociological exploration. A research agenda involving this theme composes the final part of the article.

Keywords

Work. Industrial Pole of Manaus. Organization of Production. Globalization.

INTRODUÇÃO

O Polo Industrial da Zona Franca de Manaus (PIM) fechou o ano de 2016¹ com quase 500 fábricas instaladas, que geraram cerca de 80 mil empregos diretos. O faturamento foi da ordem de R\$ 70 bilhões, oriundos da participação dos diversos setores de atividades² do PIM: Eletroeletrônico³ (45,33%), Duas rodas (14,49%), Químico (15,24%), Termoplástico (5,86%), Metalúrgico (5,59%) e outros (12,96%) (SUFRAMA, 2017).

Dentro desse cenário da produção industrial amazonense, a indústria de produtos eletroeletrônicos desponta como o principal segmento produtivo da Zona Franca de Manaus. Este subsetor empregou em 2016 cerca de 30 mil trabalhadores nas 120 empresas, dentre as quais se destacam: TPV, Sony, Semp-Toshiba, Philco, Panasonic, Flextronics, Positivo, Samsung, LG, Pioneer, Siemens, Fuji, Foxconn Moebg, Envision e Lenovo (SUFRAMA, 2017).

O segundo maior subsetor é o de duas rodas, empregando em 2016 cerca de 13 mil trabalhadores distribuídos entre 43 empresas, dentre as quais se destacam: Caloi; CR Zongshen; Prince Bike; Kawasaki; J Toledo da Amazônia; Bramont; Dafra; Moto Traxx; Garinni; Haobao; Harley-Davidson; MTD da Amazônia; Yamaha; e Moto Honda (SUFRAMA, 2017).

A instalação dessas empresas em Manaus dá-se em razão desta cidade possuir um modelo de desenvolvimento baseado na atração de investimentos externos via concessão de incentivos fiscais⁴, que compensam a localização geográfica da cidade e sua infraestrutura logística, e faz com que boa parte da produção de produtos eletroeletrônicos e de duas rodas do Brasil se concentre em Manaus. Também se deve ao fato de Manaus possuir reserva de mão de obra barata e qualificada para o tipo de atividade desenvolvida nas indústrias⁵.

¹ Dados parciais.

² O Polo Industrial de Manaus é composto pelos subsetores: eletroeletrônico (incluindo bens de informática), relojoeiro, duas rodas, termoplástico, bebidas, metalúrgico, mecânico, madeireiro, papel e papelão, químico, vestuário e calçados, alimentício, gráfico, ótico, brinquedos, naval e isqueiros--canetas-barbeadores.

³ Inclusive bens de informática.

⁴ Entre os incentivos fiscais concedidos, se destacam: redução de até 88% do Imposto de Importação (II) sobre os insumos destinados à industrialização; isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, inclusive adicionais de empreendimentos classificados como prioritários para o desenvolvimento regional; e isenção da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS nas operações internas na Zona Franca de Manaus.

⁵ A ideia de “qualificação” precisa estar relacionada à diversidade de trabalho que existe no PIM, cujo termo “montagem” não ajuda a entender. Nem todo processo de montagem é igual no PIM, e isso implica em diferentes “qualificações”. Há processos mais complexos, outros mais

Como um dos lugares onde se realizam a produção e a reprodução da economia globalizada, o Polo Industrial da Zona Franca de Manaus há muito vem sendo palco de intensas mudanças na sua base produtiva e na forma como se dá a relação entre empresas e trabalhadores.

As empresas lá instaladas, por um lado, passaram a estabelecer nas últimas décadas um conjunto de estratégias de gestão do trabalho e de padrão de produção que, em grande medida, caminham lado a lado das transformações ocorridas no âmbito organizacional em espectro global e nacional.

Já os trabalhadores – em um ambiente com ampla reserva de mão de obra barata à disposição das corporações transnacionais – qual um equilibrista⁶, vêm se movimentando em sentidos diversos na tentativa de compreender, resistir, propor mudanças e acordos diante de um mundo produtivo marcado pela robotização, flexibilização das relações de trabalho, alteração nas formas de gestão e na política de recursos humanos, nas exigências de qualificação/treinamento e na forma de organização coletiva.

Deslindar o fio histórico dessas mudanças traz luz à compreensão de como elas se encontram hoje, e mais: por concentrar um conjunto de conglomerados das mais diversas regiões do globo, bem como por ser espaço de “encontro” entre região, nação e mundo, o resgate histórico do trabalho no PIM possibilita visualizar o “vai e vem”, os deslocamentos, a mobilidade, a expansão ou retração da economia globalizada, suas artimanhas gerenciais e o seu desenvolvimento tecnológico.

Quer dizer, é um espaço privilegiado de análise não somente da economia local, mas do próprio funcionamento da economia global em suas engrenagens fundamentais, qual seja, a relação capital-trabalho, o que em termos de padrão de produção e gestão da mão de obra tem apresentado características diversas no plano local, mas que estão intimamente relacionadas às alterações da empresa mundializada e ao modo como o trabalho e o poder econômico estão divididos internacionalmente.

Tentando mapear essas características, o objetivo deste texto é traçar as principais transformações ocorridas nos processos produtivos do Polo Industrial

simples. Montar pistões de moto, por exemplo, exige conhecimento mínimo de mecânica, o que também é verificado na montagem de ar-condicionado. Montar peças de placas de circuito impresso requer algum conhecimento básico operacional. Montagem de televisores é o processo mais simplificado, necessitando-se de uma qualificação mais “física”.

⁶ Analogia utilizada por Castro (1995) para se referir à situação dos trabalhadores em meio aos processos de inovação tecnológica da indústria automobilística brasileira nos anos de 1990.

da Zona Franca de Manaus. Além disso, a recuperação histórica tem o fito de esboçar o terreno teórico e histórico para investigações que acompanhem as recentes mudanças que podem estar impactando a região.

É o caso da expansão chinesa e a instalação de suas fábricas globais, que desembarcaram no PIM neste início de milênio. Essas fábricas chinesas têm um histórico internacional de metamorfoses socioeconômicas nos países onde se instalam. Daí o contraste com o passado e o presente produtivo do PIM ser relevante para saber o que os chineses, por exemplo, trazem de novidade no solo nacional.

Buscando destacar esse fio histórico, pensamos que é profícua sua explanação a partir de três recortes temporais que, em grande medida, mostram um certo padrão do tipo de tecnologia, dos processos e das técnicas de gestão utilizados em Manaus, com destaque aos subsetores de eletroeletrônicos e de duas rodas.

1 O TRABALHO NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

O primeiro momento inicia na década de 1970 e se estende até final da década de 1980. Esse período foi marcado pela chegada e instalação de grandes empresas produtoras de bens finais, como Semp Toshiba, Moto Honda, Philips, Sharp, Yamaha e Evadin, com produção totalmente voltada para o mercado interno brasileiro.

A julgar pela origem desses primeiros investimentos no PIM, evidencia-se que o deslocamento dessas empresas até Manaus consubstanciava a forma como o capital internacional estava organizado naquele período, tendo o Japão como um grande protagonista não somente na produção de produtos acabados, mas também no fornecimento de tecnologias para outras fábricas. Havia também empresas de capital italiano, americano, alemão, bem como nacional associado ao internacional. Entretanto, a prevalência era do capital japonês, que regionalizava seus processos produtivos globais no espaço produtivo da Zona Franca de Manaus (SERÁFICO, 2011, p. 114).

Sobre esta primeira configuração produtiva da Zona Franca de Manaus, assim pontuam Anciães (1996, p. 46):

[...] grande parte dos benefícios da Zona Franca de Manaus é usufruída pelo capital internacional – sobretudo o japonês – que instalou montadoras em Manaus ou que fornece tecnologias e/ou equipamentos para outras montadoras, fato que configura que o controle sobre o processo produtivo e o controle da tecnologia permanecem nos centros de origem do referido capital.

Em sentido analítico semelhante, Melo (2010, p. 76-77) observa que a chegada desse conjunto de empresas em Manaus significou uma metamorfose na forma de acumulação de capital em nível global. E esse deslocamento maciço de um conjunto de indústrias revelava uma forma socialmente construída para o capital se reformular, remodelar sua forma de extração de lucro e de criar uma territorialidade outra com força de trabalho nova e dessarajanda coletivamente. E mais: de saída, em desvantagem em relação à organização empresarial que se alinhavou ao Estado. Engendrava-se, assim, um “desenraizamento” da produção capitalista e um consequente enraizamento em solo amazônico sob o protagonismo de indústrias móveis.

Em Manaus, a chegada dessas empresas instaurou uma nova racionalidade social ligada não mais à temporalidade do caboclo ou do ribeirinho – que, agora, passavam a se incorporar ao chão de fábrica – mas vinculada à racionalidade da era do *milagre eletrônico*⁷. Em lugar da produção extrativista, surgia um novo tipo de produção para o trabalhador local: o trabalho nas fábricas do Polo Industrial de Manaus.

Este cenário revela – para usar a linguagem local – uma espécie de “travessia” que o ribeirinho teve de fazer. Na outra margem do rio formava-se outro tipo de racionalidade, outro imaginário de homem, “uma nova estética e uma nova psicologia”, como diria Harvey (2011, p. 121), que colocava Manaus, mais uma vez, na rota da modernidade capitalista.

Com processos de produção simplificados e baseados quase que exclusivamente na realização de operações rotineiras e repetitivas – como lapidação de cristais, montagem de partes de televisores, fabricação de relógios e de produtos eletroeletrônicos, que requeriam habilidades artesanais e semiartesanais (ARAÚJO, 1985) – pode-se dizer que a Amazônia, que outrora havia sido palco da experiência da fábrica de Ford, agora experienciava, com as fábricas do PIM⁸, o “taylorismo amazônico”.

⁷ Termo cunhado por Araújo (1985).

⁸ Nessas fábricas do PIM, a política de escolaridade mínima requerida para o ingresso foi estabelecida no “primeiro grau” completo ou, pelo menos, estar cursando o último ano deste grau. Em finais dos anos 1980, a “linha” de corte passou a exigir que o trabalhador estivesse cursando o segundo grau (SPINDEL, 1987).

Sob estes termos, os anos 1970 e 1980 do Polo Industrial de Manaus não vão requerer “qualificação”⁹ da mão de obra local, sendo fundamental apenas que fosse abundante e dócil, com idade entre 15 e 25 anos e com renda bruta de até dois salários mínimos. Sobre essa questão da qualificação do trabalhador nos primeiros anos do Polo Industrial de Manaus, assim a aborda Spindel (1987, p. 3):

A bem da verdade, a mão de obra, no que se refere a volume e preços, se configurou sobretudo nos primeiros anos da implantação do Distrito como um dos maiores problemas enfrentados pelos empresários. Os trabalhadores mais qualificados, técnico e de supervisão, bem como toda a gerência, foi arremetida no sul do país, vinda sobretudo de São Paulo. Para atrair essa mão de obra era necessário oferecer níveis salariais bem mais elevados do que aqueles possíveis de serem obtidos no mercado de trabalho de origem e/ou incentivos que representassem vantagens diferenciais atraentes.

No tocante à qualificação dos trabalhadores do chão de fábrica no período, Valle (2007, p. 138) observa que “em todos os setores, a mão de obra não qualificada supera 50% do total, realizando tarefas repetitivas que não requerem conhecimento técnico, qualificação ou especialização e experiência anterior.”

Afora isso, sobressaía-se já naquele período um traço característico do trabalho no PIM até hoje: o trabalho feminino no setor de manufatura eletrônica, seja porque a mão de obra era tida como a mais adequada ao tipo de trabalho desenvolvido nas fábricas de Manaus, seja porque os salários pagos às mulheres eram inferiores aos dos homens (SCHERER, 2005, p. 67).

Sobre esse aspecto, Salazar (1992, p. 309) destaca um depoimento operário que expressa as “qualidades” peculiares das mulheres para o trabalho industrial:

Mais de 95% das montadoras do distrito industrial são mulheres. Isso se justifica porque é uma mão de obra mais barata, tem mais responsabilidade que o homem, ela geralmente não bebe, ela dá conta melhor desses trabalhos minuciosos, de montagem de pequenas peças, tem aquele jeitinho de mulher, ela dá conta com mais facilidade que o homem, ela é geralmente mais temerosa às leis, às greves, menos infiltrada nos movimentos sindicais, pode ser mais explorada que o homem, então seria o operário ideal; o que a gente nota é que a partir daí o distrito industrial começou a requisitar mulheres com mais frequência, devido a

⁹ Vale ressaltar que, não obstante a qualificação para o trabalho ser mínima, a escolaridade das operárias da indústria eletroeletrônica não somente era superior ao nível médio da região como também se situava acima dos patamares nacionais nas indústrias do ramo (SPINDEL, 1987, p. 9).

esses requisitos, levando em conta só uma coisa: mulher com filhos¹⁰ não, eles não querem, eles mesmos divulgam isso, mulheres solteiras entre 17 e 25 anos, sem experiência anterior. Então, a maioria das mulheres são operadoras, são poucas as que estudam, devido ao horário de trabalho, então quando muito elas terminam o segundo grau.

Desse tempo, um outro aspecto importante a ser evidenciado são as técnicas de gestão da mão de obra e a política de recursos humanos, que vão ser caracterizadas pelo grande número de níveis hierárquicos, por grandes estruturas burocráticas, por um processo decisório de “cima para baixo”, pela ausência de política de treinamento, por organização em departamentos rígidos e pelo uso intensivo de mão de obra com estrutura de cargos baseada em postos de trabalho (OLIVEIRA, 2007, p. 59). Isso significou que o processo de produção estruturava um tipo de trabalhador sem nenhuma noção do processo produtivo como um todo, transformando o seu trabalho em uma constante repetição de atividade.

Como padrão de produção, observa-se nos anos de 1970 até finais da década de 1980 a estruturação de certa cadeia produtiva, principalmente no setor de eletroeletrônico. Esse processo objetivava-se no fato de as grandes empresas produzirem em Manaus os próprios insumos a serem utilizados na linha de montagem. No caso de televisores, por exemplo, havia departamentos da fábrica onde se montavam, manualmente, placas, transistores, alto-falantes, tubos de imagem etc.

Também havia um sistema de produção *online*, quer dizer, sobre a linha, o que, efetivamente, significava que testes nos produtos, consertos e reparos eram feitos, em sua maioria, fora da linha de produção, tendo um grupo de pessoas que, literalmente, desmontavam os produtos e depois remontavam para, então, colocá-los na linha de produção novamente. Eram os chamados *cabineiros* ou *convercionistas*, funções operacionais que remontam a esses primeiros anos da produção de eletroeletrônicos no Polo Industrial de Manaus.

Pode-se dizer, à primeira vista, que isso resultava da indisponibilidade de tecnologia mais avançada no período, o que fazia com que se requeresse trabalho humano direto. No entanto, o fato é que a modernização do processo

¹⁰ Analisando este aspecto no Polo Industrial de Manaus dos anos 1980, Spindel (1987) apontou como os filhos das operárias eram o motivo mais frequente de falta no trabalho, mas que isto significava pouco em termos de custo de produção, uma vez que dois dias de faturamento cobriam toda a folha de salário do mês. Apesar disso, as empresas passaram a distribuir pílulas anticoncepcionais entre as trabalhadoras ou, em caso de esterilização (“amarrar as trompas”), emprestar-lhes dinheiro para a realização do procedimento.

de produção representava custos que não interessavam às empresas em face da reserva de mercado que lhes era garantida. Dito de outro modo, o uso do capital variável era mais lucrativo às empresas do que investimentos em capital constante (ARAÚJO, 1985, p. 256).

Vale destacar, por fim, a organização dos trabalhadores como elemento fundamental do trabalho desse período. Se na década de 1970 o movimento sindical ainda era incipiente, sendo o controle sindical quase inexistente e muito atrelado ao patronato, a década de 1980 – em face do cenário de redemocratização do país, das greves do ABC, que “inspiravam” outros coletivos de trabalhadores, e do nascente processo de automação – vai trazer o sindicato à organização e à atuação, instaurando-se muitas greves e conflitos nas fábricas do Polo Industrial de Manaus.

Esse contexto compõe um universo de reivindicações e conquistas da classe trabalhadora, dentre as quais pode-se destacar:

a redução da jornada de trabalho, reposição salarial, abonos salariais, melhorias nas condições de trabalho, medidas de prevenção contra acidentes, assistência médica e ambulatorial, prolongamento da licença-maternidade, dentre outras (REIS FILHO, 2013, p. 20).

2 O TRABALHO NA DÉCADA DE 1990

Este cenário construído entre os anos de 1970 até finais de 1980 vai sofrer uma grande transformação a partir do início da década de 1990. Isso resulta, como salienta Valle (2007, p. 151), do fato de as empresas da Zona Franca de Manaus terem sido fortemente afetadas pelas mudanças econômicas e de política tributária promovidas pelo governo Collor, que reduziu as alíquotas de importação em todo o território nacional. Tal situação ainda foi agravada pela estagnação econômica que se abateu sobre o Brasil a partir de 1991.

Se antes havia uma barreira à importação de bens eletrônicos de consumo e de outros produtos, sua retirada significou a perda de um dos pilares que sustentavam, também, um tipo de organização produtiva em vigor em Manaus.

No tocante ao novo tipo de empresa e ao seu padrão tecnológico que emerge desse cenário, destacam-se o início do uso da automação microeletrônica, a chegada de máquinas axiadoras e a redução de estoques nas empresas. Iniciava-se um intenso processo de racionalização da produção vinculada à máxima de

“redução de custo”, reduzindo o contingente de trabalhadores empregados no Polo Industrial de Manaus.

Na década de 1980, as linhas de produção não eram automatizadas, mas esse novo momento trouxe a inserção de testes automáticos de componentes em placas de circuito impresso, tornando-se um “padrão” no PIM (SILVA, 2010). Trouxe, também, a expansão da microeletrônica, com as máquinas axiais, sequenciadoras e SMDs (*Surface Mounted Device*) que reduziram os tempos de produção e elevaram a precisão da montagem de componentes sobre a placa de circuito impresso.

Analisando as consequências desse processo de inovação tecnológica no Polo Industrial de Manaus, Valle (2007, p. 170-171) destaca que essa automatização de certas etapas do processo de produção:

umenta a intensidade de capital na indústria de eletroeletrônicos de consumo. Essa automatização possibilita maiores volumes de produção [...]. Além da intensificação no grau de automação na montagem de placas de circuito impresso, as empresas introduziram, nas linhas de produção, equipamentos computadorizados de teste, e algumas renovaram as linhas de produção através de equipamentos de gerações tecnológicas mais recentes.

A reorganização do processo no PIM também estabeleceu um sistema de flexibilização da produção e da mão de obra que, por seu turno, incluiu como parte do leque de inovações organizacionais a introdução de *células de manufatura*, sobretudo nos setores de fabricação de áudio e vídeo. Isso provocou um redimensionamento da produção via redução da divisão e fragmentação das tarefas, eliminação da supervisão direta, o controle informal do trabalho e introdução da ideia de “cliente interno”.

Pari passu a este processo, tem início uma corrida das empresas em busca de certificação internacional de qualidade. Isso estava associado ao fato de que em 1993, por meio de um decreto presidencial 783, de 25 de março de 1993, passou-se a exigir que as empresas implantassem normas técnicas de qualidade, conforme padrões de entidades credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

Essas transformações, conjugadas, engendraram novas formas de contratação da mão de obra que consolidou como política de contratação o nível de Ensino Médio completo como escolaridade mínima. O discurso da época era que um trabalhador com mais escolaridade seria mais suscetível a aprender e a

adotar as novas normas de fabricação, os novos procedimentos de inspeção e a nova “cultura da qualidade” que estava nascendo. A este respeito, Oliveira (2007, p. 62) aponta que, ao contrário do que havia nas décadas de 1970 e 1980,

quando não eram exigidos da grande maioria dos trabalhadores conhecimento mínimo adequado e escolaridade mínima para ingresso nos trabalhos, hoje as empresas estão a exigir nível médio de instrução escolar e conhecimentos complementares para ingresso na indústria eletroeletrônica. Evidentemente, esse padrão de gestão e seleção de mão de obra deve-se também à existência de um grande contingente de trabalhadores desempregados e escolarizados.

Nas avaliações das gerências, um trabalhador com maior nível de escolaridade era mais propenso a dar ideias, contribuir na melhoria dos processos de trabalho. Na verdade, o que estava ocorrendo e que estava por detrás desse “diagnóstico gerencial” era o nascimento de uma “nova cultura do trabalho”, na qual os aspectos subjetivos do trabalhador também passaram a ser racionalizados, ou seja, movimentados como elemento que contribuía para o aumento da produtividade e geração de lucro para a empresa (SILVA, 2010).

Aflorou-se, assim, a ideia de “cooperação” e “participação” do trabalhador na atividade produtiva, tornando essa uma das características fundamentais do trabalho no Polo Industrial de Manaus na década de 1990. Sintomaticamente, além desses critérios de contratação de mão de obra mencionados, passou-se a exigir um trabalhador com “carteira profissional limpa” e “portador de necessidades comportamentais como responsabilidade, iniciativa, atenção, facilidade de relacionamento, destreza, flexibilidade, caráter, boa índole, personalidade, vontade de trabalhar e o ‘engajamento no jeito de ser da empresa’” (VALLE, 2007, p. 184-185).

Para a concretização e emulação desses objetivos, lançou-se mão da introdução de métodos organizacionais oriundos do chamado “modelo japonês”, como os Grupos de Melhorias, o *Kaisen*, o *Kaban*, os 5S e as tentativas de implantação do sistema *just in time*. Dentre estes, os grupos de melhoria foram os que mais se disseminaram pelo Polo Industrial de Manaus¹¹, passando a ser um instrumento gerencial considerado *best way* para o “envolvimento” dos

¹¹ Em pesquisa de campo realizada no município de Iranduba, Região Metropolitana de Manaus, Maciel (2013) observa que as fábricas ceramistas daquela região se encontravam em intenso processo de adoção de técnicas gerenciais “modernas”, como os Círculos de Controle de Qualidade. Isso mostra como as inovações organizacionais não ficaram restritas apenas ao Polo Industrial de Manaus, mas avançaram inclusive sobre os setores “tradicionais” da indústria amazonense.

trabalhadores dos subsetores de duas rodas e de eletroeletrônicos. Um dos principais aspectos dessa “cultura do envolvimento”, a “pedra de toque” da ação empresarial, foi a figura do “colaborador”, como atestam os trabalhos de Oliveira (2007), Valle (2007), Scherer (2005), Silva (2010), Moraes (2010) e Andrade (2014).

Na avaliação de Valle (2007, p. 201), a implantação desses grupos de melhoria e de controle de qualidade significou:

uma ampliação do controle gerencial sobre o processo produtivo que se utiliza, para isso, da inteligência e conhecimentos técnicos dos próprios trabalhadores. Não se trata de uma participação efetiva posto que não se compartilham decisões, mas de um processo de integração e cooptação a um programa de envolvimento formulado pela gerência e cuja execução depende da colaboração dos trabalhadores.

Todo esse processo teve profundo impacto nas formas de vínculos trabalhistas, afugentando o trabalhador do sindicato, como observa Valle (2007, p. 159-160):

Vínculos frágeis caracterizavam a situação dos representantes dos trabalhadores nos planos interno e externo [...]. O discurso articulado de porta de fábrica já não tem o mesmo apelo, a aposta no confronto não mobiliza, como no passado recente, os trabalhadores industriais.

Esse conjunto de mudanças no mundo do trabalho apontava para um Polo Industrial de Manaus diferente daquele delineado nos anos de criação da Zona Franca de Manaus. Em lugar da linha de montagem intensiva em trabalho manual, emergiu a automação como instrumento fundamental de aumento da produção e da intensificação do trabalho, não obstante a permanência da inserção manual, principalmente na produção de televisores e aparelhos celulares. Surgiu, outrossim, o trabalho polivalente e multifuncional que teve como concepção a realização de várias funções e não mais um trabalho baseado em postos. Engendrou-se, ainda, uma linha de montagem flexível e, ao seu lado, o trabalho em células de produção.

Na avaliação de Valle (2007), as formas de gestão e as inovações tecnológicas implementadas nas fábricas da Zona Franca de Manaus mostravam um padrão fabril diferente do padrão taylorista, mas que se distanciava da versão original da produção flexível, levando a autora a denominar esse processo como um *neotaylorismo*, uma amálgama de mudanças e permanências.

Defendendo um sentido oposto ao discurso de emergência de um padrão produtivo totalmente novo, Oliveira (2007) pontua que a lógica que passou a

predominar nas indústrias da Zona Franca de Manaus “parece ser a de transformar tudo o que cerca o trabalho, desde a organização espacial, passando por cursos com conteúdos de filosofia, reuniões de CCQs etc., sem que o próprio trabalho seja modificado significativamente” (OLIVEIRA, 2007, p. 209).

3 O TRABALHO NOS ANOS 2000

Nos anos 2000 em diante, apesar da maior parte das investigações não terem como foco primordial o processo e a organização do trabalho, pesquisas realizadas neste período vêm apontando para um aprofundamento do quadro delineado anteriormente, com destaque à divisão sexual do trabalho, sobretudo nas áreas automatizadas, acompanhado da redução de níveis hierárquicos, novas ferramentas e critérios de contratação, consolidação de políticas de envolvimento operário e concessão de premiação e reconhecimento aos trabalhadores como forma de afastá-los dos sindicatos e aumentar a produtividade.

No intuito de reduzir custos e melhorar os processos produtivos, tem ocorrido a dinamização da racionalização iniciada nos anos 1990, como a introdução de tecnologias e de automação de várias etapas da produção. Na Moto Honda, por exemplo, o total da produção, que era de 3 milhões de unidades até ano 2000, saltou para 13 milhões em 2009, resultado muito influenciado pela automatização, principalmente nos processos de soldagem e de produção de chassi, como aponta Araújo Filho (2005), bem como Melo (2010).

Associado a isto, ocorre uma mudança no perfil do trabalhador contratado que, agora, ao invés de se restringir ao saber técnico e à qualificação profissional, passa-se a exigir certas competências, como comprometimento, produtividade e pouco absenteísmo. Como forma de incentivo aos possuidores dessas competências, as empresas têm oferecido acesso a cursos de qualificação e ajuda de custo para a realização de faculdade ou curso de línguas (SAMPAIO, 2012). A ideia de “competências” surge, assim, como elemento central no emprego e a qualificação, mas, contraditoriamente, não tem sido garantidora de estabilidade para os trabalhadores (PEREIRA, 2013).

Do ponto de vista da estrutura das empresas, irrompeu-se um profundo processo de redução de níveis hierárquicos nas grandes corporações transnacionais instaladas no PIM. Baseando-se no princípio da *fábrica enxuta*, instituído em Manaus, como vimos, na década de 1990, muitas empresas, nos anos 2000, intensificaram a racionalização do uso da força de trabalho, ao mesmo tempo

em que se vislumbraram melhorias na fluidez da informação, “com a eliminação de parte dos cargos de gerência, supervisão, reservas, chefias intermediárias etc.” (OLIVEIRA, 2006, p. 697).

Outra face desse controle do trabalho no Polo Industrial de Manaus vem sendo moldada mediante uma política de gestão da mão de obra baseada na ideia de “comprometimento com a qualidade”, sendo isso mais latente nas empresas de capital japonês. Moraes (2010, p. 186), por exemplo, analisando a relação entre “prazer e sofrimento” nas fábricas nipônicas, destaca que estas empresas têm tido no “paradigma da qualidade total” a principal referência.

Para a implementação da “cultura da qualidade” nessas fábricas, todos os espaços da produção passaram a ter cartazes indicando os objetivos da empresa e o que “é” *qualidade*. Também foram estabelecidas reuniões semanais onde os gerentes explicam “onde está o defeito e enfatizam a cultura da excelência”. “A primazia da qualidade é mais evidente na área de inserção automática que nas outras áreas das fábricas. A velocidade das máquinas potencializa a extensão de um erro, particularmente na seção de *SMD* (?), onde as máquinas são muito rápidas” (MORAES, 2010, p. 188).

Além disso, estas empresas têm lançado mão da propaganda de si mesmas como forma de conseguir o “comprometimento do trabalhador”. Para isso, faz-se uso da exaltação da ideologia da empresa (lema anual da organização) e engendram-se políticas de engajamento do trabalhador por meio de elogios, premiações e murais, a partir das quais se mostram os “melhores colaboradores” do processo produtivo, criando “distinções simbólicas” entre eles.

O significado disso, segundo Moraes (2010), é o recurso à subjetividade do trabalhador para organizar a gestão do trabalho. E um desses “recursos do método do capital” – para usar uma expressão de Oliveira (2004, p. 11) – é tratar o trabalhador “como se fosse da família”. Exemplo de como essa estratégia gerencial tem sido utilizada pelas empresas japonesas é a implementação de “agrados” ao funcionário dentro e fora da fábrica, que visam moldar a subjetividade do trabalho às artimanhas empresariais.

Processos semelhantes a estes são observados por Andrade e Valle (2011) e Andrade (2014), quando de suas análises da relação entre empresa/trabalhador no subsetor de duas rodas do Polo Industrial da Zona Franca de Manaus. O autor pontua que a fábrica japonesa do PIM estava desenvolvendo uma artimanha gerencial baseada em uma política de treinamento visando inculcar o “modelo japonês” como filosofia de trabalho e de vida para os

seus “colaboradores”. Perseguido isso, instituiu-se um intenso processo de “produção de colaboradores”.

Em umas dessas empresas do subsetor de duas rodas, por exemplo, construíram-se espaços de treinamento para a realização de cursos, como 5S, Curso J, Kaizen, Kanban, Brigada de incêndio e Metrologia básica. Também foram criados centros médicos, odontológicos e de farmácia na estrutura na planta fabril da própria empresa. Em certo aspecto, tal artimanha visa criar um ambiente social na empresa propício para que o trabalhador se “sinta em casa”, a despeito de trabalhar para a empresa.

Mas o “carro-chefe” da empresa é o ensino da Filosofia Honda aos “colaboradores” tão logo o indivíduo adentre os portões da fábrica. Tal processo consiste em envolver o trabalhador na organização da fábrica, tornando-o um “colaborador” e, para isso, são distribuídos livros de bolso contendo os “ensinamentos” dos fundadores da Honda e é oferecido o curso “Filosofia Honda”, ministrado no Centro de Treinamento pelos instrutores da própria empresa.

Além disso, lança-se mão dos Círculos de Controle de Qualidade como forma de se mostrar os princípios de gestão da empresa, dentre os quais se destacam: respeito pelos clientes, fornecedores, colaboradores, familiares e vendedores; iniciativa para colaborar e crescer na empresa; confiança entre os “colaboradores” e entre gerentes; e “Alegria de Comprar, Alegria de Vender e Alegria de Criar” (ANDRADE; VALLE, 2011).

A despeito de a empresa apontar a “colaboração” como uma ferramenta de inovação do trabalho que “valoriza” o talento, a criatividade e proatividade do trabalhador e que contribui para um aperfeiçoamento das relações de trabalho e da produção como um todo, a pesquisa de Andrade (2014) revela as contradições envolvendo um processo que, travestido da noção de “colaboração”, encobre diferentes formas de dominação. Isso porque ser “colaborador” não é uma escolha, mas uma obrigação, tendo em vista que no contrato de trabalho as empresas japonesas expressam que o contratado deve se comprometer com as atividades desenvolvidas na empresa.

Além disso, Andrade (2014) mostra que há todo um esforço da gerência de agir com carisma a fim de cativar os hábeis trabalhadores à sua causa, intentando, com isso, afastar a possibilidade de outras formas de coletivização que não seja aquela voltada para o lucro da empresa (ANDRADE, 2014). Inobstante isso, as empresas japonesas – principalmente as do subsetor de suas rodas – têm

conseguido manter baixos índices de rotatividade entre os trabalhadores, muitos deles possuindo mais de 30 anos de trabalho na empresa.

Observando este fenômeno, Andrade (2014, p. 129) também questiona a baixa rotatividade e a explica nestes termos:

o trabalhador pode muito bem se utilizar de sua condição de voluntário ao trabalho e à escolha da empresa para trabalhar e optar por investir seus esforços em outra fábrica. Mas por que não o faz? Por razões diversas. Sempre é um risco perder um emprego. Muitos têm medo do novo. Uma grande parcela dos trabalhadores não tem qualificação suficiente que lhe deixe seguro de arriscar uma mudança de emprego. Então, o que acontece é uma espécie de consentimento entre os trabalhadores e a empresa. Os “colaboradores” agem e atuam não por alienação, mas por necessidade. É uma ação racional instrumental.

Outra característica do trabalho no PIM são as redes de fornecedores e sua interação com a empresa matriz, conformando uma “horizontalização” das relações entre empresas na Zona Franca de Manaus, tendência já observada por Valle (2007) e Oliveira (2007). Analisando esse processo em uma empresa japonesa, Melo (2010) destaca que, desde os anos 1990, a criação de cadeias produtivas tem sido a tônica das relações empresariais nesse setor fabril no Polo Industrial de Manaus sob a égide do modelo *just in time/Kanban no regime de produção flexível* e que, a despeito do discurso de uma produção mais enxuta e com menos gastos para os participantes da rede, a empresa matriz é quem tem sido a maior beneficiada dessa prática.

Ao trabalhar em cima desse modelo “enxuto”, as empresas transferem para os seus fornecedores os gastos com o estoque, revelando, dessa forma, que não há parceria, mas certa subordinação e dependência (MELO, 2010). A exemplificação disso seriam as próprias empresas japonesas do subsetor de duas rodas que, em virtude da necessidade de fazer estoque de três dias para compras nacionais e de 10 dias para as internacionais, transferem essa responsabilidade para as suas fornecedoras locais, repassando-lhes o custo do sistema de horizontalização da produção. Ao lado destes processos, ocorre também um amplo movimento de terceirização protagonizado pelas fábricas instaladas no Polo Industrial de Manaus.

Comparativamente, se nos anos de 1990 a terceirização vinha se dando somente em relação a serviços para além da produção, como refeição, limpeza e segurança (SCHERER, 2005; VALLE, 2007; OLIVEIRA, 2007; SILVA, 2010; MORAES, R., 2010), nos últimos anos isso se expandiu para outros setores das

fábricas. No caso do subsetor de duas rodas, por exemplo, a terceirização tem sido utilizada no processo de montagem dos produtos, com linhas terceirizadas para outras empresas.

Já no subsetor de eletroeletrônicos, a terceirização vem se espalhando em áreas que não da produção, mas da estrutura organizativa da fábrica, alcançando patamares superiores a 30% em algumas empresas. Oliveira (2006, p. 697) destaca essa configuração:

A maioria das áreas/departamentos das empresas [...] é composta exclusivamente por mão de obra subcontratada e apresenta redução significativa do número de funcionários. Chama a atenção o fato de algumas áreas, como engenharia industrial, engenharia de processo, planejamento e controle, administração de pessoal, controle de qualidade, materiais, compras, antes muito valorizadas e prestigiadas, funcionarem inteiramente, nos dias atuais, com mão de obra terceirizada.

O objetivo dessa ação empresarial é a redução de custos, mas controlando *in loco* o processo produtivo. Em termos de relação de trabalho, isso tem criado uma distinção simbólica e prática entre trabalhadores, pois os que trabalham nas terceirizadas, apesar de estarem dentro da própria planta da empresa que terceiriza, não ganham os mesmos benefícios e nem têm os mesmos treinamentos que os “colaboradores”. Além disso, têm salários mais baixos quando comparados aos da empresa matriz (OLIVEIRA, 2011).

Isto posto, vale destacar o protagonismo que as empresas japonesas vinham tendo no conjunto macro das transformações do trabalho no PIM, tendo não somente produção majoritária entre as fábricas que produzem o bem final, mas também entre as subsidiárias. Criou-se em Manaus uma espécie de “niponização” da cadeia produtiva, o que é corroborado pelo relacionamento prévio entre essas empresas dentro do próprio Japão, levando à transferência de capital acumulado em relações de negócios deste país para o Brasil, dada a filosofia japonesa de que “se deve produzir no local onde se vive” (MELO, 2010, p. 164).

Segundo Moraes (2011, p. 39-40):

não apenas ocorreram transferências de capital, mas de relações de trabalho, práticas e valores típicos daquele país, reforçando ainda mais a participação da colônia japonesa em território amazônico, que, inclusive, antecede ao advento da Zona Franca, porém outrora concentrada na atividade agrícola.

No entanto, pouco a pouco, outros atores produtivos desembarcaram na Zona Franca de Manaus e foram conquistando espaços no final dos anos 1990 e começo do atual milênio, notadamente as empresas asiáticas, de origem sul-coreana (LIMA; VALLE, 2013). A exemplo das empresas japonesas, as empresas coreanas que chegaram a Manaus se deslocaram, sobretudo, para o segmento de eletroeletrônico, fabricando componentes de celulares, computadores e televisores, assim como esses próprios bens finais.

A partir de meados dos anos 2000, as empresas chinesas também passam a se direcionar a Manaus. Outrora apenas espaço da globalização, com inúmeras zonas francas em seu território, os chineses, numa corrida econômica sem precedentes, tornam-se um *player* global e se dirigem para “a zona franca da selva”, com uma plataforma industrial mais irradiada que as sul-coreanas, pois se estabeleceram não somente no subsetor de eletroeletrônicos, mas nos principais subsetores do Polo Industrial de Manaus.

Com efeito, os estudos até aqui realizados sobre os trabalhadores e empresas da Zona Franca de Manaus se debruçaram sobre as empresas de origem norte-americana, europeia e asiática. No caso do capital asiático, as pesquisas têm se concentrado, na sua maior parte, nas empresas japonesas, de sorte que entender o que a chegada das empresas chinesas significa em termos de organização do trabalho no “chão” e nos “altos” espaços da fábrica local é ainda algo por descobrir, reclamando por novas investigações.

4 UMA NOVA AGENDA DE INVESTIGAÇÕES

Historicamente, observa-se que o trabalho na Zona Franca de Manaus foi alterado significativamente. De um processo com características tayloristas, passou-se a ter como base de organização da produção as influências gerenciais japonesas. Os estudos mais recentes feitos no PIM enveredaram nesse caminho, qual seja, analisar estas transformações, apontando para especificidades organizacionais de origem japonesa e de como estas, em boa medida, espriaram uma cultura do trabalho pelo PIM, atingindo empresas não orientais, por exemplo. Círculos de Controle de Qualidade, gestão participativa, colaboração e trabalho multifuncional são expressões disso.

Por seu turno, a chegada de outros atores produtivos, como os chineses, coloca a questão de saber o que há de novo e como as concepções organizacionais

discutidas pelos autores aqui citados estão sendo ou não sendo modificadas face à entrada de um *player* mundial, que é a China.

Com volumes de investimentos consideráveis e estrategicamente direcionados, os chineses, como indicam Lima e Valle (2013, p. 79), apostam na tentativa de se formarem “pequenas Chinas” em territórios produtivos diversos, imprimindo nestes uma lógica de produção cujos significados e consequências sobre a organização do trabalho, em nível mundial, ainda foram pouco estudados. Em nível local, há, também, uma lacuna a ser preenchida por futuras pesquisas.

Observando o caso dos chineses, por exemplo, é necessário inquirir se as fábricas estão andando na direção contrária aos tipos gerenciais visualizados em pesquisas feitas dantes, para ficar apenas nas investigações sobre o Polo Industrial de Manaus. Depois, precípuo é ver se o padrão de produção e gestão do trabalho têm reverberações na fábrica chinesa. Se sim, de que forma? Se não, por quê?

Ademais, no conjunto dos estudos internacionais sobre o trabalho nas fábricas localizadas na própria China, uma corrente vem mostrando uma diversidade de “regimes de trabalho” e de formas de gestão que não apontam para nenhum “modelo” fabril no território chinês (JIA, 2016; LEE, 1999; 2007; LU, 2016; SMITH; ZHENG, 2016). Contudo, outra corrente, indica a proliferação daquilo que tem sido denominado como “taylorismo sangrento” e “despotismo gerencial” (CHAN; PUN, 2010; CHAN; PUN; SELDEN, 2013; VAN LIEMT, 2016).

Isso coloca a questão de saber se a “fase internacional” das companhias chinesas está sendo operada sob padrões de produção e de gestão de trabalho “difusos” e diversos, como indica a primeira perspectiva teórica, ou se há um “padrão”, como aponta a segunda. Diante disso, cabe inquirir o que é difuso e diverso nestas fábricas, bem como o que é “padrão”.

Outrossim, pesquisas como a de Andrijasevic e Sacchetto (2016) e de Lee (2009) deslindam processos de precarização protagonizados pelas empresas chinesas no leste europeu e no continente africano. Isso instiga a entender se questões semelhantes estão a ocorrer em Manaus. Se sim, de que forma? E é precarização em relação ao quê?

Além dessas questões investigativas postas acima, outras que sinalizam uma nova agenda de pesquisa sobre o PIM são: como os trabalhadores percebem a gestão chinesa nas fábricas? E o sindicato, qual a sua avaliação? Quais as inovações tecnológicas introduzidas? Em que elas diferem das anteriores? E os processos

de trabalho, como eles têm sido organizados em face da gestão chinesa? Qual o tipo de trabalhador requerido pelas empresas? Que tipo de qualificação tem sido exigida? Quais formas de controle da mão de obra são utilizadas pelos chineses? Há transferência de tecnologia? E de pessoas? Se sim, como e em quais termos se dá essa mobilidade? Esse conjunto de questões apontaria para um novo padrão de acumulação sob o protagonismo chinês?

Esse leque de questões de pesquisas, aliado à recuperação histórica do trabalho no PIM, pode indicar novos caminhos da organização da produção, novas pautas de lutas dos trabalhadores e novas mobilidades na cidade de Manaus. Daí ser fundamental a movimentação de pesquisas que inquiram os significados sociológicos deste encontro entre atores produtivos emergentes, como os chineses, e esse “espaço da globalização” (LIMA; VALLE, 2013), que é a Zona Franca de Manaus.

REFERÊNCIAS

ANCIÃES, A. W. F. (Coord.). **Avaliação da Zona Franca**: subsídios para a formulação de uma política tecnológica. Brasília: CNPq/UECE, 1996.

ANDRADE, A. S. de. **Como se produzem “colaboradores”?** Entre prática de gestão e intensificação do trabalho no polo duas rodas em Manaus. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

ANDRADE, A. S. de; VALLE, M. I. M. Modelo japonês e práticas de gestão na indústria de veículos sobre duas rodas da Zona Franca de Manaus. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 14, n. 2, p. 141-170, dez. 2011.

ANDRIJASEVIC, R.; SACCHETTO, D. Foxconn Beyond China: capital-labour relations as co-determinants of internacionalization. *In*: LIU, M.; SMITH, C. (Eds.). **China at work**: a labour perspective on the transformation of work and employment in China. UK, London: Palgrave Macmillian Education, 2016. p.337-360.

ARAÚJO FILHO, G. de. **Cooperação entre empresas no Polo Industrial de Manaus**. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ARAÚJO, N. Y. B. de. **O milagre dos manauaras**: Zona Franca de Manaus: uma análise do processo de industrialização implantado em Manaus e da universidade como formadora da mão-de-obra especializada. 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985.

CASTRO, N. A. de (Org.). **A máquina e o equilibrista**. Inovações na indústria automobilística brasileira. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

CHAN, J; PUN, N. Suicide as protest for the new generation of Chinese migrant workers: Foxconn, global capital and the state. **The Asia-Pacific Journal**, Kyoto, v. 8, n. 37 (2), p. 1-50, 2010.

CHAN, J.; PUN, N.; SELDEN, M. The politics of global production: Apple, Foxconn and China's new working class. **New technology, work and employment**, Kyoto, v. 11, n. 28 (2), p. 100-115, 2013.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: do fordismo à acumulação flexível. São Paulo: Loyola, 2011.

JIA, W. The making of a dualistic labour regime: changing labour process and power relations in a chinese state-owned enterprise under globalization. *In*: LIU, M.; SMITH, C. (Eds.). **China at work**: a labour perspective on the transformation of work and employment in China. UK, London: Palgrave Macmillian Education, 2016. p. 76-97

LEE, C. K. From organized dependence to disorganized despotism: changing labour regimes in chinese factories. **The China Quartely**, Pequim, v. 157, p. 44-71, 1999.

LEE, C. K. **Against the law**: labour protests in China's rustbelt and sunbelt. Berkley: University of California Press, 2007.

LEE, C. K. Raw Encounters: Chinese Managers, African Workers and the Politics of Casualization in Africa's Chinese Enclaves. **The China Quarterly**, Pequim, n.199, p. 647-666, set. 2009.

LIMA, J. C.; VALLE, M. I. de M. Espaços da globalização: Manaus e as fábricas na Amazônia. **Revista Contemporânea**, São Carlos v. 3, n. 1, p. 73-88 jan./jun. 2013.

LU, M. Control and consent in the process of employee participation in a chinese state-owned enterprise: the case of BZ Iron and Steel Company. *In: LIU, M.; SMITH, C. (Eds.). China at work: a labour perspective on the transformation of work and employment in China.* UK, London: Palgrave Macmillian Education, 2016. p. 31-55.

MACIEL, C. F. “Homens do barro” e estratégias empresariais: um estudo da relação capital-trabalho no Polo oleiro-cerâmico da Região Metropolitana de Manaus-AM. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras/ICLH/UFAM. 2013.

MELO, E. L. **A formação da rede de produção na indústria sobre veículos de duas rodas do Norte brasileiro.** 2010. 171 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

MORAES, E. de O. **Corporação em rede:** um estudo sobre a moto Honda da Amazônia. 2011. 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

MORAES, R. D. de. **Prazer-sofrimento no trabalho com automação:** estudo em empresas japonesas no Polo Industrial de Manaus. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

OLIVEIRA, F. Um prefácio Dialogal. *In: GUIMARÃES, N. A. Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores.* São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Editora 34, 2004.

OLIVEIRA, S. S. B. de. O processo produtivo da indústria eletroeletrônica e a qualificação dos trabalhadores no Polo Industrial de Manaus. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, p. 665-686, jul./dez. 2006.

OLIVEIRA, S. S. B. **A “periferia” do capital:** na cadeia produtiva de eletroeletrônicos. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PEREIRA, L. L. **(Des)emprego no polo industrial de Manaus – setor eletroeletrônico:** o trabalhador e a qualificação frente às exigências do capital. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

REIS FILHO, M. M. dos. **A saga dos operários em Manaus - 1980.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2013.

SALAZAR, J. P. **O novo proletariado industrial de Manaus e as transformações sociais possíveis (estudo de um grupo de operários)**. 1992. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 1992.

SAMPAIO, M. da S. **Qualificação profissional e empregabilidade no polo de duas rodas da ZFM**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SCHERER, E. **Baixas nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus**. Manaus: EDUA, 2005.

SERÁFICO, M. **Globalização e empresariado: estudo sobre a Zona Franca de Manaus**. São Paulo: Annablume, 2011.

SILVA, M. P. M. **Expressões do mundo do trabalho contemporâneo: um olhar para os trabalhadores do Parque Industrial de Manaus**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

SMITH, C.; ZHENG, Y. The management of labour in chinese MNCs operating outside of China: a critical review. *In*: LIU, M.; SMITH, C. (Eds.). **China at work: a labour perspective on the transformation of work and employment in China**. UK, London: Palgrave Macmillan Education, 2016. p. 361-387.

SPINDEL, C. R. Formação de um novo proletariado: as operárias do Distrito Industrial de Manaus. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 1-38, jul./dez. 1987.

SUFRAMA. SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. **Perfil das Empresas com Projetos Aprovados pela SUFRAMA**. Manaus: SUFRAMA, 2017. (Relatório de janeiro).

VALLE, M. I. de M. **Globalização e reestruturação produtiva: um estudo sobre a produção *offshore* em Manaus**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

VAN LIEMT, G. Hon Hai/Foxconn: which way forward? *In*: DRAHOKOUPIL, J.; ANDRIJASEVIC, R.; SACCHETTO, D. (Eds.). **Flexible workforces and low profit margins: electronics assembly between Europe and China**. Brussels: European Trade Union Institute (ETUI), 2016. p. 45-66.

Texto submetido à Revista em 26.02.2018

Aceito para publicação em 15.01.2019



Representação social da violência na periferia de Belém: a reconstrução de um olhar

Social representation of violence in Belém's inner city: the reconstruction of a view

Edimar Marcelo Coelho Costa - Mestre em Segurança Pública, pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: edimarcelo@ig.com.br.

Luís Fernando Cardoso e Cardoso - Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor da Faculdade de Ciências Sociais (FCS), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: lfcardoso@ufpa.

Resumo

Este artigo trata das representações sociais da violência elaboradas pelos moradores do bairro do Guamá, no município de Belém, estado do Pará. Esse bairro é apontado pelos dados governamentais e pelos meios de comunicação midiáticos como uma área de periferia com altos índices de violência. Para compreender essa realidade, adotou-se o conceito de representações sociais como elemento analítico porque ele ajuda a observar como as pessoas veem um conjunto de práticas e relações sociais próprias dos contextos em que vivem. Os dados obtidos por meio das entrevistas e dos questionários mostram a prevalência, na fala dos entrevistados, da violência ligada ao roubo, atribuindo-se menos importância a outros tipos de violência, inclusive à morte. A pesquisa ainda aponta a existência de um processo de reconfiguração dos padrões de comportamentos no universo público por causa das novas situações de insegurança e do medo que assolam o bairro.

Abstract

This article is about social representations of violence created by residents of the neighborhood Guamá, in the city of Belém, Pará State. This neighborhood is recognized by the media as periphery area, on city's surroundings, with high rates of violence, recorded in government statistical data. It was chosen the concept of social representations as an analytical element because it helps to observe as people see a set of practices and social relations of the contexts in which they live. The data obtained through interviews and questionnaires show the prevalence, in the speech of interviewees, of the social representation of violence linked to theft, attributing less importance to other types of violence, including death. The research also shows that there is a process of reconfiguration of standard of behavior in the public universe because of new situations of insecurity and fear that grieve the neighborhood.

Palavras-chave

Cidade de Belém. Violência. Periferia. Representações Sociais.

Keywords

City of Belém. Violence. Periphery. Social Representations.

INTRODUÇÃO

Os cientistas sociais têm se preocupado em compreender as aceleradas transformações da vida social contemporânea. No tocante à temática da violência, do medo e da sensação de insegurança nos centros urbanos, as reflexões abrangem as mudanças nos padrões de sociabilidade, no controle social formal e informal, assim como nas estratégias cotidianas para burlar o imponderável na vida social nas cidades. Adorno (2002a, 2002b), Bourdieu (2011), Buoro (1999), Wacquant (2007), Wieviorka (2006) e Zaluar (1999) têm, de maneira direta ou indireta, congregado esforços no sentido de compreender a realidade presente. Compartilhando a preocupação de outros autores, este artigo analisa as representações sociais da violência e do sentimento de insegurança dos moradores do bairro do Guamá, cidade de Belém, estado do Pará.

A cidade de Belém, semelhante às demais capitais do país, enfrenta sérios conflitos oriundos de um processo de expansão urbana ocorrida de forma rápida e desordenada. A maior parte da população ocupa as áreas do entorno do centro, formando periferias, baixadas na designação local, sem a infraestrutura necessária ao convívio social digno, já que os serviços urbanos básicos são muito precários. Seguindo esse contexto, o conceito de periferia foi vinculado à organização urbana, não se desprezando seu aspecto simbólico.

As baixadas de Belém são “um reflexo da noção de hierarquização social da população da cidade, na qual os menos favorecidos encontram-se na periferia” (DA MATTA, 1991, p. 36). A perspectiva de Da Matta está distante do *homo economicus*, uma vez que considera as condições materiais, culturais e simbólicas presentes na distinção entre centro e periferia. Tais aspectos carregam em si noções de pobreza, criminalidade, violência e marginalidade. Isso condiciona os sujeitos a organizarem seus mundos e relações sociais com base em tais princípios classificatórios.

Estar na periferia é estar numa condição de subalternidade. As relações sociais dos homens e das mulheres que residem nessas regiões, em sua maioria, ficam restritas a esse espaço social. Mesmo quando se afastam desses lugares, por eles são marcados. A periferia é um espaço, mas se torna também uma condição, uma insígnia carregada pelos sujeitos na cidade.

Na região urbana central da cidade de Belém, houve uma elevada expansão vertical. Inúmeras edificações surgiram em um curto espaço de tempo, e tal

processo foi acompanhado de uma intensa especulação imobiliária. Essa imagem é contrária à da periferia, que se caracteriza pelo crescimento horizontal, em que a expansão é desordenada, com casas construídas nos quintais, ao lado ou em cima de casas de familiares. Isso ajuda a caracterizar, ainda mais, essa população e os seus espaços como próprios dos excluídos socialmente.

É latente em Belém a falta de investimento em políticas públicas específicas para o desenvolvimento urbano. Tais lacunas deixaram de observar o rápido crescimento populacional que não foi acompanhado dos necessários investimentos em infra-estrutura ou por controles sobre o uso e ocupação do solo, o que, combinado com a falta de alternativas acessíveis à habitação urbana voltada para grupos de baixa renda, levou ao surgimento de invasões e ocupações, com habitações precárias e terra (PALHANO; SILVA; PASSOS, 2009, p. 7).

Nesse contexto, entre os inúmeros bairros e distritos existentes em Belém, o Guamá assumiu destaque por ser considerado o bairro mais violento em razão do elevado número de homicídios, sobretudo se comparado com os demais bairros da Região Metropolitana de Belém. De acordo com Chagas (2014), o bairro do Guamá apresenta a maior taxa de homicídio do estado do Pará, enquanto o bairro do Jurunas ocupa o segundo lugar.

Esses dados explicam porque Belém ocupa a décima posição entre as cidades mais violentas do mundo e a terceira posição entre as mais violentas do Brasil. Em 2017, Com 1.743 homicídios para uma população de 2.441.761 habitantes, a Região Metropolitana de Belém (RMB) registrou uma taxa de 71,38 mortes para cada 100 mil habitantes, segundo levantamento feito e divulgado pela organização não governamental (ONG) mexicana Seguridad, Justicia y Paz (Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal (BELÉM, 2018). No entanto, em outras modalidades de delitos, como roubo, latrocínio e furto, o Guamá não assumiu destaque, segundo os dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) (PARÁ, 2013), vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup).

O número de ocorrências envolvendo mortes no Guamá pode ser interpretado com base em duas hipóteses. A primeira, por ser o bairro historicamente formado por pessoas que recorrem à violência física em detrimento dos recursos legais, fato associado à ausência do Estado na resolução de conflitos. A segunda, pelo crescente índice de mortes associado à comercialização de drogas ilícitas, fato que assola todas as regiões de periferia do

Brasil e que favorece o surgimento de grupos armados denominados “milícias”, que trabalham ora em prol da comercialização das drogas, ora contra.

O Guamá possui, aproximadamente, 94.610 habitantes, sendo o bairro mais populoso de Belém, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Já com relação à mobilidade urbana, no Guamá circulam inúmeras linhas de ônibus e vans, proporcionadas pelo amplo sistema de transporte coletivo (legal e clandestino). O bairro possui, ainda, o segundo maior hospital de pronto-socorro do estado, e, nos arredores, a Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, da Universidade Federal do Pará (UFPA), um hospital-escola – o Hospital Universitário João de Barros Barreto –, além de um rico movimento de artes folclóricas e de atividades religiosas e culturais.

No entanto, esse bairro carece de espaços públicos de lazer, possuindo apenas uma praça, na área central, onde imperam o abandono e a comercialização de drogas ilícitas (praça Benedito Monteiro). Segundo os trabalhos de Gomes (2009, p. 1), o Guamá compõe uma zona “tratada como uma periferia urbana, até os dias de hoje, o bairro possui carência de infraestrutura básica. O bairro não tem praças, não tem espaço de sociabilidade, não tem urbanização”.

O Guamá distingue-se pelos extremos e pela intensidade dos acontecimentos que o marcam. Possui muitos títulos, como o bairro de maior quantidade populacional, tem uma reconhecida e grandiosa feira ao ar livre, elevados índices de ocorrências policiais, grande fluxo de pessoas e de mercadorias ribeirinhas, grande parte por causa da sua abertura para o rio, que inspirou seu nome.

No emaranhado e complexo sistema social presente no Guamá, há um intenso fluxo de atividades que enaltecem a identidade social do guamaense e criam uma rede de sociabilidade com base no local de sua residência. Isso se expressa nas inúmeras atividades folclóricas, culturais, artísticas e esportivas, as quais ocorrem no decorrer de todo o ano, mesmo que em locais improvisados.

[...] o bairro do Guamá em Belém do Pará [é] um universo cultural muito rico, um bairro de bastante movimento, com uma sementeira humana que desabrocha todos os dias nas ruas, nas feiras, nas escolas, indo e vindo para o trabalho, se articulando de diversas formas, participando de eventos lúdicos e festas religiosas. Enfim, um espaço específico da urbe, que guarda algumas características que lhe dão singularidade, determinando o nível de identificação de seus moradores com o espaço (DIAS JUNIOR, 2009, p. 38).

A imagem do bairro como perigoso faz com que, atualmente, ele vivencie um processo de combate à violência por meio de ações preventivas da Polícia Militar, projetos governamentais (Pro-Paz, Pronasci - colocar estas sigla por extenso etc.) e da abertura de procedimentos investigativos pela Polícia Civil por inúmeras situações, mas, em especial, pelo fato ocorrido no ano de 2014, conhecido como o ápice da violência, momento em que 9 (nove) ações com morte ocorreram em toda Belém, as quais foram desencadeadas pelo homicídio de um policial militar morador da região. Tal fato elevou o sentimento de insegurança em toda a cidade, tendo sido amplamente divulgado pelos meios de comunicação. Surgiu a hipótese da existência de um grupo denominado “milícia” na região, o qual teria sido responsável pelos homicídios, o que levou os deputados estaduais a instalarem uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) para apurar os fatos.

Nove pessoas foram assassinadas na noite desta terça-feira (4) em seis bairros de Belém, informou o secretário de Segurança Pública do Pará, Luiz Fernandes, em entrevista à imprensa nesta quarta-feira (5). Inicialmente, a Polícia Militar havia informado que havia sete mortos. Os crimes ocorreram após o cabo da Polícia Militar Antônio Marcos da Silva Figueiredo, 43 anos, ser assassinado a tiros perto da rua onde morava (O LIBERAL, 5 nov. 2014, p. 1).

Ao longo de sua história, o bairro sempre foi definido nos meios de comunicação como uma região segregada socialmente pelo restante da cidade, criando-se percepções depreciativas em relação à população residente. Entretanto, essa visão não se coaduna com a representação elaborada pelos próprios moradores, mesmo com o elevado registro de atividades ilícitas e o significativo aumento das execuções sumárias, as quais cresceram assustadoramente a partir de 2000 (WAISELFISZ, 2012).

Os bairros ditos mais violentos e mais estigmatizados da capital irão receber as ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). “Território de Paz” é o nome do projeto que desembarca tanto no bairro do Guamá, quanto na Terra Firme (DIÁRIO DO PARÁ ONLINE, 19 out. 2009).

Por meio da análise dos dados obtidos por Dias Junior (2009), observa-se que o Guamá apresenta, apesar das agruras do descaso político, econômico e social, um turbilhão de manifestações culturais, as quais contribuem para o fortalecimento da identidade cultural da população local. As atividades cotidianas

do Guamá, acertadamente, refletem a presença de vínculos de sociabilidade coletiva, autoidentificação com o espaço e construção do sentimento de pertença, o que se perpetua em um cenário de extrema contradição, marcado, por um lado, pelo abandono do poder político e, por outro, pela forte identidade popular construída com base em atividades artísticas, culturais e em intensas manifestações religiosas e festivas.

Apesar de uma personalidade forte ligando muitos sujeitos ao Guamá, há, por outro lado, uma elaboração constante de representações sociais da violência, por conta do problema da situação em que vivem os moradores. Esse fato foi o que nos levou a escolher a representação social da violência, no bairro, como objeto da presente pesquisa. Assim, discorreremos sobre a elaboração das manifestações da violência e o sentimento de insegurança da população nessa região periférica, no intuito de melhor compreender a realidade em estudo.

1 DE QUAL VIOLÊNCIA ESTAMOS FALANDO?

Com o advento da sociedade moderna, surgiu a necessidade de serem formuladas teorias as mais distintas possíveis para tentar melhor compreender questões sobre o convívio em grupo e explicar as características dos eventos sociais. Com tais constructos teóricos, os pesquisadores passaram a elaborar estudos, ora aprofundando questões específicas de uma região, ora estudando problemas globais, tais como a violência e o sentimento de insegurança, os quais podem atingir um significativo número de pessoas, dependendo das características da região em que vivem.

[...] elevados à categoria de um dos mais dramáticos problemas sociais nacionais, os fatos da violência têm tido forte impacto no meio acadêmico. Para além de uma mera preocupação para com a fenomenologia da violência – algo talvez mais afinado com uma perspectiva que se poderia identificar como própria da tradição criminológica (ADORNO, 2002a, p. 268).

Compreender como a violência é percebida pelos moradores do Guamá foi importante para observar como se operacionaliza o mundo social, marcado pelo preconceito e pela exclusão. Não se tem a pretensão de esgotar as possibilidades de entendimento conceituais ou empíricas da violência; a intenção é tentar vislumbrar como ela estrutura as vivências num bairro periférico de Belém:

A noção de violência é, por princípio, ambígua; não existe uma única percepção do que seja violência. Ela se manifesta de diversas formas e por isso deve ser analisada a partir das normas, das condições e do contexto social que varia de um período histórico a outro (SOUSA, 2006, p. 3).

Essa perspectiva é também assumida pelos estudos de Misse (2007) e Zaluar (1999), que relatam a dificuldade de conceituar a violência como um construto único. O primeiro autor afirma:

Não é possível analisar a violência de uma única maneira, tomá-la como um fenômeno único. Sua própria pluralidade é a única indicação do politeísmo de valores, da polissemia do fato social investigado. O termo violência é uma maneira cômoda de reunir tudo o que se refere à luta, ao conflito, ao controle, ou seja, à parte sombria que sempre atormenta o corpo individual ou social. Assim, a violência pode, ainda, ser classificada como: conflitos sociais e políticos, repressão, terrorismo, guerras civis e tiranias (MISSE, 2007, p. 3).

Zaluar, por sua vez, esclarece:

A dificuldade na definição do que é violência e de que violência se fala é o termo ser polifônico desde a sua própria etimologia. Violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis*(força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente (ZALUAR, 1999, p. 8).

Apesar da dificuldade de conceituação, a violência é uma prática diversificada e bastante presente em nosso convívio social. Estudos de Abramovay sobre juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina destacam as mais variadas formas de violência, as quais transcendem o modo físico, assumindo, assim, um caráter transversal:

Assim a violência tem sido concebida como um fenômeno multifacetado, que não somente atinge a integridade física, mas também as integridades psíquicas, emocionais e simbólicas de indivíduos ou grupos nas diversas esferas sociais, seja no espaço público, seja no espaço privado (ABRAMOVAY, 2002, p. 27).

Discorrer sobre os principais autores e teorias que abordam a violência em regiões de periferia é uma tarefa difícil, a qual leva a muitas vertentes analíticas, e esgotar os conteúdos desse campo do saber não é possível aqui. Diante de

tal dificuldade, assumimos como referência o conceito elaborado por Minayo e Souza (2003), por acreditar que é o mais adequado ao estudo. Para essas autoras, a definição do termo “violência” envolve aspectos qualitativos do contexto cultural, porque cada pessoa está inserida em um grupo que comunga a mesma realidade e o mesmo juízo de valores, com base nos quais elabora e manifesta seus pensamentos. Assim, a violência é um fenômeno presente em todas as classes sociais, devendo o pesquisador estar, portanto, atento às suas peculiaridades e aos seus modos de manifestação.

[...] cremos que não são apenas os problemas de natureza econômica, portanto a pobreza, que explicam a violência social, embora saibamos que elas são fruto, causa-efeito, elemento fundamental de uma violência maior que é o próprio modo organizativo-institucional-cultural de determinado povo. Ao escolher os que “são” e os que “não são”, a sociedade revela sua violência fundamental (MINAYO; SOUZA, 1998, p. 519-20).

Nessa perspectiva, podemos constatar que a violência invade todos os lugares, independentemente de classe social, idade, cor, sexo, escolaridade, entre outras possibilidades. Ao adentrarmos na ciranda da violência, temos de lidar com os sentimentos de perda, revolta e incompreensão desse fenômeno. Nesse aspecto, prevalece a existência inicial dos sentimentos de medo e insegurança; posteriormente, sobressaem desejos primitivos de autodefesa e vingança.

O sentimento de medo e insegurança diante do crime exacerbou-se entre os mais distintos grupos e classes sociais, como surgem não poucas sondagens de opinião pública. Trata-se de um problema social que, por um lado, promove ampla mobilização da opinião pública, o que se pode observar por meio das sondagens de opinião, da insistente atenção que lhe é conferida pela mídia impressa e eletrônica e pela multiplicação de fóruns locais, regionais e nacionais (ADORNO, 2002a, p. 267).

Costa (1995) define a violência como uma ação destruidora que carrega o símbolo de um desejo. Esse desejo pode se manifestar de forma voluntária, conscientizada e optativa, ou de maneira involuntária, não conscientizada e irracional. Dessa forma, tornam-se comuns sentimentos agregados de insegurança e medo.

Segundo Silva (2004), embora a violência urbana seja uma característica geral da configuração social das cidades brasileiras que abrange, portanto, todo o seu território, é de certa forma consenso que ela afeta mais direta e profundamente as áreas desfavorecidas economicamente. Os trabalhos de Van Dijk (1998) indicam que, de modo geral, os crimes violentos contra a pessoa são

poverty driven (impulsionados pela pobreza) e diminuem com a redução da pobreza, enquanto os crimes contra a propriedade são em grande parte *opportunity driven* (impulsionados pela oportunidade) e aumentam com o decréscimo da pobreza.

Na verdade, a associação entre pobreza, violência e criminalidade já existe há algum tempo na história, pois decorre de uma das primeiras conseqüências do desenvolvimento do capitalismo nas sociedades ocidentais modernas: expulsão do campo de milhares de pessoas sem trabalho, que migram para as cidades. Rapidamente, o modo de vida urbano passou a ser associado ao perigo, às epidemias, à promiscuidade, à agressão e a criminalidade (BUORO, 1999, p. 22).

Aliada a essa equivocada concepção, surge a teoria de que a desestruturação financeira (pobreza) é uma condição que favorece condutas tipificadas como atos delituosos. O irônico dessa colocação é o fato de que, teoricamente, esse tema já foi superado, entretanto, ainda hoje, faz-se recorrente a associação da violência às condições socioeconômicas de uma determinada classe.

[...] violência e desigualdade social. A tese que sustentava relações de causalidade entre pobreza, delinqüência e violência está hoje bastante contestada em inúmeros estudos. No entanto, não há como deixar de reconhecer relações entre a persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da concentração de precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal. Mapas da violência, realizados para algumas capitais brasileiras, na década passada, indicavam que as taxas de homicídios eram sempre e flagrantemente mais elevadas nessas áreas do que nos bairros que compõem o cinturão urbano melhor atendido por infraestrutura urbana, por oferta de postos de trabalho, por serviços de lazer e cultura (ADORNO, 2002b, p. 8).

Hoje podemos compreender a violência das mais variáveis formas possíveis, sabemos que ações delituosas transcendem grupos socioeconômicos de forma vertical. Entretanto, refletimos sobre a existência da predominância de certos tipos de crimes em determinado grupo ou classe social, bem como em determinados locais. Não existe uma ação mandatória de causa e efeito, uma “lei da física” imutável, mas é possível constatar o fato da predominância.

[...] a criminalidade organizada se disseminou pela sociedade alcançando atividades econômicas muito além dos tradicionais crimes contra o patrimônio, aumentando as taxas de homicídios, sobretudo entre adolescentes e jovens adultos, e desorganizando modos de vida social e padrões de sociabilidade inter e entre classes sociais. (ADORNO; SALLA, 2007, p. 10).

Destaca-se ainda o fato de, culturalmente, as representações sociais da violência se mostrarem similares em determinados grupos, mas distintas quando a variável se refere a classes sociais. Grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade ou socialmente pertencentes a classes desfavorecidas percebem mais a violência e os sentimentos decorrentes dela, pois “o medo está associado com a permanente ameaça de violência física. Venha de onde e de quem vier, a violência constitui código normativo de comportamento” (ADORNO; SALLA, 2007, p. 16).

Nesse entendimento, a violência manifesta-se como um fenômeno social em constante crescimento, o qual está penetrando em todos os locais. Essa evidente expansão leva-nos a tratar esse fenômeno como complexo e contraditório. Daí a necessidade de atitudes para além da descrição que considere as causas e as consequências. É preciso evidenciar os mecanismos históricos, sociais, políticos e culturais que se combinam, formando aquilo que denominamos violência.

2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

A pesquisa desenvolveu-se em dois momentos: coleta e análise dos dados. No primeiro momento foi aplicado um questionário semiaberto à população do Guamá. Depois os dados receberam tratamento estatístico e, em seguida, dispostos em tabelas e gráficos.

Os dados obtidos permitem traçar o perfil socioeconômico da população, bem como compreender, de forma amostral (quantitativa), a representação social dos moradores acerca da violência nessa região: se é segura ou insegura e em quais situações prevalecem seus sentimentos em relação ao bairro. Por meio desse procedimento metodológico, também se buscou analisar um segundo quesito: como a população do Guamá convive com as situações de violência e o sentimento de insegurança em seu cotidiano, o que abrange a percepção dos moradores sobre a atividade policial na área. Para a coleta de dados, considerou-se um erro amostral de 10%.

O estudo utilizou dois instrumentos de coleta de dados. O primeiro foi um questionário fechado, aplicado aleatoriamente, na avenida central (feira pública), aos moradores do bairro, independentemente de sua situação de raça, crença religiosa, questões políticas, econômicas, aspectos de gênero (masculino/

feminino) ou opção sexual. Foram excluídas desta pesquisa crianças com idade igual ou inferior a 12 anos, ou pessoas com visíveis quadros de limitação física, dependência química ou doença mental. Foram aplicados questionários na população-alvo, respeitando-se a margem de erro amostral de 10%, considerando-se a população total do bairro (94.610 mil habitantes).

No segundo momento, foram feitas entrevistas semiestruturadas com 8 (oito) líderes comunitários do bairro, por acreditar-se que eles poderiam representar, qualitativamente, os conteúdos compartilhados nessa região sobre o fenômeno estudado. Os resultados passaram por um tratamento metodológico qualitativo de análise de conteúdo. A análise dos dados visou compreender o construto das representações sociais da violência com base em duas categorias – objetivações e ancoragem –, e as estratégias de enfrentamento de tal situação. Também foi analisado um segundo aspecto: se a população do Guamá, representada por líderes comunitários, identifica o bairro por meio de imagens positivas ou negativas.

3 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

3.1 DADOS QUANTITATIVOS

Após o tratamento estatístico, os dados coletados foram analisados em três níveis: o primeiro, buscando compreender o fenômeno estudado vinculado à temática da violência; o segundo, visando identificar padrões de comportamento diante dos atos considerados violentos; o terceiro, tentando examinar a valoração do bairro do Guamá e da atividade policial pelos moradores do bairro.

3.1.1 Primeiro nível de análise: identificação de elementos comuns na representação social da violência no bairro do Guamá e na cidade de Belém pelo público entrevistado

A maior parte dos moradores vincula a violência a agressões físicas e morais (30,90%). A violência é, em seguida, ligada à prática de roubos (24,37%) e a mortes (16,27%), conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Descrição do significado de violência de acordo com o gênero dos entrevistados (2015)

O que é violência	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Agressão física/moral	12,20	18,70	30,90
Roubo	4,88	19,49	24,37
Mortes	4,07	12,20	16,27
Droga	2,44	4,07	6,51
Maldade	4,07	-	4,07
Estupro	0,81	3,25	4,06
Agressão verbal	0,81	2,44	3,25
Outros	4,07	6,50	10,57
Total	33,35	66,65	100,00

Nota: A categoria com “-” não foi citada.

Verificou-se que 74,36% dos entrevistados consideram o Guamá um bairro violento (Tabela 2).

Tabela 2 – Opinião dos entrevistados (por gênero) sobre o bairro (2015)

Guamá é violento	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Sim	29,49	44,87	74,36
Não	7,69	17,95	25,64
Total	37,18	62,82	100,00

A maioria dos entrevistados considera o bairro violento em razão do número de ocorrências de roubo (50,69%) e de mortes (14,66%) (Tabela 3).

Tabela 3 – Motivos para que os entrevistados (por gênero) considerem o bairro violento (2015)

Motivo de ser violento	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Roubo	22,67	28,02	50,69
Mortes	1,33	13,33	14,66
Drogas	1,33	12,00	13,33
Falta de educação	4,00	1,33	5,33
Falta de policiamento	1,33	1,33	2,66
Outros	-	13,33	13,33
Total	30,66	69,34	100,00

Nota: A categoria com “-” não foi citada.

3.1.2 Segundo nível de análise: identificação de aspectos comportamentais, vinculados à representação social da violência no bairro do Guamá e na cidade de Belém

A situação que os moradores do Guamá consideram mais insegura é estar na rua (41,00%), seguida de sair à noite (20,00 %), conforme exposto na Tabela 4.

Tabela 4 – Situações que provocam insegurança e medo no cotidiano dos entrevistados (por gênero) (2015)

Situação de insegurança/medo	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Rua	21,00	20,00	41,00
Sair à noite	6,00	14,00	20,00
Outros	0,00	13,00	13,00
Geral	3,00	4,00	7,00
Ir ao banco	4,00	3,00	7,00
Ônibus/Farmácia	1,00	4,00	5,00
Rua/Praça	2,00	0,00	2,00
Ambiente desconhecido	1,00	1,00	2,00
Festas	1,00	1,00	2,00
Dia a dia	1,00	0,00	1,00
Total	40,00	60,00	100,00

O local mais seguro para os entrevistados é a residência/casa (55,%), seguido da igreja (16 %) (Tabela 5).

Tabela 5 – Local de maior segurança no cotidiano dos entrevistados (por gênero) (2015)

Local	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Residência/Casa	25,00	30,00	55,00
Igreja	4,00	12,00	16,00
Com familiares	6,00	2,00	8,00
Outros	1,00	7,00	8,00
Amigos	2,00	5,00	7,00
Com presença policial	2,00	1,00	3,00
Rua	-	2,00	2,00
Trabalho	-	1,00	1,00
Total	40,00	60,00	100,00

Nota: A categoria com “-” não foi citada.

43,00% fogem em situações de violência (Tabela 6).

Tabela 6 – Reação a situações de violência no cotidiano dos entrevistados (por gênero) (2015)

Reação	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Foge	22,00	21,00	43,00
Aciona a Polícia	11,00	11,00	22,00
Recorre a meios legais	0,00	9,00	9,00
Enfrenta com força física	1,00	7,00	8,00
Enfrenta com diálogo	1,00	7,00	8,00
Pede ajuda a parentes	3,00	2,00	5,00
Pede ajuda a amigos	1,00	2,00	3,00
Outros	1,00	1,00	2,00
Total	40,00	60,00	100,00

Constata-se que a maioria dos moradores deixa de fazer algo em consequência da violência (70,00%) (Tabela 7).

Tabela 7 – Efeito da violência no cotidiano dos entrevistados (por gênero) (2015)

Deixa de fazer algo	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Sim	21,00	49,00	70,00
Não	19,00	11,00	30,00
Total	40,00	60,00	100,00

Por causa da violência, 50% dos entrevistados deixam de sair de casa e 38,57%, de ir a locais para lazer (Tabela 8).

Tabela 8 – Atividades que os entrevistados (por gênero) deixam de fazer devido à violência (2015)

O que deixa de fazer	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Sair de casa	17,14	32,86	50,00
Lazer	11,43	27,14	38,57
Usar bens de valor	1,43	7,14	8,57
Outros	-	2,86	2,86
Total	30,00	70,00	100,00

Nota: A categoria com “-” não foi citada.

Para 65% dos entrevistados, a violência é normal atualmente (Tabela 9).

Tabela 9 – Opinião dos entrevistados (por gênero) sobre a violência atual (2015)

Violência é normal	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Sim	22,00	43,00	65,00
Não	18,00	17,00	35,00
Total	40,00	60,00	100,00

3.1.3 Terceiro nível de análise: identificação de aspectos de valoração do bairro do Guamá e da atividade policial

É evidente a identificação dos moradores entrevistados com o bairro: 96% afirmam gostar de morar no Guamá (Tabela 10).

Tabela 10 – Opinião dos entrevistados (por gênero) sobre o bairro (2015)

Identificam-se com o bairro	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Sim	40,00	56,00	96,00
Não	-	4,00	4,00
Total	40,00	60,00	100,00

Nota: A categoria com “-” não foi citada.

Os resultados das entrevistas mostram que 82% dos moradores do bairro do Guamá não têm vontade de morar em outro bairro (Tabela 11).

Tabela 11 – Opinião dos entrevistados (por gênero) sobre a possibilidade de mudança para outro bairro (2015)

Vontade de morar em outro bairro	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Não	33,00	49,00	82,00
Sim	7,00	11,00	18,00
Total	40,00	60,00	100,00

A maioria dos moradores do Guamá tem orgulho de morar no bairro (54%). Menos da metade não expressa nenhum sentimento (33%) (Tabela 12).

Tabela 12 – Sentimento dos entrevistados (por gênero) sobre morar no bairro (2015)

Sentimento	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Orgulhoso	19,00	35,00	54,00
Nenhum	16,00	17,00	33,00
Outros	4,00	3,00	7,00
Vergonha	1,00	5,00	6,00
Total	40,00	60,00	100,00

Para 39% dos moradores do Guamá, a polícia é necessária, mas, para 28% dos entrevistados, a polícia é corrupta e, para 18%, violenta (Tabela 13).

Tabela 13 – Percentual dos entrevistados (por gênero) e percepção da polícia (2015)

Percepção da polícia	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Necessária	15,00	24,00	39,00
Corrupta	11,00	17,00	28,00
Violenta	10,00	8,00	18,00
Justa	2,00	4,00	6,00
Outros	1,00	5,00	6,00
Desnecessária	1,00	2,00	3,00
Total	40,00	60,00	100,00

3.1.4 Avaliação dos dados quantitativos

Os dados coletados foram agrupados em três níveis, para melhor compreensão do fenômeno estudado. No primeiro nível, buscou-se identificar elementos comuns na representação social da violência no bairro do Guamá e na cidade de Belém pelo público entrevistado. Foi evidenciado que a maior parte dos moradores do Guamá vincula a violência a agressões físicas e morais (30,90%) e um percentual menor, a práticas de roubo (24,37%) e a mortes (16,27%), conforme a Tabela 1. Do total de entrevistados, 74,36% consideram o Guamá um bairro violento (Tabela 2). Os motivos são o número de ocorrências de roubo (50,69%) e de mortes (14,66%) (Tabela 3).

No segundo nível, buscou-se verificar quais situações do cotidiano provocam insegurança nos moradores do Guamá e quais as condutas de enfrentamento escolhidas, vinculadas à representação social da violência. A situação que os moradores do Guamá consideram mais insegura é estar na rua (41,00%), seguida de sair à noite (20,00%) (Tabela 4); o local mais seguro para eles é a residência/casa (55,00%), seguido da igreja (16,00%) (Tabela 5). De acordo com os resultados das entrevistas, 43,00% dos moradores do Guamá fogem em situações de violência (Tabela 6). A maioria dos moradores deixa de fazer algo em consequência da violência (70,00%) (Tabela 7); desse público específico, 50,00% deixam de sair de casa e 38,57%, de ir a locais para lazer devido à violência (Tabela 8). Também assumiu destaque o fato de 65,00% da população acreditar que a violência é normal atualmente (Tabela 9).

O terceiro nível busca identificar aspectos de valoração do bairro do Guamá e da atividade policial. Da população do Guamá, 96,00% dos moradores identificam-se com o bairro e gostam de morar no Guamá (Tabela 10); 82,00% não têm vontade de morar em outro bairro (Tabela 11) e 54,00% têm orgulho de morar no Guamá, embora alguns não expressem nenhum sentimento sobre o bairro (33,00%) (Tabela 12). No que diz respeito à imagem da atuação policial, 39,00% consideram a polícia necessária, mas 28,00% consideram-na corrupta e 18,00%, violenta (Tabela 13).

3.2 DADOS QUALITATIVOS

No intuito de analisar as representações sociais da violência e os sentimentos de insegurança que a violência provoca nos moradores do bairro do Guamá, região periférica da cidade de Belém, foram entrevistados 8 (oito) líderes comunitários. Foi elaborado um roteiro de entrevista contendo duas categorias que compõem o universo das representações sociais. A primeira categoria, denominada “ancoragem”, abrange 4 (quatro) níveis de perguntas sobre a violência e os problemas existentes no bairro. A segunda categoria, “objetivação”, tem como foco a elaboração da imagem do fenômeno da violência e a valoração do bairro do Guamá.

Para permitir uma rápida e melhor compreensão dos dados obtidos, construiu-se, de forma didática, uma sistematização (Figura 1) das associações de ideias e representações da violência presentes nos discursos dos líderes comunitários.

Figura 1 – Quadro descritivo das representações sociais da violência e da região no discurso dos líderes comunitários do bairro do Guamá (2015)

<i>Incoragem</i>		<i>Objetivação</i>		
<i>O que é violência?</i>	<i>Qual a explicação?</i>	<i>Como você a percebe?</i>	<i>Qual a imagem relacionada à violência?</i>	<i>Qual sua concepção do Guamá?</i>
Roubo, tiro.	Desestrutura familiar.	Drogas, armas e trânsito.	"Pessoas sendo atiradas, roubadas, atropeladas."	Negativa.
Contato físico e verbal.	Ato de criminalidade.	Agressões físicas e verbais.	"Agressão física, verbal ou até mesmo covardemente com armas letais."	Positiva, pela infraestrutura e facilidades.
Insegurança em âmbito geral.	Falta de humanização.	Pela TV, na rua e no trabalho.	"Pessoas agredidas de forma física, verbal e morte."	Positiva, pelas facilidades e negativa pela falta de policiamento.
É ferir a moral, discriminar por palavras, gestos e fisicamente.	De origem espiritual. Não tem jeito.	Pela TV, nas redes sociais. Desnecessária.	"Guerras, confronto da polícia com bandido, confronto armado."	Positiva, apesar das diversidades.
Morte.	Devido a meios de comunicação.	Nas ruas e vendo TV.	"Morte, muito sangue, uma pessoa com arma roubando."	Negativa, pela violência.
Agressão verbal, física e psicológica.	Falta de paciência e meio de se expressar.	Presentes em todos os tempos.	"Gente esquarterada, corpos desovados, sangue."	Positiva, pela solidariedade.
Ilegalidade.	Ato ilegal, arbitrário.	Desnecessária.	"Um menor com arma na mão."	Positiva, devido infraestrutura, facilidades. Negativa, violência, drogas.
Cerceamento de direitos. Insegurança.	Falta de educação. Familiar.	Em todas as partes.	"A perda da vida."	Positiva, pela infraestrutura.

3.2.1 Compreensão dos dados qualitativos

Neste segundo momento, o termo “violência” é associado a características específicas que remetem a aspectos físicos e abstratos. A violência é caracterizada como “quando há contato físico ou verbal”, “ato de agressão verbal, física e psicológica”. Os entrevistados estão divididos em relação à concepção de violência: metade fez relatos baseados em ideologias ancoradas em aspectos físicos, enquanto a outra metade destacou características abstratas, referentes a questões éticas, morais e psicológicas.

As representações sociais do fenômeno da violência e da forma de compreendê-la podem estar ligadas diretamente aos aspectos socioculturais de uma região. No Guamá, fica claro que o conceito de violência está associado a condutas que atingem diretamente os moradores. “Violência é a parcial ou total falta de segurança, sendo ela no âmbito social, como ruas, escolas, bairro, cidades etc. No âmbito familiar e no âmbito psicológico, ou seja, a violência pode ocorrer em diversos lugares ou situações” (liderança comunitária do bairro do Guamá, 2015).

Ancoragem implica a justificação de um fenômeno que é socialmente construído no corpo de um contexto social. A forma de justificar o fenômeno fundamenta-se em uma ideologia presente, mesmo que não reconhecida. No contexto desta pesquisa, verificou-se que o construto violência está vinculado a várias questões: “Ela vem de várias formas. É ferir a moral de alguém, discriminar socialmente, por meio de palavras, gestos, agressões físicas e morte”, diz um entrevistado.

Assume destaque, nesta pesquisa, o fato de os entrevistados justificarem a existência do fenômeno social da violência citando inúmeros fatores: a desestruturação familiar (“muitas famílias desestruturadas, os filhos tomam conta de suas vidas”, “a violência se dá pela falta de uma educação familiar, hoje percebemos que a lei está tirando as atribuições de pais, dentre ele, a de corrigir”); um ato antijurídico (“onde o criminoso deve ser punido severamente, seja qual for o crime”); a ausência de uma concepção filosófica humanista (“a falta de humanização das pessoas”); uma visão religiosa cristã (“ela vem desde o início das gerações, desde o homicídio de Caim que matou Abel, não tem jeito, é uma coisa de origem espiritual, ela vem do mal”). Há ainda aqueles que se referem a um discurso técnico, político: “devido os meios de comunicação divulgarem em exagero, e os políticos embolsam, roubam tudo”.

Desvendar o universo da elaboração das representações sociais em um contexto específico, como, no caso, em uma região de periferia, implica levar em conta um objetivo compartilhado socialmente. Assim, podemos evidenciar que a representação social da violência no Guamá é resultado de ideologias que interagem, de fenômenos que os moradores vivenciam em seu espaço diário: “Quando estou nas ruas e vendo televisão”. Têm relevância ações em que os moradores, em geral, são potencialmente atingidos, e são negligenciados aspectos que, inicialmente, julgaríamos de extrema relevância: “A violência está na esquina da minha rua, em frente do meu conjunto, nas praças, enfim, ela se faz presente em todas as partes, desde a fila de um banco até o trajeto no ônibus para minha residência”.

O bairro do Guamá apresenta, segundo os entrevistados, inúmeros problemas, destacando-se questões de saúde, segurança e lazer: “diversos são os problemas existentes no bairro, alguns deles são: falta de segurança, falta de saneamento básico, falta de projetos culturais etc.”. Também se destacaram outros problemas não diretamente ligados à segurança pública: “[falta de] local público para prática de esporte”; “falta de saúde, cultura, área de esporte e lazer”; “falta de água, macrodrenagem, lixeira e iluminação pública”; “problemas de saúde, escola e segurança em terceiro lugar”. Apenas dois entrevistados citaram questões relativas à criminalidade: “assalto e tráfico de drogas”. Apenas um líder comunitário mencionou a morte: “assaltos constantes, tráfico de drogas e homicídios”.

A segunda categoria estudada no universo das representações sociais trata da objetivação, a qual visa à elaboração da imagem do fenômeno violência por moradores do bairro do Guamá. Essa elaboração cognitiva pode confirmar a forma de entendimento desse construto social que atinge esses moradores. Assim, também se buscou compreender como os moradores do Guamá, representados por líderes comunitários, elaboram uma imagem da região, negativa ou positiva, mesmo com os problemas existentes.

Analisando as imagens objetivadas do fenômeno da violência, constatamos que as imagens construídas referem-se a atos de extrema violência física e mortes: “pessoas sendo atiradas, roubadas, atropeladas”; “de uma pessoa sendo agredida por outras. Seja ela fisicamente ou verbalmente, até mesmo covardemente com armas letais”; “é muito difícil explicar o que é a violência, porém a primeira imagem que me vem à mente são pessoas sendo agredidas de forma física, verbal

e morte. A morte e violência são sinônimos”; “guerras, confronto da polícia com bandido, confronto armado”; “morte, muito sangue, uma pessoa com arma roubando”; “só vêm coisas podres. Gente esquartejada, corpos desovados, sangue”; “um menor com arma na mão”; “a perda da vida. Nos meus filhos saindo para o trabalho, para estudar e não lhe são dado todas as garantias de retorno a minha casa são e salvos”.

Podemos afirmar que, quando os participantes elaboram imagens sobre certos aspectos da violência, tendem a destacar atos físicos e questões pertinentes à morte, a sangue. Atos de roubo tornam-se pano de fundo, inversamente às questões evidenciadas anteriormente. Confirma-se a ideia de que o discurso racional ideológico é marcado por freios inibitórios, enquanto a elaboração lúdica de imagens mentais pode receber uma influência maior das imagens oriundas dos meios de divulgação de atos de violência. Assumem destaque, aqui, os meios televisivos, que divulgam imagens sobre esse fenômeno. Essas imagens podem estar sendo reproduzidas com mais fidelidade que os discursos sobre os fatos.

Sobre a imagem positiva ou negativa do bairro, as respostas dos líderes comunitários foram bastante diversificadas. A maioria, porém – 6 (seis) de 8 (oito) entrevistados –, tem uma imagem positiva do Guamá; apenas 2 (dois) expressaram uma imagem negativa. Os motivos para tal também foram similares: “por falta de espaço cultural e de esporte no Guamá e falta de policiamento é negativo”; “imagem negativa, assalto e violência”. Os aspectos positivos estão ligados à ajuda entre os moradores – “é o único bairro em que as pessoas se ajudam” – e à facilidade de acesso a escola, feira, entre outras comodidades: “apesar de ser subúrbio e das adversidades, eu considero o Guamá um bairro bom. Aspectos positivos são eles: UFPA, Sistema de Apoio a Comunicação Integrada (SACI); portos; temos a feira e o mercado municipal, ambos com uma diversidade enorme em alimentos”.

CONCLUSÃO

Em geral, a população do Guamá associa a violência a atos físicos (Tabela 1), tomando por base suas experiências diárias de vida. A maior parte dos moradores do bairro já presenciou algum ato de violência vinculado à prática de roubo ou já foi vítima dele. O Guamá, nesse contexto, é percebido, por parte de seus moradores, como um local violento (Tabela 2), em razão do número de

ocorrências de roubo (50,69%) e de mortes (14,66%) (Tabela 3). Esses fatos afetam alguns costumes dos moradores do bairro, que se sentem inseguros em locais públicos (Tabela 4); poucos manifestam um sentimento de segurança na presença de policiais (Tabela 5) e têm uma representação social negativa da atividade policial.

No que se refere às imagens da violência, os moradores atingem outra dimensão do fenômeno, saindo do discurso ancorado na prática de roubo para imagens objetivadas de atos vinculados à “perda de vida”; “pessoas sendo agredidas, atiradas”, “morte, muito sangue, pessoa com arma”, “guerra, confronto entre polícia e bandido”.

A pesquisa revela dados contraditórios, que necessitam de novos estudos para sua melhor compreensão, pois, apesar de todos os fatos acima descritos, a população estudada, em quase sua totalidade, não tem desejo de morar em outro bairro (Tabela 11), ostentando um sentimento de orgulho por morar no Guamá (Tabela 12) e tendo, ainda, uma imagem positiva da área.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO; BID, 2002.

ADORNO, S. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. *In: MICELI, S. (Org).* **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-2002)**. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 2002a, v. 4. p. 267-307.

ADORNO, S. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. **Jornal de Psicologia-PSI**, n. 1, p. 7-8, abr./jun. 2002b.

ADORNO, S.; SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 7-29, set./dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300002. Acesso em: 12 abr. 2014.

BELÉM está entre as 10 cidades mais violentas do mundo. **Diário do Pará On-line**, Belém, 8 mar. 2018. Disponível em: <http://m.diarionline.com.br/noticias/para/noticia-492071-belem-esta-entre-as-10-cidades-mais-violentas-do-mundo.html>. Acesso em: 5 abr. 2018.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BUORO, A. *et al.* (Coord.). **Violência urbana: dilemas e desafios**. São Paulo. Atual, 1999.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 1, n. 1, p. 186-204, jan./jun. 2014.

COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

DA MATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DIÁRIO DO PARÁ ON-LINE. Belém, 19 out. 2009. Disponível em: <http://diariodopara.diarioonline.com.br>. Acesso em: 16 mar. 2015.

DIAS JUNIOR, J. do E. S. **Cultura popular no Guamá: um estudo sobre o boi bumbá e outras práticas culturais em um bairro da periferia de Belém**. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

GOMES, A. W. S. **Guamá e os movimentos de luta social: a comunidade do bairro do Guamá, Resistência Guamazônica**. Trabalho apresentado ao Fórum Social Mundial, Belém, 2009. Disponível em: <http://www.istoeamazonia.com.br>. Acesso em: 25 mar. 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais: primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/censo2010/aglomerados_subnormais/default_aglomerados_subnormais.shtm>. Acesso em: 12 mar. 2014.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de: 'Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva'. **História, Ciências, Saúde— Manguinhos**, v. IV, n. 3, p. 513-531, nov./fev. 1998.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de (Orgs.). **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MISSE, M. **Violência: o que foi que aconteceu?** 2007. Disponível em: <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

O LIBERAL. G1 Pará, Belém, 5 nov. 2014, p. 1. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014>. Acesso em: 16 mar. 2015.

PALHANO, E. G. da S.; SILVA, A. G.; PASSOS, P. Entre ribeirinhos, trabalhadores braçais e comerciantes: o portal da Amazônia e o trapiche do Porto da Palha da orla de Belém. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 33., 2009, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/Mgaleal/Downloads/EleanorPalhano_Entre%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Mgaleal/Downloads/EleanorPalhano_Entre%20(1).pdf). Acesso em: 12 mar. 2015.

PARÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Belém, 2013.

SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

SOUSA, M. das D. de. Juventude e violência: algumas reflexões sobre as formas de violência na escola. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA UFPI*, 4., 2006, Teresina. **Anais** [...]. Teresina: EDUFPI, 2006, v. 1. p. 103-115.

VAN DIJK, J. J. M. Determinants of crime. *In: KANGASPUNTA, K.; JOUTSEN, M.; OLLUS, N. (Ed.). Crime and criminal justice in Europe and North America 1990-1994*. Helsinki: European Institute for Crime Prevention and Control (HEUNI), 1998. p. 32-53.

WACQUANT, L. A militarização da marginalidade urbana: lições da metrópole brasileira. **Discursos Sediciosos – Crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, n. 15-16, p. 203-220, 2007.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012: homicídio de mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO, 2012.

WIEVIORKA, M. Violência hoje. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, supl., p. 1147-1153, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232006000500002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 2 mar. 2015.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3-17, jul./set. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300002. Acesso em: 12 maio 2015.

Texto submetido à Revista em 11.02.2017

Aceito para publicação em 12.06.2018



Batuque daqui, batuques de lá: olhares lançados sobre culturas africanas na diáspora

Batuque from here, batuques from there: looks about African cultures in the diaspora

Rodrigo de Souza Wanzeler - Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA). Docente do Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). E-mail: sir.wanzeler@gmail.com

João Aires de Freitas Leal - Doutor em Antropologia Social pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL). E-mail: joao.leal@fesh.unl.pt

Resumo

No presente artigo, intentamos, além de trazer reflexões que estabelecem o diálogo entre a Antropologia e a Literatura, relacionar dois contextos que nos parecem bastante pertinentes no que diz respeito a certos olhares acerca da manifestação do batuque africano, trazendo à tona, para além do olhar de Bruno de Menezes, materializado em seu livro de poemas intitulado *Batuque*, observações de intelectuais portugueses acerca da referida manifestação cultural. Tal ideia é fruto do estágio de doutoramento na cidade de Lisboa, em Portugal, sob a orientação do professor João Leal, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, realizado entre os meses de abril e julho de 2017.

Abstract

In the present article, we intend, in addition to bringing reflections that establish the dialogue between Anthropology and Literature, to relate two contexts that seem to us quite pertinent with regard to certain looks about the manifestation of the African batuque, bringing to light, beyond a look of Bruno de Menezes, materialized in his book of poems entitled *Batuque*, observations of Portuguese intellectuals about this cultural manifestation. This idea is the result of PhD internship in the city of Lisbon, in Portugal, under the guidance of Professor João Leal, Faculty of Social Sciences and Humanities, Universidade Nova de Lisboa, between April and July 2017.

Palavras-chave

Batuque. Bruno de Menezes. Brasil. África. Portugal. Diáspora.

Keywords

Batuque. Bruno de Menezes. Brazil. Africa. Portugal. Diaspora.

INTRODUÇÃO

Pensando a pesquisa tal qual uma rede de troca de informações e conhecimentos, encontramos em Lisboa textos que abordavam o contexto afro-português na década de 1930, mesmo período em que o livro *Batuque* chegava ao público no Brasil, e tais textos nos instigaram a sair em busca de outros arquivos. Nesse sentido, um dos escritos que mais nos chamara atenção foi o de Manuel Deniz Silva (2003). Neste texto, Silva, além de contextualizar a questão da musicalidade negra na capital portuguesa nos anos de 1920 e 1930, busca desvelar como a intelectualidade portuguesa lidava com tal sonoridade, em um período no qual o nacionalismo, potencializado pelo regime salazarista, estava a discutir severamente a relação de Portugal para com suas colônias, principalmente, em África.

Silva (2003) faz um breve apanhado que abrange desde a presença de uma cultura negra urbana em Lisboa, tendo o *Jazz* como o grande mote, até os ditos olhares sobre as colônias, em que a musicalidade dos africanos é ressaltada. O texto de Silva (2003) aponta para dois olhares completamente distintos sobre a música dos negros, um artístico e outro preconceituoso, mas que caminharam *pari passu* no contexto pós-Primeira Guerra Mundial e no início do regime ditatorial em 1926, até do Estado Novo português instaurado no ano de 1933.

Em se tratando do regime estado novista em Portugal e sua dinâmica de intervenção, Silva faz alusão, no que diz respeito às políticas culturais, à criação da revista *O Mundo Português*, a qual tinha como intenção “dar a conhecer os territórios do Império e divulgar a doutrina colonial portuguesa” (SILVA, 2003, p. 122). Esta foi a parte do texto que mais nos chamou atenção e também nos instigou em ir à busca da referida revista na íntegra. E foi o que fizemos. Saímos à procura de alguns dos números citados por Silva em seu texto, visto que havia neles discussões do batuque africano, daí nosso interesse. Então, fomos à Biblioteca Nacional de Portugal onde pudemos encontrar a revista pela qual procurávamos e suas edições que tratavam, além de outras coisas, do batuque em África.

Silva trata, em uma das partes do seu texto, do exotismo marcante nos escritos sobre batuque na revista em questão. A ilustração, feita pelo autor, com a citação de algumas passagens de observações inerentes à manifestação africana, levou-nos a buscar os textos integrais para obter uma visão mais geral no que diz respeito a esses olhares sobre a musicalidade da cultura de África.

1 TRAVESSIAS...

Assim como em Portugal, no Brasil, com suas peculiaridades, um discurso ambíguo pairava sobre as manifestações culturais de origem africana. Ao mesmo tempo em que grande parte do poder público brasileiro reprimia representações da cultura de matriz afro, como, por exemplo, com a ativa perseguição a cultos religiosos, por outro lado, a construção de outra perspectiva de identidade nacional ressaltava a importância do africano para a constituição do povo brasileiro.

No que diz respeito à revista já citada, para ilustrar o caso português, trazemos o intelectual Hugo Rocha, poeta e colonialista luso, o qual, embebido das memórias guardadas a partir das narrativas de uma África contadas pelo seu avô, publica na revista *O Mundo Português* o texto *Da coreografia negra: o sortilégio do “batuque” na paisagem africana* (ROCHA, 1935).

Rocha faz um passeio que vai desde memórias constituídas na infância até sua ida a várias localidades africanas. Tanto nas narrativas de seu avô quanto nos diversos locais a que o intelectual português conhecera, o batuque é a grande matriz representativa da cultura de África. Rocha inicia enfaticamente seu texto, deixando clara, na sua perspectiva, a impossibilidade de dissociação entre a África e seu batuque:

Haverá uma só pessoa que, ao pensar na África, não pense no *batuque*? Sinceramente, creio que não. Por quê? Difícil explicação. Talvez, porque a simples ideia da terra africana sugira exotismo e o exotismo não dispense os pretos e os pretos não se concebam sem *batuque* [...].

A verdade, contudo, é esta e só esta: Quem evoca a África evoca, conseqüentemente, o *batuque* [...] que é dos motivos africanos, o mais perturbante, o mais exótico, o mais notável, até (ROCHA, 1935, p. 23).

A partir de então, Hugo Rocha aborda as histórias narradas por seu avô, um “africanista entusiástico” que lhe contara suas peripécias vivenciadas em terras africanas, enfatizando que, segundo o autor, que na época tinha sete anos de idade, “o *batuque*, motivo central das narrativas de meu avô, era, também, o motivo central dessas paragens em pleno mato” (ROCHA, 1935, p. 24). Rocha se refere às paradas feitas pelos portugueses, entre eles seu avô, quando estes se embrenhavam nas matas africanas, passando diversos tipos de intempéries, as quais iam desde questões climáticas até o aparecimento de animais selvagens, mas também se dando a conhecer a cultura das localidades por onde passavam, sendo o batuque a manifestação que mais lhe chamara atenção ao longo dessas experiências.

Ao rememorar a infância, Rocha traz à tona, a partir de seu avô, a diversidade de batuques existentes, bem como o reconhece enquanto uma maneira de o africano agradar ao colonizador. Era “a gente dos povoados, querendo mostrar aos viandantes os primores coreográficos de que era capaz” (ROCHA, 1935, p. 24). Esta fala de Rocha nos chamou atenção e, como consequência, fez-nos lembrar dos escritos de Stuart Hall (2009) que, ao tratar das tradições da cultura negra em contexto diaspórico, faz uma reflexão acerca de três pontos importantes no que diz respeito ao repertório representativo do negro. Nesse sentido, Rocha (1935) não aborda os negros em diáspora, mas se pode perceber que as artimanhas utilizadas pelos negros são semelhantes às que Hall aborda em seu contexto, tendo o estilo, a música e o corpo enquanto matrizes de seu capital cultural.

Vou fazer três comentários incompletos que não darão conta dessas tradições, já que elas são pertinentes ao argumento que quero desenvolver. Primeiro, peço que observem como, dentro do repertório negro, o *estilo* – que os críticos culturais da corrente dominante muitas vezes acreditam ser uma simples casca, uma embalagem, o revestimento de açúcar na pílula – se tornou *em si* a matéria do acontecimento. Segundo, percebam como, deslocado de um mundo logocêntrico – onde o domínio direto das modalidades culturais significou o domínio da escrita e, daí, a crítica (crítica logocêntrica) e a desconstrução da escrita –, o povo da diáspora negra tem, em oposição a tudo isso, encontrado a forma profunda, a estrutura profunda de sua vida cultural na música. Terceiro, pensem em como essas culturas têm usado o corpo como se ele fosse, e muitas vezes foi, o único capital cultural que tínhamos. Temos trabalhado em nós mesmos como telas de representação (HALL, 2009, p. 324).

Nessa linha, dialogando com Hall, trazemos a continuação da última citação de Rocha (1935), explicitada anteriormente, na qual o português afirma que aquelas coreografias eram o “que constituíam a sua melhor e mais perfeita expressão de hospitalidade, que eram o seu costumado cartão de visita, mobilizava, para deleite dos que jornadeavam, as mais belas raparigas da periferia e os mais experimentados tocadores do gentio da vizinhança” (ROCHA, 1935, p. 24). Isto é, danças, mulheres bonitas, bons músicos, agradavam aos olhares fetichistas do colonizador luso.

Outra marca do texto-memória-vivência de Rocha (1935) que nos chamara atenção, ao final da primeira parte, é a presença de algumas expressões as quais denotam o verdadeiro caráter que as viagens de seu avô possuíam. A “melopecia bárbara”, o “baile selvagem” (ROCHA, 1935, p. 25) e o escancarado exotismo

expresso e impresso na escrita memorialística do autor desvelam a necessidade de se civilizar as gentes de África. Aquilo que o menino Hugo Rocha aos sete anos enxergava como aventuras, peripécias vividas pelo velho avô português, era, de fato, parte do projeto colonizador de Portugal em buscar, entre outras coisas, desanimalizar os pretos.

Na segunda parte, Rocha escreve acerca de uma África a partir de sua chegada neste continente. Fala de diversos lugares e de seus variados tipos de batuque imprimindo em seu discurso as influências de seu avô, desvelando, apesar do deslumbre, ainda, todo um estranhamento para com a cultura africana. Rocha narra dessa maneira sua chegada:

A realidade, sucedendo-se à fantasia, impondo-me certeza à imaginação, decuplicou o encantamento, em vez de o limitar, de o diminuir. Aqui e ali, foi como se revisse coisas e lugares que tinha, na memória, por detrás de uma cortina desbotada e puída. E ao pôr pé em terra africana, a primeira impressão forte, o primeiro grande abalo moral eram-me dados pelos requebros do *batuque*, sincopados de sons, lânguido e coleante de trejeitos, exótico e esquisito de significado. O *batuque*...O *batuque*...Quanto vos poderia contar! (ROCHA, 1935, p. 26, grifos do autor).

Daí, uma gama de locais e seus respectivos batuques emergem dos escritos de Rocha. Desde o batuque elegante do Príncipe ou de São Tomé, até os “mais selvagens” e “mais africanos” batuques de Angola (ROCHA, 1935, p. 26).

Na terceira e última seção do texto, em síntese, Rocha traz o total encantamento sentido com os batuques provenientes de Moçambique, os quais são, para o intelectual, os “mais suntuosos, mais significativos, mais africanos” (ROCHA, 1935, p. 26).

Nesse texto, situado historicamente em um período de erguimento de regimes totalitários ao redor do globo, no caso português com a latência do regime salazarista, a visão estigmatizada sobre o negro é predominante. Rocha (1935) transparece por meio de sua pena a voracidade colonial do branco português em pleno século XX, a qual, ainda, fetichiza, animaliza e selvageriza o outro presente em África. Essa escrita reafirma a colonialidade do poder, do ser e do saber. Isto nos traz à mente as reflexões de Aymé Césaire (1978), em seu *Discurso sobre o Colonialismo*, acerca da relação colonizador x colonizado, nas quais o autor destaca que este animalizar o “outro”, finda por ser, numa perspectiva especular, a animalização de si mesmo.

Outro ponto relevante a ser destacado é a aparente atmosfera de harmonia presente neste escrito por nós elucidado. Por se tratar de uma revista que lidava, entre outras coisas, com a arte e a literatura proveniente das colônias, *O Mundo Português* e, em particular, o texto de Hugo Rocha (1935) findam por eufemizar o real sentido das investidas portuguesas em África, apagando os conflitos existentes na relação colonizador x colonizado, humanizando o português – o qual enfrenta diversos entraves, sejam eles climáticos ou relacionados à fauna africana, mas que se dá a conhecer e a divulgar a cultura dos negros –, assim como, animalizando estes negros, externando desta maneira a necessidade de manutenção da intervenção portuguesa nessas paragens a fim de civilizar aquelas pessoas. Esse é um claro e típico reforço às teorias sobre a evolução humana¹, difundidas fortemente ao longo da segunda metade do século XIX, como justificativa das grandes potências econômicas desse período para a opressão dos povos não europeus, especialmente de África, Ásia e Oceania, no período neocolonialista. Nesse sentido, Portugal, velha potência dos tempos coloniais, busca o soerguimento de seu *status quo* à custa das velhas colônias africanas, principalmente.

2 O RUFAR DO BATUQUE...

Nesse enredo, a partir daqui, trazemos à baila o texto *Batuque* (1931)², de Bruno de Menezes (Belém/1893 – Manaus/1963), a fim de, justamente, perceber, de maneira comparativa como a manifestação do batuque, bem como a cultura de matrizes africanas, são evidenciadas na obra do escritor paraense, sendo a mesma representativa não apenas aos estudos literários, mas também para os estudos antropológicos, neste contexto.

Bruno inicia o livro com um texto bastante representativo para este estudo, um poema que leva o título do livro, *Batuque*. Observe-se a seguir:

- (1) — “Nêga qui tu tem?
 — Maribondo Sinhá!
 — Nêga qui tu tem?
 — Maribondo Sinhá!”³

¹ Em fins do século XIX, teorias evolucionistas de Morgan, Frazer e Tylor (dos três, foi o que elucidou de maneira mais vivaz o termo cultura), traziam respostas às perguntas acerca da diferença entre os diversos povos, hierarquizando a sociedade em estágios: a selvageria, a barbárie e a civilização, pautando-se no chamado determinismo biológico (ERIKSEN; NIELSEN, 2010).

² Ano da publicação da primeira edição de *Batuque*. Porém, utilizamos no presente artigo a edição de 1993, pertencente à coletânea *Obras Completas – Obra Poética*.

³ Estes motivos, trechos musicais numerados ao longo do texto, foram compostos pelo paraense Gentil Puget para este poema de Bruno de Menezes (1993, p. 216).

CANTIGA DE BATUQUE — (Motivo)

RUFA o batuque na cadência alucinante
— do jongo do samba na onda que banza.
Desnalgamentos bamboleios sapateios, cirandeios,
cabindas cantando lundus das cubatas.

Patichouli cipó-catinga priprioca,
baunilha pau-rosa orisa jasmin.
Gaforinhas riscadas abertas ao meio,
crioulas mulatas gente pixaim...

(1) — “Nêga qui tu tem?
— Maribondo Sinhá!
— Nêga qui tu tem?
— Maribondo Sinhá!”

Sudorancias bunduns mesclam-se intoxicantes
no fartum dos suarentos corpos lisos lustrosos.
Ventres empinam-se no arrojo da umbigada,
as palmas batem o compasso da toada.

(2) — “Eu tava na minha roça
maribondo me mordeu!...”

Ó princesa Izabel! Patrocínio! Nabuco!
Visconde do Rio Branco!
Euzébio de Queiroz!

E o batuque batendo e a cantiga cantando
lembram na noite morna a tragédia da raça!

Mãe Preta deu sangue branco a muito “Sinhô moço”...

(3) — “Maribondo no meu corpo!
— Maribondo Sinhá!

Roupas de renda a lua lava no terreiro,
um cheiro forte de resinas mandingueiras
vem da floresta e entra nos corpos em requebros.

(1) — “Nêga qui tu tem
— Maribondo Sinhá!
— Maribondo num dêxa
— Nêga trabalhá!...”

E rola e ronda e ginga e tomba e funga e samba,
a onda que afunda na cadência sensual.
O batuque rebate rufando banzeiros,
as carnes retremem na dança carnal!...

(3) — “Maribondo no meu corpo!
— Maribondo Sinhá!”
— É por cima é por baxo!
— E por todo lugá!” (MENEZES, 1993, p. 215-216).

O que nos atrai, primeiramente, o olhar ao ter contato com este texto de Bruno é, de fato, a forte musicalidade presente nos versos. Uma festa de sonoridade que extrapola a cantoria presente entre uma estrofe e outra, e que denota a forte representação que a música possui para o povo negro, a qual chama a atenção também dos que mantêm pouco contato com a manifestação do batuque, como no caso do texto português por nós explicitado há pouco.

A ausência de vírgulas ao longo das estrofes, excetuando-se o final de alguns versos, cria uma atmosfera que leva o leitor ao centro de uma grande batucada, por meio de uma leitura em ritmo acelerado, como se cada sílaba de cada verso fosse uma verdadeira onomatopeia das pancadas recebidas pelo tambor.

Não é de se estranhar esse caráter musical da poética de Bruno de Menezes, intelectual fortemente influenciado pela estética simbolista ao longo

de sua vida literária, estilo que trazia como máxima “a música antes de todas as coisas”. Somado à marca do Simbolismo, o movimento modernista também, digamos, realçou a musicalidade da escrita de Bruno em seu *Batuque* (1931), uma obra sinesteticamente moderna. Vale lembrar que durante a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, um dos nomes com participação mais incisiva foi o do músico Heitor Villa-Lobos, acerca do qual Ferreira (2011, p. 214) afirma que “buscava a valorização do país utilizando elementos da cultura popular, não como elemento exótico, mas como parte da composição”. Ou seja, Bruno de Menezes estava perfeitamente inserido em um contexto no qual a diversidade cultural estava a ser observada, em parte, sob outras perspectivas, principalmente no que diz respeito ao aspecto artístico.

Para além da questão da pontuação, – ou da falta dela – a qual concede toda uma cadência ao poema, destacamos também a presença no texto de elementos bastante inerentes à cultura afro-brasileira presente na Amazônia paraense, os quais vão desde danças, como o samba e o lundu, sendo que, de acordo com Costa (2012, p. 383), “desde o início da década de 1930, o samba despontava como o estilo musical mais popular do país, sucedendo a preferência popular do início do século por maxixes, tangos e boleros”; passando pelas plantas aromáticas presentes nas tradições indígenas – “patchuli”, priprioca, orisa, cipó-catinga etc. – até a citação de nomes que, historicamente, fazem (ou fizeram) parte do contexto escravocrata no Brasil no século XIX – Princesa Isabel, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Eusébio de Queiroz e Visconde do Rio Branco.

Ressaltamos também as marcas da oralidade presente nos motivos (cantigas) entoados ao longo do poema, trazendo à tona, junto com alguns dos elementos acima realçados, fortes aspectos da cultura popular, da linguagem cotidiana daqueles sujeitos, intrínseca aos seus modos de vida, das tradições e memórias dos povos de África. Nesse enredo, pensamos ser importante dizer que o aspecto oral é marcante no que diz respeito à história do continente africano.

Hampaté Bâ (2010) trata a oralidade enquanto fundamental para a compreensão da historiografia e do espírito africanos, pois segundo o autor, quaisquer tentativas de conhecimento acerca da realidade em África que não baseie na oralidade não terá validade, pois foram as transmissões de boca em ouvidos que geraram e conformaram uma gama de saberes a partir daquele continente. O malinês assevera que, de acordo com o que conhece das “tradições africanas, a palavra falada se empossava, além de um valor moral fundamental,

de um caráter sagrado vinculado à sua origem divina e às forças ocultas nela depositadas” (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 169). *Batuque*, no geral, carrega consigo, também por meios das marcas da oralidade, muito do universo mágico-religioso africano, condizendo com a afirmação de Hampaté Bâ, visto que a própria palavra “batuque” já traz em si um enorme peso ritualístico que fora captado pelo poeta jurunense.

Há um outro ponto nesse poema, para nós, importantíssimo, o qual diz respeito à questão da sensualidade ressaltada por Bruno de Menezes, pois, diferentemente do texto presente na revista *O Mundo Português* – destacado anteriormente, no qual a dança sensual e o batuque em si, faziam parte de um grande rito selvagem para o olhar do branco luso, no qual os pretos e as pretas, instintivamente, ao ouvir os primeiros rufares de tambor iniciavam o remexer de seus corpos –, no texto de Bruno há um aspecto corporal que é, no contexto poético, inerente ao povo de África. O negro é sensual não por ser selvagem, e sim o é simplesmente por ser negro, característica essa que é marcante ao longo de outros textos do livro. Isso é algo que pode, à primeira vista, ser observado enquanto estereotipado, devido ao próprio exotismo criado pelo branco europeu sobre o negro, mas que na verdade e para além, junto a outros elementos, identifica culturalmente mulheres e homens afro-brasileiros naquela conjuntura experienciada por Bruno de Menezes.

Nesse sentido e seguindo a esteira de Santos (2007), a sensualidade presente no *Batuque* “aparece em dois sentidos: uma atmosfera lúbrica; mas também um forte apelo aos sentidos, através da musicalidade e do inebriamento das imagens, dos cheiros, dos sabores e do calor dos corpos e do ambiente, como meio de se estimular o desejo” (2007, p. 04). Sendo assim, Bruno de Menezes segue, como forma de resistência, uma linha de desconstrução da poética tradicional e de construção identitária que visibiliza o negro enquanto constituidor de uma, digamos, perspectiva outra em relação à formação cultural do povo brasileiro. Esta foi uma tendência da literatura nas primeiras décadas do século XX, em especial com a eclosão do movimento modernista.

O poema por nós trazido desvela a festa, a sensualidade, o batuque enquanto fuga, cantoria de liberdade, mas que não deixa esquecer o passado trágico. Nessa linha, o livro *Batuque* é, sem dúvidas, o descortinar do dia a dia do negro, é o afro-brasileiro amazônico em sua lida cotidiana, tanto que outros elementos desse saber-fazer também estão presentes na obra, como, por exemplo, a questão do trabalho. Observe-se o trecho do poema *Gente de Estiva*:

O navio está aí ancorado no cais.
 Comeu do mar grosso
 jogou no oceano
 a carga que trouxe botou nos galpões.

[...]

Fazendo lingadas
 de sacos e fardos
 trazendo caixotes barricas pranchões,
 que o braço de ferro
 dos altos guindastes
 arreia de cima aos fundos porões

A gente da estiva
 na lida afanosa
 Parece escuras formigas troncudas.

[...]

A gente da estiva,
 camisa suada
 estômago murcho
 como se fizesse trabalho forçado
 recolhe o carrinho
 pra outras lingadas
 sem ter o direito até de fumar! (MENEZES, 1993, p. 260-261).

A lida dos negros estivadores, evidenciada e denunciada na poética de Bruno de Menezes, dialoga fortemente com a própria história do Porto de Belém, inaugurado no começo do século XX. Sob esse viés, pensamos que seja deveras importante elucidar um pouco do aspecto histórico para, dessa maneira, desvelar os atravessamentos existentes nos escritos de Bruno em *Batuque*, um poeta da cotidianidade de si, do “outro” e do nós. Nesse sentido, trazemos Lima (2013) para ilustrar brevemente acerca da relação do negro com o trabalho no Porto. A autora afirma que:

A inauguração do Porto do Pará, cuja cerimônia pomposa foi descrita em detalhes, teve outro lado não alvejado pela imprensa naquele momento: os trabalhadores empregados naqueles serviços. Para alcançar a desejada substituição dos “lúgubres trapiches negros” pela “branca linha do cais” de uma área portuária marcada pela movimentação de pessoas diversas e de

marcante presença de negros desde o tempo da escravidão, foi necessário trazer trabalhadores de outros lugares (LIMA, 2013, p. 125).

E continua: “eram negros em meio aos desejados imigrantes brancos, em contexto no qual se buscava apagar os sinais de um passado morto” (LIMA, 2013, p. 125). Passado morto para uma elite branca a qual queria expurgar da memória os tempos da escravidão, os quais não condiziam com os ares de progresso e modernidade que pairavam sobre aquela Belém ainda bellepoqueana, em relação ao excerto supracitado, a qual, mesmo após o declínio do comércio gomífero, buscava ainda exalar um certo aroma francês sobre sua paisagem.

Na contramão de um discurso elitista, Bruno sentira na pele a dura faina desde muito jovem, quase uma criança, com exatamente onze anos de idade, quando iniciara seu trabalho de aprendiz de encadernador, sendo diversas vezes castigado ao não cumprir suas tarefas com êxito esperado pelo gerente da livraria na qual trabalhava. Notamos que, mesmo em uma conjuntura pós-abolição, há em alguns versos desse poema expressões – “como se fizesse trabalho forçado”; “ser ter direito até de fumar” – as quais desvelam essa memória de privação experienciada pelos negros, mas que ainda era muito comum nas primeiras décadas do século XX, sob uma outra forma de exploração da mão de obra dos afro-brasileiros.

O trabalho de negros escravos no antigo Porto de Belém, ao longo do século XIX, era algo comum, porém bastante relacionado aos ditos escravos de ganho – de acordo com o antropólogo Vicente Salles (1971, p. 174), eram negros que trabalhavam, também, fora da casa de seus donos, geralmente como ambulantes e com o carregamento de mercadorias. Salles (1971, p. 175) traz essa realidade à tona e afirma que “entre os negros de ganho, destacou-se um grupo especialmente dedicado ao carroto de objetos”. E continua dizendo que, entre outras coisas, eram “carregadores empenhados no desembarque de bagagens dos passageiros dos navios chegados ao porto de Belém” (SALLES, 1971, p. 175). Ou seja, desde os tempos da escravidão, como historiciza Salles (1971), à pobre liberdade, tal qual observa Lima (2013) e Bruno de Menezes (1993) denuncia, os negros se faziam presentes, com sua força de trabalho, na zona portuária da capital do Pará.

Nesse sentido, Bruno de Menezes (1993) traz em seu *Batuque*, também, poemas que tratam de vícios, observados, no contexto poético, como uma espécie de fuga da dura realidade vivida, como no trecho a seguir de *Cachaça*:

Ó negro arrancado ao torrão congolense!

Tocaste urucungo nos brigues corsários,
Dançaste de tanga batuques e jongos
À força de peia
Fingindo alegria!
Foste quem plantou partidas de cana
Na terra da América,
Que o engenho ainda hoje mastiga rangendo.

Surrado vendido
Mas tendo na alma
Seu santo Orixá.
Sem nunca esqueceres a selva do Congo,
Os verdes coqueiros os teus bananais,
Fizeste o açúcar o mel a cachaça
Que esquenta teu sangue,
Que te dá coragem.

Cachaça é a tua vida,
Tua festa teu mundo,
Saúde remédio até valentia.
Coleira de ferro,
“bacalhau”, palmatória,
Tu nada sentias tomando da “pura”.

[...]

Cachaça é teu céu
Onde tem assento
Ogum Omolu Oxóssi Oxum.
Toda tua crença de alma sofrida
Tu sentes no peito
Louvando a “caninha”.
[...] (MENEZES, 1993, p. 245-248).

O primeiro verso já carrega o aspecto diaspórico do negro tirado de seu lugar e levado para uma cultura outra, a vivenciar outra dinâmica ou, como afirma Frantz Fanon (2008, p. 104), “De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica [...], seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta”, daí o surgimento de um complexo de inferioridade dos negros colonizados, visto que, para Fanon, os mesmos tiveram sua cultura original sepultada, porém, acrescentamos, não fora esquecida, seguindo viva nas memórias e tradições advindas do outro lado do Atlântico.

Nesse enredo, Paul Gilroy (2012) trata da diáspora enquanto algo distinto de outras significações para o termo visto que, para o autor, a questão relacional na perspectiva diaspórica não é observada como uma via de mão única, tratando somente das reminiscências africanas, suas misturas e suas influências. Para Gilroy este olhar “surge depois que a lógica cultural da combinação, do tangenciamento e da complementaridade foi estabelecida por escritores entre os quais os historiadores e antropólogos do “sincretismo” brasileiro foram [...] proeminentes” (GILROY, 2012, p. 21). Isto é, sem desvalorizar aspectos que remetem à sobrevivência cultural de África em outros lugares, o intelectual potencializa o fato de que as relações estabelecidas se dão por meio de um trânsito caótico, de idas e vindas, em que a ideia de desterritorialização é mister para o estabelecimento de um novo conceito de cultura.

Pensamos ser válido destacar que Gilroy (2012), ao falar conceitualmente em diáspora, pensa a partir de um contexto pós Guerra Fria, porém, é possível, à luz, também, dos preceitos do autor, fazer analogias com outros períodos tão importantes e marcantes quanto o marco por ele utilizado e assim, de maneira similar, abalar “a mecânica cultural e histórica do pertencimento” (GILROY, 2012, p. 18), pondo a questão identitária em conflito ao se contrapor a ideais essencialistas. Sob essa ótica, Gilroy (2012) dialoga intensamente com Stuart Hall (2009), o qual crê que o conceito de diáspora, em geral, está baseado em um binarismo *eu x outro*, porém, necessita de ser observada por uma noção derridiana de diferença, a qual “não funciona através de binarismos, fronteiras veladas que não separam finalmente, mas são também *places de passage*”⁴ (HALL, 2009, p. 33).

Nesse sentido, Bruno de Menezes (1993) é sagaz quando, ao fazer uma ode à cachaça, narra poeticamente o seu percurso diaspórico entremeando a história

⁴ Local de passagem ou cruzamento.

da bebida e a dos negros. Da vinda para a América, à plantação nos canaviais, à utilização nos rituais e batuques e ao uso em meio ao trabalho na estiva, o poeta trata da cachaça enquanto parte do modo de vida dos africanos e afro-brasileiros ao longo do tempo, simbolizando o trabalho árduo, mas também tática de resistência, além de uma espécie de lazer para negros, independentemente de sua condição.

3 (DES)APORTANDO...

Bruno e seu *Batuque* desvelam o cotidiano do negro, não de modo localizado, específico, e sim, o poeta universaliza saberes, fazeres, experiências, trocas, resistências, isto é, interculturalidades⁵ por meio de uma escrita que é, também, polifônica, a qual desconstrói, modernamente, estruturas de escritas vigentes, alternando vozes poéticas, revelando outras perspectivas artísticas e sociais. Nesse sentido, o poeta jurunense exerceria, para nós, em alusão aos dizeres de Edward Said, pois “o papel simbólico do escritor como um intelectual que testemunha a experiência de um país ou de uma região, dando a essa experiência, portanto, uma identidade inscrita para sempre na agenda discursiva global” (SAID, 2003, p. 29).

Nessa perspectiva, retomando o texto do português Hugo Rocha (1935), há uma diferença crucial entre este e o escrito de Bruno: o *locus* de enunciação. O primeiro traz consigo a perspectiva moderna em que a necessidade de civilizar o outro é latente, mesmo no século XX, fruto da perspectiva colonizadora que fora retomada por Portugal entre as décadas de 1920 e 1930, principalmente em parte da África. Em Bruno de Menezes, com *Batuque* (1931), a modernidade é outra. Sua poética, além de possibilitar um ecoar de vozes até então negligenciadas, traz consigo, por meio da memória, um histórico de privações, opressão, ritos e reivindicações, porém, não como o digno representante da cultura afro-brasileira, não com autoridade, e sim alteridade, enquanto mais um negro que teve trajetórias de vida deveras difíceis, mas o qual conseguiu, principalmente, por intermédio do veio artístico trazer à tona seu discurso denunciativo, descortinando uma rotina marginalizada, a qual fora experienciada pelos negros desde os tempos

⁵ Utiliza-se o termo interculturalidade aqui no sentido em que é observado por Canclini (2009) e que, para ele, vem a ser o que mais desvela e questiona as falsas certezas oriundas do etnocentrismo ou dos encaixotamentos disciplinares. A cultura seria, então, um instrumento de resistência para transformar os fluxos globalizantes e as dinâmicas locais, eliminando assim conceitos que trazem à tona o essencialismo e as representações elitizadas e o eruditismo.

da escravidão e que continuara sob outras formas. Bem como, nesse sentido, foi capaz de valorizar heranças, tradições e reinvenções de Áfricas na diáspora por terras amazônicas.

Sob essa perspectiva, enriquecemos esta conclusão do artigo com os escritos de Bernardino-Costa e Grosfoguel, os quais dialogam com a postura assumida por Bruno de Menezes e seu *Batuque*.

Afirmar o *locus* de enunciação significa ir na contramão dos paradigmas eurocêntricos hegemônicos que, mesmo falando de uma localização particular, assumiram-se como universais, desinteressado e não situados. O *locus* de enunciação não é marcado unicamente por nossa localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial, mas é também marcado pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo (BERNARDINO-COSTA; GROSGOQUEL, 2016, p. 19).

Nesse enredo, Bruno, ainda na década de 1930, exerce um papel interessante no que tange a um literato engajado, o qual fez de sua obra uma arma ante a opressão, o que Said diz ser, sob um enfoque pós-colonial, uma forma de o “escritor seguir assumindo cada vez mais atributos oposicionistas em atividades como a de dizer a verdade diante do poder, ser testemunha de perseguição e sofrimento” (SAID, 2003, p. 29).

Sendo assim, *Batuque* é, sobremaneira, a materialização de uma poética que é também etnográfica, chamamos aqui de uma *antropoética*, a qual, para nós, além de artística, é ética e política. Nesse enredo, observando tal livro sob o prisma antropológico de que o encontro com o outro é inevitável, afirmamos que o “outro” de Bruno em sua obra é, de fato, ele mesmo com rosto e voz em individuação, com um Eu que se desdobra em alteridades e em teias culturais. Assim, parafraseando o título de uma das mais relevantes obras do antropólogo Clifford Geertz (2009), *Batuque* é obra e vida de Bruno de Menezes.

REFERÊNCIAS

- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOQUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016.
- CANCLINI, N. G. A globalização da antropologia depois do pós-modernismo. *In*: CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Trad. Luiz Sérgio Henriques. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 129-149.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

COSTA, A. M. D. da. Festa e espaço urbano: meios de sonorização e bailes dançantes na Belém dos anos 1950. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 381-402, 2012.

ERIKSEN, T. H.; NIELSEN, F. S. **História da Antropologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad.: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, E. G. Literatura, música erudita e popular no modernismo brasileiro. *In: FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA EM ARTE*, 7. 2011, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Embap, 2011. p. 210-221.

GEERTZ, C. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009.

GILROY, P. **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência. Trad.: Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Editora 34/Universidade Cândido Mendes; Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad.: Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: UFMG, 2009.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. *In: KI-ZERBO, J.* (ed.) **História geral da África I**. Metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167-212.

LIMA, M. R. C. P. **Barbadianos negros e estrangeiros: trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MENEZES, B. de. **Obras Completas**. Belém: SECULT, 1993. (Obra Poética, v. 1).

ROCHA, H. Da coreografia negra. O sortilégio do “batuque” na paisagem africana. **O Mundo Português**, Lisboa, v. 2, n. 13, p. 23-27, jan. 1935.

SAID, E. O papel público de escritores e intelectuais. *In*: SAID, E. **Cultura e política**. Trad.: Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 29-41.

SALLES, V. **O negro no Pará**. Sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Universidade Federal do Pará, 1971.

SANTOS, J. de S. **Identidade e erotismo em Batuque, de Bruno de Menezes**. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SILVA, M. D. Os sons de África nos primeiros anos do Estado Novo: entre exotismo e “vocação imperial”. **Revista Portuguesa de Musicologia**, Lisboa, n. 13, p. 113-143, 2003.

Texto submetido à Revista em 27.11.2018
Aceito para publicação em 24.02.2019



As invenções da guerra: reflexões sobre um jogo carnavalesco

The inventions of war: reflections on a carnival play

Luíza Dias Flores – Doutora em Antropologia Social, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional/UFRJ). Professora substituta na Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: ldiasf@gmail.com.

Resumo

Esse artigo recupera alguns dados da minha dissertação de mestrado para apresentar um jogo singular, chamado “guerra”, que acontece na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, protagonizado pelas tribos carnavalescas, que existem desde a década de 1950 e eram as principais atrações do carnaval da cidade. Hoje, contudo, existem apenas duas, “Os Comanches” e “Os Guaianazes”. O trabalho etnográfico que aqui apresento acompanha os processos criativos da tribo “Os Comanches” durante o carnaval de 2012. Pretendo apresentar como o jogo, a guerra, funciona enquanto um dispositivo de invenção de elementos considerados “afro” e “indígenas”, elementos esses que só existem em relação entre si.

Abstract

This article recovers some data from my master's dissertation to present a singular play-ritual, called “war”, that takes place in the city of Porto Alegre, in Rio Grande do Sul, starring carnival tribes, which have existed since the 1950s and were the main attractions of the city's carnival. Today, however, there are only two, “The Comanches” and “The Guaianazes”. The ethnographic work that I present here accompanies the creative processes of “The Comanches” tribe during the carnival of 2012. I intend to present how the play-ritual, war, works as a device for the invention of elements considered “afro” and “indigenous” elements, which only exist in relation.

Keywords

Jogo. Tribos Carnavalescas. Carnaval. Afroindígena.

Palavras-chave

Play. Carnival Tribes. Carnival. Afroindigenous.

INTRODUÇÃO

Trato aqui das tribos carnavalescas em Porto Alegre, grupos que, desde a década de 1940, se vestem de índios norte-americanos para fazer o carnaval e se autodenominam “índios” e “guerreiros”. As tribos carnavalescas são conhecidas pela bibliografia sobre o carnaval gaúcho como “remanescentes do carnaval afro-indígena da cidade”, porém há raríssimos trabalhos dedicados exclusivamente a elas e, aqueles que as citam, tratam de sua importância histórica no carnaval do estado. Fato é que não há trabalho que se dedique a apresentar como as tribos contemporâneas se produzem “indígenas”¹ no carnaval de Porto Alegre, questão que tentei desenvolver ao longo de seis meses de trabalho de campo no bairro São José, periferia de Porto Alegre, onde está situada a sede de “Os Comanches”, também denominada Taba de Urupá. Realizei entrevistas, observações, e, sobretudo, tive uma convivência intensa com os comancheiros, majoritariamente moradores do bairro São José.

Se entre os anos 1940 e 1950 existiram cerca de 17 tribos, hoje resistem apenas duas, “Os Comanches” e “Os Guaianazes”. Em especial, trabalho com a tribo “Os Comanches”, fundada em 1959, cujo nome foi escolhido em referência à tribo da América do Norte, divulgada para os “índios carnavalescos” por meio de gibis e filmes de faroeste. Como me disse o “cacique” da tribo, gostavam de admirar “aqueles guerreiros fortes e fantasiados”. Trato, aqui, de um jogo que acontece anualmente no carnaval da cidade de Porto Alegre (RS), chamado “guerra”. O conceito de jogo, aqui, funciona como um tempo-espço que “implica relações e não é apenas explicado por elas” (GEIGER, 2006, p. 38).

Interessam-me os processos de articulação e desarticulação envolvidos na produção da “guerra”, onde o ritual não serve a uma integração, mas onde integração e desintegração são dois processos comunicativos concomitantes. A “guerra” é pautada pela rivalidade existente entre as duas tribos restantes: “Os Comanches” e “Os Guaianazes”. Essa rivalidade se estende para além do ritual, mas é contrabalançada por um forte vínculo de interdependência entre ambos. Se uma tribo desiste de guerrear, a outra, inevitavelmente, também deixará de existir.

¹ Ainda assim, é fundamental ressaltar que a presença indígena na literatura sobre o carnaval aparece desde os folcloristas, como Guerra-Peixe, Katarina Real, Mário de Andrade, Câmara Cascudo, aos trabalhos mais recentes. Destaco alguns sobre Blocos de índio no Rio de Janeiro (ver PEREIRA, 2002) e na Bahia (ver RISÉRIO, 1981; GODI, 1991; SILVA, 2004), sobre os Caboclinhos (ver SANTOS, 2008; ACSELRAD, 2017) e Maracatus (ver SILVA, 2018) no Recife, e outras tantas manifestações nos carnavais brasileiros (ver ALMEIDA, 1961).

Dessa forma, as relações de rivalidade e interdependência são concomitantes e produzem a continuação das “guerras”.

Descrevo uma forma muito particular de fazer o carnaval, um carnaval “de índio”, cuja rivalidade² é a principal característica. É interessante perceber que a “guerra” dos “índios” ocorre por meio da produção artística e não carrega como correlato a paz. Não visa, portanto, nenhuma forma de integração completa entre as partes em disputa. Tomo a “guerra” dos “índios carnavalescos” como um jogo, definido por Bateson (1991), que ocorre na avenida e é experienciado a partir de dois níveis de abstração – o jogo, vivido como “território” (como coisa em si), e o jogo vivido como “mapa” (como metáfora)³. O que separa um do outro é um marco de referência, pautado por um espaço-tempo do carnaval (os dias de desfile e o local onde esse ocorre).

“Jogo”, para Bateson (1991), é uma sequência de interações cujos sujeitos envolvidos percebem que os signos com que se metacomunicam são sinais. Sabem que a “guerra” não é a batalha indígena, muitas vezes documentada pelos etnólogos e romantizada pelos nossos escritores, ela é entendida com “mapa”, e não como “território”. Porém, diz Bateson:

Se segue, por consequência, que o marco do jogo tal como se emprega aqui enquanto princípio explicativo supõe uma combinação especial do processo primário e do secundário. Mas isso guarda relação com o dito, anteriormente, quando se sustentou que o jogo marca um passo adiante na evolução da comunicação, o passo crucial no descobrimento das relações mapa-território. No processo primário, o mapa e o território se identificam; no processo secundário, podem ser discriminados. No jogo, se identifica e se discrimina tais processos (BATESON, 1991, p. 137, tradução nossa).

No início do meu trabalho de campo era comum os comancheiros apresentarem a “guerra” a partir dos aspectos de “mapa” do jogo, ou seja,

² Aqui é importante outro adendo. A rivalidade é fato constituinte de uma série de manifestações carnavalescas no Brasil e também em outros contextos rituais. Não caberia aqui fazer um resgate dessa discussão. O interessante, contudo, é pensar como a rivalidade toma forma e se manifesta entre os sujeitos dessa pesquisa.

³ Impõe-se o problema dos “mapas” e “territórios” abordados por Bateson (1991), ou da relação entre *Pleroma* e *Creatura*. Para o autor, *Pleroma* é os mundos das “coisas em si”, do território, causado por forças e impactos, e não contém descrições. *Pleroma* pode ser usado como sinais ou pode ser descrito, mas ele, por si só, nada faz. *Creatura* é o mundo das relações, das ideias e da comunicação (verbal e pré-verbal). *Pleroma* e *Creatura* são instâncias imbricadas uma na outra: só sabemos da existência do *Pleroma* a partir da *Creatura*, a partir de metáforas e, ao mesmo tempo, a *Creatura* só existe no interior de um *Pleroma*: ambos se afetam mutuamente. A questão que nos interessa a partir das ideias de Bateson é que a produção de conhecimento passa por uma comparação de diferenças, metáforas (informações), e não entre “coisas em si” (BATESON, 1991, 1989).

falavam que o padrão de comportamento posto na “guerra”, a rivalidade, existia apenas na avenida e que as tribos “se davam bem” para além do carnaval. Como se houvesse uma realidade externa ao jogo em que a rivalidade entre as tribos não se encontra. Porém, o próprio marco de referência é posto em questão, principalmente quando afirmam, assim como ouvi do cacique, de que “carnaval é todo o ano”. Da mesma forma, em diversas situações em que certos sujeitos da tribo rival não eram bem-vindos em território comancheiro e vice-versa. As fronteiras da realidade do jogo tornam-se porosas. É essa porosidade que a “guerra” resguarda, pois o interessante do jogo é que ele agrega, em verdade, esses dois níveis de abstração que existem em um constante processo de identificação e discriminação, onde o jogo é mapa e é território.

Neste artigo apresentarei aspectos centrais na construção do jogo-ritual “guerra”. Para que ele exista, os guerreiros desenvolvem uma série de metaforizações, invenções, entre elementos considerados “afros/negros” e elementos considerados “índios”; metaforizações essas que alimentam a rivalidade entre os “índios” e fazem com que a “guerra” aconteça. Concebo a invenção, e, portanto, a transformação que produz, como constituinte do modo de conhecer e pensar do humano. A invenção nada mais é do que a forma da experiência e entendimento humano e, assim, pode ser concebida em um sentido menos denunciatório – com o intuito de atestar “falsidade”, como se fossem engendradas por interesses estratégicos, não correspondendo à história “real” que diz respeito a um dado grupo. Se pensada com Roy Wagner (2010), a invenção, e a dialética que lhe dá forma – a relação entre modo de simbolização convencional e modo de simbolização diferenciante –, torna-se uma condição da “cultura”, tal como inventamos o outro a partir de nossa própria criação do conceito de “cultura”⁴.

⁴ Para Wagner (2010, p. 81), o significado é contingente às formas simbólicas e pode somente ser invocado por meio de símbolos, baseados no princípio da simbolização. O processo de invenção é da ordem de sucessivas metamorfoses simbólicas e é baseada na criatividade que engendra. Com isso, pontua que a “cultura” existe a partir de dois modos de simbolização, denominados por ele como convencional e diferenciante. A primeira relaciona signos dentro de um determinado padrão, uma vez que fornece uma “base relacional *coletiva*”. Tal simbolização convencionaliza associações e permite que os símbolos sejam compartilhados, fornecendo a base comunicacional dos sujeitos. Ou seja, os símbolos convencionais coletivizam. Isso não implica em dizer que existem significados primários ou originários, pois os significados são produtos das relações e são constantemente estendidos para outros contextos. O que a convenção proporciona nada mais é que a “ilusão de que algumas associações de algum elemento simbólico são primárias e auto-evidentes (WAGNER, 2010, p. 80). Há, entretanto, outro modo de simbolização, chamado diferenciante. Nesse modo, como ocorre na criação da metáfora, os símbolos englobam as coisas que simbolizam ao representar apenas eles mesmos. As simbolizações convencionais e diferenciantes são interdependentes entre si na medida em que os símbolos para serem comunicados necessitam ser compartilhados e produzir convenções.

Dessa forma, podemos compreender a “cultura” como sucessivos processos de metaforizações, em uma dialética entre esses dois modos de simbolização, onde utilizamos símbolos convencionais para inventar e, ao mesmo tempo, inventamos a própria convenção. Neste sentido, um significado não-tautológico só pode ser produzido por meio da “extensão inovativa” dos significantes em metáforas, isto é, da formação de símbolos que contrasta com os elementos significados é suplementado por uma relação de similaridade ou analogia com esse elemento, na medida em que é estendido para outros contextos. Derivamos disso que a substituição é a essência da invenção.

O que a convenção proporciona nada mais é do que a “ilusão de que algumas associações de algum elemento simbólico são primárias e auto-evidentes” (WAGNER, 2010, p. 80). Essas generalizações e modos de coletivizar lembramos das atribuições do carnaval como elemento constituinte da “cultura negra”, como encontramos no carnaval de Porto Alegre. Isso dá a esse mundo uma organização, um padrão, uma “ilusão necessária” coletivizante. Todavia, essas convenções existem apenas a partir de suas invenções. É necessário inventar a convenção (pois é essa que dá consistência ao mundo), da mesma forma que a convenção serve de arcabouço para a invenção de novos significados. É uma dialética sem síntese, onde a convenção incita a invenção e vice-versa. Por isso, a ideia de arcabouço de símbolos que a convenção passa a ter é entendida pelo autor como uma ilusão necessária para a produção de invenções.

Tal dialética sem síntese de Roy Wagner (2010) é interessante para pensarmos as transformações que ocorrem no carnaval, em que a capacidade inventiva dos comancheiros é o que sustenta a “guerra”. “Índio, índio mesmo é negro”, fala dona Georgina, esposa do cacique. Sua fala é um disparate para a antropóloga que supõe verdades sobre o outro e afirma que eles, ‘na verdade são negros’ e ‘representam’ índios. No caso dos comancheiros, quando dizem que “índio, índio mesmo é negro”, produzem uma extensão metafórica, inventam “índio” a partir do “negro”, da mesma forma contrainventam “negro” a partir de “índio”. Tal complementariedade entre “afro” e “índio” constitui os processos inventivos dos comancheiros na “guerra” e, ao mesmo tempo, reforça a relação de rivalidade com os Guaianazes. Relações afroindígenas dinâmicas que fazem com que a “guerra” aconteça. Um tanto dessas invenções é o que desejo descrever.

*

Todo carnaval inicia com a escolha de um “tema-enredo”. Os ensaios na tribo iniciam em outubro, porém, antes disso, os comancheiros já elaboram o que será abordado. O tema é produto de uma pesquisa sobre as lendas e as histórias indígenas e transpostas em forma de rima para uma canção. Normalmente é uma única pessoa que realiza a pesquisa e produz a letra e, posteriormente, a canção é composta em conjunto e discutida pelos integrantes da harmonia, o ensaiador e o pesquisador do tema. Foi o cacique Brasil quem escreveu o tema “O sonho de Paraguassu” para o carnaval de 2012. Em resumo, segundo contam, Paraguassu sonhou que um navio sofreu um acidente e que a Virgem Maria, com o menino Jesus, pediu para que Caramuru – o homem “branco” que se casou com Paraguassu – fosse até o navio a salvasse e a levasse para a tribo, onde ela deveria ficar. Há uma narrativa contada por meio do desfile.

No dia da apresentação, foi dada a sirene para a tribo entrar na avenida. “Arassuaia, arassuaia, a nossa história começa bem assim: o sonho de Paraguassu! O sonho de Paraguassu! Apuracê! Curimá!”, diz Jaguarema, o ensaiador. Foi dado o início da “guerra”. “Arassuaia” é para pedir atenção, “Apuracê, curimá” é para “chamar as cordas” da harmonia – composta por dois violões e dois cavacos, além de cinco cantores, dentre eles o “puxador”, o cantor principal. São “palavras indígenas” de comando⁵. Todos os “guerreiros” estavam a postos em suas respectivas alas e os carros alegóricos prontos para serem apresentados na avenida. O sinal foi dado: era o início dos 55 minutos de “guerra”, para o qual os “índios carnavalescos” se preparavam muitos meses. A “guerra” é feita por “guerreiros” e sua apresentação segue a estrutura de alas, bem como as escolas de samba. Dizem os comancheiros que foi por influência delas que começaram a organizar o desfile por alas, visto as exigências do júri. Ao mesmo tempo, há inúmeras diferenças entre o desfile da primeira e da segunda e essa é uma questão sempre lembrada pelos “índios” para demarcarem sua diferença com as Escolas, que são “mais afro”. Além da narrativa visual e a narrativa melódica da canção, conhecida como “hino”, há também a “macumba”⁶, principal elemento que os diferencia das escolas de samba. Trata-se de uma espécie de “teatro indígena” que encena o “tema” em frente aos jurados, e marca outra cadência rítmica, mais lenta.

⁵ A escrita dessas palavras é livre e minha, na tentativa de seguir a forma como meus interlocutores falavam.

⁶ Coincidência, ou não, é de se destacar que entre os caboclinhos de Pernambuco existem diferentes marcações ritmas denominadas guerra, baião, perré e macumba (SANTOS, 2008; ACSELRAD, 2017). Entre as tribos, as principais diferenciações rítmicas são entre o “hino” e a “macumba”.

Na apresentação de 2012, a “macumba” procedera da seguinte forma: a Virgem Maria, representada pela neta de dona Georgina e seu Valdir, aparecia na gruta, representada pelo segundo carro alegórico, em meio à fumaça branca, e se dirigia ao terceiro carro, representação da aldeia indígena. Quando chegou ao terceiro carro, novamente uma fumaça amarela foi lançada, simbolizando a chegada da Virgem Maria. Todo o “teatro indígena” é realizado em frente aos jurados, convidados pela Associação dos Carnavalescos do município, para ser julgado. A “macumba” é a característica principal da performance dos “índios carnavalescos”. Se perguntarmos a qualquer integrante o porquê de eles serem considerados “índios”, uma das primeiras respostas dadas será “porque a gente faz a macumba, que é tipo um teatro indígena”. Após a “macumba”, novamente a bateria acelerou o ritmo e Arapuã, o puxador, fez a chamada para iniciar o “hino”. Se a “guerra” se apresenta dessa forma, como ocorre pragmaticamente esse engajamento inventivo na sua feitura? Como a “guerra” é produzida? Que elementos estão implicados na produção desse jogo? Quais os procedimentos, nos termos comancheiros, dessa invenção?

1 FAZER “CRESCER” A IDEIA

“Guerrear” é inventar. “No carnaval ninguém sabe nada, pois sempre se está aprendendo”, diz o cacique com sua autoridade de mais de 50 anos de carnaval. Por isso a observação é essencial para se produzir um bom desfile, pois somente assim é possível perceber novas formas de trabalhar os antigos materiais ou até mesmo descobrir novos. Contam que, no passado, para criar os cocares, passavam noites em claro para “dobrar arames”. Hoje a facilidade do papelão dispensa qualquer trabalho árduo. Essas constantes inovações alertam o sujeito para outros modos possíveis de criar o carnaval. Devido a essas inovações, segundo o cacique, o bom carnavalesco não é aquele que domina uma determinada técnica, mas quem é capaz de se abrir para as novidades e trabalhar com o inesperado. A inovação acaba tendo como correlato a improvisação, pois os comancheiros precisam criar a partir dos materiais disponíveis que, normalmente, provêm de sobras de fantasias ou materiais das Escolas de Samba ou de sobras de festas realizadas no bairro, além de uma pequena porcentagem de compras que a tribo realiza com o dinheiro recebido pela AECPARS⁷.

⁷ A Associação das Entidades Carnavalescas de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul (AECPARS) recebe uma verba da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Porto Alegre destinada ao carnaval.

O que aparece em evidência nas técnicas utilizadas para a criação das alegorias e fantasias é uma constante preocupação dos interlocutores em inventarem um carnaval “de índio”, afastando-se do que seria um carnaval “mais afro”, como “de escola de samba”. Ao receberem sobras das escolas de samba, os sujeitos utilizam tais materiais para produzirem coisas “de índio”, ainda que sejam sobras de outros coletivos “mais afros”. Tomam-nas com forma prévia “mais afro”, para inventá-las de outro modo, torná-las “de índio”. Tudo é feito “indigenamente”, dizem. E por meio dessa expressão fica evidente que o modo de produção e aquilo que se produz estão intrinsecamente relacionados. Sem dúvida, as alegorias e as fantasias são elementos fundamentais na “guerra”, tanto que muito tempo e disposição dos comancheiros são direcionados para a sua feitura, independente de haver poucas pessoas na arquibancada para admirar seus trabalhos ou de a vida desses artefatos de “guerra” durar apenas os 55 minutos de avenida.

A fantasia dos “índios carnavalescos” segue um modelo mais próximo aos índios norte-americanos. Os comancheiros salientam que isso nem sempre é visto com bons olhos pelos jurados, mas seguem o argumento de que se fossem vestir com roupas de índios brasileiros deveriam desfilar sem roupa. Na tribo, não adianta muito ter croquis para elaborá-las. São as mulheres da tribo, as mais antigas, que criam as roupas de cada ala a partir de suas “ideias” sobre o tema produzido. Paraquedas, antigo amigo da tribo, morador do bairro e membro fundador do bloco Afro-Sul Odomodê, algumas vezes desenhou modelos de fantasias e cocares para carnavais do passado, mas quem criava mesmo, dizem, era dona Georgina (esposa do cacique e costureira das alas “Itaúna” e “Iracema”), pois “criava em cima da criação do Paraquedas”, disse-me ela, “fazia crescer mais a ideia, ficar mais bonito”, completou seu marido. O material, comprado pela diretoria da tribo, é distribuído para as diretoras de alas e cada uma elabora as fantasias em articulação com o tema que será apresentado.

Da mesma forma acontece com a elaboração das alegorias, atividade exclusivamente masculina. “Não dá certo essa coisa de seguir modelo”, afirmavam o cacique, Urbano e Dogue, os três responsáveis por ficar no “barracão” confeccionando as alegorias. O cacique conta que a criação não se dá apenas no plano da abstração, não basta apenas ter um desenho. É preciso “botar a

Essa verba é dividida entre as escolas de samba e as tribos carnavalescas. As informações que obtive sobre a distribuição das verbas é um tanto confusa, pois falar de dinheiro entre os comancheiros é visto com maus olhos. Recebi a informação, apenas, de que 5% da verba total recebida eram repassados para as tribos carnavalescas.

ideia em contato” com os tecidos, com o isopor ou com os materiais que se têm disponíveis para compor as alegorias. “Botar a ideia em contato” é atentar para o fato de que nem tudo está na ideia e nem tudo está no material – não se trata de uma imposição da forma sobre a matéria: é a relação entre os dois que possibilita a criação de alegorias e fantasias dos “índios”, é a relação entre os dois que “faz crescer” a ideia, no momento em que a “forma de índio” ganha vida na relação entre material e ideia⁸.

Fazer a “ideia crescer” tem por fim o desfile de carnaval. “Não tem satisfação maior que ver passar na avenida algo feito por mim, pelas minhas mãos, serrando madeira, pintando, erguendo”, disse, certa vez, Urbano, “mesmo a plateia estando meio vazia”, como foi o caso do desfile de “Os Comanches”. Ele preferiria a arquibancada lotada, vibrando, mas o importante mesmo é que o trabalho dele estava na avenida, “e estava bonito”. Trabalho este produzido no “barracão”, onde “se entrega a alma para o carnaval”, como lembrou, emocionado, Marcelo – que não pôde participar das construções das alegorias por conta do trabalho que exerce como segurança. “A gente apresenta um pouco da gente”, salientou Urbano, no mesmo momento de conversa. Entretanto, o estatuto que as coisas têm no carnaval carregam certa especificidade que é importante pontuar: o tempo de sua duração. Nesse sentido, a percepção comancheira faz eco aos carnavalescos cariocas, ouvidos por Cavalcanti, no modo como percebem suas alegorias:

A existência plena do carro alegórico não é reprodutível. Ele só existe na duração ritual e massivamente compartilhada de sua passagem pelo mundo. É totalmente singular, não deseja passado, não almeja futuro, é só presente. Porém deseja, aí sim, abolir a permanência. E tudo o que é nada mais será. Para que um novo carnaval possa acontecer (CAVALCANTI, 2006, p. 25).

Ali não são objetos inertes ao mundo, mas carros-na-avenida. Tenho a sensação, pelas falas de meus interlocutores, que a “ideia cresce” quando em

⁸ Semelhante ao dissertado por Mello (2010) junto ao Movimento Cultural Arte Manha em Caravelas, no sul da Bahia. Em seu trabalho, a autora aponta para os modos de criações dos escultores de madeira morta do movimento cultural: “a criação, portanto, não é o resultado de um projeto previamente definido; é, antes, o produto da relação que se estabelece no momento em que as ideias e habilidades do artista se encontram com a forma dada pela madeira” (MELLO, 2010, p. 234). Em outro momento a autora coloca: “além de ser um meio para se atribuir uma nova vida e sentido para um ser anteriormente jogado, esquecido, o processo de criação realiza uma espécie de revelação da forma que está escondida ou em potência na madeira bruta. Uma espécie de diálogo se estabelece com a ‘natureza’ durante o processo criativo, no momento em que o artista observa a forma da madeira e tenta auscultar seu sentido implícito, a forma que a ‘natureza está dando’ e que precisa ser revelada” (MELLO, 2010, p. 237).

contato com o material, mas ela ganha *vida*⁹ quando apresentada na avenida, pois é ali que a “guerra” acontece nos 55 minutos de apresentação, em que a “ideia crescida” é apresentada ao público e ao júri e posta em avaliação no que possuem de “índio”, que só existe em contraposição ao “afro” das escolas de samba que, é importante dizer, são aquelas que detêm maior status no carnaval da cidade. A passagem na avenida é o auge da improvisação e os carros e fantasias são dados a ver em seu movimento, naquilo que fazem – produzem “índios guerreiros”.

2 A DANÇA, O RITMO E SUAS POROSIDADES

A dança é um dos elementos centrais na composição da “guerra”. De modo geral, os “guerreiros” na avenida dançam com passos binários marcados, como se estivessem em marcha. Dançam para se fazerem índios, para demonstrar suas habilidades estéticas, para provocar a inveja do adversário, para agradar aos olhos da plateia e dos jurados – aqueles que os avaliarão. Porém, há danças específicas de algumas personagens de destaque na avenida. Focarei aqui em duas figuras principais que participam do desfile dos Comanches: o feiticeiro e o casal indígena. Para a criação da dança, há uma forte importância da religião de matriz africana (incluindo o Batuque e a Umbanda, visto que há uma grande preponderância no Rio Grande do Sul de casas de religião da chamada “Linha Cruzada”¹⁰). Vale dizer que a relação com a religião passa pelo fato da maioria dos meus interlocutores pertencerem às casas de religião ou terem crescido em meio a essas práticas. É da religião que provém muito do que é concebido enquanto “afro/ negro” para a produção da “guerra” e dos “índios carnavalescos”.

No ano de 2012, a participação do “feiticeiro” no carnaval de 2012 possibilitou algumas reflexões interessantes. O “feiticeiro” que desfilou no carnaval desse ano foi adjetivado como “fajuto”, pois era um “guri novo” que “não empolga ninguém” e que é “mais branco que tu” [eu, no caso], disse certa vez um dos comancheiros com o intuito de explicar o adjetivo atrelado a ele.

⁹ Esse conceito de Ingold (2012) faz parte de um paradigma ecológico que tenta pensar as coisas em sua relação com o meio e não separadas dele – em confluência com Bateson (1991), o que temos aqui é o primado da relação. Neste sentido, o carro alegórico e as fantasias parecem ganhar vida, sobretudo, por serem elementos-na-avenida.

¹⁰ Uma boa definição sobre a Linha Cruzada é dada por Norton Correa (1998, p. 48). O autor diz que essa expressão religiosa se chama cruzada “porque, enquanto o Batuque cultua apenas Orixás e a Umbanda caboclos e preto-velhos, a Linha Cruzada reúne-os no mesmo tempo, cultuando, além deles, também os exus e as mulheres míticas, as pombas-gira, provavelmente originários da Macumba do Rio de Janeiro”. Para maiores informações, a partir de um trabalho etnográfico, ver Anjos (2006).

Esse atual “feiticeiro” é chamado de “fajuto” também por ocupar de improviso o lugar do “feiticeiro” oficial de “Os Comanches”. O conheci apenas nos ensaios finais e, depois, nunca mais o vi. “Negrão magro”, porte mediano e com seus 60 anos, o feiticeiro “oficial” andava sempre de óculos escuros, mesmo sendo noite, e portava panos brancos amarrados nas mãos para limpar o suor. Dançava de forma frenética. A presença dele era a que mais encantava os comancheiros, pois dançava “como se” estivesse incorporado e fazia a alegria dos espectadores e dos demais. Há quem diga que ele tenha incorporado algumas vezes durante as apresentações, da mesma forma como o antigo dançarino e pai do atual, conhecido como Pai Eli. Havia boatos de que ele não desfilaria nesse ano, porém apareceu nos últimos ensaios para dançar. Sua repentina aparição é explicada por seu Valdir: “não adianta, o sangue ferve no carnaval”. Porém, infelizmente, o feiticeiro não compareceu na avenida e por isso foi substituído pelo “feiticeiro fajuto”.

Desse fato, podemos reter três elementos centrais para a produção de uma boa performance: o primeiro é ter experiência, ou seja, tempo de carnaval, pois é isso que permite o sujeito improvisar de forma mais convincente, ou “empolgante”. O segundo é a atribuição de “branco” ou “negro”. Essa não foi a única vez que percebi que isso funcionava como um marcador de boa performance. Aliás, em outros contextos ela foi dita de forma muito mais explícita, o que permitiu compreender melhor a crítica feita ao “feiticeiro fajuto”. Por exemplo, é sempre motivo de risada quando há um branco desfilando como “guerreiro”. “O pessoal ria quando aparecia um índio-branco, porque índio, índio mesmo é negro”, contou dona Georgina. Motivo de maior deboche era quando aparecia a “alemoada”, adjetivo para pessoas loiras, para desfilarem. Ninguém é impedido de desfilarem por conta da pele, porém causa certo estranhamento aos comancheiros quando um “branco” aparece. Nesse sentido, dona Georgina gosta de salientar o fato de que a tribo nada tem a ver com origem étnica indígena, apesar de ela ser descendente dos “índios das Missões”¹¹. Para ela, “índio” é “negro”, pois quem tem a “pele negra” pode saber desempenhar melhor a performance. Importante salientar que a cor da pele informa, mas não esgota as possibilidades de ser “índio”. O “índio” se torna um aspecto mais maleável, pois não é dado na cor de pele apenas, mas é produzida por diversas conexões – com a música, com ambiente, certos movimentos de quadril, pernas e braço, com determinados pertencimentos – que atravessam os corpos.

¹¹ Refere-se aos Sete Povos das Missões, nome que se deu ao conjunto de sete aldeamentos indígenas Guarani, fundados pelos jesuítas espanhóis no atual estado do Rio Grande do Sul.

O terceiro elemento que se retém a partir do caso do “feiticeiro” é o “como se” estivesse incorporado (de um caboclo, como sugeriu Camisa). O “como se” estivesse incorporado aparece como outra propriedade de uma boa performance. A incorporação sugerida é uma “brincadeira” (também nos comentários de diversos informantes), dizem quando a antropóloga ávida de certezas questiona se ele realmente incorpora um caboclo. “É brincadeira” dizem alguns, “incorpora mesmo”, dizem outros rindo. Em um primeiro momento, pensei que a “brincadeira” implicasse em dizer que não é real. Porém, a leitura de Bateson e a de Schechner me fizeram repensar esse estatuto do real. Bateson (1991, p. 36), em seu metadiálogo *Por que um cisne?* constrói a ideia de que a figura apresentada quando uma bailarina atua como um cisne, tal como no Lago dos Cisnes, apresenta tanto uma “espécie de cisne” e uma “espécie de ser humano”. Todos esses aspectos fundem-se na construção da performance e talvez a “brincadeira” possa ser pensada como um jogo de realidades.

Schechner (1995) expande, a meu ver, as questões de Bateson quando propõe que a representação teatral é, em verdade, a apresentação de *realidades múltiplas*¹². Todas as realidades são mundos de jogos que são pensados pelo autor como os solos escorregadios do ser contingente e da experiência. Gosto das sugestões de Schechner porque ajudam a refletir com mais seriedade sobre os sentidos do conceito de “brincadeira” na produção da dança do feiticeiro. E suas considerações fizeram-me repensar o estatuto da “brincadeira” entre os comancheiros, não tanto preocupados em separar o real do fictício, mas talvez manipular de forma criativa diversas realidades. Teríamos três realidades entrecruzadas: 1) o mundo daquele que desempenha o papel de feiticeiro, que mora no bairro São José e há muitos anos desfila com os Comanches; 2) o mundo daquilo que se apresenta, ou seja, a própria figura do feiticeiro, do grande xamã da aldeia, capaz de manipular forças da natureza; e 3) o mundo do caboclo, enquanto entidade espiritual da Umbanda, que se apossou do corpo do homem que representa o feiticeiro e que é uma figura atuante na vida de boa parte dos

¹² Schechner produz tal pensamento a partir dos conceitos hindus Maia-Lila e sustenta que a tradição indiana rejeita os sistemas rígidos de Ocidente, quadros impermeáveis, metacomunicações inequívocas e regras inscrevendo regimes hierárquicos da realidade. Foi Schutz (1945) *apud* Schechner (1995) quem cunhou a expressão *realidades múltiplas*, porém Schechner estabelece um distanciamento em relação ao entendimento do primeiro. Segundo o autor, Schutz encerra as múltiplas realidades cada uma em si, dentro de seus estilos cognitivos próprios, e desconsidera o que faz delas mais poderosas: suas qualidades sistemáticas de transformação a partir de suas interpenetrações. Ainda assim, Schutz teria reduzido tais realidades a uma realidade una (o mundo do trabalho na vida cotidiana) e Schechner, em vez de focalizar sua análise no mundo cotidiano, focará nos sentidos do jogo e das relações existentes entre as realidades múltiplas.

comancheiros que são vinculados à Linha Cruzada. Inclusive, como disse Camisa, na vida do homem que representa o feiticeiro.

Diferencio essas instâncias para fins argumentativos, mas para “Os Comanches”, entretanto, penso ser realidades emaranhadas em uma grande “brincadeira”. A boa performance, para meus interlocutores, parece rasurar essas diferenças de mundos, que eu deliberadamente traço, na medida em que o personagem feiticeiro é tomado como um caboclo que é atuante na vida religiosa do homem que desempenha o personagem. Retiramos disso uma situação curiosa: em um primeiro momento um “negrão magro” ‘representa’ um “feiticeiro indígena”. Porém ao colocar em questão a incorporação de um caboclo, as relações se transformam: um “caboclo” (entidade indígena derivada das relações entre Umbanda e Jurema) apossa-se do corpo de um “negrão magro”, quando ele está em um momento ritual, o carnaval, desempenhando o papel de um “feiticeiro indígena”. Rasuram-se realidades: será mesmo que o negro ‘representa’ índio ou um índio se apossa do corpo de um negro para se apresentar no momento ritual? Se a segunda opção for levada a sério, podemos pensar que não apenas o homem negro cria a personagem indígena, mas também que a entidade indígena atua sobre o homem negro que manifesta uma personagem indígena.

A religião também foi acionada por Rosane, bailarina da tribo e componente da terceira figura que desejo apresentar: o casal indígena. Rosane, sobrinha do cacique e filha do Gordo – um dos fundadores da tribo -, é bailarina de “Os Comanches” há 30 anos. Desempenha essa função com maestria há muito tempo e, diversas vezes, foi agraciada pelo troféu de melhor bailarina. Encontrava-a em todos os ensaios, mesmo que não estivesse dançando. Nossa conversa iniciou com sua afirmação de que para criar a “dança indígena” ela misturava “dança candomblé” com os “passos indígenas”. Tal mistura foi explicada da seguinte maneira: “porque a gente veio de uma descendência afro, que eram os escravos. Os escravos dançavam para os orixás. E as danças deles também, eram aquela roda, aquele movimento sensual da mulher dançando, a negra dançando, né? O movimento da negra e da índia é semelhante, a sensualidade...”

Essa dança sensual é caracterizada pela improvisação, como nos diz Rosane, em entrevista:

Minha prima é professora de dança e ela queria me ensinar [...] Mas não adianta ensinar porque uma coisa eu vou aprender ali e lá na avenida vou fazer outra coisa. Ela queria me ensinar uns passos mais marcados, coreografados. Mas não adianta [...] É improviso, como se entrasse no

meu corpo uma Deusa. Porque eu me sinto mesmo uma deusa. [...] Eu sou pronta na religião, filha de Ossanha e recebo caboclo, não no candomblé. Tem uma parte com a Jurema pro lado de caboclo, né, por isso que eu tenho a sensação de índia, né. E acho que tem uma sequência de eu receber caboclo e me sentir índia.

A boa performance, a partir da “energia de índia” suscitada pelo orixá, apresenta com nitidez a porosidade das realidades e a interpenetração entre a espiritualidade de matriz africana e a produção do carnaval. Isso, obviamente, não parece ser alheio às habilidades e estudos que realiza, ou realizou, sobre a “dança indígena” para ser uma boa bailarina, mas também diz respeito à sua participação na religião, ainda que ela dê outra versão, oposta a que ouvi sobre o feiticeiro, sobre o fato da incorporação. Diz ela sobre os orixás e entidades da Umbanda:

No carnaval eles vão embora, né, eles não ficam. Eles vão embora e depois eles voltam. Os trabalhos param todos. Só quem tem Exu que pode trabalhar, mas o resto, todos param. [...] Porque é quaresma, né. Porque daí os orixás vão pra guerra e eles voltam só depois do carnaval. Eles são tão guerreiros quanto nós [risos]. Por isso que eu te disse a aproximação índio e candomblé. São todos guerreiros. Tá explicado, né.

Creio que seja interessante pensar o modo como Rosane conecta religião e carnaval. A colocação “quem tem Exu” se refere a uma das práticas da chamada Linha Cruzada e se refere ao sujeito que incorpora Exu. Os “orixás vão pra guerra” é uma expressão singular dos praticantes do Batuque e se refere a um momento em que todos os trabalhos de terreiro param. Há quem diga que os orixás vão guerrear com os eguns (espíritos dos mortos). Nesse sentido, a participação na religião, que vem da “ancestralidade afro”, funciona como o principal contexto cujos elementos são metaforizados, inventados, em “indígena” que, por sua vez, contrainventam o que é “ancestralidade afro”. O corpo opera como um *locus* onde essas relações são estabelecidas, nas entrecruzas de múltiplas realidades, para a feitura da “brincadeira”.

Esse corpo, contudo, encontra-se em profunda composição com a cadência rítmica “indígena”. A preparação para a “guerra” implica ensaios meticulosos da bateria, a “cozinha”. Dentro da bateria há uma pequena divisão de gênero e faixa etária entre os participantes, com a preponderância do gênero masculino em sua formação. Homens mais velhos tocavam maracaná e sopro. Havia apenas um senhor responsável pelo pandeiro. O repinique é tocado

majoritariamente por meninos entre 12 anos ou mais. Os meninos mais novos, assim como as mulheres e meninas, ficavam responsáveis pelos agês e chocalhos, que são conhecidos como “instrumentos leves”. Dentre todos os instrumentos, o agê é o que tem maior importância. Cada ensaiador que passou pela tribo criou um toque “diferenciado” e a única coisa que os une é que não pode sair do “tema indígena”. Os Comanches passaram por diversas transformações em seu toque, contou-me o atual ensaiador, Cláudio Camisa. Novamente a improvisação e a invenção aparecem como centrais para os comancheiros.

Há tentativas de interferência por parte dos poderes que organizam e julgam o carnaval das tribos. “Seu” Valdir salientou que antigamente as músicas eram semelhantes às marchas lentas cantadas pelos “guerreiros”. Porém, nos carnavais mais recentes um dos jurados sugeriu que o “hino” fosse mais rápido para ser mais empolgante. Esse jurado era um regente de orquestra que fora convidado para o júri do carnaval. Ao falar dele, “seu” Valdir brincou em tom de crítica: “por ele a gente desfilava tocando e lendo partitura! Mas as coisas não funcionam assim, não é assim que é”. Afinal, seria, sobretudo, impedir os movimentos criativos inerentes às tribos.

Para os índios, o que está em jogo é fazer “indigenamente”, diferenciando-se das escolas de samba, mas também fazer “mais índio” que seu rival. Foi Camisa o criador do atual toque de “Os Comanches”, inserindo uma batida “tipo Jeje”¹³, uma elaboração realizada em cima do toque de “ancestralidade africana” para um som “mais de índio”, que consiste em um “compasso binário” demarcado. O conhecimento de Camisa sobre esses toques passa pelo fato de ter sido por muitos anos filho-de-santo, porém “lavou a cabeça” recentemente devido a “desgostos” com a religião. O “compasso binário” de que fala pode ser percebido devido às duas batidas fortes dadas durante a música, feitas pelos instrumentos maiores, como o maracaná. Essas batidas fortes são remetidas aos índios e suas formas de marcar o tempo da música, que marcam também os passos binários da guerra dançada.

A preocupação do ensaiador está em fazer som “de índio”. E isso implica se diferenciar das escolas de samba, pois “índio” não toca samba que é um som “mais afro”, e ser “mais índio” que a tribo rival. Por conta disso, criticam com veemência os Guaianazes, a tribo rival, por produzirem um “toque morno”, sem empolgação. “É que eles não conhecem as rezas da religião, tá entendendo?”,

¹³ Jeje é um toque da religião de matriz africana, do Batuque, e denomina uma das nações que constituíram as religiões de origem africana no Brasil.

disse Camisa. “As palavras têm que encaixar com o toque e eles não fazem isso, fazem uma batida quase como escola de samba, tchê!”. Cláudio Camisa quer produzir um toque que “se encaixe” com as palavras que são verbalizadas. Sua preocupação reside no fato de ensaiadores anteriores de “Os Comanches” – a crítica principal que ele faz é ao Dico, ensaiador de “Os Guaianazes” - produzirem um toque de escola de samba, cuja batida não une a “batida forte” com a sílaba tônica das palavras pronunciadas. Sua explicação pauta-se pelo fato de Dico não conhecer muito a religião. Como disse Camisa, “cada um tira a sua batida de cada reza da religião, só que tu tem que saber as palavras”.

Há uma série de variações de toques ao longo da performance na avenida, mas as principais diferenciações podem ser resumidas na “macumba” e no “hino”. O “hino” é a base rítmica do carnaval e a “macumba” é um momento de quebra na batida do “hino” e constitui o principal momento do ritual. Segundo Camisa, um dos criadores do toque da macumba dos Comanches, o som se assemelha ao “jeje” da religião de matriz africana, que também serve de base ao “hino”, porém de forma mais acelerada. Essas quebras de ritmo fazem o toque da tribo mais complexo do que o toque de escola de samba, visto essa ter um ritmo contínuo, afirma o cacique. “É muito mais difícil ser índio”, diz ele. Na música das tribos, o som dos instrumentos de cordas aparece com mais força no “hino” do que em um samba-enredo das escolas de samba. O tempo da música também é diferente. Enquanto o compasso do samba é “terciário”, o “hino” das tribos é marcadamente “binário”, como explicou um dos violonistas. Isso é possível de perceber devido às duas marcações fortes dadas pelo instrumento maracanã e pelo agê, que é considerado o “instrumento indígena” por excelência.

O número de agês é alto em comparação com os demais instrumentos e isso ocorre devido à importância dele na execução da “guerra”. “Sem agê não se faz tribo”, afirma Camisa. Intrigada, perguntei o motivo: “para nós aqui, o agê é de uma origem indígena. Sem os agês, não funciona. É uma parte importante pelo barulho. É por causa desse barulho, a marcação que faz é uma parte essencial da tribo indígena”. O agê, em parte, produz o som dos maracás, que são os chocalhos indígenas. Essa substituição ocorreu por conta dos custos em comprar os maracás em comparação com os agês, visto que os agês são adquiridos pelos próprios tocadores e não pela tribo. O fato de a maioria ser “de religião” facilita a aquisição dos agês, segundo informaram, visto que a tribo não disponibiliza tais instrumentos. Supõe-se, portanto, que o maracá é um componente metonímico

do “indígena” e o “agê” como elemento análogo ao segundo. O agê figura, assim como o corpo figura na dança, como locus de conexão entre diferentes dimensões: a religião de matriz africana e a tribo carnavalesca. O agê¹⁴ executa o mesmo tipo de sonoridade do maracá e participa como componente sonoro não apenas das tribos, mas também das casas de religião de matriz africana do Sul¹⁵. Aqui está um ponto criativo de articulação feito pelos integrantes da tribo “Os Comanches”. “Sem os agês”, disse o ensaiador da tribo, Cláudio Camisa, “não existe tribo”, porque “o agê é de tribo indígena”.

A história do instrumento, semelhante ao xequerê, sempre fora referenciada enquanto de origem “afro” pelos próprios comancheiros. Mas logo Camisa salientou: “é que o agê é usado na religião também pra saudar nossa ancestralidade negra, mas na tribo, aqui, ele é de índio”. Destaco essa frase de Camisa, pois aponta para uma reflexão interessante. A função rítmica do instrumento funciona como um mediador que conecta duas dimensões convencionalmente não relacionadas, ao supor o maracá correspondendo à “cultura indígena”. Com isso quero dizer que o toque do agê funciona como análogo ao maracá devido à função rítmica que conecta dois domínios, a saber, o contexto da religião afro-brasileira e o contexto carnavalesco da tribo indígena. O agê, reconhecido enquanto um instrumento “afro” pelos meus informantes porque é utilizado nas casas de religião, é “de índio” pois exerce a função do maracá.

Tal analogia necessita dos sentidos convencionais dados, da impressão de que o agê é “afro” e que o maracá é “indígena” como um dado último a manter a ordem do contexto. É a partir disso que se produz o deslocamento, a invenção, a metáfora: “O agê é indígena”. Essa produção de metáfora ficou mais clara, para mim, quando aproximada do silogismo da grama de Bateson (1989, p. 38) em contraposição ao silogismo lógico. Seu raciocínio é pautado pela analogia (e a metáfora é a criação de analogias). Pautados por uma lógica substancialista vinculada à preocupação com a “origem”, somos levados a pensar que o maracá é indígena, o agê não é maracá e, portanto, o agê não é indígena. Todavia, se seguirmos a lógica comancheira, teremos que descrever da seguinte maneira: indígena toca maracá. Agê produz o som de maracá. Logo, agê é indígena. O que está em jogo, portanto, não é o que se “é” - no sentido de origem -, mas o que “se faz com” o instrumento, ou seja, como ele funciona, eis aí a porosidade

¹⁴ Agê é instrumento feito com uma cabaça inteira trançada com cordão e contas diversas. No candomblé baiano é chamado afoxé.

¹⁵ Batuque é a religião de matriz africana existente no Rio Grande do Sul que cultua orixás.

do sentido. Adiciono ainda o fato de que esse movimento reforça, ao utilizar agê como “de índio”, a existência do contexto de onde ele supostamente é retirado: da religião “afro”. Em todos os processos descritos, inventa-se, da mesma forma, a convenção.

CONCLUSÃO

O jogo implica em repetição – e anualmente a guerra é disputada. Implica certa estruturação específica, um acordo entre aqueles que dele participam de como funciona e qual suas possibilidades operativas. Implica uma série de estratégias de guerra e refinamento das armas (alegorias, fantasias, dança e ritmos) não apenas para realizar uma boa performance, mas, sobretudo, para ganhar a batalha na avenida. Implica uma ambiguidade inerente, como nos diz Bateson (1991), entre “mapa” e “território”, e não é apenas explicado por relações externas a ele, mas produz relações no mundo. Envolve uma intensa improvisação dos sujeitos que dele participam, sentimentos de pertencimento, de doação, de dedicação: como fazer “crescer” a ideia de dona Georgina, o fascínio de Urbano de ver um trabalho seu na avenida, a sublimação de Rosane ao sentir-se uma deusa ao dançar, ou o orgulho de Camisa pela invenção de um toque. Todos os exemplos de fuga de modelos instituídos – croquis, coreografias ou partituras previamente estipulados –, imersos em processos de improvisação (INGOLD, 2012, p. 38):

Improvisar é seguir os modos do mundo à medida que eles se desenrolam, e não conectar, em retrospecto, uma série de pontos já percorridos. [...] A vida está sempre em aberto: seu impulso não é alcançar um fim, mas continuar seguindo em frente. A planta, o músico ou o pintor, ao seguirem em frente, “arriscam uma improvisação”.

Nesse processo, as invenções ocorrem. Concomitantes às criações das coisas, dos corpos e dos sons, em uma composição que extrapola o momento ritual da avenida, criam-se também os conceitos de “afro/negro” e de “índio”. Essas invenções estão diretamente atreladas à rivalidade inerente à “guerra”, motor central do jogo e suas ambivalências. Manifesta-se tanto na performance na avenida, por meio das alegorias, das fantasias e dos corpos com suas danças marchadas, onde as coisas ganham vida; nas avaliações sobre a criatividade da tribo rival e suas (in)capacidades de produzir as metaforizações necessárias para se fazer “índio”, que implica a percepção de si como “mais índio” do que o

outro; e nas aproximações cósmicas, como trouxe Rosane, entre guerreiros: os índios guerreiros e os orixás que vão para a guerra.

Entendo essas invenções como relações afroindígenas (GOLDMAN, 2014, 2015)¹⁶. Não se trata com isso de derivar problemas genéticos – de busca de origem do que seria afro e indígena – nem da criação de tipologias para caracterizar esses termos. Relação afroindígena também não pretende subsumir um termo ao outro, nem supor uma fusão entre as partes – e está longe de ser uma identidade autoatribuída às tribos que, como já desenvolvi em outro trabalho (FLORES, 2017), não pensam-se afroindígenas, mas “negros” e “índios”, a depender do contexto em que se encontram. Relação afroindígena trata-se de pensar a diferença enquanto diferença e seus fluxos, seus deslocamentos, portanto, suas concomitantes invenções no interior do jogo “guerra”. Relação afroindígena, nesse caso, nomeia um movimento. Movimento, sobretudo, inerente ao jogo das tribos carnavalescas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, M. Dançando contra o Estado: análise descoreográfica das forças em movimento entre os caboclinhos de Goiana/Pernambuco. **Revista Ñanduty**, Dourados, v. 5, n. 6, p. 146-166, 2017.

ALMEIDA, R. **Tablado folclórico**. São Paulo: Ricordi, 1961.

ANJOS, J. C. **Território da Linha Cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2006.

BATESON, G. **Pasos hacia una ecologia de la mente**. Buenos Aires: Ediciones Lohlé-Lumen, 1991.

BATESON, G. **Naven**. São Paulo: EDUSP, 2006.

¹⁶ Segundo Goldman (2014, 2015) sobre a “relação afroindígena”: “Não se trata de gênese porque não se trata de determinar o que seria afro, o que seria indígena e o que seria resultado de sua mistura — ou, eventualmente, o que não seria nem uma coisa nem outra. E isso seja em um sentido propriamente biológico ou genealógico, seja em sentidos cultural, social etc. Não se trata de um problema de identidade. [...] Não é incomum, contudo, que ao evitar o fogo da gênese os antropólogos caiam na frigideira da tipologia onde, fingindo fazer abstração das conexões genéticas, acaba se chegando exatamente no mesmo lugar. Estabelecer um tipo (ideal ou não, pouco importa) afro puro, um tipo indígena puro, e quantos tipos intermediários forem, não é, de modo algum, o nosso propósito. Nem os modelos historicistas, explícitos ou disfarçados, nem os estrutural-funcionalistas (idem) nos parecem possuir qualquer utilidade aqui”.

- BATESON, G.; BATESON, M. C. El mundo del proceso mental. *In*: BATESON, G.; BATESON, M. C. **El temor de los ángeles**. Barcelona: Gedisa, 1989. p. 29-42.
- CAVALCANTI, M. L. As alegorias no carnaval carioca: visualidade espetacular e narrativa ritual. **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 17-27, 2006.
- CORREA, N. **Os vivos, os mortos e os deuses**. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- FLORES, L. A guerra comancheira: contribuições a uma antropologia afroindígena. **R@U- Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v. 9, n. 2, p. 43-61, jul./dez. 2017.
- GEIGER, A. Apresentação. *In*: BATESON, G. **Naven**. São Paulo: Edusp, p. 23-67, 2006.
- GODI, A J. De índio a negro, ou o reverso. **Cadernos CRH**, Salvador: UFBA, v. 4, p. 51-70, 1991.
- GOLDMAN, M. A relação afroindígena. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 23, p. 213-222, 2014.
- GOLDMAN, M. Quinhentos anos de contato: por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 641-659, 2015.
- INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.
- MELLO, C. **Política, meio ambiente e arte**: percursos de um movimento cultural do extremo sul da Bahia. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- PEREIRA, C. A. M. **Cacique de Ramos**: uma história que deu samba. Rio de Janeiro: Epapers Serviços Editoriais, 2002.
- RISÉRIO, A. **Carnaval Ijexá**: notas sobre afoxés e blocos do novo carnaval afrobaiano. Salvador: Corrupio, 1981.

SANTOS, C. **O grito de Guerra dos Cabocolinhos**: etnografia da performance musical da Tribo Canindé. 2008. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SCHECHNER, R. Playing. **The future of ritual**. New York: Routledge, p. 24-44, 1995.

SCHUTZ, A. On multiple realities. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 5, n. 4, p. 533-576, 1945.

SILVA, A. C. C. da. **Agenciamentos coletivos, territórios existenciais e capturas**: uma etnografia de movimentos negros em Ilhéus. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, N. **Composição e metamorfose no Maracatu da zona da mata de Pernambuco**. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Texto submetido à Revista em 08.11.2018

Aceito para publicação em 15.03.2019



O olhar da assistência social na construção da política indigenista no Brasil

The look at social assistance in the construction of indigenous policy in Brazil

Natália Raquel Niedermayer – Mestre em Extensão Inovadora e Desenvolvimento Rural Sustentável, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: natalia.niedermayer@gmail.com

Marli Roesler – Doutorado em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: marliroesler@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar elementos sobre a construção da política indigenista no Brasil, com ênfase no município de Guaíra-PR, aproximando avanços e contradições marcadas por resistências e lutas históricas e atuais dos povos indígenas como o direito ao território, à demarcação da terra, de proteção às culturas tradicionais de diversas etnias e respeito ao protagonismo que lhe é inerente e inalienável. Nessa realidade, que suscita a observação de categorias próprias e intervenções no movimento da sociabilidade e do mundo humano, de defesa de igualdades e não violações de direitos numa perspectiva universalista, se insere a intervenção da(o) profissional assistente social, corresponsável pela leitura crítica, propositiva e alternativa às políticas sociais no movimento histórico e cotidiano, de mediações que se diferenciam de práticas integracionistas, tutelares e desiguais, materializadas e instrumentalizadas na política indigenista no Brasil.

Palavras-chave

Política indigenista. Assistência social. Extensão universitária. Serviço social.

Abstract

The present work aims to present elements on the construction of indigenous politics in Brazil, with emphasis on the municipality of Guaíra-PR, bringing together advances and contradictions marked by historical and current resistance and struggles of indigenous peoples, such as the right to territory, the demarcation of land, protection of the traditional cultures of various ethnic groups and respect for the inherent and inalienable protagonism. In this reality, which raises the observation of own categories and interventions in the movement of sociability and the human world, of defense of equality and non-violation of rights in a universalist perspective, the intervention of the professional social worker, responsible for critical reading, propositional and alternative to social policies in the historical and daily movement, mediations that differ from integrationist, tutelary and unequal practices, materialized and instrumentalized in the indigenist policy in Brazil.

Keywords

Indigenous policy. Social assistance. University extension. Social work.

INTRODUÇÃO

Pensar em política indigenista é entender que a garantia do direito dos povos indígenas dar-se-á por meio do reconhecimento do território de vida, da demarcação das terras e de proteção das culturas tradicionais¹. É buscar saber quem são esses povos protagonistas, em quais espaços participativos e democráticos se encontram, é identificar seus costumes, tradições nativas, vulnerabilidades e potenciais, compreender e respeitar as formas de organizações econômicas, sociais, territoriais, ambientais e sua estrutura social para buscar o desenvolvimento de uma visão complexa e universal sobre os direitos coletivos desses povos. É preciso identificar as resistências e lutas atuais contra as desigualdades sociais, construir outra perspectiva de sociabilidade, redimensionar a construção da política indigenista e intersetorialidade com demais políticas públicas, com sentidos reais e verdadeiros aos dos povos indígenas.

A partir da perspectiva crítica, formulamos este trabalho que tem como objetivo central apresentar contribuições sobre a construção da política indigenista. Deste modo, compreendemos as políticas sociais como produto histórico que assumem no capitalismo monopolista, por sua dinâmica e contradições, condições propícias para que o Estado busque legitimidade política por meio do jogo democrático, permeável também às demandas das classes subalternas, que podem influenciar os interesses e suas demandas imediatas (PAULO NETTO, 1996).

Dentre as políticas sociais, o presente trabalho dá maior ênfase à política da assistência social, campo em que o governo vem buscando abranger os povos indígenas nos programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e o Fome Zero, com distribuição de cestas básicas, ações de caráter emergencial e investimentos em produção sustentável de alimentos, por meio do Programa Carteira Indígena, desenvolvido em parceria com o Ministério do Meio Ambiente.

Ainda consideramos neste trabalho, um breve relato sobre Projeto de Extensão “Ações Socioambientais em defesa dos direitos dos povos indígenas na

¹ “É importante ressaltar que a demarcação é um ato secundário. Ainda que a terra indígena não esteja demarcada, o fato de existir ocupação tradicional já é suficiente para que as terras sejam protegidas pela União” (MARÉS, 2013, p. 174)

“A terra indígena se define não pela demarcação, mas pela ocupação indígena, como dispõe a Constituição. [...] A Constituição ordenou à União que demarque as terras indígenas com a finalidade de proteger e respeitar os bens de cada povo. Está claro que o direito sobre as terras independe desta demarcação, que é mero ato administrativo de natureza declaratória” (MARÉS, 2013, p. 24)

aldeia Tekohá Yhovy”, no município de Guaira-PR, desenvolvido conjuntamente pelo Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Toledo, identificando os desafios e os objetivos alcançados.

1 O DESAFIO PARA A FORMULAÇÃO PARTICIPATIVA DA POLÍTICA INDIGENISTA

O Estado brasileiro começou a dar respostas a essas demandas que tratam da formulação de uma política indigenista por volta do ano de 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). O SPI foi um órgão administrado pelo governo federal em um momento que ainda predominavam antigas ideias evolucionistas sobre a humanidade e o seu desenvolvimento por estágios, tendo como base uma ideologia etnocêntrica e nas teorias raciais que marcaram o século XIX até o início do século XX. Em meio a isso, o ordenamento jurídico vigente nesse período considerava os índios como indivíduos incapazes, estabelecendo assim, uma figura jurídica com o objetivo de tutela e incorporando a assimilação forçada desses povos a sociedade nacional, não respeitando a garantia da reprodução física e cultural dos povos indígenas (FUNAI, s/d).

Com a extinção do SPI, devido a denúncias de corrupção, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no ano de 1967. Na década de 1980, com o processo de redemocratização do Estado brasileiro e, posteriormente, com o advento da CF 1988, a política indigenista sofreu mudanças conceituais (como, por exemplo, o termo autodeterminação) e jurídicas por meio da ampliação dos espaços de formulação dessas políticas, garantindo a participação do povo indígena na auto-organização política. Nesse sentido, buscou-se extinguir o caráter de tutela das políticas para a afirmação da autonomia dos povos e a necessidade de respostas mais efetivas do Estado. Diante desse processo de redemocratização, Terena (2013) aponta que a política indigenista deve estar institucionalizada a partir de novos parâmetros de desenvolvimento de médio e longo prazo, executada e concentrada numa agência que tenha forças políticas, com status de ministério e que seja capaz de responder as demandas dentro de um plano de metas com objetivos, prazos e resultados compatíveis (TERENA, 2013).

No ano de 2009, ocorreu a reestruturação da FUNAI a partir do Decreto nº 7.056, anunciando mudanças na gestão do órgão e dividindo as responsabilidades

presidenciais. No entanto, esse decreto gerou graves conflitos com os indígenas por ser um decreto construído de forma arbitrária sem consulta prévia aos povos indígenas que seriam diretamente afetados, já que o próprio decreto prevê o fechamento de 24 das cerca de 50 administrações regionais do órgão indigenista e de todos os postos indígenas no país, ocorrendo um grande distanciamento entre a FUNAI e os povos indígenas (BRASIL, 2007, s. p.).

No ano de 2017, uma nova reestruturação da FUNAI, pelo Decreto nº 9.010, causou impactos negativos na realidade dos povos indígenas, extinguindo 87 cargos comissionados. Os escritórios regionais, as áreas responsáveis pelas demarcações e pela análise do licenciamento ambiental de obras que atuam nas Terras Indígenas foram as mais atingidas. Foram extintos 51 cargos da Coordenação Técnica Local, tendo impactos imediatos sobre a proteção dos territórios e atendimentos às populações indígenas tendo em vista que esses servidores eram os principais interlocutores com as comunidades indígenas. O Estatuto da FUNAI, no artigo 2º, prevê, entre outros, a garantia e a promoção dos direitos sociais aos povos indígenas, por meio da participação desses povos e de suas representações nos espaços que definem suas políticas públicas.

Diante do que prevê o Estatuto, a atuação da FUNAI firma-se no entendimento de que as políticas sociais devem necessariamente prever ações indigenistas que assegurem em suas ações o respeito e a promoção das especificidades socioculturais e territoriais dos povos indígenas, por meio do controle social e da participação indígena, de modo a garantir intervenções nos espaços institucionais de diálogo entre os diversos sujeitos que atuam no campo do indigenismo e nos processos de formulação das políticas públicas (FUNAI, 2013).

Com o objetivo de estruturar e garantir espaços de decisão que promovam a participação indígena foi criado o Conselho Nacional de Política Indigenista pelo Decreto nº 8.593, de 17 de dezembro de 2015, no âmbito do Ministério da Justiça. Esse novo Conselho garante maior representatividade de órgãos do poder executivo federal, representantes de povos e organizações indígenas em todas as regiões (de 20 para 28 representantes), sendo responsáveis pela elaboração, acompanhamento e implementação de políticas públicas, voltadas aos povos indígenas (FUNAI, 2015, s. p.).

A construção e realização da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, realizada de 17 a 20 de novembro de 2015, em Brasília, com o tema “A relação do Estado Brasileiro com os Povos Indígenas no Brasil sob o paradigma

da Constituição de 1988”, também representou um grande avanço em relação à participação dos povos indígenas. As 866 propostas construídas em etapas locais e regionais, aprovadas na Conferência, demonstram, mais uma vez, a necessidade de políticas mais efetivas e um posicionamento mais sério e comprometido do Estado brasileiro. De qualquer modo, construir uma conferência sobre políticas indigenistas, na atual conjuntura, demonstra sinais de avanços e apresenta-se, mais uma vez, como uma forma de resistência dos povos indígenas na busca pela proteção dos seus direitos.

2 ESPECIFICIDADES DA POLÍTICA SOCIAL NA INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E ÁREAS INTERDISCIPLINARES

A criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, foram os pontos de partida para o governo federal desenvolver ações direcionadas para os indígenas, visando o combate à extrema pobreza. No ano de 2005, esse tema foi discutido na V Conferência Nacional de Assistência Social, em uma oficina específica, que abordou a discussão sobre a organização da Proteção Social Básica em comunidades indígenas e quilombolas. No ano seguinte, com objetivo de dar sequência à essa discussão, o Conselho Nacional de Assistência Social criou um grupo de trabalho para discutir o tema “comunidades indígenas e quilombolas” (BRASIL, 2007, s. p.).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2016), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possui 21 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com atendimento exclusivo dentro das aldeias indígenas. A Rede SUAS conta ainda com 240 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e 574 CRAS que estão em territórios que atendem comunidades indígenas, mas que não são exclusivos. Todos esses equipamentos são responsáveis por atender às demandas apresentadas pela população indígena brasileira de 896,9 mil índios, de 305 etnias com características específicas, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Desde o ano de 2006, o SUAS vem estruturando os CRAS para que possam atender às demandas dos povos indígenas, e são instalados em territórios que apresentam maior vulnerabilidade social. Cabe destacar aqui que os CRAS

indígenas somente estão instalados em territórios demarcados, ou seja, longe das terras indígenas que apresentam maior vulnerabilidade social e demandas por benefícios, por estarem em territórios não demarcados e para estes cabe a busca para atendimento nos equipamentos mais próximos de suas comunidades.

Diante da diversidade de etnias, modos de vida e demandas, é preciso que os profissionais dessa área compreendam que as comunidades indígenas têm singularidades que são próprias da cultura do território. Nesse sentido, sendo o CRAS uma unidade pública estatal com base territorial, muitas vezes atuarão diretamente com as demandas de populações quilombolas, ciganos, terreiros, ribeirinhos, faxinalenses, caçaras, entre outros. É preciso conhecer as diferentes realidades e identidades.

Sobre os serviços ofertados nos CRAS Indígenas, tem-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) que tem por objetivo identificar as demandas das famílias no território e dentro das comunidades indígenas com olhar diferenciado no sentido de observar se existe ou não escola indígena, unidade de saúde ou visita de profissionais da área, sobre as demandas habitacionais, formas de subsistência, alimentação etc. O mesmo serviço é oferecido no CRAS não indígena, podendo ser acessado por qualquer família que dele necessitar. No entanto, o CRAS indígena, inserido dentro da mesma realidade na comunidade indígena, apresenta uma dinamicidade mais efetiva na prestação dos serviços e identificação das demandas.

Outro serviço oferecido no CRAS é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ainda recente dentro da assistência social, que tem como proposta desenvolver ações de caráter preventivo e proativo na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, promovendo alternativas de emancipação para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários (BRASIL, 2016).

O trabalho nos grupos, divididos por faixa etária, é planejado de forma coletiva, com a participação ativa do técnico de referência, dos orientadores sociais e dos usuários do serviço, estimulando trocas culturais e o compartilhamento de vivências, além de desenvolver com os usuários a ideia de pertencimento e afirmação da identidade e fortalecer os vínculos familiares, sempre sob a perspectiva de incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária.

Esse serviço dentro de uma comunidade indígena, com profissionais éticos e capacitados, é de extrema importância, principalmente em comunidades onde existem escolas indígenas que preservam principalmente a língua materna, além de todos os outros aspectos culturais de cada povo. O SCVF deve potencializar a afirmação cultural desses grupos, a identidade, as tradições e os valores que são transmitidos entre as gerações.

Assim, o que precisa ser diferenciado no atendimento às populações indígenas é a abordagem, a metodologia e as questões, no sentido de compreender que a principal demanda dos povos indígenas é sobre a terra. É preciso que todos os serviços possam reafirmar o direito ao acesso à terra, para as comunidades que ainda se encontram em territórios não demarcados. Além da condição territorial, existe ainda a problemática da falta de documentação que consequentemente influencia no acesso aos serviços da assistência social.

A documentação é parte importante no processo de conquista de autonomia dos indígenas. São sujeitos que têm direito e ter documentos permite que tenham acesso a esses direitos, do contrário, são realizadas ações de modo tutelar e paliativo, restringindo essa autonomia dos povos.

Para que qualquer pessoa que tenha necessidade de acessar algum benefício de transferência de renda é preciso que realize o Cadastro Único, instrumento que tem por objetivo identificar quais são as famílias que apresentam demandas no território de abrangência do CRAS. Além disso, é durante o cadastro que se verifica as vulnerabilidades sociais relacionadas a habitação, saneamento, alimentação, renda etc.

Nos CRAS que atendem famílias indígenas e não indígenas, muitas vezes a maior concentração de pobreza está nas famílias identificadas como indígenas, justamente por estarem em territórios não demarcados.

Outro ponto importante a ser destacado no atendimento aos indígenas é sobre o processo de capacitação dos(as) profissionais da assistência social. Existe um programa nacional de capacitação chamado de CapacitaSuas. No entanto, as orientações possuem um caráter genérico, e apenas alguns materiais informativos, como cartilhas onde se recomenda aos profissionais:

consciência crítica e espírito pesquisador por parte dos profissionais do CRAS acerca da realidade indígena local; equipe de referência multidisciplinar, que deve contar com antropólogo e/ou indigenista experiente e/ou com assessoria antropológica; adoção de abordagem e procedimentos metodológicos pautados no diálogo e no respeito

intercultural; conhecimento do território (potencialidades, recursos, vulnerabilidades) e da cultura (tradições, organização social e parentesco, visão de mundo) do(s) povo(s) indígena(s) que ali habita(m); planejamento e análise das ações desenvolvidas; promoção da participação dos indígenas no planejamento e avaliação das ações do PAIF (BRASIL, 2016, p. 42)

Sendo o Sistema Único de Assistência Social descentralizado, têm reponsabilidade a União, os estados e os municípios e a orientação é de que o diálogo com as comunidades indígenas seja realizado com a representação governamental mais próxima da realidade. A Comissão Intergestores Tripartite (três esferas de governo) vem trabalhando com a formulação do Plano Decenal da Assistência Social, com o objetivo de pensar em uma dinâmica de atendimento dos serviços, interagindo de modo mais eficaz com as demandas locais em cada território.

De acordo com Ieda Castro, secretária nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2016), 8,7 mil índios acessam os serviços da assistência social, mas esse nosso número poderia ser muito maior, tendo em vista que a população indígena brasileira é de 896,9 mil, e 42,3% de todo esse contingente vivem em terras não demarcadas, em maior vulnerabilidade social. Isso significa que a busca ativa, ferramenta importante para o trabalho do assistente social precisa ser mais efetiva.

As equipes das unidades que atendem dentro e fora das comunidades indígenas precisam estar preparadas para fazer a leitura dessas diferentes realidades, conhecer as particularidades que compõem os territórios e construir estratégias em conjunto com a comunidade. É importante que haja integração entre políticas sociais, assistência social e saúde, sendo que a educação tem um papel fundamental nesse processo.

Outro benefício garantido pela Política de Assistência Social que pode ser acessado pelos indígenas é o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência. O(a) idoso(a) deve comprovar que tem 65 anos de idade ou mais, que não recebe nenhum benefício previdenciário, ou de outro regime de previdência e que a renda mensal familiar per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente. A pessoa com deficiência deve comprovar que a renda mensal do grupo familiar per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, devendo também ser avaliado se a sua deficiência o incapacita para a vida independente e para o trabalho; avaliação esta que é realizada pelo Serviço Social e pela Perícia Médica do INSS.

Além disso, a Assistência Social atua por meio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que são desenvolvidos no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

Diante da busca pela consolidação da política de assistência social para os povos indígenas, é necessário que se construa um permanente diálogo com esses usuários. É preciso compreender as especificidades das comunidades indígenas através das suas diferentes formas de organização social, o que implica em ter que qualificar melhor a equipe técnica (incluindo profissionais de antropologia nas equipes) para uma melhor intervenção com esses grupos, buscando sempre promover a inclusão através do conhecimento, sem fragilizar seus valores éticos e culturais de grande complexidade, como descrito no Relatório do GT Indígena:

O cuidado no sentido de promover o respeito a valores culturais e a práticas sociais distintas, evitando intervenções que fragilizem a regulação social tradicional destas comunidades, exige um amplo trabalho de qualificação técnica da intervenção, assim como uma adequada capacitação e composição técnica (BRASIL, 2007, s. p.).

Todas as ações delineadas devem ser fruto do diálogo com esses povos. É necessário que haja respeito à autonomia das comunidades indígenas e consulta às suas demandas, garantindo assim que a política da assistência social seja eficaz para os povos indígenas.

A assistência social tem a oportunidade de melhorar, mas como o nosso povo quer. Branco escreve. Mas o Guarani vai adiante. Vocês só acompanham. Vocês que fizeram as leis e não o índio. Por isso vocês precisam explicar a lei, que a comunidade fica sabendo. A comunidade precisa saber. Também precisa falar com as famílias. [...] A assistência social não tem que dar o remédio e o alimento. É importante que entenda o que é vida para o Guarani. Será que é comida? Onde se prepara os alimentos? O alimento é a alegria, a felicidade, a paz, a energia do povo. Os povos indígenas sabem como agir. Não se pode fazer uma política sozinho, mas frente a frente. Mas também é necessário pedir o principal, que é a demarcação das terras (BRASIL, 2002, p.18).

A atuação do profissional assistente social (em conjunto com equipe multidisciplinar) precisa distinguir-se de todas as outras práticas autoritárias e clientelistas desenvolvidas e direcionadas aos povos indígenas. Nesse sentido, Yazbek (2009) destaca a contribuição dos(as) profissionais:

Os assistentes sociais vêm, e muito, contribuindo, nas últimas décadas, para a construção de uma cultura do direito e da cidadania, resistindo ao conservadorismo e considerando as políticas sociais como possibilidades concretas de construção de direitos e iniciativas de “contra-desmanche” nessa ordem social injusta e desigual (YAZBEK, 2009, p. 161).

A relação do Serviço Social, da prática do(a) profissional direcionada às demandas indígenas, precisa estar embasada nos princípios do Código de Ética do(a) Assistente Social e nos marcos declaratórios de direitos humanos.

reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p.23)

São os princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social que direcionam as ações desses profissionais e determinam o direcionamento da prática por meio de projeto ético-político, construído e avaliado coletivamente pela categoria profissional. Pensar a prática desse profissional dentro de uma sociedade dividida por classe revela seu direcionamento político e seus interesses para a construção de um novo projeto societário ou a manutenção do atual projeto.

Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 189).

O Serviço Social, ao atuar na garantia dos direitos da classe trabalhadora e das populações tradicionais, posiciona-se contrário ao atual projeto de sociedade desigual e a todas as práticas que retiram os direitos já conquistados por esses sujeitos. No entanto, esse profissional encontra desafios e limites na sua atuação.

De acordo com Raichelis (2009, p. 383), “trata-se de uma dinâmica societária que atinge as diferentes profissões, e também o Serviço Social, que tem nas políticas sociais seu campo de intervenção privilegiado”. Nesse sentido, a autora destaca a necessidade de recuperar o trabalho de base junto à população, na busca da consolidação democrática dos direitos:

O Serviço Social tem uma rica trajetória de trabalho direito com a população e proximidade com seu modo de vida cotidiano. [...] Sem abandonar os espaços institucionais como Conselhos e Conferências, é preciso extrapolá-los e combiná-los com outros mecanismos de ação coletiva, capazes de impulsionar a participação popular em múltiplos espaços onde possam manifestar suas visões, expectativas, necessidades e reivindicações (RAICHELIS, 2009, p. 389-390).

Assim, na atuação direta com os povos indígenas, é necessário incluir o debate sobre a diversidade cultural dos povos e a participação indígena na formulação das políticas a eles aplicadas, valorizando-os como sujeitos autônomos neste processo, viabilizando ao Serviço Social identificar as reais necessidades indígenas e construir uma atuação mais condizente para a emancipação desses povos. Referindo-se à realidade indígena, o grande desafio para os profissionais consiste em praticar, de modo permanente, o método da reflexão, da vivência e da compreensão, para acompanhar e apreender a totalidade das relações complexas e as vinculações do movimento histórico vivenciado pelas diversas etnias.

É necessário avaliar as ações desenvolvidas, os determinantes sociais, culturais, econômicos e políticos que poderão afetar a organização e o modo de vida dos povos indígenas. Afinal, esses sujeitos lutam para assegurar um modo de vida com outra temporalidade, identificados pelas tradições culturais e pelas forças da natureza que demarcam práticas e crenças. Paulo Netto (2009) destaca a importância de buscar permanentemente o conhecimento existente no espaço que o(a) profissional ocupa, assinalando que:

Ao profissional cabe apropriar-se criticamente do conhecimento existente sobre o problema específico com o qual ele se ocupa. É necessário dominar a bibliografia teórica (em suas diversas tendências e correntes, e as suas principais polêmicas), a documentação legal, a sistematização das experiências, as modalidades das intervenções institucionais e instituintes, as formas e organização de controle social, o papel e os interesses dos usuários e dos sujeitos coletivos envolvidos etc. Também é importante, neste passo, ampliar o conhecimento sobre a instituição/organização na qual o próprio profissional se insere (PAULO NETTO, 2009, p. 694-695).

Diante disso, a formação profissional necessita ser um processo permanente para a qualificação da prática profissional e que será percebido na leitura das particularidades das várias etnias, na apreensão das singularidades e dos movimentos que compõem a totalidade de cada território/espaço e que constituem campos de intervenção das(os) profissionais assistentes sociais.

Nesse sentido, a formação permanente será basilar para a construção de novos conceitos e novos modelos de intervenção que tenham como suporte os fundamentos de uma dada realidade. Como um modelo de intervenção, pode-se destacar o projeto de extensão “Ações socioambientais em defesa dos direitos dos povos indígenas na aldeia Tekohá Yhovv- município de Guaíra, PR”, com gradual ampliação das ações extensionistas, que será descrito no item a seguir.

3 AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS EM DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NA ALDEIA TEKOHÁ YHOVV, NO MUNICÍPIO DE GUÁIRA-PR

O povo Guarani sempre ocupou os territórios hoje conhecidos como Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. A territorialidade para este povo tem características históricas, particulares e dinâmicas, vivida, entendida e usada enquanto parte fundamental de sua rica cultura. Para Schallenberger (2006, p. 33), “um espaço integrado no modo de vida, ou seja, um conjunto de elementos constitutivos da cultura, cuja dimensão é o horizonte possível da circulação dos sujeitos que sempre estão em busca de parentes e da mãe-terra generosa que sustenta a vida”.

Para Clastres (1974), o povo Guarani do século XVI ocupava um território vasto em que possuíam aldeias situadas a milhares de quilômetros uma das outras, compartilhando uma mesma organização a partir da unidade linguística, cultural e religiosa. Em seu livro “A sociedade contra o Estado”, o autor apresenta um estudo sobre a demografia Guarani, capaz de contabilizar aproximadamente a população “cerca de um milhão e meio de índios Guarani antes da chegada dos brancos. [...] os 150 mil índios de 1730 eram dez vezes mais numerosos dois séculos antes: eles eram um milhão e meio” (CLASTRES, 1974, p. 109-113).

O território é mais do que um simples espaço ocupado ou fonte de sustento, a terra para o Guarani é lugar onde se produz toda a sua cultura, é o lugar de ser Guarani. A terra tradicional ocupada por esse povo é chamada de Tekoha, que significa modo de ser. Parmigiani (2015) descreve que “a palavra tekoha, uma junção semântica do termo **teko** (modo de ser) com o sufixo verbal **há** (causa, fim, lugar etc.), pode ser traduzida como: o lugar de moradia das leis, dos costumes, o lugar onde se realiza o modo de ser Guarani” (PARMIGIANI, 2015, p. 147).

O povo Guarani não se considera dono da terra, nem daquilo que vive nela. Entendem que tudo é dado por Deus e o usufruto da terra deve ser feito de forma equilibrada e com total respeito, e tudo o que fazem é observado pelos deuses e pelos outros Guarani. A terra é geradora da vida, alimenta as plantas e por elas é alimentada, abriga os animais, protege os rios, é fértil e generosa, dadivosa possibilita a partilha da vida, transforma-se em dom. Essa partilha como dom é um elemento de grande significado na cultura do povo Guarani, e que reflete nas práticas culturais, religiosas e na dinâmica social (SCHALLENBERGER, 2006). Existe na cultura Guarani um compromisso com a reciprocidade aos demais, respeito à natureza e todos os seus elementos.

No início do século XVI, início da colonização, o povo Guarani e seu território eram disputados pela coroa espanhola e portuguesa. No ano de 1494, foi assinado o Tratado de Tordesilhas entre essas duas coroas. Esse tratado traçou simbolicamente uma linha que cortava a América em duas partes. A partir desse tratado, passaram a pertencer a coroa espanhola “todas as terras descobertas a ocidente de uma linha tirada de polo a polo, trezentas e setenta léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde; e a Portugal as descobertas a leste da mesma linha” (CARVALHO, M., 2013, p. 267).

Os espanhóis estabeleceram-se no interior da região oeste do atual estado do Paraná e iniciaram a fundação das cidades como, por exemplo, a Ciudad Real del Guairá, em 1556. Toda essa região era denominada pelos espanhóis de Província do Guairá² e com a chegada da Companhia de Jesus da Europa, iniciou-se, com os jesuítas, a fundação de missões no Guairá, tendo como objetivo a catequização dos indígenas.

De acordo com Meliá (2010), “para los españoles los índios son necesarios como mano de obra em las eventuales minas que pudieran aparecer. A falta de minas de minerales, ya que no se encontrará ni hierro ni mucho menos plata no oro, la ‘mina’ por excelencia será la yerba mate³” (MELIÁ, 2010, p. 17). No início de 1628, os bandeirantes⁴ destruíram as missões jesuíticas e as cidades

² O Guairá compreendia a região localizada entre o rio Paraná na vertente oeste, rio Paranapanema ao norte, o Iguçu ao sul e, a leste, as escarpas do argentino Furnas, região de governança do Paraguai, de colonização espanhola (SBRAVATI, 2009, p. 27).

³ Eram as *encomiendas*, sistema de produção da erva-mate usado nas províncias espanholas, que tinha como única mão de obra os braços escravos indígenas, e que estava em plena atividade nesse período das missões (CARVALHO, J., 2009, p. 20).

⁴ As bandeiras eram organizadas por iniciativa de particulares, os bandeirantes, e compostas hierarquicamente por um chefe branco ou mameluco (filho de índio com branco), que comandava os outros integrantes, como religiosos, escravos e indígenas. Os principais objetivos das bandeiras eram: 1ª - combater os invasores estrangeiros; indígenas inimigos e escravos

espanholas construídas nessa região. As entradas desses bandeirantes tinham como objetivo capturar os Guarani e escravizá-los, assim estendiam também o território português sobre o espanhol. Milhares de índios foram levados para as vilas portuguesas para serem vendidos como escravos. Segundo Schallenberger (2006, p.76), “resultou daí uma progressiva destruição do território simbólico do povo Guarani e a inviabilidade da sua reconstrução a partir da organização do espaço missioneiro”.

A guerra entre Paraguai e Brasil, que ocorreu entre 1864-1870, marca outro momento de expulsão dos Guarani de seus territórios, quando não incorporados nos exércitos, fugiam das áreas de conflito buscando proteção em lugares distantes, o que significou abandonar seus territórios com risco de perdê-los, como ocorreu posteriormente. O Parque Nacional do Iguaçu também carrega uma dívida histórica, desde o ano de 1939, quando removeu comunidades inteiras próximas do rio Iguaçu. Um desses relatos pode ser encontrado na tese de doutorado da antropóloga Maria Lúcia Brant Carvalho. No relato de uma indígena de 90 anos de idade decorre o seguinte:

Nasci no Oco'y Jakutinga em 1924. Fui morar na aldeia Guarani em 1934, Morei ali até 1943. Moravam 50 famílias na aldeia Guarani, perto do rio Iguaçu, lá onde hoje é o Parque Nacional do Iguaçu. Teve guerra com os índios para tirar os Guaranis da terra: eu vi, eu vi! Mataram tudo! Jogavam os índios nas Cataratas, abriam a barriga com facão e jogavam depois nas Cataratas! Era para o corpo não boiar, pra afundar! [...] A catarata é cemitério de guarani (CARVALHO, M., 2013, p. 330).

No ano de 1974, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, novas remoções de comunidades indígenas ocorreram. Em 1979 começaram as reivindicações dos povos indígenas que seguem até os dias de hoje. Na década de 1980, formou-se o lago de Itaipu e sem acordos para as realocações dos indígenas, ocorreram ocupações de terras na região. As críticas atingem a própria Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que, por meio de documentos oficiais, ignora a territorialidade, o modo de vida e a cultura do povo Guarani que vivia nessa região, tomando decisões propositadas e prejudiciais. Esses acontecimentos refletem ainda hoje na realidade dos povos indígenas na luta pelo território.

O entendimento deste cenário atual, fruto de um processo histórico aliado à formação profissional embasada na teoria social crítica, compreendida por meio da relação teoria e prática, e do espaço formativo de interdisciplinaridade

quilombolas; 2ª - desbravar os sertões e descobrir ouro e pedras preciosas; 3ª aprisionar mão-de-obra indígena (ARANDES, 2009, p. 81).

e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é responsável pela qualificação crítica e se apresenta como um espaço de resistência e fortalecimento do projeto ético-político da profissão.

O espaço da formação profissional possibilita uma aproximação com as demandas apresentadas fora do espaço formativo, mas que também refletem dentro das instituições de ensino. É importante demarcar que essas instituições, dentro da lógica contraditória das relações sociais e dos interesses de classe, por vezes fragilizam e engessam, pelos processos burocráticos e formais, inúmeras ações planejadas (pesquisa/extensão) que podem agregar benefícios à sociedade.

Diante do exposto, destaca-se o projeto de extensão “Ações socioambientais em defesa dos direitos dos povos indígenas na Aldeia Tekohá Yhovy”, no município de Guaíra⁵, desenvolvido conjuntamente pelo Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Serviço Social e colaboradores durante os anos de 2014 e 2015, que demonstrou ser um novo espaço de fortalecimento, luta e resistência na defesa de novas possibilidades de avanços.

O projeto de extensão universitário tem contribuído de modo significativo para a formação das(os) estudantes e professores envolvidos, tornando-se assim, num diferencial dentro do processo formativo. Desta forma, por meio das atividades de extensão, o programa insere-se nas mais diversas realidades e, em relação ao projeto já referido, insere-se numa realidade difícil e delicada para os povos indígenas.

No município de Guaíra-PR existem 8 aldeamentos e todos eles encontram inúmeras dificuldades de sobrevivência devido às péssimas condições de vida e pela situação irregular de ocupação dos territórios. De acordo com Niedermayer (2018), a Secretaria Municipal de Assistência Social de Guaíra atende 324 famílias aldeadas e ainda em torno de 30 famílias não aldeadas, somando 1.423 pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Tem atuado (via equipamentos assistenciais) no fornecimento de benefício eventual para as famílias cadastradas (cesta básica principalmente, além de benefícios para atendimento à natalidade, funeral,

⁵ O município de Guaíra (que significa ‘lugar de difícil acesso’ na língua guarani) situa-se no oeste do estado do Paraná, às margens do rio Paraná e desde os primórdios foi um território pertencente aos povos indígenas, da etnia Guarani, que foram catequizados pelos jesuítas espanhóis e posteriormente dizimados e escravizados pelos portugueses. Hoje, segundo dados do IBGE (2014), a população do município de Guaíra é de 32.394 habitantes no território de 560.485 km², tendo uma economia girando em torno do setor de serviços, comércio e turismo. De acordo com o censo indígena do IBGE (2010), a população indígena no município de Guaíra é de 454 indivíduos. No entanto, segundo dados dos Relatórios de Visita Técnica do Ministério Público Federal (MPF, 2013), já são mais de 1000 indígenas em 8 aldeamentos no município de Guaíra.

vulnerabilidade temporária e quando houver calamidade pública), Programa Família Paranaense, Projeto Prevenção ao Suicídio para crianças e adolescentes desenvolvido nas aldeias no ano de 2017 e um projeto em uma comunidade com parceria da Itaipu voltada para a agricultura.

O projeto de prevenção do suicídio surge como importante ação no município de Guaíra onde é registrado em média um suicídio por ano principalmente entre adolescentes. De acordo com o Ministério Público Federal, de 2010 até 2015 foram registrados 11 suicídios no município. O MPF afirma que o índice de suicídios por parte dos jovens é enorme ainda mais em meio a essa gritante situação de conflito territorial na qual os indígenas se encontram, em situação de acampamento, sem água potável, saúde e educação de qualidade e pelas ameaças diárias vindas das organizações ruralistas de vários municípios da região.

É importante destacar que nos espaços de Conselhos e Conferências da Assistência Social a participação dos indígenas ainda é residual. Compreendemos as condições reais, concretas dos indígenas, além das contradições que existem nesses espaços. No entanto, a observação que fazemos sobre a importância da participação dos indígenas nos espaços deliberativos é pertinente, tendo em vista que importantes decisões são discutidas e tomadas nos conselhos e conferências. São espaços em que é possível também publicitar as reais condições de vida de suas comunidades, além de exigir que o Estado se posicione frente a essa realidade.

Para os profissionais da Assistência Social a condição do território interfere nas ações planejadas e desenvolvidas, pois ações de fomento e desenvolvimento às atividades rurais poderiam ser desenvolvidas e não o são, pois a terra não é regularizada, e os conflitos são frequentes. A condição irregular das retomadas de território do ponto de vista judicial tem sido motivo de impedimento para que os povos indígenas tenham acesso a vários direitos. Na cidade de Guaíra, as 8 comunidades indígenas vivem em territórios não demarcados. Isso significa que todos os 8 territórios se enquadram na condição do território em relação à atuação da assistência. Diante disso, o Ministério Público Federal tem exigido que, independente da condição territorial, as comunidades precisam ser atendidas. Por exemplo, em relação ao acesso à água, várias comunidades dependem das caixas d'água que são abastecidas com a exigência do MPF, e assim em várias outras situações. Novamente retomamos a centralidade da questão indígena que é o território (NIEDERMAYER, 2018).

Outro ponto importante a ser destacado sobre a particularidade no município de Guaíra é sobre o trabalho em conjunto com outros órgãos públicos. Existe o diálogo, mas não a atuação concreta. Há ainda muita resistência dos órgãos em trabalhar interligados. Por isso, o grande desafio ainda é o trabalho interdisciplinar entre os órgãos de atendimento às demandas dos povos indígenas. Os diferentes conhecimentos e saberes, além do diálogo com os povos indígenas, são uma possibilidade que deve ser construída para melhor efetividade das ações que são desenvolvidas nas comunidades indígenas. A garantia dos direitos dos povos indígenas ultrapassa questões pontuais e específicas, tendo em vista que o território e a cultura dos povos indígenas se definem pela multiplicidade de um conjunto de elementos.

O projeto de extensão, objeto desse item do artigo, é desenvolvido na comunidade Tekohá Yhovy que foi ocupada no ano de 2009 e se encontra em situação de litígio, resistindo à reintegração de posse. Atualmente são mais de 300 pessoas que moram na aldeia. A ação de reintegração de posse foi movida em fevereiro de 2010 e julgada em março, com decisão que não acolheu o pedido de remoção formulado pelos autores, considerando a necessidade de realizar os estudos demarcatórios e a vulnerabilidade dos indígenas, caso ocorresse a reintegração. Em 2011, no entanto, o juiz substituto, contrariando a decisão anterior, emite intimação no sentido de expropriar os indígenas de sua ocupação. Assim, União, Funai e Ministério Público Federal entram com recurso de modo a tentar reverter a situação. Remetida ao Superior Tribunal de Justiça, a apelação ainda pende de julgamento (COMISSÃO GUARANI YVYRUPA, 2017).

A aproximação aos dados apresentados pelo Ministério Público Federal de Guaíra, diagnosticando a realidade dos indígenas e, por meio do projeto de extensão, com a comunidade Tekohá Yhovy em específico, possibilitou maior apreensão da realidade e das inúmeras dificuldades encontradas pelos indígenas. Os indígenas encontram sérias dificuldades no acesso aos serviços públicos, programas e benefícios. As cestas básicas que deveriam ser distribuídas a cada dois meses, por meio do Programa Brasil sem Miséria, sofrem constantes atrasos na entrega (de até três meses), isso acaba provocando graves consequências, como por exemplo, a desnutrição.

O Programa Bolsa Família, benefício garantido à maioria das famílias, auxilia diante dessa realidade, mas acaba sendo insuficiente quando as cestas atrasam, quando a maioria dos indígenas não consegue emprego na cidade, e quando

precisam comprar material escolar para as crianças. As próprias condicionalidades exigidas por esses programas dificultam o acesso dos indígenas, rotatividade das famílias, falta de documentação, permanência na escola, enquanto não existe nenhum incentivo e investimento do poder público para a educação dentro da própria aldeia a fim de preservar a língua materna.

O projeto também avançou entre 2015 a 2017 com aprofundamento de estudos sobre direitos humanos dos povos indígenas e do movimento regionalizado de luta do povo Guarani por seus direitos de acesso à terra, cultura e organização social. Ao longo do desenvolvimento das atividades, foi alcançada uma ótima participação dos membros da comunidade indígena nas atividades e também da participação discente nas atividades agendadas. Destacamos a participação interdisciplinar de acadêmicos e docentes envolvidos com cursos de graduação e pós-graduação de diferentes áreas.

Para os povos indígenas também é preciso buscar estratégias para continuar sobrevivendo nessas terras brasileiras e a religião tem sido o grande alicerce na luta diária. O relato da vice-cacique e professora da aldeia Tekohá Yhovy, participante do projeto de extensão em 2014 e 2015, constante no relatório das atividades de 2016, faz a avaliação das dificuldades vivenciadas e em contrapartida, a resistência que a cultura indígena sempre tem demonstrado.

A religião, a cultura sempre foi uma estratégia sem dúvida nenhuma, desde muito tempo atrás até hoje, por mais que nessa região a gente é visto como se nós não fossemos indígenas, nós somos vistos de forma que a gente não sabe mais, não conhecemos mais a nossa religião, a nossa cultura, e, internamente dentro da aldeia é essa estratégia que a gente usa, a gente mantém o nosso cântico, nosso canto, rituais, não somente pra usar como resistência, mas sim é um ritual em favor do planeta terra, porque nós povo Guarani, não é por querer simplesmente brigar, não simplesmente por querer tirar terra que hoje se diz que é dos brancos, dos fazendeiros, mas nós sabemos que a América Latina. Nós somos da terra, nós fomos feitos da terra, nosso corpo é terra, não é que a terra seja nossa, mas os brancos não tem como tirar a gente, não tem como tirar os povos indígenas da terra, porque nos pertencemos a ela (UNIOESTE, 2015, s. p.).

Esse relato demarca a posição dos Guarani, um povo que não recua, mas luta e permanece reivindicando seus direitos. É preciso ouvir essa demanda, assumir o compromisso e junto a eles, lutar por um novo projeto societário. No entanto, afirmamos que a maior responsabilidade em dar respostas a esses sujeitos é do Estado, compreendendo que esse próprio Estado é o maior violador dos direitos da classe trabalhadora e dos grupos tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, devemos também, enquanto sujeitos dessa história, construir valores que tenham por objetivo a emancipação humana e assim alcançar uma nova sociabilidade. Segundo Tonet (2005, p. 144), “este objetivo, a emancipação humana, é sinônimo de liberdade plena e porque, neste momento histórico, é não só uma possibilidade real, mas também uma necessidade imperiosa para a humanidade”.

A partir do projeto de extensão da Unioeste, tendo-se como princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e do arcabouço teórico apreendido durante a formação no curso de Serviço Social, foi possível conhecer e refletir mais profundamente sobre a realidade desse grande povo e assumir o compromisso para que de fato os direitos sejam respeitados em sua universalidade.

No final do ano de 2017, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, por meio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), criou o Observatório de Direitos Humanos-PR, após intenso trabalho da equipe constituída por extensionistas – docentes, discentes e agentes universitários na sua formatação e real alcance das demandas de direitos humanos emergentes.

Por meio deste estudo, afirmamos que a maior e urgente demanda apresentada pelos povos indígenas é a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas para a reafirmação das culturas tradicionais/nativas, e isso requer do(a) profissional que atua nesse campo, conhecimentos e práticas que possam reafirmar a necessidade da garantia desse direito originário para que se consiga garantir a universalidade dos direitos dos povos – direitos de todos(as).

Destacamos a importância do trabalho realizado pelos(as) profissionais assistentes sociais diante dessa realidade, enfatizando o compromisso ético, político e formativo permanente assumido pela categoria profissional com a defesa intransigente aos direitos das minorias exploradas e marginalizadas, compreendendo que a questão indígena tem extrema importância nas discussões e debates inseridos na mesma. Devemos assim, como categoria, reafirmar nosso compromisso interventivo com esses povos, que sob o interpretar dos fundamentos históricos da política social na América Latina, estiveram envolvidos no expressivo rebaixamento da condição humana (índigenas, negros e os próprios brancos colonizadores e colonizados da América), na luta social por uma sociedade mais igualitária e menos excludente, livre de todas as formas de opressão e exploração.

A América Latina, por sua longa história, na gangorra da subordinação interna e externa, persistiu e reitera em contextos sociais, institucionais e legais marcados por danos à expressiva maioria de sua população. Avanços e desafios são postos assim às políticas sociais e a outros meios, intervenções profissionais e coletivas que rompem com a herança colonial e com as condições que amarguram a existência e reiteram a miséria, com a ordem e os poderes que roubam a vida e a liberdade de vivê-la com plenitude e dignidade.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. Í. do B. Bandeiras e bandeirantes. *In*: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (Org.). **Missões Conquistando almas e territórios**. Curitiba: Secretaria de Estado de Cultura, 2009. p. 81-119.

BRASIL. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul. **Povos Indígenas e Políticas Públicas na Assistência Social no Rio Grande do Sul**: Subsídios para a construção de políticas públicas diferenciadas às Comunidades Kaingang e Guarani. Porto Alegre: STCAS, 2001-2002, p. 18. (Org.: Lúcio Roberto Schwingel)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Conselho Nacional de Assistência Social. **Relatório GT Povos Indígenas**, Brasília: MDS, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Trabalho social com famílias indígenas Proteção Social Básica para uma oferta culturalmente adequada**. Brasília: MDS, 2016. Disponível em: https://conpas.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/8/2014/11/OrientacoesTecnicas_TrabalhoSocialcomFamiliasIndigenas.pdf. Acesso em: 17 jan. 2017.

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 189-200.

CARVALHO, J. L. Os Guarani. *In*: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (Org.). **Missões conquistando almas e territórios**. Curitiba: Secretaria de Estado de Cultura, 2009. p. 14-20.

CARVALHO, M. L. B. de. **Das terras dos índios a índios sem terra.** O estado e os índios Guarani no Oco'y: violência, silêncio e luta. 2013. 835f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/.../8/.../2013_MariaLuciaBrantDeCarvalho.pdf. Acesso em: 22 dez. 2015.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado:** pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 1974. p. 109-113.

COMISSÃO GUARANI YVYRUPA. **Relatório sobre violações de direitos humanos contra os Avá Guarani no oeste do Paraná.** Guairá- PR: CGY, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional do Assistente Social. **Resolução CFESS Nº 273 de março de 1993.** Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 12 jan. 2016.

FUNAI. **Direitos sociais.** Brasília: FUNAI, 2013. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/direitos-sociais>. Acesso em: 19 dez. 2015.

FUNAI. **Conferência Indigenista 2015.** Brasília: FUNAI, 2015. Disponível em: www.conferenciaindigenista.funai.gov.br. Acesso em: 22 dez. 2015.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Política Indigenista no Brasil:** avanços e desafios. Brasília: FUNAI, s/d. 21 p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indígenas.** Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Guairá.** Brasília: IBGE, 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guaira/panorama>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

MARÉS, C. Os povos indígenas e o direito brasileiro. *In:* SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de; BERGOLD, Raul Cezar (Orgs.). **Os direitos dos povos indígenas no Brasil:** desafios no século XXI. Curitiba: Ed. Letra da Lei, 2013. p. 13-34.

MELIÁ, B. Los índios Guaraníes del Guairá em torno de Ciudad Real. *In:* SCHALLENBERGER, E. (Org.). **Fronteiras culturais e desenvolvimento regional:** novas visibilidades. Porto Alegre: Ed. Evangraf, 2010. p. 11-29.

MPF. Procuradoria da República no Município de Guairá. **Relatório de Visita Técnica à Aldeia Tekohá Yhovy**. Guairá: MPF, 2013. Disponível em: <http://www.prpr.mpf.gov.br/pdfs/2013/YHVY.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

NIEDERMAYER, N. R. **As políticas indigenistas no Brasil**: um estudo de caso sobre o atendimento das demandas do povo guarani no município de Guairá-PR. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

PAULO NETTO, J. Transformações societárias e serviço social - Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Rev. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 5, ano XVII, abr. 1996.

PAULO NETTO, J. Introdução ao método na teoria social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

PARMIGIANI, J. Território e espaço: a construção da territorialidade Guarani. *In*: COLOGNESE, Silvio Antonio (Org.). **Além das fronteiras sociológicas**. Uma agenda para o ensino das Ciências Sociais. Paraná: Evangraf, 2015. p. 141-153.

RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS. 2009. p. 389-390.

SBRAVATI, M. O território natural do Guairá. *In*: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (Org.). **Missões conquistando almas e territórios**. Curitiba: Secretaria de Estado de Cultura, 2009. p. 27-48.

SCHALLENBERGER, E. **Guairá e o espaço missioneiro**. Índios e jesuítas no tempo das missões rio-platense. Cascavel: Coluna do Saber, 2006. p. 33.

TERENA, M. O movimento indigenista como voz de resistência. *In*: VENTURI, G.; BOKANY, V. (Orgs.). **Indígenas no Brasil**: demandas dos povos e percepções da opinião pública. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 49- 64.

TONET, I. Educação e emancipação humana. *In*: TONET, I. (Org.). **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005. p. 127-159.

UNIOESTE. **Ações Sociambientais em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas**: a Comunidade Indígena Tekohá Yhovy no Município de Guaira-PR. Coordenadora Marli Renate von Borstel Roesler. Toledo: UNIOESTE, 2015.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 143-164.

Texto submetido à Revista em 02.08.2018

Aceito para publicação em 15.02.2019



Discussing political crisis as a social phenomenon: a short critical look

Discutindo a crise política como um fenômeno social: um breve olhar crítico

Carlos Potiara Castro – Doutor em Ciências Sociais, pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: carlospotiara@unb.br

Abstract

This paper seeks to interpret political and institutional crisis from a perspective that prefers to interpret its internal dynamics, as a method to explicit the whole social process. It suggests that to interpret political crisis, it is necessary to make longer observation of the moves and actions of the main players and institutions in operation, in a context of social complexity. Thus, this paper aims to explicit the inability to focus on the outcomes of a political crisis, without taking into account its internal processes, which vary according to the diffuse and specific political capital possessed by social and institutional players. Thereby, political crisis are moments of fluidity of the prior political equilibrium, which can be amended on new bases, with a new legitimacy brought by individual and institutional performance in specific social space and historical time.

Resumo

Este trabalho busca interpretar as situações de crise política a partir de uma perspectiva que compreende que as dinâmicas internas a esses processos institucionais são especialmente significativas e explicativas do todo. O artigo sugere que uma interpretação mais acurada das crises políticas é necessariamente devedora de uma observação mais demorada das jogadas, ações e movimentações dos principais atores sociais e das instituições, em um contexto de complexidade social. Busca-se explicitar a insuficiência do foco no princípio e nos resultados das crises políticas, sem levar em consideração os processos internos, que variam de acordo com os capitais difuso e específico detidos pelos principais atores individuais e institucionais. Desse modo, as crises podem ser vistas como momentos de fluidez do equilíbrio político, que se refaz em novas bases, sustentadas na aquisição de uma nova legitimidade a partir do desempenho e das jogadas dos agentes em operação naquele espaço e tempo específicos.

Keywords

Political crisis. Institutional crisis. Chaos and complexity. Diffuse and specific capital. Institutional legitimacy. Political system.

Palavras-chave

Crise política. Crise institucional. Capital difuso e específico. Legitimidade social. Sistema político.

INTRODUCTION

The subject of this paper has been selected because it deals with one of the most important questions in political sociology. Social and institutional crises are generally periods of upheaval and fast change of morals, behavior and of the institutions themselves, therefore with enormous political potential. However, crises have their own logic of operation and their outcomes are all the more dubious. The challenges posed to social scientists are proportional to this uncertainty.

We will discuss more often about two major schools with their different approaches and methodologies. The first one brings out the possibility of forecasting crisis situations from studying economic statistics and the living standards of a given society. The second one has a different view that social and political crisis surge in agreement with a historical and institutional linearity which causes - for its reproduction as for its renewal - critical situations generating a social force larger than the one of its inertia. However, the main idea of this paper is that crisis situations are normal components of the political life of our societies.

Understanding mobilizations as natural is necessary to explain a certain number of specific situations. For example, the military coup d'état of March 1964 in Brazil, occurred mainly due to President João Goulart's political agenda who intended, during a certain period of time, to gain support to his government from the popular forces, (DRAKE, 1966) by making concessions to them. The coup d'état annulled this agenda, replacing its main points with others. The rising popular mobilization, mainly in the poor Northeast, was suffocated and its development halted. Today, after a redemocratization phase, it is verified that some points of this agenda tend to reappear on the Brazilian political scene. Therefore, social movements such as those of the landless workers, MST, acquired an important political force and placed, once more, in the national public scene the issue of agrarian reform, in an extremely unequal country from an economic and social point of view. The dysfunctionality in these decisions are evident, but only from the point of view of the most affluent economic classes, not in the action to counter social reforms in itself. And apparently, this kind of specific situation will exist as long as the inequality belongs and that the gap between classes is not supported by a strong institutional force (such as the military).

In this paper, I will initially try to show mobilizations as a continuity process and a political movement with an important tactical presence, even if it is an unconventional political process. Furthermore, we will try to explain why we cannot understand political resources as something that can be transferred from a political group or institution to another one. This shows that social and political mobilizations have their own logic. And, that an economic methodological system is not the best framework to analyze social crisis situations.

After that, I will propose the perspective that, what makes the specific character of our modern societies is their chaotic way of organization. What follows from this argumentation is important to the extent that we cannot talk about a pure institutional logic. Next, we will talk about another important characteristic of social and political crisis – the process of loss of legitimacy of political leaders, public institutions and social organizations. To a large extent, the process of loss of legitimacy retains responsibility for the birth of political crisis situations. We can refer to some sort of breaking an implicit contract between the politicians and the other participating members of the political system. Finally, paradoxically, I will propose that one possible settling for a social crisis circumstance continues to be the institutional one. What denotes that there may be a transfer of the crisis to a legitimate and conventional political sphere. However, even here, it's difficult to predict the final outcome.

1 THE DYNAMICS OF POLITICAL AND SOCIAL MOBILIZATION

To start this section, we will underline the perspective pointed out by the French author Michel Dobry. In his book (DOBRY, 1992), he argues that we have to restore the internal dynamics of the social and political mobilizations which affect simultaneously several societal spheres to better understand political crises phenomena. To do so, he makes some personal choices about the perspective he adopts.

The first of such choices is the one of continuity. It means that the springs of political crises are not the effect, as it might be described by neo-positivists and “organic” sociology theories, of individuals or collective pathological operations. Dobry will point out to the importance of returning to social and political crisis situations its normality status.

This hypothesis also corresponds to a displacement of the theoretical interest towards events in the processes of political crisis itself to the detriment of the political result from its development. Michel Dobry remarks that in general “analysts of Revolutions love origins and outcomes, but often neglect organization and dynamics and even sometimes agency” (McADAM; TARROW; TILLY, 1997, p. 143). In methodical terms, such argument makes reference to the fact that one cannot make an analysis of political crisis starting from their results. These results do not represent what occurs inside societal movements, and do not restore the logic or the tactics of the players and their leaders and representatives. This is an approach that adopts, to some extent, a Clausewitz’s tactical point of view, but without the perspective of continuity as “means-ends”.

Mainstream Political Science in the 1960s in the field of political crisis would consider that the idea of mobilization has only a few connections with the social player’s tactical activity. Even if “the starting point for the study of contentious politics were the Western social movement cycle of the sixties” (McADAM; TARROW; TILLY, 1997)¹. Thus, the concept of mobilization makes sense only as a modernization or a “general process of change” (DEUTSCH, 1961)² of a traditional society towards a modern way of life. For Dobry, the central characteristic of these empirical data is that fact that it alienated from the mobilization and tactics operated by the main social players questioning institutional public processes.

It was Amitai Etzioni who first cut off the umbilical relation between mobilization and modernization of current societies (CHAZEL, 1975). He gave a new definition for mobilization, simply saying that this phenomenon is a process by which a social unit acquires important control of assets (ETZIONI, 1968 *apud* CHAZEL, 1975), which does not necessarily mean modernization of a society. Thus, we can make reference to social mobilizations aiming to paralyze a modernization process. Or, it can be counter-revolutionary and distant from an

¹ We will also find in this article a description (p. 145-151) of the three methodological approaches that was adopted by researchers in the sixties: the structural one – with a marked difference between the American scholars “like Charles Tilly (1975) and Sidney Tarrow (1983, 1989)” that “saw collective action gravitating around the political struggle”. Followed by Western Europeans authors, with a different kind of structuralism, a post-Marxist one (p. 145) – adopting a rationalist approach – based particularly on the “version of the collective action theory brought by the American economist Mancur Olson” (p. 147) – and the cultural one – primarily from Marxist perspective, in the work of authors like Gramsci, Foucault, Derrida (p. 149) and Lukács.

² This author considers social mobilizations as specific political effects such as: topic pressures to increase governmental capacities; strengthened political participation; or transformation of the flow of political communication.

intention for modernization. Apparently, Etzioni aims to concentrate his analysis on the player's action. However, he still understands mobilization as social change. Nonetheless, for him, it is necessary to concede that it is true that those two variables- modernization and mobilization come together rather frequently.

Another point to be emphasized is the definition of the notion of "mobilization". In practical terms, it can be understood as a "move" in a social conflict context (DOBRY, 1992, p. 21). From this perspective, it also implies that social mobilization could be interpreted as a concrete action in the political sphere. Based on this viewpoint of mobilization as a political advance, we can conceive it as the individual or collective behavior that will have the propriety to affect the expectations of the protagonists of a given conflict about the performance of the other players (GOFFMAN, 1968)³. Therefore, using the social media to coordinate demonstrations, to erect barricades in Cartier Latin, to occupy public buildings, to dissolve the government (in a Parliamentary regime), to announce a candidacy prior to elections constitute political "moves" (DOBRY, 1983). Reminding that, these activities may only have a symbolic value. For example, the countrywide internet blackout implemented by the Egyptian government days before the fall of Mubarak was perfectly seen by the movement protagonists as a menace, and it had probably changed their own political calculations. It also sparked the use of Facebook pages (CASTELLS, 2015; WEYLAND, 2012; NOGUEIRA; CASTRO, 2014). Or, decades ago, the meeting between President De Gaulle and military officers in Baden-Baden in May 1968 was understood as the effective use of French troops in the conflict fomented by the student movement.

2 POLITICAL MOBILIZATIONS: TWO CONFLICTING PERSPECTIVES

By arguing that mobilizations are instrumental, it may be inferred that (moves) in social crisis situations have an evident and tangible objective. The resources being mobilized are regarded as complex and elementary means to be used by political players concerning the achievement of specific ends. The effect of this instrumental vision consists in considering mobilized resources as entities isolated from the social context in which they exist and operate, as if

³ To better understand the relationship between social players and their environment, see the concept of "existential situation". For example, in Goffman (1968).

they were “independent things”. The characteristics of the mobilized resources are implicit to the instrumental point of view as something independent from social relations.

Some political scientists even say that there’s an “intrinsic nature” of the mobilized resources. It is true that weapons and currency have a stable physical propriety. Therefore, the instrumental perspective understands that political resources could be exchanged, operating like economic goods and markets. Political resources would be an attributed value, resulting from a supply and demand scheme.

However, one cannot say the same when referring to legitimacy and charisma. Accordingly, an argument against an instrumental vision of mobilization is based on the fact that political resources have stable proprieties in very specific social logic (DOBRY, 1992). Thus, these resources cannot be transferred from a social group to another, and neither can produce the same effect in two diverse situations. Thereby, the electoral success of a party is not easily transmitted to another one. Or, the percentage of the votes obtained in a Municipal election does not necessarily end up in the same result for the Legislative houses. It is challenging, for example, for the British Communist Party to convert in votes and in political mobilization its influence in the Labor Unions. Therefore, this instrumental vision leads to an erroneous design in economic terms, distant from what really confers the “value” of mobilized resources. In regards to the social relations, there is no parallel to currency for market exchanges.

In this perspective, social and political crises are mobilizations and moments of transformation in the social system leading to a critical state.

3 TRANSFORMATION OF THE POLITICAL SPHERE

Therefore, neither the value, nor the effectiveness of political resources transfer their properties nor the social players’ calculations can be apprehended independently to the complex network within mobilizations are contextualized. In this regard, and in reference to political crises, the point of view of Michel Dobry is correct when he stresses the opposition between routine situations and critical ones. Thus, the perspective raised here is based on the assumption that political crises are social mobilizations, that leads to transformation of prior state – a passage of social systems.

Nevertheless, this complex process needs to be considered carefully. In this aspect, the structural characteristics of multi-sector mobilizations involve shared internal processes among representatives of internal processes and with those which relate to the external aspects of such movements. Namely, internal aspects correspond to specific social logic and its external face to the autonomy that a given sector has concerning the myriad of other ones (DOBRY, 1992).

In this regard, a long-lasting theoretical tradition has already identified, and described a “specific institutional logic” forged from standard ideals. For example, the market logic, the internal operation of rational bureaucracies, the Military system (as disciplinary organizations) and the schooling tradition. Classic authors like Max Weber (WEBER, 2003) and Erving Goffman (GOFFMAN, 1968) refer to ideal types – relating to specific character of each sector – the combat for militarized sectors, the teaching activity for the school systems, competition and focus on profit by the market, among others. Nonetheless, that viewpoint logic is not in line with the occurrences of society daily life. Logic shaping and transforming historicity is somewhat more chaotic.

Thus, it is not surprising that great political crisis, such as the one in Brazil in June 2013, or French one in 1968, corresponds necessarily to multi-sector mobilizations, located simultaneously in several different spheres, autonomous from each other. This is what constitutes the main structural (BOURDIEU, 1980) factor for the comprehension of social crisis. From here comes the observation of increased mobility, where chaotic social aspects lead to a high level of fluidity of the political sphere.

4 CRISIS ROOTS AND THE LOSS OF LEGITIMACY

All crises are in a certain way a legitimacy crisis. They relate to loss of assets occurring in contexts of political fluidity. Accordingly, as an asset, legitimacy can be obtained by the accumulation of a high level of diffuse support (EASTON, 1979; CASTRO, 2017). Namely, goodwill on behalf of members of a political system. either by calling upon symbols of common interest, or by strengthening the degree of recognition of members of a given political community.

Thus, a process of political legitimacy loss is seen as the reduction of diffuse social support, a process that can take place in various ways. First, the expectation of members of a national political system cannot be met over a long period of time.

Second, the loss of legitimacy can be seen in the resurgence of a gap between the values inculcated to the individuals during their socialization, and the overall operation of the political system, the representation of official institutions, or the behavior and the perspectives expressed by authorities.

Loss of legitimacy of political systems is a phenomenon which operates in the long term. Thus, a diffuse support stands longer than a specific - seen as tactical one. Therefore, loss of legitimacy constitutes a critical aspect in the formation of a political crisis, and the level of diffuse support plays the most important part. However, a reservoir of diffuse support permits an extension of time for a given political regime.

5 FINDING WAYS OUT: THE INSTITUTIONAL HYPOTHESIS

Although paradoxical, a potential solution for political crisis passes through institutionalized channels. That means that political confrontations tend to be channeled towards certain institutional sectors of the legitimate political spectrum. As shown in 2011 with 15-M (acronym for May), the Spanish anti-austerity movement that in the beginning 2014 led to the creation of “Podemos”, a new political party to run the national elections (RAMIRO; GOMEZ, 2016). Or, as stated by Michel Dobry, that was the case in France in 1968 with the dissolution of the National Assembly. In both situations, the implementation or the activation of standard regulation was visibly followed by a normalization of the political confrontation, even if followed by less intense waves of political demonstrations.

Thereby, it may be necessary to consider the bargaining which is carried out between the various players, and finally the negotiated character of the events, as it was the case in the examples previously quoted. And that corresponds to a de facto anticipation, for it coincides with the emergence of a new political formation in Spain, or as in France with Parliament dissolution and the transfer of power to the opposition party. Accordingly, those calculations guarantee that the diverse social players present in the political scene do not lose too many assets. This is definitely a political approach which legitimates (and self-regulates) faster shifts towards a specific political direction.

Consequently, political action gets lower possibilities to attain scale. However, this is a consistent characteristic of negotiations between legitimate players in the political sphere, as shown by scholars on crisis processes in democratic systems (STREEK, 2011; VALENZUELA, 1978).

A third strategy to overcome a political crisis is through a player with charismatic traits (WEBER, 2003). This happens when an individual, who has a kind of “certificate of personal qualifications” in the public opinion, offers an outcome, a conclusion where he can intervene (CHAMPAGNE, 1990; CASTRO, 2019). Therefore, players with these characteristics can influence the political world and provoke various confronting segments to take a position. However, these charismatic strategies constitute a distinct kind of outcome emerging from confrontations, which may lead to success or failure in attaining power.

CONCLUSION

Finally, we will call fluid political periods, the specific class of critical situations which correspond to transformations in a state of a complex system, when they are followed by multi-sector mobilizations. Such fluid situations are specific to a social dynamic and a tactical game that are structurally original. That is, one which cannot be reduced to the binary logic of common sense: the opposition to the status quo and political stability on one hand, and social disintegration and rule of violence on the other hand.

It's worth repeating that a methodological simplification can compromise a broader view of the natural complexity of social processes. A comprehensive perspective, far from constituting an obstacle to the intelligibility of these processes, represents one of their essential conditions.

Further comments can be made. Initially, it is when an official sector is experiencing a transition in power that a social player can understand its strategic role. Therefore, we conclude that an individual is neither more nor less rational in political contexts of fluidity or in stability. In addition, from the Marxist theory of social conflict, there is, in different ways, the survival of social forms from the past which appears in the heart of social upheavals (DUPRAT, 1973). And these “roles” coming from the past are different variables with a potential to influence the outcomes of a situation of political fluidity (SOUZA; JODKHA; REHBEIN, 2017).

The main debate in this paper was to show that one has to understand the political actions of participants in such processes as rooted in a very clear and logic rationality: their own political group rationality, based on the stock of knowledge they possess in a given time

If one agrees that a political resource is not a form of social capital which can be automatically transferred to specific actors, then, institutions cannot be understood as perfectly logical, but as structures enclosing different levels of uncertainty. In addition, it is necessary to understand that political crises are sometimes the result of processes of deterioration in a given state of a specific social system. In this sense, an analysis should stop trying to find the origins of a crisis, aiming at unveiling causality, and categorizing those crises in categories developed *ex ante*. Furthermore, an analysis should not look solely into the outcomes of crises. As stated above, the internal complexity of a political process is more significant for analytical purposes. This is because, with this perspective, one can clarify the social, political and institutional moves with the necessary material for social scientists to deliver to the main players in the political scenario. It is also the kind of material that is more valuable to be returned to society as a whole, with its interpretation on the stated historical phenomena.

REFERENCES

- BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- CASTELLS, M. **Networks of outrage and hope: social movements in the internet age**. London: Polity Press, 2015.
- CASTRO, C. P. Linking poverty and the environment: participatory community-based approaches, games of imperfect information and the Convention on Biological Diversity. **Meridiano 47 – Journal of Global Studies**, Brasília, v. 18, p. 1-15, maio, 2017. Available at: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/5292>. Viewed on: 12 may 2017.
- CASTRO, C. P. **La presse et le symbolisme de l'Amazonie en Europe à la fin du XXème siècle**. Paris: Librinova, 2019.
- CHAMPAGNE, P. **Faire l'opinion**. Le nouveau jeu politique. Paris: Éditions de Minuit, 1990.
- HAZEL, F. La mobilization politique, problèmes e dimensions. **Revue Française de Sciences Politiques**, Paris, n. 25, p. 502-516, june, 1975.
- DEUTSCH, K. W. Social mobilization and political development. **The American Political Science Review**, Londres, v. 55, n. 3, p. 493-514, sept. 1961.
- DOBRY, M. Mobilisations multisectorielles et dynamiques des crises politiques. **Revue Française de Sociologie**, Paris, n. 24, p. 395-419, july./sept. 1983.

DOBRY, M. **Sociologie des crises politiques**. Paris: Presses de la Fondations Nationale de Science Politiques, 1992. 319 p. (Coll. Références, 29).

DRAKE, P. W. **Labor movements and dictatorships**. The Southern Cone in comparative perspective. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1996.

DUPRAT, G. **Marx, Proudhon: théorie du conflit social**. Paris: Éditions Ophrys, 1973. 176 p. (Coll. Cahiers de l'Institut d'Études Politiques de Strasbourg).

EASTON, D. **A system analysis of political life**. Chicago and London: Chicago University Press, 1979.

GOFFMAN, E. **Asiles: étude sur la condition sociale des malades mentaux et autres reclus**. Paris: Editions de Minuit, 1968. 447 p. (Coll. Le sens commun).

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Toward an integrated perspective on social movements and revolution. *In*: LICHBACH, M. I.; ZUCKERMAN, A. (eds.). **Comparative politics**. Rationality, culture and structure. Cambridge, New York and Melbourne: Cambridge University Press, 1997. p. 142-173.

NOGUEIRA, J.; CASTRO, C. P. Internet, democracy and governmental communications: content analysis of the presidency of the republic portal Brasil. Facebook Page. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 15, n. 37, p. 134-151, jan./mar. 2014.

RAMIRO, L.; GOMEZ, R. Radical-left populism during the Great Recession: Podemos and its competition with the established radical left. **Political Studies**, Londres, v. 65, n. 15, p. 108-126, june 2016.

SOUZA, J., JODKHA, S.; REHBEIN, B. **Inequality in capitalist societies**. London: Routledge, 2017.

STREEK, W. The crises of democratic capitalism. **New Left Review**, n. 71, Sept./Oct. 2011.

VALENZUELA, A. Chile. *In*: LINZ, J.; STEPAN, A. (eds.). **The breakdown of democratic regimes**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978. p. 648-672

WEBER, M. **Economie et société**. Paris: Pocket, 2003. 633 p.

Texto submetido à Revista em 05.05.2018
Aceito para publicação em 21.03.2019



RESENHA

SILVA, Simone Affonso da. **O planejamento regional brasileiro pós-Constituição Federal de 1988: instituições, políticas e atores.** São Paulo: Annablume, 2017. 436 p. (Coleção Geografia e Adjacências).

Gabriel Carvalho da Silva Leite - Mestrando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: gabrielcarvalholeite16@gmail.com

INTRODUÇÃO

“O planejamento regional brasileiro pós-Constituição Federal de 1988: instituições, políticas e atores”, de autoria de Simone Affonso da Silva – geógrafa e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) –, constitui, sob vários aspectos, uma obra ousada. Primeiramente porque, embora se proponha a uma análise de tema amplamente debatido – qual seja, o planejamento regional brasileiro, com ênfase no período posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988 –, o livro a faz sob o enfoque metodológico da *Policy Analysis*, menos recorrentemente utilizado para o exame das políticas públicas de cunho regional.

À maneira do que sugere esse método, Silva (2017) propõe que o exame das políticas públicas que compõem o planejamento regional brasileiro deve estar pautado em uma análise integrada de suas três dimensões constitutivas, a saber, a *polity*, a *policy* e a *politics*. Isso porque, se as instituições e os instrumentos dessas políticas, correspondentes, respectivamente, à primeira e à segunda das dimensões mencionadas, têm sido mais sistematicamente considerados na avaliação crítica da planificação regional no Brasil, a *politics*, concernente às relações e aos atores políticos que nele estão direta ou indiretamente implicados, não tem recebido a mesma atenção por parte da maioria dos estudos e pesquisas.

Ademais, em consonância com sua formação de geógrafa, Silva (2017) ainda incorpora à análise a dimensão territorial das políticas públicas, entendida como

um atributo transversal, tanto mais presente quanto mais elas levam em conta, ao longo das suas fases de elaboração, formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação, as particularidades dos territórios sobre os quais intervêm, considerados em suas múltiplas escalas espaciais e em seus aspectos naturais e sociais. Portanto, embora toda política pública, mesmo aquelas mais evidentemente setoriais, seja territorializada quando de sua implementação, isso não significa dizer que a dimensão territorial seja sempre incorporada enquanto um dos elementos do planejamento.

Se acreditamos já ter deixado clara a razão de termos qualificado a proposta do livro como ousada, cabe também mencionar que essa característica é ainda mais notável quando se lembra que ele é resultado de uma pesquisa de mestrado homônima, defendida pela autora em dezembro de 2014, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH/USP). Conforme aponta Rita de Cássia Ariza da Cruz, que assina a apresentação do livro de sua ex-orientanda, o desafio a que se propôs Silva (2017) – o de oferecer uma nova perspectiva de análise do planejamento regional brasileiro recente, temática tão complexa e amplamente debatida por renomados intelectuais do país – não constitui uma tarefa trivial, especialmente quando se leva em conta a sua realização em nível de mestrado¹.

Felizmente, o livro não deixa a desejar naquilo a que se propõe. A partir de um amplo esforço de sistematização e interpretação de dados primários e secundários, coletados em fontes bibliográficas e documentais, na legislação pertinente e mediante a realização de entrevistas com funcionários, ex-funcionários, consultores e ex-consultores de importantes instituições ligadas ao planejamento regional no Brasil – como as agências de desenvolvimento regional, o Ministério da Integração Nacional (MI) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) –, bem como com destacados nomes desse campo de atuação científica e política, Silva (2017) conseguiu oferecer a todos aqueles interessados no tema uma interpretação própria, teórica e metodologicamente bem fundamentada, acerca das limitações, dos avanços e dos desafios da recente experiência brasileira de elaboração, formulação e implementação de políticas

¹ Segundo informações constantes em seu currículo Lattes (SILVA, 2019), Simone Affonso da Silva é, atualmente, doutoranda pelo PPGH/USP, sob orientação da professora doutora Sandra Lencioni, com período sanduíche na *City University of New York* (CUNY), instituição na qual foi orientada pela professora Cindi Katz. No âmbito do doutorado, desenvolve, desde 2015, o projeto de pesquisa intitulado “A questão regional brasileira na PNDR e nas políticas setoriais: divergências e tensões que comprometem o desenvolvimento regional e a superação das disparidades regionais”.

públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades regionais que caracterizam o território nacional.

No que concerne ao roteiro de exposição adotado pela autora, o livro conta, além da apresentação e da introdução (capítulo 1), com três partes, divididas em seis capítulos. Enquanto a primeira parte dedica-se à reconstrução histórica da gênese e da consolidação da planificação regional no Brasil (capítulo 2), bem como de seu processo de crise (capítulo 3), a segunda parte volta-se a um período mais recente, buscando entender o movimento de revitalização do planejamento regional brasileiro, sobretudo sob a égide da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (capítulo 4), e realizando um esforço de identificação e caracterização dos principais paradigmas que o norteiam (capítulo 5). Por seu turno, a terceira parte traça um panorama do planejamento regional recente, praticado no Brasil, nas suas dimensões da *polity*, da *policy* e da *politics* (capítulo 6), para em seguida expor, à guisa de conclusão (capítulo 7), uma tentativa de síntese.

1 O PLANEJAMENTO REGIONAL BRASILEIRO PRÉ-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: GÊNESE, CONSOLIDAÇÃO, AUGE E CRISE

Embora o livro de Simone Affonso da Silva trate, sobretudo, do período posterior à Constituição Federal de 1988, não deixa de também abordar, no segundo e no terceiro capítulos, a experiência brasileira de planejamento regional que antecedeu a esse importante marco jurídico e político-administrativo, e cuja gênese remonta ao início do século XX, quando se deram as primeiras ações do Estado, em nível federal, no sentido de enfrentar aquilo que ficaria conhecido como a “questão regional” do país, já nesse período associada às regiões Nordeste e Norte. Foi nesse contexto que as primeiras instituições (*polities*) voltadas à promoção de políticas de caráter regional surgiram, ainda que a natureza pontual, emergencial e efêmera das ações adotadas (*policies*) e os vícios da *politics*, característicos da administração patrimonialista da República Velha, não permitam ver nesse primeiro momento mais do que apenas os antecedentes do que viria a ser o planejamento regional brasileiro.

Ainda no período da gênese das técnicas de planificação regional no país, Silva (2017) destaca a ruptura promovida durante a Era Vargas (1930-1945), sobretudo a partir do Estado Novo, instaurado em 1937, quando a centralização

política na esfera do Executivo Federal foi acompanhada por um processo de modernização do aparelho de Estado e por uma reforma administrativa que instalou, ainda que incompletamente, princípios da administração burocrática no funcionamento das instituições públicas brasileiras. A modernização da economia teve, assim, correspondentes no âmbito institucional, dos quais são exemplos as criações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Banco de Crédito da Borracha S.A., ambos em 1942; e da Fundação Brasil Central (FBC), em 1943.

Conforme aponta Silva (2017), a criação da FBC já indicava a tendência de atuação do Estado brasileiro na ocupação dos “vazios demográficos” e das áreas de baixo aproveitamento econômico do país. Não à toa, a Constituição de 1946 previu dotações orçamentárias para a consecução de planos de desenvolvimento regional na Amazônia, no Nordeste e no Vale do São Francisco, a serem executados por superintendências especificamente criadas para esse fim. Por essa razão, Silva (2017) considera que a Carta Constitucional de 1946 representou um marco no tratamento da “questão regional” brasileira, pois, a partir de então, todas as Constituições posteriores passaram a manter instrumentos voltados à redução das desigualdades regionais.

Não obstante, a consolidação do planejamento regional no Brasil aconteceria apenas durante a década de 1950, sob o influxo das teorias cepalinas e do ideário nacional-desenvolvimentista que passou a dominar os meios políticos e intelectuais do país. Assim, ao lado da planificação econômica, crescentemente vista como instrumento necessário ao desenvolvimento, o planejamento regional passou a ganhar destaque, uma vez que as desigualdades entre as regiões eram concebidas como entraves à formação de um mercado nacional. Criaram-se, nesse contexto, o Banco de Crédito da Amazônia S.A., em 1950; o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952; a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953; a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SPVSUD), em 1956; e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959.

Na perspectiva adotada por Silva (2017), o intenso processo de criação dessas autarquias e sociedades de economia mista, entidades mais “flexíveis”, colocadas à margem da burocrática estrutura administrativa convencional, constituiu uma estratégia, no plano da *polity*, articulada por um conjunto de forças

políticas (*politics*) com o objetivo de efetivação de políticas públicas de cunho regional (*politics*), cujo conjunto de fato representou, no decorrer da década de 1950, a primeira experiência mais consolidada de planejamento regional no país.

No entanto, essa experiência pioneira não durou muito, pois foi interrompida pelo golpe militar de 1964. Diferentemente do que afirma parte da literatura especializada, para a qual a planificação regional teria conhecido seu auge durante os governos militares, Silva (2017) defende que, em verdade, esse período testemunhou o início da crise do planejamento regional, ainda que políticas ditas regionais tenham sido, de fato, executadas. Não haveria aí um contrassenso? Não se aceitamos a argumentação da autora, segundo a qual o esvaziamento da *polity* relacionada ao planejamento regional, notadamente das agências de desenvolvimento regional, e a subordinação da correspondente *policy* às políticas de ordenamento territorial e de crescimento/desenvolvimento econômico em escala nacional, indicam um processo de crise da planificação regional, diretamente relacionado ao projeto geopolítico centralizador e autoritário do regime militar.

De um lado, as mudanças administrativas promovidas no período, notadamente a partir da reforma tecnocrática de 1967, levaram a uma padronização das agências de desenvolvimento regional, com a transposição do modelo da SUDENE para outras regiões brasileiras, fato evidente nas criações da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966; e da Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), da Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste (SUDESUL) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), todas em 1967. Assemelhadas em suas atribuições, estruturas administrativas e nos mecanismos de financiamento adotados, essas agências, subordinadas ao Ministério do Interior, foram, de fato, esvaziadas politicamente, até mesmo porque, como ressalta Silva (2017), não mais comportavam os interesses políticos regionais em seus conselhos deliberativos, estes também destituídos da prerrogativa de elaboração de planos para as suas respectivas regiões.

Ademais, Silva (2017, p. 81) também aponta que, desde o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), “as políticas regionais passaram a ser consideradas a partir de um viés nacional, sendo concebidas, sobretudo, a partir das necessidades e premissas do planejamento econômico nacional”. Isso não só aprofundou o processo de esvaziamento político das agências de desenvolvimento regional,

reduzidas à função de executoras de estratégias de desenvolvimento que não mais formulavam, como também consagrou a primazia do projeto do “Brasil Potência” sobre os interesses regionais.

Nesse contexto, a autora destaca os planos e programas de âmbito nacional, como os PND e o Programa de Integração Nacional (PIN), e as estratégias de ordenamento territorial, a exemplo daquelas baseadas na teoria dos polos de desenvolvimento, nenhum dos quais constituiu, rigorosamente falando, um autêntico planejamento regional, embora tenham promovido grandes reestruturações nas regiões brasileiras, notadamente na Amazônia e no Centro-Oeste.

Se, na leitura de Silva (2017), o desmonte do planejamento regional já vinha ocorrendo desde 1964, o processo aprofundou-se a partir do final da década de 1970, quando a crise fiscal do Estado, o excessivo endividamento público, os “choques” externos advindos da crise do petróleo e a emergência do neoliberalismo abalaram a própria planificação econômica nacional, que foi destituída do sentido estratégico que até então tivera, em prol de medidas de estabilização fiscal e monetária de curto prazo. Nesse cenário, em que mesmo os planos nacionais encontravam dificuldades de viabilização, as agências de desenvolvimento regional sofreram ainda mais com a perda relativa de suas capacidades de atuação.

2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O PROCESSO DE RETOMADA DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO NACIONAL

Como sugere o título do livro de Simone Affonso da Silva, a Constituição Federal de 1988 pode ser considerada como um marco na trajetória do planejamento no Brasil. Dentre as inovações trazidas pelo texto constitucional, destacam-se, no que concerne à problemática tratada, a descentralização de recursos orçamentários e de competências entre os entes federados, com destaque para o novo papel atribuído aos municípios; a previsão da existência de canais para participação da sociedade civil nas decisões do poder público, abrindo espaço para os chamados modelos *bottom-up*; e o estabelecimento de um Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, cujo instrumento principal é o Plano Plurianual (PPA). No que concerne especificamente ao planejamento regional, a Constituição fixou, ainda, a redução das desigualdades regionais como

um dos objetivos fundamentais da República e incorporou dispositivos voltados ao seu cumprimento, a exemplo dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).

Não obstante esses importantes avanços, Silva (2017) considera que a promulgação da Constituição Cidadã não significou, de imediato, a revitalização do planejamento regional brasileiro no decorrer da década de 1990. Isso porque, embora o PPA tenha de fato oferecido um novo modelo para a planificação econômica nacional, contribuindo para a retomada das ações de médio e longo prazo, não desempenhou semelhante papel no que concerne à problemática regional, pois permaneceu mais ou menos restrito às questões orçamentárias. Para isso também contribuiu a orientação neoliberal assumida pelo Estado brasileiro a partir da Reforma Collor – marcada pelo “enxugamento” da máquina estatal, no âmbito do qual foram extintas, inclusive, a SUDECO e a SUDESUL – e da Reforma Bresser, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), mediante a qual foram introduzidos princípios gerenciais na Administração Pública.

Se, no governo de Fernando Collor de Mello, o planejamento foi destituído de sentido estratégico e reduzido à esfera técnico-operacional e ao orçamento, tendo as instituições por ele responsáveis passado por severos “desmontes”, o governo de FHC, por seu turno, favorecido pela estabilização econômica e pela relativa recuperação da capacidade de investimento do Estado, conheceu um efetivo processo de retomada da planificação econômica nacional. Os dois PPA de sua gestão, o Programa Brasil em Ação (1996-1999) e o Programa Avança Brasil (2000-2003), representaram a continuidade e o aprofundamento das certas tendências neoliberais que já vinham se esboçando na Administração Pública brasileira, mas também promoveram uma retomada da ação estatal na orientação da alocação dos investimentos privados e públicos, resgatando, de certa forma, o planejamento econômico nacional, cujo declínio remontava ao final da década de 1970.

Segundo Silva (2017), os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs) constituíram uma das principais políticas públicas no âmbito dos dois PPA supramencionados, tendo em muito representado a retomada do planejamento econômico nacional. Com o objetivo declarado de superar os gargalos logísticos que prejudicavam a competitividade da economia brasileira nos mercados internacionais e de promover, assim, a maior inserção

nacional no processo de globalização em curso, os ENIDs consistiram em eixos estrategicamente selecionados para alocação de investimentos públicos e privados, sobretudo em infraestrutura econômica, com destaque para o setor de transportes, levando em conta aquilo a que se denominava de “nova geografia econômica” do país.

Na leitura de Silva (2017), embora os ENIDs tenham promovido significativos impactos nas regiões brasileiras, eles não constituíram uma política de planejamento regional propriamente dita, mas sim uma política de ordenamento territorial, pois foram pensados a partir dos objetivos e das premissas da planificação econômica nacional, e não das particularidades regionais. Associada à continuidade do “desmonte” das agências de desenvolvimento regional – evidente na substituição da SUDAM e da SUDENE, respectivamente, pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), em 2001 –, essa centralidade conferida a uma política de ordenamento territorial reforçou a crise pela qual vinha passando o planejamento regional no país, a despeito da concepção de iniciativas pontuais, como o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas (PROMESO), do MI, que, embora apresentasse potencial para reinserir a “questão regional” na agenda governamental, não teve atuação efetiva no âmbito do PPA 2000-2003, no qual foi proposto.

3 APNDRE A REVITALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO REGIONAL BRASILEIRO: NOVOS (E NÃO TÃO NOVOS) PARADIGMAS EM PERSPECTIVA

No quarto capítulo da obra, a autora aborda o processo de revitalização do planejamento regional brasileiro, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir do final do ano de 2003, quando a equipe da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do MI, elaborou a proposta original da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cuja discussão e negociação estenderam-se até a sua instituição por decreto, em 2007.

Embora o PPA 2004-2007, intitulado de “Plano Brasil de Todos”, tenha guardado continuidades em relação aos PPA anteriores, a exemplo da ênfase na promoção da competitividade nacional, mediante investimentos estratégicos em infraestrutura, e da manutenção geral dos objetivos macroeconômicos perseguidos

desde o governo de FHC, é inegável que o plano também apresentou algumas notáveis modificações de enfoque, como ficou evidente no maior peso conferido à redução das desigualdades regionais e à participação e à inclusão sociais, como bases de um modelo de crescimento econômico pautado no consumo de massa do mercado interno e nas políticas de geração de emprego e renda.

Para Silva (2017), esse contexto mais favorável à (re)inserção da problemática regional na agenda governamental, após anos de relativo declínio no tratamento do tema, também ensejou a elaboração do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento (EDTP), cujo terceiro volume, intitulado “Regiões de Referência”, propôs uma nova regionalização do território brasileiro, com base em critérios econômicos, ambientais, sociopolíticos e, sobretudo, na polaridade urbana. Apresentando-se enquanto alternativa ao modelo dos ENIDs, que sofrera muitas críticas por parte de pesquisadores da área do planejamento regional, o EDTP teve seu enfoque no combate às desigualdades sociais e regionais, bem como no esforço de oferecer uma opção de superação da ótica setorial das políticas públicas pela incorporação do território como base de convergência.

Não obstante os avanços teórico-metodológicos contidos no EDTP, Silva (2017) observa que a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, alçado à condição de uma das políticas centrais do governo federal e associado a uma robusta carteira de investimentos voltada ao setor de infraestrutura, contribuiu para deixar aquele estudo em segundo plano, frustrando as expectativas de sua implementação no PPA 2008-2011. De fato, esse plano do segundo governo Lula, mais uma vez pautado naquilo que denominou de “círculo virtuoso de crescimento econômico”, destacou como agendas prioritárias aquelas voltadas ao “social”, capitaneada pelo Programa Bolsa Família; à educação básica e ao acesso ao ensino superior, com ênfase no Plano de Desenvolvimento da Educação; e aos investimentos públicos em infraestrutura de transportes, energia, saneamento e habitação, com destaque para o PAC.

Assim, embora tenha incorporado preocupações com a problemática regional, o PPA 2008-2011 consubstanciou o início de um processo de perda da visibilidade da “questão regional”, processo este que viria a se aprofundar nos anos posteriores. A superposição do PAC ao EDTP, que apontava uma série de inovações teórico-metodológicas – como a consideração da rede urbana enquanto elemento estruturante do território, a multiescalaridade e a articulação dos modelos *bottom-up* e *top-down* –, já prefigurava a relativa marginalização do tratamento da problemática regional no âmbito da Administração Pública brasileira.

Dessa maneira, teve lugar um processo contraditório, no qual a crescente perda de visibilidade da “questão regional” foi contemporânea à emergência da PNDR, considerada pela autora como o mais importante marco recente das políticas regionais no país. Além de ter proposto um sistema nacional integrado para o planejamento regional brasileiro, com base na articulação e na coordenação das ações das instituições públicas federais, estaduais e municipais, bem como das empresas privadas e da sociedade civil organizada, essa política incorporou muitas mudanças de natureza teórica, metodológica e operacional que representaram significativas rupturas com a experiência de planificação conhecida durante o século XX.

Uma das mais evidentes mudanças foi a adoção de uma perspectiva multiescalar, baseada na constatação de que a escala macrorregional, privilegiada pelas agências de desenvolvimento regional no século passado, é insuficiente para o tratamento das desigualdades socioespaciais em seus múltiplos níveis de manifestação, sobretudo em um momento no qual, às antigas “fontes” de diferenciação espacial, sobrepõem-se renovadas dinâmicas, geradoras de novas e mais profundas iniquidades. Assim, para além da adoção de uma tipologia territorial que classificou as microrregiões brasileiras em quatro categorias, com o objetivo de orientar a formulação de políticas para cada uma delas, a PNDR também adotou recortes regionais não contíguos, não abrangentes da totalidade do território nacional e que não necessariamente apresentam, entre si, os mesmos critérios de delimitação.

Para Silva (2017), trata-se de uma inovação importante e positiva, pois a definição das áreas prioritárias elegíveis para atuação da PNDR precisa considerar uma pluralidade de recortes regionais, expressos em diferentes escalas espaciais e apreendidos sob distintos critérios de delimitação. Ademais, a autora também destaca, como elementos inovadores da política em referência, a incorporação do planejamento participativo, a ênfase na criação e apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL) e a influência internacional, decorrente, em grande medida, da Cooperação Brasil-União Europeia em Políticas Regionais, da qual resultou, por exemplo, a adoção de recortes sub-regionais, a criação dos fóruns mesorregionais e a proposta de instituição de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR).

Ainda no quarto capítulo da obra, Silva (2017) também aborda a dinâmica da *politics* envolvida na elaboração dos planos regionais da PNDR, sejam eles de

nível estratégico ou operacional, com destaque para o balanço sempre tenso entre os conteúdos mais ou menos técnicos e/ou políticos que neles são impressos por pesquisadores, técnicos, consultores, burocratas e políticos. Não obstante, é digna de nota a observação da autora de que, em um contexto neoliberal, as decisões políticas, voltadas ao atendimento de interesses econômicos privados, tendem a se sobrepôr às decisões técnicas, notadamente se estas últimas são orientadas para demandas coletivas.

No tocante aos diagnósticos e às proposições, a análise de conteúdo dos planos regionais da PNDR permite a Silva (2017) identificar alguns dos traços mais gerais que os caracterizaram, conforme a região em referência. No caso do Nordeste, a autora ressalta que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE), o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) e o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), embora apresentem algumas diferenças de enfoque, convergem para diagnósticos e prognósticos pautados, sobretudo, na dimensão econômica, priorizando, portanto, questões como a competitividade da economia e a composição da base produtiva regional, a infraestrutura econômica e a industrialização baseada no conhecimento e na inovação, em detrimento do tratamento de problemáticas sociais, a exemplo da estrutura fundiária e da concentração de renda.

Por outro lado, no Plano Amazônia Sustentável (PAS), esse enfoque econômico é relativizado por uma maior consideração das dimensões social e ambiental, de maneira que o potencial de uma determinada atividade na geração de crescimento econômico e na composição do Produto Interno Bruto regional pode ser contrabalançado por sua baixa capacidade de promoção do desenvolvimento social e pelos impactos ambientais negativos dela decorrentes. Ainda segundo a autora, outros planos da PNDR, como o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS do Xingu), embora ponderem questões ambientais e sociais em seus diagnósticos, conferem maior ênfase aos grandes projetos de investimento em infraestrutura econômica, o que demonstra o peso exercido pelas políticas nacionais e setoriais – notadamente o PAC – na formulação das diretrizes, objetivos e ações dos planos regionais, traço característico do modelo *top-down*.

Para além dos avanços teórico-metodológicos parcialmente alcançados, Silva (2017) também reconhece a existência de limitações de ordem teórica,

operacional e política que terminaram por dificultar a implementação e a execução da PNDR. Quanto ao primeiro tipo de limitação, a autora considera pouco promissora a excessiva ênfase concedida aos paradigmas da industrialização, da infraestrutura econômica e do desenvolvimento local no âmbito da política, bem como também julga acrítica a sua adesão, praticamente incondicional, ao agronegócio e ao turismo como atividades promotoras de desenvolvimento socioeconômico. Não menos importante, a frágil associação entre o planejamento regional e o planejamento urbano é também apontada como uma restrição às potencialidades da PNDR.

No que concerne à dimensão operacional, Silva (2017) elenca três principais limitações, quais sejam: a) a problemática da revisão dos recortes regionais, uma vez que eles precisam ser, simultaneamente, dinâmicos o suficiente para captar as transformações socioespaciais, e estáveis o bastante para permitir a obtenção de séries temporais para fins estatísticos²; b) a falta de mecanismos capazes de promover a coordenação dos atores políticos e a articulação das políticas públicas que incidem sobre subespaços abrangidos por recortes regionais distintos; e c) o tratamento da problemática da assimetria entre as regiões e os entes federados, com avanços parciais a partir da adoção de diversos recortes regionais com base em critérios distintos e da constatação de que as regiões demandam ações particulares, mas ainda francamente insuficiente, por não levar em conta a excessiva centralização política no âmbito federal, evidente no fato de que, mesmo após a Constituição de 1988, a União continuou concentrando as funções de normatização, financiamento e execução das políticas públicas que compõem o planejamento regional brasileiro.

Por fim, Silva (2017) também assinala que limitações de ordem política penalizaram severamente a institucionalização e implementação da PNDR, dado o já mencionado processo de perda de visibilidade da “questão regional” durante os governos “petistas”, tanto mais aprofundado quanto mais as políticas setoriais e as “políticas regionais implícitas” foram priorizadas em detrimento de um tratamento mais direto das desigualdades socioespaciais brasileiras, o que exigiria a conjugação de esforços em uma verdadeira “política regional explícita”, abertamente pensada para enfrentar essa problemática. Adicionalmente, o próprio

² Segundo a autora, uma solução possível para essa limitação seria a inversão da lógica usual, quer dizer, a adoção de recortes dinâmicos e flexíveis na escala macrorregional e, por outro lado, a definição de recortes mais duráveis em nível microrregional, possibilitando, assim, o levantamento de dados nessas unidades espaciais menores, seguido do seu posterior reagrupamento, segundo a macrorregionalização então vigente.

MI nunca fez parte do “núcleo duro” dos governos “petistas”, de maneira que não dispunha do capital político necessário à coordenação de uma política tão ambiciosa quanto a PNDR.

A natureza contraditória da emergência da PNDR, instituída em 2007, concomitante ao processo de perda da visibilidade da “questão regional” no governo federal, é ainda mais evidente quando se nota que, naquele mesmo ano, foram recriadas a SUDENE e a SUDAM, seguidas da recriação da SUDECO, em 2009. Essa retomada do antigo modelo das Agências de Desenvolvimento Regional, inclusive com a reprodução da abordagem macrorregional e de mecanismos de financiamento amplamente criticados, como é o caso do sistema de incentivos fiscais, conflita abertamente com o espírito que presidiu a elaboração e a instituição da PNDR.

O processo contraditório no qual foi engendrada a revitalização do planejamento regional brasileiro – cujos desdobramentos confundem-se com a perda de visibilidade dessa problemática no âmbito da Administração Pública Federal –, foi marcado pela retomada de antigos paradigmas, ainda que ressignificados à luz das circunstâncias contemporâneas, bem como pela emergência de paradigmas novos. No quinto capítulo do livro, Silva (2017) aborda esse conjunto de paradigmas recentes, destacando as seguintes tendências concernentes a cada um deles: a) o predomínio de um modelo burocrático de Administração Pública, ainda que matizado pela permanência de traços patrimonialistas e pela introdução de princípios gerenciais; b) a continuidade da ênfase conferida à industrialização e ao agronegócio, acompanhada pela emergência do turismo como atividade econômica alternativa para a promoção do desenvolvimento sustentável nas escalas regional e local; c) o entendimento das cidades como polos de irradiação do desenvolvimento, capazes de organizar e comandar um território mais amplo a partir do controle das redes de comunicação; d) a centralidade conferida à infraestrutura, sobretudo econômica, frequentemente associada aos Grandes Projetos de Investimentos (GPI); e) a globalização e o meio ambiente como paradigmas mais gerais, definidores de novas tendências para o planejamento regional; f) a emergência de políticas de desenvolvimento local, pautadas na estruturação e na dinamização de APL, parques tecnológicos, *clusters*, entre outras modalidades de especialização produtiva, como estratégias de desenvolvimento que enfatizam o papel do capital social das comunidades, os agentes empreendedores locais e a mobilização de

forças endógenas, em detrimento de questões econômicas e políticas estruturais; e g) a ampliação das instâncias participativas e das possibilidades de exercício da democracia direta nas fases de formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas, ainda que restringidas pelas limitações concernentes à complexidade do tema, ao acesso à informação, ao elevado número de agentes envolvidos e à baixa implementação e execução das propostas formuladas.

Embora expostos separadamente, é preciso mencionar que, na prática, há uma relação de influência mútua entre os paradigmas relatados acima, de maneira que os recentes planos regionais apresentam uma maior ou menor presença de uns e de outros, dependendo do enfoque adotado, das instituições nas quais foram gestados e dos atores políticos que estiveram envolvidos em suas elaborações. Para Silva (2017), a compreensão da incorporação desses paradigmas pelas políticas públicas de cunho regional e da incidência destas sobre o território é condição necessária ao entendimento da trajetória do planejamento regional brasileiro no século XXI.

4 UM ESFORÇO DE SÍNTESE E DE REFLEXÃO A PROPÓSITO DO PLANEJAMENTO REGIONAL BRASILEIRO

Retomando, de forma mais sistemática, a metodologia da *Policy Analysis*, o sexto capítulo do livro apresenta um esforço de síntese do planejamento regional brasileiro à luz da *polity*, da *policy* e da *politics*. No que diz respeito à primeira dessas dimensões, Silva (2017) destaca como uma de suas características mais marcantes a instabilidade institucional, evidente nas frequentes alterações pelas quais têm passado a estrutura administrativa brasileira, das quais resultaram, a cada momento, uma maior ou menor visibilidade conferida à “questão regional” no arcabouço da Administração Pública Federal.

A descontinuidade e a ineficiência das políticas públicas de cunho regional, em muito associadas a essa instabilidade institucional, também guardam relações com o modelo federativo adotado no país, notadamente com as problemáticas da cooperação intergovernamental e da divisão de competências entre os entes federados. Segundo Silva (2017), esse aspecto da *polity* reflete o insuficiente tratamento dispensado à grande heterogeneidade das capacidades financeiras, técnicas e de gestão dos entes da federação, o que compromete a necessária cooperação intergovernamental, sobretudo quando

considerada a incipiência da normatização e da aplicação de mecanismos cooperativos, a exemplo dos consórcios públicos e das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

No que concerne à dimensão da *policy*, a mudança de enfoque percebida entre políticas como os ENIDs, por um lado, e a PNDR e o Programa Territórios da Cidadania, por outro, evidencia a relativização de certos paradigmas tradicionalmente influentes no planejamento regional e a emergência de outros, mais atentos a problemáticas de ordem social e ambiental. Em que pese esse avanço, a autora entende que, além dos entraves relativos à excessiva ênfase na conjuntura econômica de curto prazo, às dificuldades de cooperação horizontal no âmbito da Administração Pública e à fragmentação e falta de coesão das políticas públicas setoriais, o planejamento regional brasileiro recente ainda não conseguiu incorporar a contento a dimensão territorial, o que pressuporia uma abordagem multiescalar, pautada nos territórios como “plataformas” de integração de políticas *top-down*, expressões das diretrizes nacionais de médio e longo prazo, e de políticas *bottom-up*, articuladoras das demandas locais.

Finalmente, no âmbito da *politics*, a autora confere especial atenção às repercussões das dinâmicas do presidencialismo de coalizão sobre o planejamento regional brasileiro, evidenciando as maneiras pelas quais as sucessivas nomeações e exonerações de dirigentes do MI e das agências de desenvolvimento regional que lhes são subordinadas – o mais das vezes motivadas pelas necessidades de acomodação de interesses político-partidários ligados à formação da base governista – incidem sobre as dimensões da *polity* e da *policy*.

No último capítulo do livro, correspondente à sua conclusão, Silva (2017) apresenta um conjunto de reflexões, cujos delineamentos gerais são tratados nas linhas que se seguem. Inicialmente, a propósito das convergências e divergências entre as políticas de cunho regional dos governos militares e o planejamento regional no início do século XXI, a autora argumenta que, diferentemente daquelas primeiras, este último não está fundamentado em uma concepção clara de espaço e em um projeto nacional bem definido, em parte devido à complexificação da vida social, à conformação de um Estado que combina traços neoliberais e neodesenvolvimentistas e à associação entre a permanência de paradigmas consolidados, ainda que ressignificados, e a emergência de paradigmas novos.

De um lado, o resgate dos paradigmas do agronegócio e da polarização econômica, bem como do antigo modelo das agências de desenvolvimento

regional, e a incipiência da cooperação intergovernamental, com a permanência da fragmentação e do viés setorial das políticas públicas, indicam um processo de retomada de elementos do planejamento regional praticado durante o século XX. Por outro lado, dinâmicas de ressignificação podem ser percebidas na complexificação da noção de desenvolvimento; na conjugação, ainda que frágil, do modelo *bottom-up* com o predominante modelo *top-down* no processo de políticas públicas; e na superposição de elementos da industrialização toyotista à industrialização fordista, bem como na nova conotação adquirida pela urbanização e pelo “fato urbano”, entendidos como estruturadores do território.

Adicionalmente, Silva (2017) destaca que elementos inovadores podem ser reconhecidos no planejamento regional brasileiro recente, ainda que todos eles apresentem significativas limitações quanto a consolidação e implementação. É o caso, por exemplo, do planejamento participativo, cujos entraves principais são a baixa participação social, o reduzido número de instâncias participativas e os insuficientes índices de implementação das decisões nelas tomadas; da multiescalaridade, prejudicada pela inconsolidação de alguns dos recortes regionais adotados pela PNDR; e da criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional e Integração Territorial, cujas instituições enfrentam problemas relativos ao baixo poder político que detêm, à escassez de recursos de que dispõem, à falta de uma missão institucional e de objetivos estratégicos mais bem definidos e à inexistência de um projeto coeso e de longo prazo, capaz de nortear suas ações.

Por fim, a autora identifica três principais limitações e/ou desafios contemporâneos que se colocam ao planejamento regional brasileiro. O primeiro deles diz respeito aos deficit nas esferas política e institucional, expressos, por exemplo, nas deficiências e na elevada rotatividade dos gestores e dos quadros de funcionários públicos; na insuficiência dos mecanismos participativos; na falta de instrumentos de monitoramento e avaliação dos planos regionais; na incipiência da cooperação intergovernamental; na excessiva padronização de instituições que atuam em regiões distintas; nas dinâmicas do presidencialismo de coalizão; e na estrutura de financiamento das políticas públicas, bem como na subalternização da dimensão territorial ao enfoque setorial;

Silva (2017) também defende a necessidade de definição de um sistema nacional de planejamento, composto por um projeto nacional, estratégico e de longo prazo, cujas diretrizes orientem a elaboração de uma Política Nacional

de Ordenamento Territorial e de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, igualmente estratégicas e de longo prazo, mas também dotadas de instrumentos tático-operacionais de médio e de curto prazos (planos regionais em distintas escalas), aos quais se acrescentem as diversas políticas setoriais do governo. Essa tarefa insere-se no terceiro desafio apontado pela autora, a saber, a reconstrução teórica, política e institucional do planejamento regional brasileiro, com a qual a Geografia em muito pode contribuir, a partir da análise da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista e de uma visão contemporânea das categorias de análise geográficas, notadamente daquelas mais diretamente implicadas nas políticas de cunho regional.

A julgar pela pertinência da temática abordada, pelo valoroso esforço de sistematização de um conjunto amplo de dados e pelo rigor teórico e metodológico da análise apresentada, o livro de Silva (2017) afirma-se como uma obra de referência, não apenas no campo do planejamento regional, como também na seara dos estudos sobre a Administração Pública e o processo de políticas públicas no Brasil. Certamente, suas conclusões a respeito da experiência histórica e recente de planejamento regional no país – tanto no que diz respeito aos seus avanços quanto aos travamentos e limitações de ordem teórico-metodológica, político-institucional e operacional – podem fornecer importantes subsídios para políticos, técnicos e acadêmicos atuantes na promoção de políticas regionais.

REFERÊNCIAS

SILVA, S. A. **O planejamento regional brasileiro pós-Constituição Federal de 1988: instituições, políticas e atores**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2017. 436 p. (Coleção Geografia e Adjacências).

SILVA, S. A. **Currículo do Sistema de Currículos Lattes**. [Brasília], 04 abr. 2019. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4195346473335405>. Acesso em: 25 jan. 2019.

Texto submetido à Revista em 03.11.2018
Aceito para publicação em 25.01.2019

Artigos

Les valeurs universelles exceptionnelles des aires forestières patrimoniales des petites antilles: les cas emblématiques des îles de la Dominique et de la Martinique

Os valores universais excepcionais dos patrimônios florestais das Pequenas Antilhas: os casos emblemáticos das ilhas Dominica e Martinica

Jean-Raphael Gros-Desormeaux, Lise Tupiassu, Gabriel Mauvois, Céline Coisy

Aquífero Guarani: diagnóstico tridimensional do direito às águas subterrâneas

Guarani Aquifer: three-dimensional diagnosis of the right to groundwater

Edieter L. Ceconello

Manejo florestal comunitário na Amazônia: comparação entre um modelo introduzido e a extração ilegal de madeira

Community forest management in the Amazon: comparison of an introduced model and illegal timber extraction

Philippe Waldboff, Edson Vidal

Indicadores de qualidade de vida dos agricultores familiares da comunidade Vale do Sol II, em Tangará da Serra, Mato Grosso

Indicators of life quality of the family farmers from Vale do Sol II community, in Tangará da Serra, Mato Grosso

Andréia Rezende da C. Nascimento, Jussara Giarretta, Poliana Roma Greve Nodari, Cleci Grzebieluckas, Santino Seabra Junior

As lanchas "ajato" no Solimões: modernização pretérita e integração territorial

The "ajato" boats on the Solimões river: preterite modernization and territorial integration

Kristian Oliveira de Queiroz

Treínamento nas micro e pequenas empresas e rotatividade de pessoal

Micro and small enterprises training and employees turnover

Djair Picchiai, Rodrigo Fernandes

Fábricas selvagens: transformações do trabalho no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus

The wild factories: transformations of work in the Industrial Pole of the Manaus Free Trade Zone

Cleiton Ferreira Maciel Brito, Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel

Representação social da violência na periferia de Belém: a reconstrução de um olhar

Social representation of violence in Belém's inner city: the reconstruction of a view

Edimar Marcelo Coelho Costa, Luis Fernando Cardoso e Cardoso

Batuque daqui, batuques de lá: olhares lançados sobre culturas africanas na diáspora

Batuque from here, batuques from there: looks about African cultures in the diaspora

Rodrigo de Souza Wanzeler, João Aires de Freitas Leal

As invenções da guerra: reflexões sobre um jogo carnavalesco

The inventions of war: reflections on a carnival play

Luíza Dias Flores

O olhar da assistência social na construção da política indigenista no Brasil

The look at social assistance in the construction of indigenous policy in Brazil

Natália Raquel Niedermayer, Marli Roesler

Discussing political crisis as a social phenomenon: a short critical look

Discutindo a crise política como um fenômeno social: um breve olhar crítico

Carlos Potiara Castro

Resenha

SILVA, Simone Affonso da. **O planejamento regional brasileiro pós-Constituição Federal de 1988: instituições, políticas e atores.** São Paulo: Annablume, 2017. 436 p. (Coleção Geografia e Adjacências)

Gabriel Carvalho da Silva Leite

